



Estudos na Confissão de Fé de Westminister

Nome: _____

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Lição 01 | |
| Um pouco de história | 01 |
| Lição 02 | |
| Capítulo I Da Escritura Sagrada | 05 |
| Lição 03 | |
| Capítulo II De Deus e da Santíssima Trindade..... | 12 |
| Lição 04 | |
| Capítulo III Dos Eternos Decretos de Deus..... | 16 |
| Lição 05 | |
| Capítulo IV Da Criação..... | 23 |
| Lição 06 | |
| Capítulo V Da Providência..... | 26 |
| Lição 07 | |
| Capítulo VI Da Queda do Homem, Do Pecado e Do Seu Castigo..... | 31 |
| Lição 08 | |
| Capítulo VII Do Pacto de Deus Com o Homem..... | 36 |
| Lição 09 | |
| Capítulo VIII De Cristo o Mediador..... | 42 |
| Lição 10 | |
| Capítulo IX Do Livre Arbítrio..... | 49 |
| Lição 11 | |
| Capítulo X Da Vocação Eficaz..... | 52 |
| Lição 12 | |
| Capítulo XI Da Justificação..... | 56 |
| Lição 13 | |
| Capítulo XII Da Adoção..... | 61 |
| Lição 14 | |
| Capítulo XIII Da Santificação..... | 63 |
| Lição 15 | |
| Capítulo XIV Da F   Salvador..... | 66 |
| Lição 16 | |
| Capítulo XV Do Arrependimento Para a Vida..... | 70 |
| Li  o17 | |
| Capítulo XVI Das Boas Obras..... | 74 |
| Li  o 18 | |
| Capítulo XVII Da Perseverança dos Santos..... | 80 |
| Li  o 19 | |
| Capítulo XVIII Da Certeza da Gra  a e da Salvação..... | 83 |
| Li  o 20 | |
| Capítulo XIX Da Lei de Deus..... | 87 |
| Li  o 21 | |
| Capítulo XX Da Liberdade Cristã e Da Liberdade de Consci  ncia..... | 93 |
| Li  o 22 | |
| Capítulo XXI Do Culto Religioso e Do Domingo..... | 99 |
| Li  o 23 | |
| Capítulo XXII Dos Juramentos Legais e Dos Votos..... | 106 |
| Li  o 24 | |
| Capítulo XXIII Do Magistrado Civil..... | 112 |

| | |
|---|-----|
| Lição 25 | |
| Capítulo XXIV Do Matrimônio e Do Divórcio..... | 117 |
| Lição 26 | |
| Capítulo XXV Da Igreja..... | 125 |
| Lição 27 | |
| Capítulo XXVI Da Comunhão dos Santos..... | 131 |
| Lição 28 | |
| Capítulo XXVII Dos Sacramentos..... | 137 |
| Lição 29 | |
| Capítulo XXVIII Do Batismo..... | 143 |
| Lição 30 | |
| Capítulo XXIX Da Ceia do Senhor..... | 148 |
| Lição 31 | |
| Capítulo XXX Das Censuras Eclesiásticas..... | 153 |
| Lição 32 | |
| Capítulo XXXI Dos Sínodos e Concílios..... | 157 |
| Lição 33 | |
| Capítulo XXXII Do Estado do Homem Depois da Morte e da Ressurreição dos Mortos..... | 160 |
| Lição 34 | |
| Capítulo XXXIII Do Juízo Final..... | 164 |

Um Pouco de História

Lição 01

Introdução

Uma das características das Igrejas Reformadas é o fato de que elas têm sua fé alicerçada na Palavra de Deus. Uma Igreja que quer ser identificada como tal tem de mostrar zelo pela Palavra de Deus e sua pregação fiel. A História da Igreja Cristã é repleta de momentos em que a Igreja teve de defender a sua fé. Essa necessidade de defesa deu origem a uma prática muito salutar: a elaboração de confissões de fé. Estas são tratados bíblicos e teológicos que expressam a fé de um grupo. Tal prática é ordenada pela própria Bíblia. O que diz 1Pe 3.15? Complete o texto:

“antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração, estando sempre _____ para _____ a todo aquele que vos pedir _____ da _____ que há em vós”.

A Confissão de Fé de Westminster, que é adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil, é um exemplo disso. A nossa proposta com esses estudos doutrinários é conhecer a fundo a Palavra de Deus, e para isso utilizaremos a Confissão de Fé de Westminster.

Como e quando nasceu a CFW¹?

No século XVI um movimento oriundo da Reforma Protestante surgiu com muita força na Inglaterra: o Puritanismo. Roger Olson explica este movimento da seguinte forma²:

“Uma das marcas registradas da teologia puritana era o ideal da igreja pura. Para os reformadores puritanos da Igreja da Inglaterra sob a uniformidade elisabetana isso significava duas coisas: eliminar da igreja os vestígios remanescentes do catolicismo romano e expurgar do ministério e da congregação todos os incrédulos. Para eles, a igreja verdadeira de Jesus Cristo era mais do que uma autarquia do Estado ou um grupo de apoio aos pecadores. Devia ser o Corpo de Cristo na terra, a presença comunitária do reino de Deus na história e uma cidade acima das demais, cuja luz brilhasse para que todos vissem. Por isso, precisava ser composta de verdadeiros santos de Deus, demonstrar crenças corretas, vidas puras e líderes com essas qualidades. Isso não significa que somente as pessoas perfeitas podiam pertencer à igreja, mas certamente que cristãos meramente nominais, sem nenhuma experiência genuína com Deus de verdadeiro arrependimento e fé, não deviam ser membros plenos”.

Se este posicionamento nos parece muito radical é porque com certeza nos acostumamos com a mediocridade e com uma igreja que está mais preocupada em agradar a homens do que a Deus.

Naqueles tempos, a Igreja da Inglaterra (a Anglicana) era não só totalmente independente de Roma como oposta a ela na questão governamental. As assembleias para tratar de assuntos políticos e religiosos eram “mistas”, ou seja, dela participavam não

¹ Doravante utilizaremos a sigla CFW quando nos referirmos à Confissão de Fé de Westminster.

² OLSON, 2000, p. 210.

somente os crentes como também os ímpios. Os puritanos não admitiam esse tipo de situação.

Em introdução à edição portuguesa da CFW, o Rev. Cláudio Marra faz o seguinte comentário:

“A notável e histórica “Assembleia de Teólogos Sábios e Eruditos” foi convocada em 12 de junho de 1643 pelo Parlamento da Inglaterra para estabelecer a doutrina da Igreja em oposição ao arminianismo, para discutir também o Governo e a Liturgia da Igreja e para defender o ensino da Igreja Anglicana.

A primeira sessão ocorreu no dia 1º de junho de 1643, e reuniu 121 teólogos da Abadia de Westminster, em Londres. A promulgação e adoção da Confissão de Fé foi um marco, não apenas para as igrejas da Inglaterra e da Escócia, mas para todo o Cristianismo Reformado (...).”

Em 1603, Tiago VI da Escócia, tornou-se Tiago I da Inglaterra. Por ser ele calvinista, os puritanos alimentaram a esperança de implantarem o sistema presbiteriano na igreja anglicana (inglesa). Neste mesmo ano uma petição assinada por mil ministros puritanos (a “Petição Milenar”) na qual queriam que a igreja anglicana fosse completamente “puritana” na liturgia e na administração. Earle E. Cairns comenta o seguinte³:

“O rei, atarracado, obeso, orgulhoso e tagarela, convocou a *Hampton Court Conference* (conferência da Corte de Hampton) em 1604. Quando os puritanos novamente pediram pela reforma, Tiago se enfureceu e prometeu que “os afugentaria do reino”, se não se conformassem; sobre o sistema presbiteriano de administração eclesiástica, na igreja oficial, disse que o presbiterianismo “se harmoniza tanto coma monarquia como Deus com o diabo”.

A famosa tradução da Bíblia, a *King James Version*, surgiu porque Tiago ordenou que uma nova tradução da Bíblia fosse feita.

As discordâncias entre Tiago e os puritanos foram para além das questões envolvendo a forma de governo eclesiástico, a presbiteriana e a episcopal. Havia questões políticas também. Tiago tinha total controle porque os Tudors inventaram um sistema extralegal que lhe conferia esse controle. Uma luta se travou por causa da disputa entre Parlamentarismo e da Monarquia. O rei era um soberano instituído por Deus, ou o povo, por meio do Parlamento poderia escolher o seu rei?

As disputas políticas continuaram. Carlos I, rei da Inglaterra se viu ameaçado pela Aliança Nacional composta pelos líderes da Escócia que queriam por todas as formas implantar o presbiterianismo como regime de governo na Inglaterra e na igreja anglicana.

Enquanto a situação estava caótica na Inglaterra, o Parlamento aboliu o sistema episcopal, e em 1643, convocou uma assembleia na capela de Westminster, em Londres, para assessorá-lo tanto na administração do país quanto na sua teologia. Essa assembleia constituiu-se de 151 teólogos puritanos ingleses e, mais oito presbiterianos escoceses. Este grupo se reuniu em 1163 sessões diárias entre 1646 a 1649, quando seu trabalho foi dado como concluído, embora a Assembleia viesse a se dissolver somente em 1652.

³ CAIRNS, 1992, p.277.

A CFW, foi a obra mais importante que essa Assembleia produziu, juntamente com o Breve Catecismo e o Catecismo Maior. A CFW veio a ser concluída em 1646, enquanto que os Catecismos foram concluídos em 1647. Os Catecismos são perguntas e repostas com o propósito de discipular crianças (no caso, o Breve Catecismo) e adulto (o Catecismo Maior).

Em 1647 a Escócia a adotou como sua confissão de fé, e em 1647 foi a vez dos ingleses adotá-la.

No prefácio da edição brasileira da CFW, o Rev. Cláudio Marra faz o seguinte comentário⁴:

“A Igreja Presbiteriana é confessional, identifica-se pela aceitação e defesa de seus símbolos de Fé e, ao fazê-lo, propaga a melhor sistematização de teologia já produzida em todos os tempos. Especialmente em dias como de hoje, quando “ventos de doutrina” sopram de todos os lados, a firmeza doutrinária histórica será um elemento importante para a sobrevivência das Igrejas de origem Reformadas, e, melhor ainda, será também a contribuição delas para grupos novos que vão surgindo, sem o mesmo embasamento na Palavra de Deus, nossa Regra Única e Infalível de Fé e Prática”.

Como devemos olhar para a CFW e os Catecismos?

É importante destacarmos aqui que em momento algum a CFW e os Catecismos foram feitos com o propósito de substituírem a Bíblia em autoridade e importância. Eles não são mais do que meros instrumentos que nos ajudam a compreender melhor a Palavra de Deus.

Os “**símbolos de fé**”, como são conhecidos a CFW e os Catecismos Breve e Maior são uma sistematização da Bíblia, ou seja, as doutrinas bíblicas estão catalogadas e agrupadas nestes símbolos de fé, facilitando assim a nossa compreensão das doutrinas bíblicas.

Devemos conhecer a fundo esses símbolos de fé sabendo que enquanto fazemos isso estamos conhecendo a Palavra de Deus.

Conteúdo da CFW

Capítulos

- I. Da Escritura Sagrada
- II. De Deus e a Santíssima Trindade
- III. Dos Eternos decretos de Deus
- IV. Da Criação
- V. Da Providência
- VI. Da Queda do homem, o pecado e o seu castigo
- VII. Do Pacto de Deus com o homem
- VIII. De Cristo o Mediador
- IX. Do Livre arbítrio
- X. Da Vocação Eficaz
- XI. Da Justificação

⁴MARRA, 2001, prefácio.

- XII. Da Adoção
- XIII. Da Santificação
- XIV. Da Fé salvadora
- XV. Do Arrependimento para a vida
- XVI. Das Boas obras
- XVII. Da Perseverança dos santos
- XVIII. Da Certeza da graça e da salvação
- XIX. Da Lei de Deus
- XX. Da Liberdade cristã e liberdade de consciência
- XXI. Do Culto religioso e o Domingo
- XXII. Dos Juramentos Legais e os Votos
- XXIII. Do Magistrado Civil
- XXIV. Do Matrimônio e divórcio
- XXV. Da Igreja
- XXVI. Da Comunhão dos Santos
- XXVII. Dos Sacramentos
- XXVIII. Do Batismo
- XXIX. Da Ceia do Senhor
- XXX. Das Censuras Eclesiásticas
- XXXI. Dos Sínodos e Concílios
- XXXII. Do Estado do homem depois da morte e a ressurreição dos mortos
- XXXIII. Do Juízo Final

- XXXIV. Prefácio aos novos capítulos
- XXXV. Do Espírito Santo
- XXXVI. Do Amor de Deus e das Missões

Capítulo I Da Escritura Sagrada

Lição 02

Introdução

A Bíblia é a nossa única regra de fé e prática; ela é o nosso manual. Toda nossa doutrina é derivada da Bíblia. Não foi sem propósito que a CFW tem início com esse assunto. Se não crermos que a Bíblia é a Palavra de Deus, se não confiarmos totalmente nela, nosso conhecimento a respeito do ser de Deus não somente impossível, como também nossa vida perde todo o sentido.

§I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus (Sl 19. 1-4), que os homens ficam inescusáveis (Rm 1.19-20; 2.14-15; 1. 32), contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação (1Co 1.21; 2.9-14; At 4.12; Rm 10.13,14); por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade (Hb 1.1,2; Gl 1.11,12; Dt 4.12-14); e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda (Lc 24.27; 2Tm3.16; Rm15.4; 2Pe 3.15,16). Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo (Lc 16.29-31; Hb 2.1-3; 2Pe 1.10).

Em toda a Criação vemos a mão de Deus. Por esse motivo, ninguém poderá se apresentar diante de Deus tentando se desculpar por não tê-Lo conhecido nesta vida. A presença criadora e criativa de Deus se faz ver em todos os lugares. O que diz Rm 1.20?

Mas a natureza, por mais magnífica que seja não nos pode dar o pleno conhecimento de Deus. Ela quando muito nos diz que existe um Deus Criador, mas, nada mais pode nos dizer a respeito Dele. É aí que a Escritura Sagrada se fez e se faz necessária. Conforme 1Co 1.21, qual o instrumento que Deus usa para revelar-Se ao pecador?

Conforme Dt 4.12-14, qual medida Deus adotou para a preservação da Sua Palavra?

A Escritura Sagrada é inspirada por Deus (cf. 2Tm 3.16). Isso quer dizer que Deus moveu os corações de servos fiéis para que eles registrassem Sua Palavra. Ele não ditou as palavras aos ouvidos deles, mas, através do Seu Santo Espírito orientou-os na redação da mesma. Por isso mesmo ela é útil para o quê conforme 2Tm3.16?

Conforme Rm 15.4, a Escritura Sagrada tem como objetivo

No passado Deus usou visões, anjos, profecias, profetas e vários outros recursos (cf. Hb 1.1,2). Porém, a revelação máxima e plena do Ser de Deus se dá na pessoa de quem conforme esse texto? _____

Para conhecermos ao Senhor Jesus necessitamos da Palavra de Deus, pois, é nela que encontramos tudo o que precisamos saber sobre Jesus e a nossa salvação. **Por isso a Escritura Sagrada é indispensável para o crente.**

§II. Sob o nome de Escritura Sagrada (Jo 5.39), ou Palavra de Deus (1Te 2.13) escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus (2Tm 3.26; 2Pe 1.21) para serem a regra de fé e de prática:

O Velho Testamento

| | | |
|--------------|----------------------|-----------|
| Gênesis | 2º Crônicas | Daniel |
| Êxodo | Esdras | Oséias |
| Levítico | Neemias | Joel |
| Números | Ester | Amós |
| Deuteronômio | Jó | Obadias |
| Josué | Salmos | Jonas |
| Juizes | Provérbios | Miquéias |
| Rute | Eclesiastes | Naum |
| 1º Samuel | Cântico dos Cânticos | Habacuque |
| 2º Samuel | Isaías | Sofonias |
| 1º Reis | Jeremias | Ageu |
| 2º Reis | Lamentações | Zacarias |
| 1º Crônicas | Ezequiel | Malaquias |

O Novo Testamento

| | | |
|--------------|--------------------|------------|
| Mateus | Efésios | Hebreus |
| Marcos | Filipenses | Tiago |
| Lucas | Colossenses | 1ª Pedro |
| João | 1ª Tessalonicenses | 2ª Pedro |
| Atos | 2ª Tessalonicenses | 1ª João |
| Romanos | 1ª Timóteo | 2ª João |
| 1ª Coríntios | 2ª Timóteo | 3ª João |
| 2ª Coríntios | Tito | Judas |
| Gálatas | Filemom | Apocalipse |

Somente livros divinamente inspirados podem guiar o nosso coração na vontade de Deus.

O que diz 2Pe 1.21 em relação àqueles a quem Deus usou para registrarem Sua Palavra?

É lamentável, mas, em nossos dias temos visto muitos propagando heresias sobre esse assunto, chegando ao absurdo de dizerem que nem tudo que está na Bíblia é Palavra de Deus. De fato, existem muitos diálogos registrados que não foram pronunciados por Deus. Porém, foram registrados ali para que compreendêssemos o contexto em que os mandamentos e a vontade de Deus aconteceram.

§III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura (Lc 24.27,44; Rm 3.2; 2Pe 1.21); não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Apesar de parecer tão óbvio para nós essa lista, os teólogos da Assembleia de Westminster fizeram questão de dizer quais são os livros bíblicos “inspirados”. Aqueles livros que a Igreja Católica acrescentou conhecidos como apócrifos e que foram retirados pelos Reformadores, jamais foram inspirados por Deus. Quando muito servem para relato histórico e nada mais.

A palavra “cânon” significa “medir”. Era um instrumento antigo que servia para medir. Quando a Igreja Cristã determinou quais livros deveriam fazer parte da Bíblia (do Cânon) tomou por princípio: (1) o testemunho de Jesus e de Seus apóstolos; (2) o testemunho dos manuscritos e versões antigos; (3) a palavra dos escritores cristãos antigos e da Igreja Cristã e concílios (até o século IV d.C.); (4) e especialmente pela testemunho e evidência internos de cada livro bíblico, isto é, o que um livro diz jamais pode contrariar o que as demais partes da Escritura Sagrada diz.

§IV. A autoridade (Jo 5.39; 2Tm 3.16) da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus (1Te 2.13; Gl 1.11-12).

No parágrafo §III vimos que a Igreja Cristã atuou para a definição do Cânon, mas, não foi a Igreja que definiu a autoridade de cada livro. A autoridade de cada parte da Escritura depende somente de Deus. Qual era a convicção de Paulo sobre a mensagem que ele pregava (1Te 2.13)?

§V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade

provém da operação interna do Espírito Santo, que pela Palavra e com a Palavra testifica em nossos corações (1Co 2.10,12; Jo 16.13,14; 1Co 2.6-9).

Ainda que tenhamos todos esses fatores pesando na balança à favor da autoridade da Escritura Sagrada, há um fator que é imprescindível para que alguém reconheça a autoridade da Escritura Sagrada e nela creia: **a operação interna do Espírito Santo no coração da pessoa.**

É possível que uma pessoa creia no testemunho da Igreja, no seu conteúdo excelente, na eficácia da sua doutrina, na majestade do seu estilo, na harmonia das suas partes e no seu todo, na plena revelação que ela faz em relação à nossa salvação por meio do sacrifício de Jesus, contudo, somente pela ação do Espírito Santo no coração da pessoa é que esta pode desfrutar dos benefícios da Palavra de Deus.

Quais obras o Espírito Santo faz nos corações dos discípulos segundo Jo 16.13,14?

§VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela (Mc 6.5-7). À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens (Mt 15.6); reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na Palavra (Jo 6.45; 1Co 2.9,10,12), e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas (1Co 11.13,14).

Algo importante que deve ficar bem claro em nossa mente é a diferença entre a **inspiração** e a **iluminação** do Espírito Santo em relação à Escritura Sagrada. Aos profetas e apóstolos o Espírito Santo **inspirou** para que registrassem a Palavra de Deus; a nós que meditamos e cremos na Palavra de Deus Ele nos **ilumina** para que entendamos. Assim, a **inspiração em relação à Escritura não acontece mais – não existem novas revelações em relação à Escritura.** Porém, a obra de iluminação o Espírito Santo continuará a fazer até o fim.

Outra verdade que este parágrafo destaca é que **as doutrinas da Palavra de Deus são eternas** ao passo que os **usos e costumes** podem variar de uma época para outra. A prudência cristã obedecendo às regras gerais da Palavra é que determinará tais mudanças nos usos e costumes.

§VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos (2Pe 3.15,16; Jo 16.17; 6.60); contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em uma ou outra passagem da Escritura são tão claramente expostas e aplicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas (Sl 119.105, 130; At 17.11,12).

Alguém disse que “o que mais me preocupa na Bíblia não é o que eu não entendo, mas, sim, o que eu entendo”. E isso é bem verdade. As passagens de difícil interpretação requerem mais dedicação, conhecimento e preparo por parte do intérprete. Porém, aquelas passagens que abordam sobre a nossa salvação, em sua maioria são de fácil compreensão. Justamente por esse motivo ninguém poderá se desculpar diante de Deus alegando não ter compreendido a Palavra de Deus.

Não devemos negligenciar o estudo das passagens mais difíceis, assim como também não devemos pensar que mesmo em relação às passagens de fácil compreensão alcançamos o entendimento delas pelos nossos próprios méritos e recursos. Deus nos livre de tal arrogância!

§VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus (Mt 5.18) e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal (Is 8.20; At 15.14-18); mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las (Jo 5.39; 2Tm 3.14,15; 2Pe 1.19), esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a Palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras (1Co 14.6,9,11,12,24,27 e 28; Cl 3.16; Rm 15.4).

Neste parágrafo vemos que:

- (1) os textos originais (hebraico e grego) em que a Bíblia foi originalmente escrita são indispensáveis para dirimirmos quaisquer dúvidas em relação a algum assunto bíblico. É indispensável que (especialmente) os pastores conheçam as línguas hebraica e grega para desempenharem uma correta interpretação da Escritura;
- (2) é tarefa da Igreja de Cristo patrocinar a tradução da Bíblia em todos os idiomas existentes; onde houver uma pessoa, deve haver uma Bíblia, isto porque:
- (3) somente por meio do pleno conhecimento da Palavra de Deus é que as pessoas O adorarão como Ele deve ser adorado, e a Igreja será fortalecida plenamente.

SIX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente (Mt 4.5-7; 12.1-7).

Quando ouvimos um habilidoso pregador logo dizemos: “ Como e l e e n c o n t i s s o n e s t e t e x t o ? J á l i t a n t a. Isso pode ter s e s t e t acontecido por dois motivos:

- (1) O tal pregador é muito mais estudioso e cuidadoso que você, ou,
- (2) Ele está vendo coisas que o texto não está dizendo, e, portanto, está criando heresias.

A exegese e a hermenêutica são ciências da interpretação de textos. Uma vez que elas foram devidamente feitas sobre um texto, encontrar-se-á o seu único sentido. Justamente por não respeitarem a exegese e a hermenêutica muitos criam falsas doutrinas.

Quando você estiver estudando um texto bíblico, busque nas notas de rodapé os textos correlatos. Assim você aplicará essa regra de interpretar a Bíblia com a própria Bíblia.

§X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura (Mt 22.29,31,32; At 28.25; Lc 10.26).

A nossa submissão ao Espírito Santo tem de ser total. Devemos confessar nossa total dependência Dele para compreendermos a Escritura. Assim como no passado Ele falou e orientou Seus servos, Ele o faz hoje. Nenhuma denominação religiosa tem o direito de afirmar que é a única porta-voz de Deus neste mundo, justamente porque todos estão debaixo do juízo de Deus.

Conclusões

Diante do que foi exposto aqui sobre a Escritura Sagrada concluimos:

- (1) Ela é inerrante: não contém erros doutrinários ou conflitos no seu todo, pois, quem a inspirou é Perfeito e Santo!
- (2) Ela é suficiente: não necessitamos de nada mais além da Palavra de Deus para guiar nosso coração nesta vida. Os recursos da Psicologia, Antropologia, Psiquiatria, Sociologia ou qualquer outra ciência humanista que arvoresem ser a resposta para o homem, são pífios e falhos. O crente não precisa da ajuda de humanos; ele precisa da ajuda de Deus!
- (3) Ela é eterna. O que o Senhor Jesus diz Lc 21.33?

-
- (4) Ela é a autoridade máxima sobre a Igreja de Cristo.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 1: Qual é o fim supremo e principal do homem?

Resposta: O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus (Rm 11.36; 1Co 10.31) e gozá-lo para sempre (Sl 73.24-26; Jo 17.22-24).

Pergunta 2: Onde se infere que há um Deus?

Resposta: A própria luz da natureza no espírito do homem e as obras de Deus claramente manifestam que existe um Deus (Rm 1.19,20; Sl 19.1-4); porém, só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficazmente aos homens para a sua salvação”(1Co 2.9, 10; 1Co 1.21; 2Tm 3.15-17).

Pergunta 3: O que é a Palavra de Deus?

Resposta: As Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática (2Tm 3.15- 17; 2Pe 1.19-21; Is 8.20; Lc 16.29,31; Gl 1.8, 9).

Pergunta 4: Como se demonstra que as Escrituras são a Palavra de Deus?

Resposta: Demonstra-se que as Escrituras são a Palavra de Deus pela sua majestade e pureza de seu conteúdo, pela harmonia de todas as suas partes e pelo propósito do seu conjunto, que é dar a Deus toda glória; pela sua luz pelo poder que possuem para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para a salvação (At 10.43; Rm 16.25-27; Hb 4.12; Sl 19.7-9). O Espírito de Deus, porém, dando testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas no coração do homem, é o único capaz de completamente persuadi-lo de que elas são realmente a Palavra de Deus (Jo 16.13,14; 1Co 2.6-9).

Pergunta 5: O que é o que as Escrituras principalmente ensinam?

Resposta: As Escrituras ensinam principalmente o que o homem deve crer acerca de Deus, e o dever que Deus requer do homem (Jo 20.31; 2Tm1.13).

Pergunta 6: Que revelam as Escrituras acerca de Deus?

Resposta: As Escrituras revelam o que Deus é (Jo 4.24; Ex 34.6,7), quantas pessoas há na Divindade (Mt 28.19; 2Co 13.13), os seus decretos (Ef 1. 11) e como ele os executa”(At 4.27,28; Is 43.9).

Capítulo II

De Deus e da Santíssima Trindade

Lição 03

Introdução

É possível conhecermos a Deus? Sim e não. Podemos conhecê-Lo até o ponto em que Ele se nos revela nas Escrituras. Porém, o que as Escrituras nos dizem sobre Deus não O “explicam”, somente, O revelam. Ao estudarmos sobre o Ser de Deus não temos a pretensão de entendê-Lo, mas, sim, conhecer o que Dele nos é revelado, e, assim, amá-Lo ainda mais.

SI. Há um só Deus vivo e verdadeiro (Dt 6.4; 1Co 8.4,6; 1Te 1.9; Jr 10.10), o qual é infinito em seu ser e perfeições (Jr 23.24; Sl 147.5; 1Re 8.27; Sl 134). Ele é um espírito puríssimo (Jo 4.24), invisível (1Tm 1.17), sem corpo, membros ou paixões (Lc 24.39; Dt 4.15,16); é imutável (Tg 1.17), imenso (1Re 8.27; Jr 23.23,24), eterno (Sl 90.2; 1Tm 1.17), incompreensível (Rm 11.33; Sl 145.3), onipotente (Ap 4.8), onisciente (Rm 14.17), santíssimo (Is 6.3), completamente livre (Sl 115.3) e absoluto (Is 44.6; At 17.24,25), fazendo tudo segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável (Ef 1.11) e para a sua própria glória (Rm 11.36; Ap 4.11). É cheio de amor (1Jo 4.8-10), é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro galardoador dos que o buscam (Hb 11.6) e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos (Ne 9.32,33), pois odeia todo o pecado (Hc 1.13); de modo algum terá por inocente o culpado (Ex 34.6,7; Na 1.2,3).

Todos esses atributos (qualidades) de Deus descritos aqui são ainda limitados em si mesmos, pois, Deus é muito maior do que qualquer descrição que o mais sincero e esclarecido teólogo possa dar. Destacamos aqui alguns atributos de Deus.

Ele é imutável – como Tg 1.17 descreve Deus em relação a este atributo?

Em Seu caráter Deus não muda. O que diz 2Tm 2.13?

Ele é incompreensível – Deus Se revelou a nós por meio de Sua Palavra e na pessoa de Jesus Cristo. Podemos compreender muitas verdades a respeito de Deus, mas, entendê-Lo no âmago do Seu ser isso jamais!

Ele é completamente livre – Tudo Ele faz conforme o Seu agrado. Deus não tem obrigação de agradar a ninguém além de Si mesmo. A Sua glória é o Seu objetivo.

Ele é absoluto – em nossos dias afirmações absolutistas não são bem vindas. Mas, isso não altera o fato de que Deus é absoluto. Não há relativos em Seu ser.

Leia Ex 34.6,7 e aliste as qualidades de Deus neste texto:

_____, _____ e
 _____ e grande em _____ e

Ainda neste texto, vemos algumas ações de Deus. Quais?

guarda _____
 perdoa _____ a _____
 e o _____ ainda que não _____ e
 visita _____.

§II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança (Jo 5.26; At 7.2; Sl 119.68; 1Tm 6.15; Rm 9.5). Ele é todo-suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência; não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas (At 17.24,25). Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas (Rm 11.36; Is 40.12-17) e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser (Dn 4.25; Ef 1.11). Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele (Hb 4.13); o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura (Rm 11.33,34; Sl 147.5), de sorte que para ele nada é contingente ou incerto (Is 46.9-11; At 15.18; Ez 11.5). Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos (Sl 145.17; Rm 7.12). Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura Lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele houve por bem requerer deles (Ap 7.11,12; Ap 5.12-14).

Este parágrafo pode ser resumido numa frase: Deus é Deus e nada menos, e o homem é homem e nada mais. Ele não precisa do homem para ser quem é, mas, Lhe aprouve manifestar Sua glória ao homem e assim, por meio de Sua glória dar ao homem verdadeiro sentido para sua vida.

Quanto aos eventos deste mundo, Deus está no controle de todos eles. Não há situação que O pegue de surpresa. Toda a criação está a Ele sujeita e sobre a mesma Ele tem total controle.

Em Is 46.9-11: “Lembrai-vos das coisas passadas da _____; que eu sou Deus, e não há _____ e não há outro _____ a mim; que desde o _____ anuncio o que há de _____, e desde a _____ as coisas que ainda não _____; que digo: o meu _____ permanecerá de pé, farei toda a minha vontade; que chamo a ave de rapina desde o _____, e de uma terra longínqua o homem do meu conselho. Eu o disse, eu também o _____; tomei este propósito, também o _____”.

§III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade – Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo (Mt 28.19; 2Co 13.13; Mt 3.16,17). O Pai não é de ninguém – não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai (Jo 1.14,18; Jo 17.24); o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho (Gl 4.6; Jo 15.26).

Ser “eternamente gerado do Pai” não quer dizer que Jesus teve origem, foi criado um dia. Uma palavra que esclarece um pouco mais a questão é “unigênito”, e isso quer dizer que Jesus é o único Filho de Deus que tem com Ele uma filiação especial.

“Procedente” quer dizer **enviado**. É nesse sentido que o Espírito Santo procede (foi enviado) pelo Pai e pelo Filho.

Ainda que não encontremos na Bíblia o termo “Trindade”, a doutrina bíblica da Trindade Santa é encontrada do começo ao fim nas Escrituras.

Encontramos a Santíssima Trindade agindo em todo tempo:

Na Criação – compare Gn 1.1,2 com Cl 1.15-17 e Jo 1.3

Quem encontramos nestes eventos da Criação?

No batismo (início do ministério) de Cristo - Lc 3.21-22

Como cada uma das Pessoas da Trindade se manifestou neste momento?

Na obra da Redenção

O que diz Gl 4.6?

O que diz Jo 15.26?

Somente Deus deve ser adorado. Porém, em Hb 1.6, o que encontramos a respeito de Jesus?

Ser eterno é um atributo somente de Deus. Porém, em Hb 1.8 encontramos qual declaração a respeito de Jesus?

Conclusão

Por mais que nos esforcemos para conhecer a Deus:

- 1) Só podemos se Ele Se revelar a nós;
- 2) Só podemos se Ele Se revelar a nós por meio da Sua Palavra;

- 3) Só podemos se Ele Se revelar a nós por meio da Sua Palavra pela ação do Espírito Santo.

Porém, ainda que Ele esteja infinitamente acima de nossa capacidade de compreensão, é para nós o maior privilégio conhecê-Lo tal como Ele Se permite ser conhecido. Então prossigamos neste maravilhoso privilégio!

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 7: Quem é Deus?

Resposta: Deus é Espírito (Jo 4.24), em si e por si infinito em seu ser (1Re 8. 27), glória, bem-aventurança e perfeição(Ex 3.14); todo-suficiente (At 17.24,25), eterno (Sl 90. 2), imutável (Ml 3.6), insondável (Rm 11.33), onipresente (Jr 23.24), onipresente (Ap 4. 8), infinito em poder (Hb 4.13), sabedoria (Rm 16.27), santidade (Is 6. 3), justiça (Dt 32.4), misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade (Ex 34.6).

Pergunta 8: Há mais de um Deus?

Resposta: Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro (Dt 6.4; Jr 10.10; 1Co 8.4).

Pergunta 9: Quantas pessoas há na divindade?

Resposta: Há três pessoas na divindade: O Pai, o Filho e o Espírito Santo; estas três pessoas são um só Deus verdadeiro e eterno, da mesma substância, iguais em poder e glória, embora distintas pelas suas propriedades pessoais (Mt 3.16-17; Mt 28.19; II Co 13. 13; Jo 10.30).

Pergunta 10: Quais são as propriedades pessoais das três pessoas da Divindade?

Resposta: O Pai gerou o Filho (Hb 1.5,6). O Filho foi gerado do Pai (Jo 1.14), e o Espírito Santo é procedente do Pai e do Filho, desde toda eternidade (Gl 4. 6; Jo 15.26).

Pergunta 11: Donde se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, iguais ao Pai?

Resposta: As Escrituras revelam que o Filho e o Espírito Santo são Deus igualmente ao Pai, atribuindo-lhes os mesmos nomes (Jr 23.6; 1Jo 2.20; Sl 45.6; At 5.3,4), atributos (Jo 1.1; Is 9.6; Jo 2.24,25; 1Co 2.10,11; Hb 9.14), obras (Cl 1.16; Gn 1.2; Sl 104.30; Jo 1.3; e culto (Mt 28.19; 2Co 13.13), que só a Deus pertencem.

Capítulo III

Dos Eternos Decretos de Deus

Lição 04

Introdução

Neste presente estudo veremos assuntos difíceis para a nossa compreensão, mas, que, estão revelados na Palavra de Deus, e, portanto, devemos reportar a eles com reverência e zelo. Veremos sobre os eternos decretos de Deus.

A doutrina dos eternos decretos de Deus diz respeito à vontade soberana de Deus, que, antes da fundação do mundo decretou, ordenou e estabeleceu tudo quanto passaria a existir e acontecer.

A doutrina dos decretos de Deus está embasada em outros atributos Dele tais como: onisciência (Sua sabedoria e conhecimento completos), onipotência (Ele é Todo-Poderoso) e na Sua inescrutável soberania de Deus.

Em Is 55.8,9 lemos: “Porque os meus _____ não são os vossos _____, e nem os vossos _____ os meus _____, diz o Senhor, porque assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus _____ mais _____ do que os vossos caminhos, e os meus _____ mais _____ do que os vossos pensamentos”.

E Paulo reforça ainda mais a nossa limitação diante da grandiosidade do nosso Deus: “Quem és tu, ó homem, para _____ com Deus?! Porventura pode o _____ perguntar a quem o fez: por que me fizeste assim?” (Rm 9.20).

Se não conseguimos compreender tantas coisas nos âmbitos natural, fenomenológico, histórico, sociológico e psicológico o que se dirá do universo espiritual, que é por sua natureza racionalmente indecifrável? Ainda que Deus nos tenha criado à Sua imagem, isto é, seres pensantes, criativos e inquiridores não dispomos de um recurso mental para penetrar, por meio de inquirição, investigação e pesquisa, os mistérios da divindade.

É com essa certeza de nossa limitação que mergulhamos neste estudo.

§I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece (Ef 1.11; At 4.27,28; Mt 10.29,30; Ef 2.10), porém de modo que nem Deus é o autor do pecado (Tg 1.13; 1Jo 1.5), nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas (At 3.23; Mt 17.12; At 4.27,28; Jo 19.11; Pv 16.33; At 27.23,24,34,44).

Tudo o que existe encontra em Deus a sua origem. Até o mal passou a existir por um decreto divino. O que afirma Pv 16.4?

Muitos não concordam com tal afirmação porque dizem que Deus não é o Criador do mal. Se não admitirmos que o mal passou a existir por um decreto de Deus,

então surge a pergunta: quem originou o mal? A resposta óbvia é Satanás. Mas é aí que encontramos um problema ainda maior. Se Satanás criou o mal, logo, seria ele também um “criador” rivalizando-se com Deus?

Uma heresia que foi condenada pelos pais da Igreja Cristã, o Maniqueísmo, afirmava que o Bem (Deus) e o Mal (Diabo) são duas forças antagônicas e opostas entre si. Até aqui tudo bem. O problema é que o Maniqueísmo dizia que elas eram iguais em sua intensidade e poder. Quando dizendo que o mal encontra sua origem em Satanás como seu criador, estamos abraçando o Maniqueísmo, pois:

- (1) Somente Deus tem poder para criar;
- (2) Satanás sempre será um oponente de Deus, mas, nunca, jamais, com a mesma intensidade de poder. Como disse Lutero: “O Diabo é Diabo Deus”, ou seja, ele presta obediência a Deus, e tem por Ele cerceado seu campo de ação. Ele é um capacho de Deus.

Então devemos admitir e crer que Deus decretou a existência do mal, e isto Ele fez para o louvor da Sua Glória.

Ele não é o autor pecado, porque o pecado é desobediência a Deus e obediência à vontade da criatura, quer seja a vontade do Diabo quer seja a nossa própria.

Ao decretar a existência do mal, Deus não pecou e nem se tornou mau por isso. Seu caráter é imutável.

§II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis (1Sm 23.11,12; Mt 11.21-23; Sl 139.1-4), ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições (Rm 9.11,13,16,18; 2Tm 1.9; Ef 1.4,5).

Ao falarmos sobre os eternos decretos de Deus tocamos numa outra verdade bíblica: a Sua sabedoria e conhecimento prévio dos fatos. Deus já sabia de cada coisa e fato antes mesmo da existência deles. É o que o apóstolo Pedro chama de Sua “presciência” (At 2.23; 1Pe 1.2). Ele nunca é pego de surpresa ou desprevenido

Contudo, é preciso que fique bem claro que Deus não decretou as coisas e fatos porque sabia que eles haveriam de acontecer, mas, sim, que os fatos, coisas e seres vieram a existir porque Deus quis e isso desde tempos eternos. O que é que diz Ap 4.11?

§III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna (1Tm 5.21; At 13.48; Rm 8.29,30) e outros preordenados para a morte eterna (Mt 25.41; Rm 9.22,23; Jd 4).

Desde a queda dos primeiros pais, a humanidade está dividida em duas: uma constituída de eleitos, nem sempre fiel ao Redentor, mas por ele conservada na graça da eleição, chamada “povo de Deus”; a outra, de rejeitados, composta de alienados, rebeldes, incrédulos, idólatras e pervertidos.

Quanto a Satanás e seus comparsas, as Escrituras nos revelam que houve uma rebelião no reino angélico de um grupo de anjos liderado por ele. Desqualificados e expulsos do céu tornaram-se diabos⁵, e estão contra Deus e seus eleitos.

Quanto à predestinação voltaremos neste assunto mais a frente. Por enquanto o que afirmamos é que Deus não escolheu para Si os melhores. Ele escolheu dentre os pecadores, pecadores para Si aos quais fê-los Seus filhos por meio de Jesus.

§IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído (Jo 10.14-16,27-29; Jo 6.37-39; Jo 13.18; 2Tm 2.19; Ap 6.11; Ap 7.4).

Em 2Tm 2.19 lemos: “Entretanto, o _____ de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor _____ os que lhe _____. E mais: Aparte-se da injustiça todo aquele que professa o nome do Senhor”.

Um texto que é interpretado erroneamente pela seita das Testemunhas de Jeová é Ap 7.4 o qual se refere aos 144.000 salvos. Este número simboliza o número “real” dos eleitos, e aponta para o fato de que no céu não entra nenhum de “última hora” e nem fica de fora nenhum dos eleitos de Deus.

§V. Segundo o seu eterno e imutável propósito (Ef 1.11) **e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade** (Ef 1.9), **Deus antes que fosse o mundo criado** (Ef 1.4), **escolheu em Cristo** (2Tm 1.9) **para a glória eterna** (Rm 8.30; 1Pe 5.10) **os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor** (Ef 1.5,6,12), **e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa** (2Tm 1.9; Ef 1.6).

A dificuldade que muitos têm em aceitar a doutrina da predestinação é porque o seu conceito de “escolha” não é o mesmo de Deus. Quando vamos à feira comprar frutas, fomos ensinados desde cedo que devemos escolher as melhores, as mais belas, as mais suculentas. Se chegássemos em casa com uma sacola cheia de maçãs estragadas sofreríamos alguma sanção por parte dos nossos pais, não é mesmo?

Ao olhar para a terra, que tipo de gente Ele encontrou? Leia Ec 7.20 e transcreva-o a seguir:

Não havia ninguém melhor; era tudo pior. Ao nos escolher Ele o fez com base somente em Sua graça e misericórdia e não em nossos méritos. Aliás, se fosse por merecimento receberíamos o inferno e nunca os céus.

Deus não nos escolheu porque sabia que pecaríamos menos que os outros; Ele não nos escolheu porque sabia que um dia iríamos crer Nele. Se assim o fosse, a nossa salvação seria nosso mérito, e se fosse nosso mérito, não seria salvação e misericórdia, mas, sim pagamento.

⁵ A palavra “diabo” vem do grego **dia,boloj** e quer dizer “adversário, opositor”.

Em Rm 4.4,5 lemos: “Ora, ao que trabalha, o _____ não é considerado como _____, e sim como _____. Mas, ao que _____, porém _____ naquele que _____ o _____, a sua fé lhe é _____ como _____”.

SVI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim (Ef 2.10; 2Te 2.13; 1Pe 1.2; Ef 1.4); os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo (Rm 5.19; 1Te 5.9,10; Tt 2.14), são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido (Rm 9.11; 2Te 2.13,14; 1Co1.9), são justificados (Rm 8.30), adotados (Ef 1.5), santificados (Ef 1.4; 1Te 4.3; 2Te 2.13) e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora (1Pe 1.5; Jo 10.28). Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo (Jo17.9; Jo 6.64,65; Jo 8.47; Jo 10.26; At 13.48; 1Jo 2.19).

Sempre que estudamos a doutrina da predestinação uma pergunta surge nos corações: “Será que eu sou um predestinado?”. E essa pergunta acaba muitas vezes levando esses corações a uma conclusão errada e desastrosa. Por se verem duvidosos quanto à predestinação em relação a si mesmas, tais pessoas concluem: “Se eu não for um predestinado estou perdendo meu tempo com as coisas de Deus, pois, nada vai mudar minha condenação”.

Há que se observar primeiro que **Deus não decretou somente o nosso fim, isto é, a salvação eterna; Ele também decretou e preparou os meios em Cristo que nos levam a esse fim.** O parágrafo acima descreve quais são esses meios em Cristo.

- Ø **Remissão em Cristo:** “remir” significa “comprar de novo”. Pertencemos a Deus por fato e direito; Ele nos criou e por isso é dono de tudo e de todos. Mas, com a Queda nós fomos separados de Deus. Somente se Ele quisesse vir ao nosso encontro é que seríamos perdoados e salvos por Ele. E foi isso que Ele fez. Através do sacrifício de Jesus Cristo Ele nos comprou de volta para Si nos resgatou do nosso pecado.
- Ø **Chamado eficaz:** é quando Deus executa a nossa salvação que por Ele foi planejada desde a eternidade e determinado o seu dia. Através da pregação da Palavra, o Espírito Santo desvenda os olhos dos eleitos para que, assim, possam crer em Cristo e confiar somente em Seu sacrifício para garanti-los diante de Deus. Esse chamado não falha. Quando Deus chama um pecador que foi eleito desde a fundação do mundo, este vem cheio de alegria e gozo em seu coração e rende-se a Deus.
- Ø **Justificação:** é o ato de Deus em transferir a nossa culpa para Cristo, e imputar a justiça Dele (de Jesus) para nós, e isto resulta no cancelamento da nossa culpa e consequente condenação diante de Deus. Continuamos pecadores nessa vida, infelizmente, mas, não mais condenados.
- Ø **Adoção:** enquanto condenados não poderíamos fazer parte da Família de Deus; somente depois que Cristo nos substituiu lá na cruz é que poderíamos ser aceitos por Deus. Há bem da verdade, não é o homem que “aceita a Jesus” como pregam muitos por aí, mas, sim, é Deus quem aceita o pecador que foi substituído por Cristo lá na cruz.

- Ø **Santificação:** é o ato de Deus em separar para Si aqueles que foram eleitos, chamados, justificados e adotados em Sua Família. Ele nos separou dentre outros tantos pecadores para Si e conferiu-nos Sua santidade. Se na justificação Deus nos livra da culpa do pecado, na santificação Ele nos livra do poder do pecado de sorte que já não mais somos servos do pecado.
- Ø **Preservação dos santos:** ou “perseverança dos santos”, como dizem os cânones de Dort. Aqueles a quem Ele redimiu, chamou, justificou, adotou e santificou, preservam por Sua graça e poder de sorte que jamais perecerão.
- Ø **Glorificação:** é o ato de Deus em nós que será executado quando partirmos com ele para a eternidade. Quando Cristo voltar para buscar Sua Igreja, os mortos em Cristo receberão corpos glorificados, e os que estiverem vivos serão transformados. Todos seremos libertos para sempre da presença do pecado (1Co 15; 1Te 4.13-18).

Um eleito de Deus não é eleito somente para morar no céu. Ele é também um eleito para viver em santidade de vida. Logo, se você estiver com dúvidas se é um eleito ou não basta olhar para suas atitudes e ver se você tem estado mais preocupado em obedecer a Deus do que à vontade carnal do seu coração. Se a vontade de Deus é o seu único desejo, descanse seu coração, pois, você é um eleito de Deus.

Em Rm 8.13-17 vemos claramente isso.

¹³ Porque, se viverdes segundo a _____, caminhais para a _____; mas, se, pelo Espírito, _____ os feitos do corpo, certamente, _____.

¹⁴ Pois todos os que são _____ pelo Espírito de Deus são filhos de Deus.

¹⁵ Porque não recebestes o espírito de _____, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de _____, baseados no qual clamamos: Aba, Pai.

¹⁶ O próprio Espírito _____ com o _____ que somos _____ de Deus.

¹⁷ Ora, se somos filhos, somos também _____, herdeiros de Deus e co-herdeiros com _____; se com ele sofremos, também com ele seremos _____.

§VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas (Mt 11.25,26), o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça (Ap 15.3,4), foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados (Rm 2.8,9; 2Te 2.10-12; Rm 9.14-22).

Neste parágrafo vemos que tanto a eleição dos que foram salvos como a pré-ordenação ao castigo eterno dos que não foram eleitos tem como propósito a glória de Deus. Neste ponto sempre ouvimos da parte dos que não concordam conosco que ao afirmarmos assim não estamos glorificando a Deus, mas, sim, apresentando-O como um Deus mau e injusto, pois, porque Ele escolheu uns e não todos?

A questão não é Deus ter escolhido os demais, mas, sim, ter escolhido alguns. Ele não precisava ter escolhido ninguém. Ele o fez porque quis, e isto para ser glorificado como um Deus misericordioso.

Se Ele tivesse escolhido a todos (isso não seria uma escolha, pois, escolher implica em separar uns dos outros!), Ele até poderia ser glorificado como misericordioso,

porém, não seria glorificado como Deus Justo que é. Na “balança Divina” o amor e a misericórdia de Deus têm o mesmo peso.

Ao escolher uns e destinar à danação outros, Deus é glorificado como justo e misericordioso; como justo na vida dos que foram condenados, e como justo na vida dos que foram eleitos para a salvação.

§VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua Palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho, esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação (Rm 9.20; Rm 11.23; Dt 29.29; 2Pe 1.10; Ef 1.6; Lc 10.20; Rm 8.33; Rm 11.5,6).

Pouco mais precisa ser dito acerca deste parágrafo. Ele por si só já nos diz tudo! Apenas enfatizamos que um eleito de Deus deve mostrar sua gratidão a Deus vivendo em obediência a Ele por meio de uma vida que expresse a santidade de Deus que lhe foi outorgada. Um eleito pode ter todos os motivos deste mundo para viver triste e cabisbaixo, mas, ele precisa atentar para o fato de que ele tem um só motivo do céu para viver com alegria, esperança e fé: a eleição Divina.

Conclusão

A doutrina dos eternos decretos de Deus trazem ao nosso coração preciosas verdades:

- 1) Tudo o que nos acontece, acontece com a permissão de Deus com o propósito de nos levar a sermos cada vez mais conformados à imagem de Cristo, Rm 8.28,29;
- 2) Nada pega Deus de surpresa, portanto, aconteça o que acontecer Ele jamais perderá o controle da situação – isso nos dá segurança;
- 3) Deus é soberano sobre tudo, e nós devemos nos submeter à Sua soberania com amor, alegria, gratidão e reverência, pois, jamais mereceríamos tanta honra se Ele não nos quisesse dá-la.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 12: Que são os decretos de Deus?

Resposta: Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho de sua vontade, pelos quais, desde toda a eternidade, ele, para sua própria glória, imutavelmente predestinou tudo o que acontece (Is 45.6,7; Ef 1.4,5,11; At 4.28; Sl 33.11; Rm 11.33; Rm 9.22,23) especialmente com referência aos anjos e aos homens.

Pergunta 13. Que decretou Deus especialmente com referência aos anjos e aos homens?

Resposta: Deus, por um decreto eterno e imutável, unicamente do seu amor e para patentear a sua gloriosa graça, que tinha de ser manifestada em tempo devido, elegeu alguns anjos para a glória (1Tm 5.21), e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna, e os meios para consegui-la (Ef 1.4-6; 2Ts 2.13,14; 1Pe 1.2), e também, segundo o seu soberano poder e o conselho inescrutável de sua própria vontade (pela qual ele concede, ou não, os seus favores conforme lhe apraz), deixou e predestinou os mais à

desonra e à ira, que lhes serão infligidos por causa dos seus pecados, para patentear a glória da sua justiça (Rm 9.17,18,21,22; Jd 4; Mt 11.25,26; 2Tm 2. 20).

Pergunta 14: Como executa Deus os seus decretos?

Resposta: Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência, segundo a sua presciência infalível e o livre e imutável conselho de sua vontade (Dn 4.35; Ef 1.11; 1Pe 1.1,2).

Capítulo IV Da Criação

Lição 05

Introdução

De tempos em tempos a Ciência apresenta uma nova teoria⁶ sobre o surgimento do universo. Contudo, a Bíblia deixa bem claro que tudo foi criado por Deus.

Aqueles que insistem em dizer que a Fé é contrária à Ciência alegam que se crermos na existência de um Criador ficaremos acomodados em relação às descobertas, e conseqüentemente, à melhora da nossa qualidade de vida. Tal afirmação é ridícula, pois, crer na existência de um Criador Soberano, não me impede de conhecer a fundo Sua criação. O que me impede desse labor é a preguiça e o pecado em meu coração.

Conhecer a criação sem conhecer o Criador é o mesmo que contemplar um quadro famoso sem conhecer a intenção que o seu pintor tinha ao produzi-lo; perderemos muito se não conhecermos o pintor. Da mesma forma quando nos dedicamos a conhecer mais a Deus, o Criador, a criação passa a ter um significado todo especial!

Sl. Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do Seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis (Gn 1; Rm 11.36; Hb 1.2; Jo 1.2,3; Rm 1.20; Sl 104.24; Jr 10.12; At 17.24; Cl 1.16; Ex 20.11).

Conforme Rm 11.36, qual é o propósito de Deus em criar todas as coisas?

Qual o papel do Senhor Jesus na Criação? (cf. Jo 1.2,3)

Qual o papel da Criação em relação a Deus? (Rm 1.20)

Conforme Cl 1.16 podemos afirmar que:

- () Deus não criou o diabo
- () Deus criou o diabo também
- () Que só existem coisas que podem ser vistas

A Trindade Santa na Criação

⁶ O conceito de “Teoria” torna-se muito confuso, e, por isso, perigoso. Para muitas pessoas uma teoria científica é uma verdade estabelecida. Mas, isso não é verdade. Um pressuposto científico só passa a ser considerado uma verdade científica depois que passa por um “método científico”, ou seja, qualquer afirmação que a Ciência fizer deve ser testada e comprovada por meio de um processo pelo qual, qualquer outra pessoa seguindo esse método (passo a passo) chegue nas mesmas conclusões. Se chegar em conclusões diferentes então não temos uma verdade cientificamente comprovada, mas apenas uma suposição. É justamente no campo da suposição que estão todas as teorias científicas sobre o surgimento do universo.

Tudo Deus criou **pelo poder da Sua Palavra**. Ele apenas disse, e tudo passou a existir. Temos aqui um dos mistérios sobre a Trindade Santa. A Bíblia diz que todas as coisas foram criadas por meio de Jesus Cristo. Em Jo 1.1 lemos que Ele é o **“Verbo de Deus”** (O` lo,gbjO Espírito Santo também estava lá presente como pode ser confirmado em Gn 1.2. Na língua hebraica, “Espírito” é *rû-ûe* significa “vento”. Agora observe bem a seguinte analogia. Quando falamos, junto com as nossas palavras sai também ar (vento). Para que as palavras tenham som e sejam entendidas, é necessário que o vento saia junto com elas. Aplicando essa analogia à Trindade Santa, podemos entender que Deus **disse**, o Senhor Jesus é a **Palavra de Deus** que saiu de sua boca e o Espírito Santo é o **vento** que torna a Palavra de Deus inteligível ao homem.

É claro que isso é só uma analogia que não pretende explicar esse mistério, mas, nos mostra como a Trindade Santa agiu e continua agindo na Criação.

É importante destacar que Deus:

- J Criou tudo do nada (*creatio ex nihilo*);
- J Criou tudo pelo poder da Sua Palavra
- J Criou tudo para a Sua glória
- J Criou tudo em seis dias⁷
- J Criou tudo muito bom (e isso descarta a teoria da evolução)

§II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea (Gn 1.27; Gn 2.7), com **almas racionais e imortais** (Sl 8.5,6; Gn 2.19,20; Ec 12.7; Mt 10.28; Lc 23.43), e **dotou-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a Sua própria imagem** (Gn 1.26; Cl 3.10; Ef 4.24), tendo a lei de Deus escrita em seus corações (Rm 2.14,15), e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável (Gn 2.16,17; Gn 3.6,17). Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal (Gn 2.16,17; Gn 3.8,11,23); enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas (Gn 1.28; Sl 8.6-8).

Ao criar o ser humano Deus o fez:

- J A obra prima da Criação
- J Macho e fêmea (essa é a constituição de um “casal” aos olhos de Deus)
- J Ser inteligente (que tem capacidade de raciocínio)
- J E espiritual (que tem capacidade de conhecer a Deus)

Ser feito **“à imagem e semelhança”** de Deus significa ter o caráter justo e santo como o de Deus. Ao pecar, o homem tinha plenas condições de recusar-se a pecar. É por isso que o termo **“queda”** empregado para mostrar o pecado de Adão e Eva (bem como de toda a humanidade por eles representada) descreve com exatidão o que aconteceu. Não foi um tombo apenas, foi uma precipitação vertiginosa como jamais veremos. Eles viviam nas “alturas” da comunhão íntima com Deus; mas, ao darem ouvidos ao diabo despencaram dessa sublime comunhão e foram expulsos da presença de Deus.

⁷ Não cremos que esses dias eram “eras”. Deus criou um após outro; eram dias de 24h e consecutivos. Para aprofundar mais nesse assunto, sugerimos o material do Dr. Adauto Lourenço da Editora Fiel.

Não há justificativas para o pecado de Adão e Eva. Eles eram perfeitos, plenamente capacitados para recusarem o pecado. Além disso, a ordem que Deus lhes deu não era nem um pouco difícil se comparada com a condição em que estavam.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 15: Qual é a obra da criação?

Resposta: A obra da criação é aquela pela qual Deus, pela palavra do Seu poder, fez do nada o mundo e tudo quanto nele há, para si, no espaço de seis dias, e tudo muito bom (Gn 1.1ss; Hb 11. 3; Ap 4.11; Rm 11.36).

Pergunta 16: Como criou Deus os anjos?

Resposta: Deus criou todos os anjos como espíritos (Sl 104. 4; Cl 1. 16), imortais (Lc 20.36), santos (Gn 1.31), poderosos (2Te 1.7), excelentes em conhecimento (Mt 24.36), para executarem os seus mandamentos e louvarem o Seu nome (Sl 103.20,21), todavia sujeitos a mudança” (2Pe 2.4).

Pergunta 17: Como criou Deus o homem?

Resposta: Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea (Gn 1.27); formou-o do pó (Gn 2.7), e a mulher, da costela do homem (Gn 2.22); dotou-os de almas viventes, racionais e imortais (Gn 2.7; Mt 10.28); fê-los conforme a Sua própria imagem (Gn 1.27), em conhecimento (Cl 3.10), retidão e santidade (Ef 4.24), tendo a lei de Deus escrita em seus corações (Rm 2.14,15), e poder para cumpri-la, com domínio sobre as criaturas (Gn 1.28), contudo sujeitos a cair (Gn 2.16,17).

Capítulo V Da Providência

Lição 06

Introdução

Neste capítulo estudaremos sobre a providência divina, isto é, as ações de Deus governando, sustentando e sendo glorificado sobre a Sua Criação.

§I. Pela sua muito sábia providência (Pv 15.3; 2Cr 16.9; Sl 145.17; Sl 104.24), segundo a sua infalível presciência (At 15.18) e o livre e imutável conselho da sua própria vontade (Ef 1.11; Sl 33.11), Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da Sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia (Ef 3.10; Rm 9.17), sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor (Ne 9.6; Hb 1.3; Sl 135.6; Mt 10.29-31; At 17.25,28; Mt 6.26,30).

Há duas linhas de pensamento que dizem respeito à relação de Deus com Sua Criação: o Deísmo e o Teísmo.

O Deísmo afirma que Deus criou o universo, estabeleceu leis fixas para que a Criação não se autodestruísse. Feito isso, Ele deixou a Criação à deriva. Segundo os proponentes dessa ideia, temos no Deísmo uma “explicação” para as catástrofes naturais, a maldade humana. Porém, o Deísmo é contraditório. Se Deus estabeleceu leis que regem a Criação, esta não deveria entrar em colapso, não é mesmo? Além disso, o Deísmo desemboca inevitavelmente no fatalismo.

O Teísmo, por sua vez, afirma que Deus criou todo o universo, estabeleceu leis que regem o mesmo, e **atua efetivamente na realização dos Seus propósitos**. A isto damos o nome de Providência.

O motivo pelo qual o Teísmo (que é a nossa posição) é rejeitado por muitos, é porque segundo os opositores, ele transforma Deus num tirano sádico e maldoso que brinca com Suas criaturas demonstrando pouco por valor a elas.

Infelizmente, a nossa visão acerca de Deus foi brutalmente corrompida pelo pecado, e por isso mesmo, temos a inclinação de vê-Lo do nosso ponto de vista. Devemos vê-Lo sob a luz das Escrituras que apresentam-No como: **Soberano e Dono da sua Criação**. Assim sendo, Ele tem total direito sobre a Sua Criação e faz dela o que bem entender.

Em Rm 9.20,21 lemos: “Quem és tu, ó _____, para _____ com Deus? Porventura, pode o _____ perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro _____ sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para _____ e outro, para a _____?”.

Em Ne 9.6 como Deus é apresentado?

§II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente (Jr 32.19; At 2.23), contudo, pela

mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente (Ex 21.13; Gn 1.19,20; 1Re 22.34; Is 10.6,7), conforme a natureza das causas secundárias (Gn 8.22; Jr 31.35).

Primeiramente, destacamos aqui que Deus é a origem de todas as coisas, pois, pelo decreto, vontade e presciência Dele, tudo foi determinado (inclusive o Mal).

É importante ressaltar aqui que a presciência de Deus (conhecimento que Ele tem dos fatos antes que eles aconteçam) age simultaneamente com o decreto Dele. É errado pensarmos que por Deus saber que algo existiria Ele então decretou a existência de tal coisa. O correto é: Ele decretou (por isso mesmo Ele tem o conhecimento prévio de tudo) e por causa disso tudo veio a existir.

Deus decretou todas as coisas, desde as mais simples às mais complicadas; desde as que acontecem repetidamente, como as que acontecem esporadicamente.

§III. Na Sua providência ordinária Deus emprega meios (At 27.24,31,44; Is55.10.11); todavia, Ele é livre para operar sem eles (Os 1.7), sobre eles (Rm 4.20-21) ou contra eles, segundo o seu beneplácito (2Re 6.6; Dn3.27).

Deus não depende da Criação para ser Deus! Os atos, feitos e decretos de Deus são inexplicáveis à luz da lógica empírica ou racional, especialmente por serem inescrutáveis, poderosos e irrecoríveis. Eles só podem ser “entendidos” à luz da fé que Ele mesmo gera no coração dos Seus filhos.

O governo divino na ordem natural

Isto é, na natureza, estabelece-se por meio de leis físicas, químicas e biológicas rigorosamente exatas e permanentes.

O governo divino na ordem social

O mesmo acontece: normas, regras e princípios existenciais regem as sociedades, padronizando-as no essencial, independentemente da raça e da cultura. As variações giram em torno do eixo normativo e são controladas pela força padronizadora universal.

O governo divino na ordem sobrenatural

Quando necessário, e conforme Sua vontade, Deus muda “as regras do jogo”, criando um tipo de anormalidade (algo que não é natural acontecer): o **milagre**,

Este fenômeno extraordinário para nós é normal para Deus, o Governador, que pode alterar o curso dos acontecimentos, mudar os processos, interromper a normalidade das coisas. O milagre é a prova de que o Deus soberano, criador, governador e mantenedor de todas as coisas está presente, mantém o universo e atua poderosamente quando necessário.

Não há milagre desnecessário, desproposital, sem objetivos definidos. Deus não opera prodígios inúteis nem realiza portentos sob condicionamentos.

§IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na Sua providência, que esta se estende até a primeira queda (Is

45.7) e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens (Rm 11.32-33; 2Sm 24.1; At 4.27-28), e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os Seus próprios e santos desígnios (Gn 1.20), sábia e poderosamente os limita (2Re 19.28; Is 10.5-7, 12,15), regula e governa em uma múltipla dispensação; mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo (1Jo 2.16; Sl 50.21; Tg 1.13,14).

Já vimos que todas as coisas têm sua origem em Deus, e que até o próprio Mal encontra sua origem no decreto Divino. Deus não foi pego de surpresa com o pecado de Adão e Eva. Ele sabia perfeitamente que eles falhariam. Se Ele de alguma forma tivesse intervindo na decisão de Adão e Eva de comerem do fruto proibido, então eles não teriam sido criados livres (com livre arbítrio); não passariam de autômatos.

Não sabemos os detalhes dos desígnios de Deus em permitir o pecado tanto nos anjos como nos seres humanos. Só sabemos qual é o “**propósito maior**”: a Glória Dele.

Deus não é o Criador do Mal, pelo fato de que Ele é bom e justo. O Mal e o Bem como já vimos na lição 04, não são criaturas/criação. Eles são expressões do caráter das criaturas. A Bíblia diz em Pv 16.4 que: “**O SENHOR fez todas as coisas para determinados fins e até o perverso, para o dia da calamidade**”. Isso nos mostra que Deus não faz nada sem propósito.

Conforme já estudamos na lição 04, Deus limita as ações das Suas criaturas, inclusive as de Satanás. Leia Is 10.5-7,12 e 15. Neste texto você verá que Deus levantou a Assíria para cumprir Sua vontade, mas, que pôs limites em sua ação porque o seu rei se envaideceu.

§V. O muitíssimo sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo Seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados (Dt 8.2; 2Cr 32.25,26,31); para animá-los a dependerem mais íntima e constantemente do apoio Dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, bem como para vários outros fins justos e santos (2Cr 12.7-9; Sl 73; Sl 77.1-12; Mc 14.66-72; Jo 21.15-17).

Em Dt 8.2 está escrito: “**Recordar-te-ás de todo o caminho pelo qual o SENHOR, teu Deus, te guiou no deserto estes quarenta anos, para te _____, para te _____, para _____ o que estava no teu coração, se guardarias ou não os seus _____**”.

Muitas das provações que passamos a culpa é nossa. Contudo, Deus as usa para lapidar nosso caráter e tornar-nos conformes a imagem de Jesus Cristo (Rm 8.28,29).

Com muita facilidade nos vemos como melhores que os outros. A arrogância toma conta de nosso coração. Então Deus age para mostrar-nos o quanto estamos distantes de Sua vontade.

Mas devemos nos lembrar sempre que o propósito de Deus em disciplinar-nos é mostrar o Seu amor por nós. Veja o que diz Hb 12.6-7: “**porque o Senhor**

_____ a quem _____ e _____ a todo _____ a quem recebe. É para _____ que perseverais (Deus vos trata como _____); pois que filho há que o pai não _____?

§VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece (Rm 1.24,26,28; Rm 11.7,8; 2Te 2.11-12) em razão de pecados anteriores, Ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações (Dt29.4; Mc 4.11,12), mas às vezes tira os dons que já possuíam (Mt 13.12), e os expõe a objetos que por sua corrupção tornam ocasiões de pecado (2Re 8.12,13); além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás (Sl 81.11,12; 2Te 2.10-12); assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros (Ex 8.15,32; 2Co 2.15,16; Is 8.14; Ex 7.3; 1Pe 2.7,8; Is 6.9,10; At 28.26,27).

“O mesmo sol que amolece a cera endurece o barro”. A obra de salvação é um ato exclusivo da Graça de Deus que Ele revela a quem Ele quiser revelar. Portanto, no momento em que Ele decidiu escolher os que haveriam de ser salvos, também preordenou à condenação eterna os demais.

Ele não é o culpado de tal condenação. A culpa é do homem. É o pecado do homem que lhe trouxe condenação. Estava toda a massa humana falida no pecado, mas, aprovou a Deus escolher quem Ele queria salvar, não por merecimento destes, mas, por um ato livre da Sua soberania.

Mas, Deus não trata somente com Seus filhos. Ele também trata com os ímpios. Com estes Ele trata mostrando-lhes Sua justiça e zelo para com a Sua glória.

Em 2Tm 3.13 está escrito: “Mas os homens _____ e _____ irmão de _____ a _____, enganando e sendo _____”.

No Sl 119.118 lemos: “_____ os que se desviam dos teus _____, porque falsidade é a _____ deles”.

O mesmo Evangelho que traz vida e luz para um coração, também traz a sentença de condenação aqueles que são duros por natureza (porque nasceram em pecado). O profeta Isaías sentiu isso em sua pele quando foi comissionado por Deus. Ele foi chamado para pregar a um povo que Deus endureceu o coração, tapou os ouvidos e fechou-lhe os olhos, Is 6.9,10.

§VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todas as criaturas, assim, pois, de um modo muitíssimo especial, essa mesma providência cuida de Sua Igreja e tudo dispõe a bem dela (Am 9.8,9; Mt 16.18; Rm 8.28; 1Tm 4.10; Ef 1.22).

Deus cuida de toda a sua Criação; mas, à Sua Igreja Ele revela um cuidado muito especial o qual Ele não revela ao restante da Criação (os não escolhidos).

O apóstolo Paulo expressou bem essa convicção quando disse:

“Ora, é para esse fim que labutamos e nos esforçamos sobremodo, porquanto temos posto a nossa _____ no Deus vivo, Salvador de todos os homens, _____ dos _____” (1Tm 4.10).

Todas as coisas neste mundo “giram em torno da Igreja de Cristo”, não porque ela seja o centro do universo, mas, porque nos propósitos de Deus a sua Glória é revelada na Igreja.

Voltando ao ponto inicial deste capítulo, vemos que até situações de perseguição e tortura contra os crentes fazem parte do propósito de Deus em ser glorificado em Sua Igreja e de exaltá-la como a Sua esposa e bem mais valioso que Ele tem neste mundo. **É por isso que cremos que a expiação é limitada, ou seja, Cristo morreu somente pelos eleitos!**

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 18: Quais são as obras da providência de Deus?

Resposta: As obras da providência de Deus são a sua mui santa (Sl 145.17), sábia (Sl 104.24; Is 28.29) e poderosa maneira de preservar (Hb 1.3) e governar todas as Suas criaturas (Sl 103.19), e todas as suas ações (Mt 10.29,30; Gn 45.7; Sl 135.6), para a sua própria glória (Rm 11.36; Is 63.14).

Pergunta 19: Qual é a providência de Deus para com os anjos?

Resposta: Deus, pela Sua providência, permitiu que alguns dos anjos, voluntária e irremediavelmente, caíssem em pecado e perdição (Jd 6; 2Pe 2.4), limitando e ordenando isso, como todos os pecados deles, para a Sua própria glória (Jó 1.12; Lc 10.17; Mt 8.31), e estabeleceu os demais em santidade e felicidade (1Tm 5.2; Mc 8.38; Hb 12.22), empregando-os todos, conforme lhe apraz, na administração de Seu poder, misericórdia e justiça (Sl 104.4; Hb 1.14).

Pergunta 20: Qual foi a providência de Deus para com o homem, no estado em que foi criado?

Resposta: A providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado, consistiu em colocá-lo no Paraíso, designando-o para cultivá-lo, dando-lhe liberdade para comer do fruto da terra (Gn 2.8; Gn 2.15,16); pondo as criaturas sob seu domínio (Gn 1.28); e ordenando o matrimônio para o seu auxílio (Gn 2.18); em conceder-lhe comunhão com Deus (Gn 1.27,28), instituindo o dia de descanso (Gn 2.3); entrando em pacto de vida com ele, sob a condição de obediência pessoal, perfeita e perpétua (Gn 2.16,17; Rm 5.12-14; Rm 10.5, Lc 10.25-28), da qual a árvore da vida era penhor, proibindo-lhe comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, sob pena de morte (Gn 2.17).

Capítulo VI

Da Queda do Homem, Do Pecado e Do Seu Castigo

Lição 07

Introdução

Ainda dentro dos eternos decretos de Deus, vejamos a doutrina bíblica da Queda do homem e as consequências da mesma para toda humanidade.

§I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, ao comerem do fruto proibido (Gn 3.13; 2Co 11.3). Segundo o Seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a Sua própria glória (Rm 5.19-21).

Deus ao criar o homem e a mulher, dotou-os com livre arbítrio⁸. Porém, seduzidos por Satanás, eles caíram daquele estado maravilhoso de intensa comunhão com Deus. A Bíblia diz que Satanás tentou primeiramente Eva, a qual por sua vez, apresentou o fruto proibido a Adão. Satanás fez com que a desobediência a Deus parecesse algo “agradável” (Gn 3.6). E é assim que ele continua agindo até hoje.

Contudo, tocamos num ponto difícil agora: Deus permitiu o pecado deles, o qual Ele determinou para a Sua própria glória. O pecado é a expressão da vontade da criatura *versus* a vontade do Criador. É a rebelião da criatura tentando usurpar o lugar do Criador. Se Deus tivesse impedido Adão e Eva de pecarem, se Ele tivesse os criados com a impossibilidade de pecarem, não teria feito seres livres à Sua imagem e semelhança. Deus não foi pego de surpresa ou traído pelo homem; Ele sabia muito bem que o homem haveria de pecar contra Ele, e por isso mesmo Ele determinou, conduziu tudo, para que tudo fosse revertido para a Sua glória.

Em permitindo o pecado, Deus não nos deixou à deriva. Em Rm 5.19-21 vemos a solução que Deus deu para esse terrível problema. Veja o v.21 e responda: como Deus tratou com o nosso pecado?

§II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus (Gn 3.6-8; Gn 2.17), e assim se tornaram mortos (Rm 5.12; Ef 2.3) em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma (Gn 6.5; Jr 17.9; Rm 3.10-19; Rm 8.6-8; Sl 58.1-5).

O termo “queda” empregado pelos teólogos para descrever a terrível situação de pecado em que a humanidade caiu quando nossos pais pecaram, demonstra a terrível perda que a raça humana sofreu. A principal perda que o homem sofreu foi a **separação de Deus**. Essa separação trouxe a morte espiritual.

Em Rm 5.12 como a Bíblia descreve os efeitos do pecado de Adão e Eva em toda a humanidade?

⁸ Veremos detalhadamente sobre esse assunto no Cap. IX.

Como a Bíblia descreve o coração do homem nas seguintes passagens?

Gn 6.5

Jr 17.9

Neste parágrafo da CFW vemos que o homem sofreu o que é chamado de **depravação total** e isso quer dizer que o homem foi **“inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma”**. Todas as áreas do ser humano foram afetadas pelo pecado, e até mesmo quando este se propõe a fazer algo bom, sofre a interferência do pecado.

§III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos (At 17.26; Gn 2.16,17; Rm 5.12,15-19; 1Co 15.21-22, 45, 49); e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária (Sl 51.5; Gn 5.3; Jo 3.6).

O ser humano não se torna pecador depois que comete o primeiro pecado, mas, sim, ele comete o primeiro (e todos os outros) pecado de sua vida por que já nasceu pecador.

O **pecado original**, no nosso entendimento, não se transmite de geração a geração como se fosse um fator genético ou uma doença hereditária; não se propaga como um fato cultural negativo (como diz a sociologia “o homem é fruto do meio em que vive”), passando de pais a filhos; nem mesmo a atuação direta de Satanás em cada ser humano que nasce, faz dele um filho do pecado, propenso ao mal e contrário ao bem; ele é a consequência da quebra do pacto, da fiel comunhão com o Criador e irrestrita obediência a ele por parte da criatura. A família humana, representada por Adão e Eva firmou uma aliança com Deus. E, por iniciativa própria, rejeitou esse pacto com Deus, assumindo a responsabilidade de governar-se a si mesma estabelecendo, o que lhe convinha quando se trata de escolher entre o bem e o mal. Em Adão, todos pecamos por pertencermos à humanidade insubmissa, que não desejou e nem deseja viver na condição responsável de servo de Deus. Seu alvo foi e é seu próprio “senhorio”, não a submissão; anseia por Deus, mas nega servi-lo; busca a coroa da glória, mas se recusa a tomar a cruz diária da renúncia, da servidão e do sacrifício.

§IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal (Rm 5.6; Rm 7.18; 8.7; Cl 1.21; Gn 6.5; Gn 8.21; Rm 3.10-12), é que procedem todas as transgressões atuais (Tg 1.14,15; Ef 2.2,3; Mt 15.19).

Ao herdarmos o pecado de Adão, herdamos também a culpa e a inclinação para o pecado. Por mais que queiramos fazer o bem, sempre esbarraremos na nossa inclinação para o pecado. Esse é sem dúvida algum um dos dilemas mais duros com os quais todo o crente sincero e verdadeiro lida constantemente.

Como o apóstolo Paulo descreveu sua situação (e a de todos os crentes) em Rm 7.18?

E em Rm 3.10-12? Qual é a condição de todos os seres humanos?

Somos inclinados, por natureza, ao pecado. Nossa luta é o tempo todo para não fazermos o que a nossa carne quer que façamos. Veja o que diz o próximo parágrafo da CFW:

§V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados (Rm 7.14, 17, 18, 21-23; Tg 3.2; 1Jo 1.8-10; Pv 20.9); e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado (Rm 7.5,7,8,25).

Não podemos nos descuidar da velha natureza (hábitos pecaminosos em que vivíamos antes da nossa conversão), pois, ela como um cadáver pútrido fede. Cristo nos regenerou (deu-nos nova vida), também nos justificou (cancelou a nossa culpa e nos deu da Sua justiça). Mesmo assim, continuamos lutando contra o pecado. É claro que nessa luta não lutamos com as nossas forças, mas, sim, com o poder de Deus.

Uma palavra precisa ser dita sobre os impulsos pecaminosos da nossa velha natureza. Esses impulsos da velha natureza são reais e por si só caracterizam-se como pecado. Isso porque eles revelam as intenções do nosso coração. Somos impulsionados para o pecado pela nossa velha natureza. Logo, se em vez da nova natureza que Cristo nos deu, é a velha natureza que está se mostrando em nosso comportamento, estamos cedendo ao pecado.

§VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna culpado o pecador (1Jo 3.4; Rm 2.15; Rm 3.9-19), em sua própria natureza, e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus (Ef 2.3) e à maldição da lei (Gl 3.10) e, portanto, sujeito à morte (Rm 6.23), com todas as misérias espirituais, temporais e eternas (Ef 4.18; Rm 1.21-28; Mt 25.41; 2Te 1.9).

Do pecado original todos os outros pecados são derivados. Pecado é sempre um ato consciente contra a vontade de Deus. Tal vontade pode estar expressa em mandamentos formais como, por exemplo, o Decálogo, ou contida em princípios morais do bem, do certo e do justo inculcados na consciência humana e, por meio dela, transmitidos à sociedade em forma de padrões comportamentais. Por isso mesmo o pecador é culpado de seu pecado.

O pecado atrai a ira de Deus como um para-raios atrai uma descarga elétrica. Tão grande é a condenação do pecado que a mesma perpassa toda esta vida e vai pela

eternidade. Somente um sacrifício tão puro, poderoso e santo como foi o de Cristo poderia aplacar a ira de Deus contra nós.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 21: Continuou o homem naquele estado em que Deus o criou no princípio?

Resposta: Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, pela tentação de Satanás, transgrediram o mandamento de Deus, comendo do fruto proibido; e por isso caíram do estado de inocência em que foram criados (Gn 3.6-8,13; 2Co 11.3).

Pergunta 22: Caiu todo o gênero humano na primeira transgressão?

Resposta: O pacto, sendo feito com Adão, como um representante, não para si somente, mas para toda a sua posteridade, todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária (At 17.26), pecou nele e caiu com ele na primeira transgressão (Gn 2.17; Rm 5.12-20; 1Co 15.21,22).

Pergunta 23: A que estado ficou reduzido o gênero humano pela queda?

Resposta: A queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria (Rm 5.12; Gl 3.10).

Pergunta 24: Que é pecado?

Resposta: Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por ele dada como regra à criatura racional (Rm 3.23; 1Jo 3.4; Gl 3.10-12; Tg 4.17).

Pergunta 25: Em que consiste o pecado desse estado em que o homem caiu?

Resposta: O pecado desse estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão (Rm 5.12, 19; 1Co 15.22), na falta de retidão na qual este foi criado e na corrupção da sua natureza pela qual se tornou inteiramente indisposto, incapaz e oposto a todo bem espiritual e inclinado a todo mal, e isso continuamente (Rm 5.6; Ef 2.1-3; Rm 8.7,8; Gn 6.5; Rm 3.10-20; Sl 51.5; Sl 58.3); o que geralmente se chama pecado original, do qual procedem todas as transgressões atuais (Tg 1.14,15; Mt 15.19).

Pergunta 26: Como é o pecado original transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade?

Resposta: O pecado original é transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade por geração natural, de maneira que todos os que assim procedem deles são concebidos e nascidos em pecado (Sl 51.5; Jo 3.6).

Pergunta 27: Qual a miséria que a queda trouxe sobre o gênero humano?

Resposta: A queda trouxe sobre o gênero humano a perda da comunhão com Deus (Gn 3.8,24), o seu desagrado e maldição, de modo que somos por natureza filhos da ira (Ef 2.2,3), escravos de Satanás (2Tm 2.26; Lc 11.21,22; Hb 2.14; Lm 3.39) e justamente expostos a todas as punições, neste mundo e no vindouro (Rm 6.23; Mt 25.41,46).

Pergunta 28: Quais são as punições do pecado neste mundo?

Resposta: As punições do pecado neste mundo são: ou interiores como cegueira do entendimento (Ef 4.18), sentimentos depravados (Rm 1.28), fortes ilusões (2Te 2.11), dureza de coração (Rm 2.5), remorso na consciência (Is 33.14) e afetos baixos (Rm 1.26); ou exteriores, como maldição de Deus sobre as criaturas por nossa causa (Gn 3.17) e todos os outros males que caem sobre nós, em nossos corpos, nossos bens, relações e trabalhos (Dt 28.15), juntamente com a morte (Rm 6.21,23).

Pergunta 29: Quais são as punições do pecado no mundo vindouro?

Resposta: As punições do pecado no mundo vindouro são a separação da presença consoladora de Deus e os tormentos mais rigorosos na alma e no corpo, sem intermissão, no fogo do inferno para sempre (2Te 1.9; Mc. 9.47,48; Lc 16.24,26; Ap 14.11)

Capítulo VII

Do Pacto de Deus Com o Homem

Lição 08

Introdução

Na lição anterior vimos como o pecado destruiu a comunhão que o homem tinha com Deus. O estado deplorável em que o homem caiu (separação total de Deus) só poderia ser restabelecido se Deus tomasse a iniciativa. E foi o que Ele fez.

Já estava nos eternos decretos de Deus que Ele haveria de vir ao encontro do homem caído na Pessoa de Seu santo Filho, Jesus Cristo. Veja o que a Escritura diz de Jesus em Ap 13.8:

“e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do _____ que foi _____ desde a _____ do mundo”.

Hoje, veremos uma belíssima doutrina da Palavra de Deus: O Pacto de Deus com o homem.

§I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura (Jó 9.32-33; Sl 114.5,6; At 17.24,25), que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada Dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi Ele servido significar por meio de um pacto.

Tudo é pela Graça de Deus. Graça, quer dizer “favor não merecido”. Desde o momento em que o homem pecou contra Deus lá no Éden, ele foi destituído da presença, bênção e glória de Deus. Veja o que diz Rm 3.23: “pois todos _____ e _____ da glória de Deus”.

Deus agiu em favor do homem caído vindo ao seu encontro. E em toda a Bíblia podemos ver Deus buscando o homem, especialmente em Jesus Cristo, a revelação máxima de Deus à humanidade.

O ato misericordioso de Deus em dar-Se a revelar aos homens e especialmente, providenciando-lhes o caminho para a salvação de seus pecados recebe o nome de **Pacto**.

O pacto de Deus com Seus escolhidos é um só, porém, tem vários momentos específicos.

§II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras (Gn 2.16,17; Gl 3.10; Os 6.7; Rm 5.12-19; 1Co 15.22,47); nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal (Gn 2.16,17; Rm 5.12-14; Rm 10.5; Lc 10.25-28).

O primeiro pacto que Deus estabeleceu com o homem foi o **Pacto de Obras**, isto é, foi aquele estabelecido lá no Jardim do Éden com as seguintes características:

- J Havia um limite: não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal (Gn 2.17);
- J Havia uma condição: eles poderiam comer de todas as outras;

- J Havia uma promessa: em obedecendo a Deus continuariam na mais doce comunhão com Ele;
- J Havia uma ameaça: em desobedecendo, seriam banidos da presença de Deus (morte espiritual).

Adão e Eva foram criados perfeitos, mas, não com o atributo da impecabilidade. E no momento em que deram às costas para Deus, caíram na tentação do pecado.

A partir de então o homem passou a viver com a impossibilidade de não pecar, fazendo-se maldito. Em Gl 3.10 lemos: **“Todos quantos, pois, são das _____ da _____, estão debaixo de _____; porque está escrito: _____ todo aquele que não _____ em todas as coisas _____ no livro da lei, para praticá-las”**.

Em Adão estávamos representados. Por isso mesmo herdamos também não só o seu pecado, mas, também a sua culpa e a condenação. Veja o que diz Os 6.7: **“Mas eles _____ a _____ como _____; eles se portaram _____ contra mim”**.

O Pacto das obras, portanto, dependia do homem obedecer plenamente a Deus, e ele tinha condições para isso, pois, embora não tivesse o atributo da impecabilidade, tinha todos os recursos de que necessitava para fazer a vontade de Deus e não o fez. É o que nos mostra o próximo parágrafo.

§III. Tendo-se o homem tornado, pela sua queda, incapaz de ter vida por meio desse pacto, o Senhor dignou-Se a fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça (Mt 26.28; Gl 3.21; Rm 8.3; Is 42.6; Gn 3.15; Hb 10.5-10); nesse pacto da graça Ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé, para que sejam salvos (Jo 3.16; At 16.30,31), e prometendo o Seu Santo Espírito, a todos os que estão ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer (Jo 3.5-8; Jo 6.37,44; Ez 36.26,27).

Deus é misericordioso, e em Sua misericórdia e amor providenciou o meio pelo qual Ele nos traria a Si. Esse meio não foi uma solução de “última hora”, um “tapa buraco”, mas, sim, foi determinado por Ele antes mesmo da fundação do mundo, antes mesmo de tudo acontecer. Esse meio foi a **encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo!** À essa obra que Cristo realizou em nos salvar dá-se o nome de **Pacto da Graça**.

Tudo é obra de Deus! Do começo ao fim, o que vemos é a mão de Deus e a Sua vontade sendo feita. Ele oferece gratuitamente aos pecadores:

- J **A dádiva suprema:** a vida e a salvação por meio de Jesus Cristo;
- J **O meio supremo:** “pela fé” a qual também é dom de Deus. Em Ef 2.8 vemos que: **“Pela graças sois _____, mediante a fé; e _____ não vem de vós; é _____ de Deus”**. Não só a salvação, mas, também a fé para recebermos a salvação é dom de Deus.
- J **O penhor supremo:** esse penhor é o Espírito Santo.
Ele estará conosco até quando? (Ef 1.14) _____
Ele faz o quê em nosso coração? (Rm 8.16) _____

A presença Dele nos guiando confirma o que? (Rm 8.14) _____

Essa preciosa bênção e promessa (o Espírito Santo) é somente para os eleitos de Deus, e somente estes, por meio da ação poderosa e regeneradora do Espírito Santo podem vir a crer em Jesus e recebê-Lo como único e suficiente Salvador e Soberano Senhor de suas vidas.

§IV. Este pacto da graça é frequentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o Testador, e à eterna herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto (Hb 9.15-17).

As Escrituras Sagradas contém dois “Testamentos”: o Antigo e o Novo, e ambos são um só no seu propósito. É sabido que para que um testamento cumpra o seu papel de conferir a herança aos herdeiros, é necessário que o testador (quem fez o testamento) primeiramente morra. Foi justamente isso que aconteceu conosco. **Só podemos usufruir das promessas do Pacto da Graça porque Cristo morreu em nosso lugar.**

§V. Este pacto, no tempo da Lei, não foi administrado como no tempo do Evangelho (Hb 1.1,2; 2Co 3.6-9). Sob a Lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão, do Cordeiro Pascoal e de outros tipos e ordenanças dados ao povo judeu, prefigurando Cristo que havia de vir (Rm 4.11). Por aquele tempo, essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias (Hb 11.13; Jo 8.56; Gl 3.6-8) prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna: este se chama o Velho Testamento (At 15.11; Rm 3.30; Gl 3.8,9,14).

O Senhor Jesus Cristo é o centro, o conteúdo e o alvo do Pacto. Ele é o Messias (o Ungido de Deus) prometido no Antigo Testamento. Como mostramos no parágrafo anterior, os dois Testamentos são um em seu propósito. Não devemos concordar com a divisão geralmente apresentada como “era da Lei” e “era do Evangelho”, até mesmo porque tanto a Lei como o Evangelho são apresentações da Graça de Deus a nós. Ele não era obrigado a nos dar nem um nem outro.

O presbiteriano reformado (calvinista) deve crer num único Deus, o da graça, que realiza o seu projeto redentor não de fracassos em fracassos, mas de revelação em revelação, começando com o primeiro Adão e consumando-se no segundo, Jesus Cristo.

A aliança pactual teve administrações diversas, mas o seu núcleo e conteúdo é invariavelmente messiânico.

Todas as promessas do Antigo Testamento são messiânicas. A Aliança de Deus com Seu povo tem as seguintes fases:

- J As que se referem à salvação, conscientizando a Adão de que o pecado e a morte não teriam sobre ele poder irremediável e indestrutível, pois um descendente da mulher esmagaria a cabeça da serpente (Gn 3.15);
- J As que foram feitas a Noé, Abraão e Moisés, apontando-os como “imagens messiânicas proeminentes”. E na formação de um povo escolhido por Deus, o povo

de Israel, do qual descenderia o Senhor Jesus Cristo. Israel foi trabalhado por Deus no deserto, e depois, na terra de Canaã, a terra prometida.

J As que foram feitas no período dos reis, como, por exemplo, a de Davi e Salomão.

Os símbolos do Pacto no Antigo Testamento (os sacrifícios, a circuncisão e a páscoa) apontavam para Cristo Jesus. A circuncisão, os sacrifícios e a páscoa são ordenanças que prefiguravam a consumação da graça e da morte redentora de Cristo de que o Batismo e a Ceia do Senhor são sinais que nos reportam às verdades do Antigo Testamento.

No Velho Testamento o pacto era administrado por: promessas, profecias, sacrifícios, circuncisão e páscoa. No Novo Testamento, a promessa, as profecias e os sacrifícios realizam-se consumadamente em Cristo Jesus. A circuncisão e a páscoa perdem seus aspectos tipológicos, e dão lugar ao batismo e Ceia, que assumem o papel de meios de graça para o povo de Deus.

O Antigo Testamento anunciou Aquele que viria, e o Novo Testamento Aquele que veio e cumpriu todas as promessas do Antigo Testamento, a saber, Jesus Cristo.

Uma pergunta que sempre surge é: uma vez que Cristo morreu por nós, como ficaram aqueles que viveram antes Dele ter vindo ao mundo? E a resposta está em Hb 11.13: “**Todos estes morreram na _____, sem ter obtido as _____, vendo-as, porém, de _____, e saudando-as, e _____ que eram estrangeiros e _____ sobre a terra**”. O que este verso nos mostra é que, os que viveram antes de Cristo vir ao mundo, viveram pela fé no Messias que viria, ao passo que nós vivemos pela fé no Messias que veio.

Em Ef 1.10 lemos: “**de fazer convergir nele, na dispensação da _____ dos _____, todas as coisas, tanto no _____ como as da _____**”, ou seja, em Cristo, Deus Pai faz o passado e o presente, o Antigo e o Novo Testamentos se encontrarem. Cristo é o centro da História; é Ele quem dá sentido a tudo.

§VI. Sob o Evangelho, quando Cristo, a substância, Se manifestou, as ordenanças, nas quais este pacto é ministrado, passaram a ser a pregação da Palavra e a administração dos Sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor (Cl 2.17; Mt 28.19,20; 1Co 11.23-25); por estas ordenanças, posto que em número menor e administradas com mais simplicidade e menor glória externa, o pacto se manifesta com mais plenitude, evidência e eficácia espiritual (Hb 8.6-13; 2Co 3.9-11), a todas as nações – tanto aos judeus como aos gentios (Ef 2.15-19). Isto é chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas, um e o mesmo sob várias dispensações (Gl 3.17,29).

Aqui estamos diante do que os Reformadores consideraram o “cerne” do culto bíblico: (1) Pregação da Palavra; (2) Administração dos Sacramentos (Batismo e Santa Ceia).

A Pregação da Palavra é vital para o fortalecimento do povo de Deus. É a pregação da Palavra de Deus o meio pelo qual Ele gera fé nos corações. Dizem com somos uma geração “visual”, ou seja, aprendemos mais quando vemos. Contudo, a Pregação da Palavra ressalta o ouvir e não o ver. Em Rm 10.11-15: “**Porquanto a Escritura diz: Todo**

aquele que nele _____ não será _____. Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam. Porque: Todo aquele que _____ o nome do Senhor será salvo. Como, porém, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada _____? E como _____, se não há quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!”.

Outro meio da graça pelo qual Deus abençoa a Sua Igreja são os Sacramentos do Batismo e da Santa Ceia. O Batismo substituiu a circuncisão e a Santa Ceia substituiu a Páscoa.

Enquanto os símbolos da Antiga Aliança (circuncisão e Páscoa) eram pomposos, os símbolos da Nova Aliança (o Batismo e a Santa Ceia) são simples, e na simplicidade deles alcançam o propósito de nos conduzir ao amor pela glória de Deus e de ver Cristo como o centro do nosso culto. **O centro do culto bíblico é Cristo.** No próximo estudo veremos a centralidade de Cristo como o nosso Mediador. Em Cristo, os dois Testamentos tornam-se apenas um.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 30: Deixa Deus todo o gênero humano perecer no estado de miséria e pecado?

Resposta: Deus não deixa todos os homens perecerem no estado de pecado e miséria em que caíram pela violação do primeiro pacto comumente chamado o pacto das obras (1Te 5.9); mas por puro amor e misericórdia livra os escolhidos desse estado e os introduz num estado de salvação pelo segundo pacto comumente chamado o pacto da graça (Gl 3.10; Tt 3.4-7; Tt 1.2; Rm 3.20-22).

Pergunta 31: Com quem foi feito o pacto da graça?

Resposta: O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nele com todos os eleitos, como sua semente (1Co 15.22,45; Ef 1. 4; 1Tm 1.9; Is 53.10,11; Hb 2.10,11,14).

Pergunta 32. Como se manifesta a graça de Deus no segundo pacto?

Resposta: A graça de Deus é manifestada no segundo pacto em ele livremente prover e oferecer aos pecadores um Mediador (1Tm 2.5) e, por meio dele, a vida e a salvação (1Jo 5.11,12); exigindo a fé como condição de interessá-los nele (Jo 3.16; Jo 1.12; Jo 3.36), promete e dá o Espírito Santo a todos os seus eleitos, para neles operar essa fé, com todas as mais graças salvadoras (Jo 1.12,13; Jo 3.5,6,8; Gl 5.22,23), e para os habilitar a praticar toda a santa obediência (Ez 36.27), como evidência da sinceridade da sua fé (Tg 2.18,22) e gratidão para com Deus (II Co 5. 14,15) e como o caminho que Deus lhes designou para a salvação (Ef 2.10; Tt 2. 14; Tt 3.8).

Pergunta 33: Foi o pacto da graça sempre administrado de uma só maneira?

Resposta: O pacto da graça não foi administrado da mesma maneira; mas as suas administrações no Velho Testamento eram diferentes das debaixo do Novo Testamento (2Co 3.6-9; Hb 1.1,2; Hb 8.7-13).

Pergunta 34: Como foi administrado o pacto da graça no Velho Testamento?

Resposta: O pacto da graça foi administrado no Velho Testamento por promessas (Rm 15.8), profecias (At 3.20,24), sacrifícios (Hb 10.1), pela circuncisão (Rm 4.11), pela páscoa (1Co 5.7; Ex 12.14,17,24) e por outros símbolos e ordenanças; todos os quais tipificam o Cristo que havia de vir e eram naquele tempo suficientes para edificar os eleitos na fé do Messias prometido (Hb 11.13), por quem tiveram, ainda nesse tempo, a plena remissão do pecado e a salvação eterna (Gl 3. 7-9,14).

Pergunta 35. Como é o pacto da graça ministrado no Novo Testamento?

Resposta: No Novo Testamento, quando Cristo, a substância, foi manifestado, o mesmo pacto da graça foi, e continua ser, ministrado na pregação da palavra (Mt 28.19,20) e na celebração dos sacramentos do Batismo (Mt 28. 19) e da Ceia do Senhor (1Co 11.23-26); e assim, a graça e a salvação são manifestadas em maior plenitude, evidência e eficácia a todas as nações.

Capítulo VIII De Cristo o Mediador

Lição 09

Introdução

No Pacto de Deus com o homem o Mediador sempre presente foi Jesus Cristo. Em Ap 13.8 vemos que Cristo é o **“Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo”**. Todo o sistema sacrificial do Antigo Testamento apontava para Ele, **“o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”** (Jo 1.29, ver também Jo 1.36).

O Pacto exigia os seguintes elementos: Os pactuantes (Deus e o homem), o Mediador (Jesus Cristo) e o sacrifício (o Cordeiro de Deus, Jesus).

Vejamos o que a CFW tem a dizer sobre o assunto.

§I. Aprove a Deus em Seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, Seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem (Is 42.1; 1Pe 1.19-20; 1Tm 2.5; Jo 3.16), **o Profeta** (Dt 18.15; At3.20-22), **Sacerdote** (Hb5.5,6) e **Rei** (Is 9.6,7; Sl 2.6), **o Cabeça e Salvador de Sua Igreja** (Lc 1.33; Ef 5.23), **o Herdeiro de todas as coisas** (Hb 1.2) e **o Juiz do Mundo** (At 17.31; 2Co 5.10); e **deu-Lhe desde toda a eternidade um povo para ser Sua semente** (Jo 17.6; Ef 1.4; Jo 6.37,39; Is 53.10) e **para, no tempo devido, ser por Ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado** (1Tm 2.5,6; 1Co 1.30; Rm 8.30; Mc 10.45).

O homem se fez inútil quando pecou. Não tinha mais nada em si que pudesse de alguma forma fazê-lo merecedor do cuidado de Deus. Tal foi o estado de depravação que o homem chegou que ele nem mesmo se dava conta de sua miséria. Ainda hoje é assim. Experimente chamar de “pecador” a alguma pessoa e o mínimo que lhe acontecerá será ouvir dessa pessoa que você não é nada nem ninguém para fazer tal afirmação a respeito dela.

Morto espiritualmente, totalmente depravado em seu ser, e tomado por orgulho e arrogância o homem estava totalmente sem condições de agradar a Deus e assim ser salvo. Aliás, se o homem tivesse condições de agradar a Deus por seus próprios méritos ele nem precisaria ser salvo.

Mas, Deus em Sua infinita bondade vem ao encontro do homem por meio de Jesus. Assim, Jesus ficou entre Deus e o homem (isso é o que quer dizer “Mediador”). Tal decisão Deus tomara quando? Leia 1Pe 1.19,20 e responda:

Em Cristo, os três ofícios do Antigo Testamento se fazem presentes: Profeta, Sacerdote e Rei. Por esse motivo era vetado no Antigo Testamento que uma pessoa ocupasse os três cargos ao mesmo tempo para que não desse motivos para confusão, pois, **somente o Messias teria esses três ofícios**. Houve somente um caso no Antigo Testamento de uma pessoa que reuniu em si os três ofícios: o rei Saul. Ele foi o primeiro rei de Israel, mas, ainda antes de ser rei ele fora tomado pelo Espírito Santo e passou a profetizar (1Sm 10.10). Muito tempo depois, ele voltou a profetizar (1Sm 19.18-24). Mas, Saul cometeu um terrível erro. Estando ele para sair para guerrear contra os filisteus (1Sm

13), não aguentando mais esperar o profeta Samuel para oferecer sacrifícios a Deus, ele mesmo os ofereceu, dando uma de sacerdote. Aqui começou a decadência de Saul.

Como Profeta Jesus proclamou a Palavra de Deus, o Evangelho. Como Sacerdote, Ele ofereceu a Deus a oferta suprema pelos pecadores. Como Rei Ele reina pelos séculos dos séculos.

Deus deu um povo para o Seu Filho, povo este que deveria ser comprado com algo santo e puro, porque este povo estava totalmente corrompido pelo pecado. O bem mais precioso, santo e puro nesse universo era o sangue precioso de Cristo, sangue este que Ele verteu para redimir o Seu povo. Tudo isso estava estipulado pelos decretos de Deus antes da fundação do mundo. Temos aqui a doutrina da Eleição. Contudo, a concretização desse decreto maravilhoso se deu somente depois do estado de humilhação de Cristo, isto é, o período que vai da Sua encarnação ao Seu sepultamento.

§II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a Ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre Si a natureza humana (Jo 1.1,14; 1Jo 5.20; Fp 2.6; Gl 4.4; Hb 2.14) com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado (Hb 2.17; Hb 4.15), sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria e da substância dela (Lc 1.26,27,31,35; Mt 16.16). As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas – a Divindade e a humanidade – foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão (Cl 2.9; Rm 9.5); essa Pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem (Rm 1.3,4; 1Tm 2.5).

Este parágrafo trata da encarnação de Jesus. Antes de ser homem Jesus era Deus. Ele, o Pai e o Espírito Santo sempre existiram e coexistiram na mesma substância, autoridade e poder. Mas, para que Ele pudesse salvar os homens era necessário que Ele se tornasse um homem também. Somente como Deus que era, foi possível a Ele nos salvar; somente sendo um homem é que Ele poderia se identificar com os Seus escolhidos e morrer no lugar deles. Assim, nas duas naturezas do Redentor, a divina e a humana, há perfeita união de sorte que uma não anula a outra, e nem mesmo uma afeta a outra. Como Deus, Ele não santificou Sua natureza humana, porque Sua natureza humana era perfeita. Como homem, Sua natureza humana não era corrompida pelo pecado como é a nossa, mas, Ele tinha as mesmas necessidades que temos, as mesmas enfermidades comuns, contudo sem pecado. O que é que diz Hb 4.15?

Jesus não é 50% Deus e 50% homem. Ele é 100% Deus e 100% homem. Em Rm 1.3,4, duas expressões confirmam isso. Quais?

Como homem Ele é _____

Como Deus Ele é _____

E em 1Tm 2.5 Ele é chamado de:

() Deus e homem

() Só de Deus

() Só de homem

§III. O Senhor Jesus, em Sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo (Lc 4.18,19,21; At 10.38), tendo em Si todos os tesouros de sabedoria e ciência (Cl 2.3,17). Aprouve ao Pai que Nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador (Hb 7.26; Jo 1.14). Este ofício Ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai (Hb 5.4,5), que Lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e Lhe ordenou que os exercesse (Jo 5.22,27; Mt 28.18).

Em Jesus habita a plenitude do Espírito Santo e por meio Dele é que Cristo realizou Sua obra do começo ao fim. Há uma heresia que vem sendo pregada por séculos, a saber, que Jesus era um homem comum que agradou a Deus, e por isso Deus o escolheu para ser o Cristo, e no momento do Seu batismo deu-Lhe o Espírito Santo. A partir de então Ele passou a ser o Cristo. Não encontramos qualquer base bíblica para isso. Além do que tal afirmação é totalmente contrária a tudo o que a Bíblia fala sobre Jesus.

Em Jesus habita toda a plenitude da sabedoria e ciência. Nele estão todos os tesouros de sabedoria e ciência. Os maiores cientistas da humanidade foram pessoas que temiam a Deus, e, por isso mesmo, fizeram tanta diferença para a humanidade.

Em Jesus habita a plenitude da Divindade. Aquele homem conhecido como Jesus de Nazaré, era nada menos do que o Deus encarnado. Ele deixou isso bem claro quando afirmou várias vezes acerca de Si mesmo dizendo: “EU SOU” (Jo 8.24,28,58). Essa expressão que aparece várias vezes no Evangelho de João ditas pelo próprio Senhor Jesus a respeito de Si mesmo é a mesma que Deus usou para falar de Si mesmo quando Se revelou a Moisés no Sinai (Ex 3.14).

Justamente por tudo isso é que Jesus pôde então ser o nosso Mediador e Fiador diante de Deus. Ao Se submeter ao Pai quando por Este foi comissionado, recebeu toda honra, glória, majestade, poder e autoridade em Suas mãos.

§IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente (Sl 40.7,8; Fp 2.5-8). Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei (Gl 4.4), a qual cumpriu perfeitamente (Mt 3.15), padeceu imediatamente em sua alma (Mt 26.37-38; Lc 22.44; Mt 27.46) os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos (Mt 26 e 27); foi crucificado e morreu (Fp 2.8); foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção (At 2.24,27; At 13.37); ao terceiro dia ressuscitou dos mortos (1Co 15.4) com o mesmo corpo com que tinha padecido (Jo 20.25,27); com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai (Lc 24.50,51; At 1.9; At 2.33-36), fazendo intercessão (Rm 8.34; Hb 7.25); de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos (At 10.42; Mt 13.40-42; Mt 16.27; Mt 25.31-33; 2Tm 4.1).

Neste parágrafo vemos a submissão voluntária e cheia de amor de Jesus ao Pai. Sendo Ele tão divino quanto o Pai em momento algum Ele Se recusou a Se submeter ao Pai e cumprir-Lhe Sua santa vontade.

Ele cumpriu perfeitamente todas as exigências da Lei que Ele mesmo estipulara. Ele sofreu em Sua alma e em Seu corpo todos os tormentos do inferno que sofreríamos caso Ele não nos tivesse salvado.

Ficou sob o poder da morte até que a derrotou por completo no terceiro dia, ressuscitando com o mesmo corpo que havia padecido, só que glorificado. Eis um mistério maravilhoso. Hoje, Cristo está na Glória com Seu corpo glorificado. Por essa mesma razão é que podemos esperar Nele a nossa ressurreição. Em Fp 3.21, qual promessa temos em relação ao nosso corpo depois da morte?

Ainda há uma etapa da Obra de Cristo que resta ser realizada: a saber o Julgamento Final.

§V. O Senhor Jesus, pela Sua perfeita obediência e pelo sacrifício de Si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, Ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai (Rm 5.19; Hb 9.14; Rm 3.25-26; Hb 10.14; Ef 5.2) e para todos aqueles que o Pai Lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus (Ef 1.11,14; Jo 17.2; Rm 5.10-11; Hb 9.12,15).

O sacrifício de Jesus é único, perfeito e para todo sempre. Não há necessidade de outros sacrifícios nossos e nem mesmo do próprio Senhor Jesus.

Neste ponto é importante mencionarmos o que a Igreja Católica crê a respeito da missa. A missa católica não é um culto no sentido bíblico como muitos pensam. A missa é uma repetição do sacrifício de Cristo, e essa suposta repetição acontece no ato da eucaristia. É por esse motivo (e outros!) que o crente não deve participar de missas católicas e nem de atos ecumênicos.

Por meio do sacrifício de Cristo recebemos quais bênçãos:

Rm 5.1

Hb 10.14

Hb 9.12,15

§VI. Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação, contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos por meio das promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais Ele foi revelado e significado como a Semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o Cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre (Gn 3.15; Ap 13.8).

Sempre ouço a pergunta: “Pastor, como ficaram aqueles que viveram antes de Cristo? Eles foram salvos também?”. E a resposta é “sim”. Os que viveram no Antigo Testamento viveram na esperança de que Deus enviaria o Messias, e essa promessa é tão antiga quanto a Criação, pois, foi feita em Gn 3.15. Um texto que explica essa verdade é Ef 1.10, onde a Bíblia diz que em Cristo, Deus convergiu todas as coisas, isto é, em Cristo, Deus direcionou todos os fatos da História, todos os Seus propósitos.

Quando a Bíblia diz que Cristo é o “Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo”, está mostrando que Deus não foi pego de surpresa ou

desprevenido e por isso teve de criar um plano “B”. Deus tinha tudo sob controle desde o início, ou mesmo antes de tudo acontecer. A decisão de enviar o Seu Filho para nos salvar foi mesmo antes do homem ter cometido pecado. Deus assim o fez porque Ele quis criar pessoas que pudessem se relacionar com Ele, e quando estas decidiram romper com Ele, mesmo assim Ele já tinha tudo pronto e preparado para nos resgatar de volta para Si.

§VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as Suas duas naturezas, fazendo cada uma o que lhe é próprio (1Pe 3.18; Hb 9.14; Jo 10.17,18); contudo, em razão da unidade de Sua pessoa, o que é próprio de uma natureza é, às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza (At 20.28; Jo 3.13; 1Jo 3.16).

O que este parágrafo nos diz é que não tem como serem separadas as duas naturezas de Cristo (a Divina e a humana). Em tudo o que Cristo fez e faz, Ele é o Deus-Homem agindo.

§VIII. Cristo, com toda a certeza e de forma eficaz, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para quem a adquiriu (Jo 6.37,39; Jo 10.16). Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles (1Jo 2.1; Rm 8.34) e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação (Jo 15.15; Jo 17.6; Gl 1.11,12; Ef 1.7,9), persuadindo-os, eficazmente, pelo seu Espírito, a crer e a obedecer, governando os corações deles pela sua Palavra e pelo seu Espírito (Rm 8.9,14; Tt 3.4,5; Rm 15.18,19; Jo 17.17) subjugando todos os Seus inimigos por meio de Sua onipotência e sabedoria, da maneira e pelos meios mais condizentes com a Sua admirável e inescrutável dispensação (Sl 110.1; 1Co 15.25,26; Mt 4.2,3; Cl 2.15).

Neste parágrafo vemos que Cristo continua agindo por nós e em nós. Sua obra de salvação é completa e perfeita. Não há nada mais a ser feito para que sejamos salvos. Porém, aqueles que foram salvos por meio de Seu sacrifício recebem Dele bênçãos maravilhosas como:

Intercessão: Cristo continua intercedendo por nós nos céus;

Revelação na Palavra: Ele por meio do Santo Espírito nos concede a revelação dos Seus mistérios;

Persuasão para fé e obediência: Ele ajuda os eleitos a crescerem cada vez mais em fé e a obedecê-Lo, pois, é por meio da fé e obediência que mostramos que realmente somos salvos;

Governo soberano: a certeza que os filhos de Deus podem ter é de que Ele está no governo de todas as coisas. Os inimigos são subjugados a Ele. Cristo governa tudo e a todos por meio de Sua infinita e santa sabedoria.

Temos junto ao Pai um Advogado maravilhoso e perfeito. Cristo é o nosso Mediador e pelos méritos Dele somos recebidos na presença de Deus.

Conhecendo o Catecismo maior

Pergunta 36: Quem é o Mediador do pacto da graça?

Resposta: O único Mediador do pacto da graça é o Senhor Jesus Cristo (1Tm 2.5), que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância do Pai e seu igual, no cumprimento do tempo fez-se homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas e uma só pessoa para sempre (Jo 1.1; Jo 10.30; Fp 2. 6; Gl 4.4; Cl 2.9; Fp 2.5-11).

Pergunta 37: Sendo Cristo o Filho de Deus, como se fez homem?

Resposta: Cristo, Filho de Deus, fez-se homem tomando para si um verdadeiro corpo e uma verdadeira alma racional (Jo 1.14; Mt 26.38), sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, da sua substância e nascido dela (Lc 1.31,35-42), mas sem pecado (Hb 4.15; Hb 7.26).

Pergunta 38. Qual a necessidade de o Mediador ser Deus?

Resposta: Era necessário que o Mediador fosse Deus para poder sustentar a natureza humana e guardá-la de cair debaixo da ira infinita de Deus e do poder da morte; para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, obediência e intercessão; e para satisfazer a justiça de Deus, conseguir o seu favor, adquirir um povo peculiar, dar a este povo o seu Espírito, vencer todos os seus inimigos e conduzi-lo à salvação (At 2.24; Rm 1.4; At 20.28; Rm 3.24-26; Ef 1.6; Tt 2.14; Jo 15.26; Lc 1.69,71,74; Hb 5.9).

Pergunta 39: Qual a necessidade de o Mediador ser homem?

Resposta: Era necessário que o Mediador fosse homem para poder levantar a nossa natureza e obedecer a lei (Rm 5.19; Gl 4.4,5), sofrer e interceder por nós em nossa natureza (Hb 2.14; Hb 7.24,15), e solidarizar-se com as nossas enfermidades (Hb 4.15); para que recebêssemos a adoção de filhos (Gl 4.5) e tivéssemos conforto e acesso, com confiança, ao trono da graça (Hb 4.14-16).

Pergunta 40. Qual a necessidade de o Mediador ser Deus e homem em uma só pessoa?

Resposta: Era necessário que o Mediador, que havia de reconciliar o homem com Deus, fosse Deus e homem, e isto em uma só pessoa, para que as obras próprias de cada natureza fossem aceitas por Deus a nosso favor e que nós confiássemos nelas como as obras da pessoa inteira (Mt 1.21,23; Mt 3.17; 1Pe 2.6).

Pergunta 41. Por que foi nosso Mediador chamado Jesus?

Resposta: O nosso Mediador foi chamado Jesus, porque salva o seu povo dos pecados deles (Mt 1.21,23).

Pergunta 42: Por que foi o nosso Mediador chamado Cristo?

Resposta: O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida ungido com o Espírito Santo (Jo 3.34; Lc 4.18-31); e assim separado e plenamente revestido com toda autoridade e poder (Lc 4.14; Hb 4.14; Mt 28.18-20) para exercer as funções de profeta (At 3.22; Lc 4.18,19,21), sacerdote (Hb 5.5,6; Hb 4.15,16) e Rei da sua Igreja, tanto no estado da sua humilhação como no da sua exaltação (Ap 19.16; Is 9.6;

Sl 2.6).

Pergunta 43: Como exerce Cristo as funções de profeta?

Resposta: Cristo exerce as funções de profeta revelando à Igreja em todos os tempos (Jo 1. 4,18), pelo seu Espírito e Palavra (2Pe 1.21; 2Co 2.9,10), por diversos modos de administração, toda vontade de Deus em todas as coisas concernentes à sua edificação e salvação (Ef 4.11-13; Jo 20.31).

Pergunta 44: Como exerce Cristo as funções de sacerdote?

Resposta: Cristo exerce as funções de sacerdote oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, sem mácula a Deus(Hb 9. 14,28), para realizar a expiação dos pecados de seu povo (Hb 2.17) e interceder continuamente por ele (Hb 7.25).

Pergunta 45: Como exerce Cristo as funções de Rei?

Resposta: Cristo exerce as funções de Rei chamando do mundo um povo para si (Jo 10.16,27; Is 55.5), dando-lhe oficiais (1Co 12.28; Ef 4.11,12), leis (Mt 28.19,20) e disciplinas para visivelmente governá-lo (Mt 18.17,18; 1Co 5.4,5; 1Tm 5.20; Tt 3.10); dando a graça salvadora aos seus eleitos (At 5.31); recompensando a sua obediência (Ap 22.12; Mt 25.34-36; Rm 2.7) e corrigindo-os por causa dos pecados (Ap 3.19; Hb 12.6,7); preservando-os por causa de seu estado pecaminoso; sustentando-os em todas as tentações e sofrimentos (2Co 12.9,10; Rm 8.35-39); restringindo e vencendo todos os seus inimigos (1Co 15.25; At 12.17; At 18.9,10), e poderosamente dirigindo todas as coisas para a sua própria glória (Rm 14.11; Cl 1.18) e para o bem do seu povo (Rm 8.28); e também castigando os que não conhecem a Deus nem obedecem ao evangelho (2Ts 1.8; Sl 2.9).

Capítulo IX Do Livre Arbítrio

Lição 10

Introdução

Um assunto que gera muita polêmica quando estudamos os Eternos Decretos de Deus é a questão do Livre Arbítrio. A Teologia Reformada apresenta bases bíblicas irrefutáveis para dizer que após o pecado de Adão e Eva lá no Éden, todos os seres humanos perderam o seu livre arbítrio, estando este agora escravo do pecado. É o que veremos nessa lição.

§I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade natural, que ela nem é forçada para o bem ou para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta da sua natureza (Dt 30.19; Jo 7.17; Ap 22.17; Tg 1.14; Jo 5.40).

O homem foi criado livre. Nada interferia em sua liberdade de escolha; nem o bem nem o mal. Em Seus Eternos Decretos Deus determinou que o homem poderia fazer escolhas. O problema surgiu no momento em que o homem colocou a sua vontade escrava do pecado.

§II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus (Gn 2.16), mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder (Gn 2.16,17; Gn 3.6; Ec 7.29).

Deus criou o homem com a possibilidade de pecar, tanto é que ele pecou. Essa liberdade é o que tornava o homem um ser capaz de se relacionar com Deus. Se Deus não tivesse lhe dado essa liberdade que infelizmente, o homem usou para o pecado, o ser humano não passaria de uma marionete nas mãos de Deus e em hipótese alguma seria responsável pelos seus atos.

§III. O homem, ao cair no estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação (Rm 5.6; Rm 8.7-8; Jo 15.5), de sorte que um homem natural, inteiramente avesso a esse bem (Rm 3.9,12,23) e morto no pecado (Ef 2.1,5; Cl 2.13), é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso (Jo 6.44,65; 1Co 2.14; Tt 3.3-5; Rm 8.8).

Ao colocar-se sob o julgo do pecado, o homem entregou-lhe sua vontade. Ele é incapaz de fazer qualquer bem para se salvar se Deus não agir em seu coração antes. A figura que a Bíblia usa para descrever o estado espiritual do homem é a de um morto. Mortos não sentem, não andam, somente fedem. A menos que recebam a vida da parte de Deus, seu estado é e continua deplorável. O homem não é só incapaz de fazer algum bem para ser salvo por suas próprias forças, ele também é totalmente avesso, contrário a todo tipo de bem espiritual que o conduza a salvação.

É importante destacar aqui que as pessoas são capazes de fazer coisas boas em relação aos outros e a si mesmo. O “bem espiritual” a que se refere este parágrafo é qualquer ação que possa fazê-lo merecer a salvação.

§IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado e, somente por sua graça, o habilita a querer e a fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom (Cl 1.13; Jo 8.34,36; Fp 2.13; Rm 6.18,22), mas isso de tal modo que, por causa da corrupção ainda existente nele, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas, também o que é mau (Gl 5.17; Rm 7.15,21-23; 1Jo 1.8,10).

Somente pelo poder de Deus, poder que nos regenerou é que podemos fazer o que agrada a Deus. Em Jo 8.36 qual é a promessa que temos da parte de Deus?

Em Rm 6.18, depois que fomos libertados do pecado o que aconteceu conosco?

E em Rm 6.22, uma vez que fomos libertados do pecado e transformados em servos de Deus, o que é que deve ser visto em nossa vida?

Contudo, apesar de termos recebido uma nova natureza em Cristo, ainda convivemos com a dura realidade de que o pecado ainda está presente em nossa vida. O apóstolo Paulo compreendeu bem essa luta quando escreveu Rm 7.15,21-23. Leia esse texto e descreva como Paulo relata a sua luta contra o pecado.

§V. É no estado de glória (1Jo 3.2; Ap 22.3,4) que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só (2Cr 6.36; 1Jo 1.8-10; 1Jo 2.1-6; Sl 17.15).

Os três estágios da obra de Cristo por nós são descritos da seguinte forma:

No passado (lá na cruz): recebemos a Justificação – cancelamento da nossa culpa por causa do pecado.

No presente (no dia a dia): recebemos a Santificação – a presença do Espírito Santo em nós nos capacita a vencer o poder do pecado sobre nós.

No futuro (lá no céu): receberemos a Glorificação – estaremos eternamente livres da presença do pecado.

Não devemos confundir essas etapas. Muitos são os que tentam se ver livre da presença do pecado nesta vida. O resultado disso é um farisaísmo e legalismo nojento.

Outros vivem querendo se ver livres da culpa do pecado mesmo se declarando crentes em Cristo Jesus. Ele já os justificou, e, portanto, nenhuma condenação deve pesar sobre eles.

No presente momento, vença o poder do pecado pelo poder do Espírito Santo. O que é que nos diz Rm 8.13?

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 46: Qual foi o estado de humilhação de Cristo?

Resposta: O estado de humilhação de Cristo foi aquela baixa condição na qual, por amor de nós, despoando-se da sua glória, ele tomou a forma de servo em sua concepção e nascimento, em sua vida, em sua morte e depois até à sua ressurreição (Fp 2.6-8; 2Co 8.9; Gl 4.4).

Pergunta 47: Como se humilhou Cristo na sua concepção e nascimento?

Resposta: Cristo humilhou-se na sua concepção e nascimento, em ser, desde toda eternidade, o Filho de Deus no seio do Pai, quem aprovou, no cumprimento do tempo, tornar-se Filho do Homem, nascido de uma mulher de humilde posição, com diversas circunstâncias de humilhação fora do comum (1Jo 1.14,18; Lc 2.7).

Pergunta 48: Como se humilhou Cristo na sua vida?

Resposta: Cristo humilhou-se na sua vida, sujeitando-se à lei (Gl 4.4), a qual perfeitamente cumpriu (Mt 3.5; Jo 19.30; Rm 5.19), e lutando contra as indignidades do mundo (Hb 12.2,3; Is 53.2,3; Sl 22.6), as tentações de Satanás (Mt 4.1-11) e as enfermidades da carne, quer as comuns à natureza do homem, quer as procedentes dessa baixa condição (Hb 2.17,18; Hb 4.15; Is 52.13,14).

Pergunta 49: Como se humilhou Cristo na sua morte?

Resposta: Cristo humilhou-se na sua morte, tendo sido traído por Judas (Mt27. 4), abandonado pelos seus discípulos (Mt 26.56), escarnecido e rejeitado pelo mundo(Lc 18.32,33), condenado por Pilatos e atormentado pelos seus perseguidores(Mt 27.26; Jo 19.34; Lc 22.63,64), tendo também lutado contra os terrores da morte e os poderes das trevas, tendo sentido e suportado o peso da ira de Deus (Lc 22.44; Mt 27.46; Rm 8.32), ele deu a sua vida como oferta pelo pecado (Rm 4.25; 1Co 15.3,4; Is 53.10), sofrendo a penosa, vergonhosa e maldita morte de cruz (Fp 2.8; Hb12.2).

Capítulo X Da Vocação Eficaz

Lição 11

Introdução

Já vimos que Deus em Seus eternos decretos elegeu para a salvação aqueles que haveriam de herdar a Vida Eterna em Cristo Jesus. A Vocação Eficaz é a ação de Deus na qual no tempo estipulado por Ele aqueles a quem escolheu são chamados por meio da pregação da Palavra.

§1. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é Ele servido chamar eficazmente pela Sua Palavra e pelo Seu Espírito, no tempo por Ele determinado e aceito, tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza para a graça e salvação, em Jesus Cristo (Rm 11.7; Rm 8.30; 2Te2.3-14; Rm 8.2; 2Tm 1.9-10). Isto Ele o faz, iluminando os seus entendimentos, espiritual e salvificamente, a fim de compreenderem as coisas de Deus (At 26.18; 1Co 2.10-12), tirando-lhes os seus corações de pedra e dando lhes corações de carne (Ez 36.26), renovando as suas vontades e determinando-as, pela Sua onipotência, para aquilo que é bom (Ex 11.19,20; Ez36.27; Fp 4.13; Dt 30.6), e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo (Jo 6.44,45), mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça (Jo 6.37).

A pregação da Palavra tem um duplo efeito: ela tanto atrai aqueles que são os eleitos de Deus para que estes recebam a salvação, quanto repele aqueles que não foram escolhidos por Deus. Em Is 55.11 o que é que a Bíblia diz sobre o assunto?

A Vocação é eficaz porque é Deus quem a realiza por meio da Palavra pregada e da ação do Espírito Santo que toca no coração da pessoa e lhe faz entender não só a Palavra de Deus como também capacita a pessoa a crer em Cristo Jesus. Em At 16.11-15 temos o relato da conversão de Lídia. No v.14 como é descrita a sua conversão?

Antes de serem chamados eficazmente por Deus para a salvação, os eleitos estão num estado espiritual deplorável. Como Ef 2.1 descreve esse estado?

A conversão a Cristo é descrita como um ato de Deus em retirar o coração de pedra e colocar um coração de carne na pessoa. Isto quer dizer que Deus remove a velha natureza totalmente corrompida pelo pecado e gera uma nova natureza no coração do eleito que foi eficazmente chamado.

A vocação divina é eficaz porque: (1) ela não falha no seu propósito de chamar os eleitos para a salvação; (2) ela não atrasa, ou seja, acontece no tempo estipulado por Deus; (3) ela é irresistível, não há como recusar o chamado de Deus. Ela produz um gozo tão intenso e maravilhoso no coração do eleito que este não consegue recusá-la. Deus não nos força a vir a Ele, mas, nos atrai com Seu amor de forma irresistível. O que Deus diz em Jr 31.3?

A vocação eficaz é uma transformação de vontades, isto é, Deus muda as vontades do nosso coração para que nós façamos somente aquilo que está de acordo com a vontade de Deus. A conversão verdadeira muda o nosso foco de nós mesmos para Deus. O que é que o Senhor Jesus diz em Jo 14.23?

§II. Esta vocação eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus, e não de qualquer coisa prevista no homem (2Tm 1.9; Tt 3.4-5; Rm 9.11); nesta vocação, o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo (1Co 2.14; Rm 8.7-9; Ef 2.5), fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada (Jo 6.37; Ex 36.27; Jo 5.25).

Deus não elegeu e salvou por que Ele viu que um dia os eleitos haveriam de crer Nele, mas, sim, porque Ele os escolheu então eles vieram a crer. Não havia nos eleitos alguma coisa boa pela qual eles se tornassem merecedores da salvação. Tudo partiu do coração de Deus; é dom de Deus (cf. Ef 2.8-10). Duas palavras definem esse parágrafo: monergismo e sinergismo.

Monergismo (só uma força agindo) significa que Deus age sozinho pelo Seu poder para salvar o pecador. Ele elege, prepara o meio (Jesus) e executa a nossa salvação. Nada há em nós que possa ter produzido a nossa salvação. É o que a CFW quer dizer com “o homem é inteiramente passivo...”.

Sinergismo (duas forças atuando juntas para um mesmo fim), ou seja, quando o pecador é vivificado e renovado (regenerado) pelo Espírito Santo, ele “fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada”. Uma vez regenerado pelo Espírito Santo, o homem tem todas as coisas de que necessita para cumprir a vontade de Deus. O homem coopera com o Espírito Santo porque Este o tornou dócil e apegado à Sua Palavra. Não estamos dizendo aqui que o homem “se s a n t, mas, sim, que vive de acordo com o padrão de vida que Deus estipulou para os Seus eleitos. Leia 2Pe 1.3-11 e destaque:

Quais são as ações de Deus em nosso coração?

Quais são as nossas ações como resposta ao que Deus faz em nós?

§III. As crianças eleitas que morrem na infância são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito que opera quando, onde e como Lhe apraz. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas eleitas, incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra (Gn 17.7; Lc 18.15-16; At 2.39; Jo 3.8; 1Jo 5.12; At 4.12).

Quando estudarmos sobre os sacramentos voltaremos à questão do batismo infantil no qual trataremos a questão da Aliança de Deus com Seu povo. Por hora, ressaltamos que as crianças também fazem parte do povo de Deus, e, que, quando uma criança eleita morre em tenra idade, o processo de regeneração e salvação é completado nela. Nem toda criança que morre em tenra idade é uma eleita, mas, toda criança eleita que vier a morrer irá para a glória eterna porque é eleita. Não é o fato de ter morrido criança que a torna uma eleita de Deus, mas, sim, a graça de Deus é que a elegeu, e, nos eternos decretos de Deus foi determinado que esta criança eleita morresse em tenra idade. As crianças que fazem parte da Aliança de Deus estabelecida com seus pais se vier a morrer em tenra idade está salva, porque faz parte da família de Deus com quem Ele tem estabelecida Sua Aliança. Trata-se de uma criança eleita que faz parte da Aliança de Deus que veio a falecer quando criança.

Quanto aos incapazes (que não tem qualquer condição de um discernimento e raciocínio claro) se tiverem sido escolhidos por Deus se enquadram nas mesmas condições. Não são salvas por causa de sua incapacidade mental, mas, sim, porque são eleitas de Deus.

O que nos torna condenados ao inferno é o nosso pecado, e quer uma pessoa nasça sadia ou com problemas, é tão pecadora quanto qualquer outra pessoa. O que nos torna salvos é o ato de Deus eleger-nos para Si por Sua livre graça.

§IV. Os não eleitos, ainda que sejam chamados pelo ministério da Palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo jamais chegam a Cristo e, portanto, não podem ser salvos (Mt 22.14; Mt 13.20,24; Jo 6.64-66; Jo 8.24; 1Jo 2.19; Hb 6.4-6); muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã (At 4.12; Jo 14.6; Jo 17.3), por mais diligentes que sejam em padronizar suas vidas de acordo com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; asseverar e manter que o podem é muito pernicioso e detestável (2Jo 9,10,11; Gl 1.8).

O que este parágrafo está ensinando é que é possível que muitos dos que frequentam uma igreja séria que prega a Palavra de Deus com seriedade e clareza, podem não ser salvos porque nunca chegaram à verdadeira fé, a Fé Salvadora. Podem experimentar dos benefícios de frequentar uma igreja, tais como: comunhão, boas amizades, momentos de profunda comoção e compreenderem verdades profundas da Palavra de Deus, mas que apesar de tudo isso, nunca chegarão à salvação.

Há duas passagens bíblicas que nos mostram essas verdades com muita clareza: Hb 6.4-6 e Lc 8.4-15 que narra a parábola do semeador. A semente (a Palavra) é lançada em vários tipos de solo (corações). Cada solo tem o seu problema, mas, somente aquele que estava devidamente preparado é que produziu frutos. Os outros tipos de solo (coração) até desfrutaram por algum tempo de algum privilégio, mas, não permaneceram. **Na vida cristã tão importante quanto nascer de novo é continuar crescendo para a glória de Deus.**

Outra verdade que este parágrafo da CFW diz é que aqueles que se fiam em religiões e não na pessoa de Cristo não podem ser salvos pelo simples fato de estarem tentando com suas próprias mãos conseguirem o que só Cristo pôde conseguir pelos eleitos. Pior ainda é a presunção e petulância daqueles que ainda se gabam de serem criteriosos e rigorosos em suas práticas religiosas!

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 50: Em que consistiu a humilhação de Cristo depois de sua morte?

Resposta: A humilhação de Cristo depois de sua morte consistiu em ser ele sepultado (1Co 15.3,4), em continuar no estado dos mortos e sob o poder da morte até o terceiro dia (Mt 12.40); o que, aliás, tem sido expresso nestas palavras: “Desceu ao inferno (hades).

Pergunta 51: Qual é o estado de exaltação de Cristo?

Resposta: O estado de exaltação de Cristo compreende a sua ressurreição (1Co 15.4), ascensão (Lc 24.51; At 1.9-11), o estar assentado à destra do Pai (Ef 1.20), e a sua segunda vinda para julgar o mundo (At 1.11; At 17.31).

Pergunta 52: Como foi Cristo exaltado na sua ressurreição?

Resposta: Cristo foi exaltado na sua ressurreição em não ter visto a corrupção na morte (pela qual não era possível que ele fosse retido) (At 2.24; Sl 16.10), e o mesmo corpo em que sofrera, com suas propriedades essenciais (Lc 24.39) (sem a mortalidade e sem as enfermidades comuns a esta vida), tendo realmente unido à sua alma (Ap 1.18), ressurgiu dentre os mortos ao terceiro dia, pelo seu próprio poder (Jo 10.18), e por essa ressurreição declarou-se Filho de Deus (Rm 1.4), por haver satisfeito a justiça divina (Rm 4.25; 1Co 15.17, ter vencido a morte e aquele que tinha o poder sobre ela (Hb 2.14; Ap 1.18), ser o Senhor dos vivos e dos mortos (Rm 14.9). Tudo isto ele fez na sua capacidade representativa (1Co 15.21,22), como cabeça da sua Igreja (Ef 1. 22, 23; Cl 1. 18), para a justificação (Rm 4.25) e vivificação dela na graça (Ef 2.5,6; Cl 2.12), apoio contra os inimigos (1Co 15.25,26; At 12.17; At 18.9,10), e para lhe assegurar a sua ressurreição dos mortos no último dia (1Co 15.20; 1Ts 4.13-18).

Pergunta 53: Como foi Cristo exaltado na sua ascensão?

Resposta: Cristo foi exaltado na sua ascensão em ter, depois da sua ressurreição, aparecido muitas vezes aos seus discípulos e conversado com eles, falando-lhes das coisas pertencentes ao seu reino (At 1.2,3), impondo-lhes o dever de pregarem o Evangelho a todos os povos (Mt 28.19), e em subir aos mais altos céus, no fim de quarenta dias, levando a nossa natureza e, como nosso cabeça, triunfando sobre os inimigos (Hb 6.20; Ef 4.8,10; At 1.9), para ali, à destra do Pai, receber dons para os homens (Sl 68.18), sublimar os nossos afetos (Cl 3.1,2) e preparar-nos um lugar (Jo 14.2,3) onde ele está e estará até a sua segunda vinda no fim do mundo (At 3.21).

Capítulo XI Da Justificação

Lição 12

Introdução

Neste capítulo da CFW veremos um dos maravilhosos benefícios decorrentes da Vocação Eficaz que Deus realiza no coração dos Seus eleitos: a Justificação.

SI. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica (Rm 8.30; Rm 3.24). Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo (Rm 4.5-8; 2Co 5.19,21; Tt 3.5-7; Ef 1.7; Jr 23.6; Rm 3.22,24,25,27,28; 1Co 1.30-31; Rm 5.17-19), quando eles O recebem e se firmam Nele pela fé, f  esta que não possuem não como oriunda de si mesmos, mas, como dom de Deus (Ep 3.9; Ef 2.8; At 13.38-39).

A Justificação é o ato de Deus em declarar justos os pecadores (injustos) que por Ele foram escolhidos para serem salvos. A **decisão** de justificar os escolhidos se deu antes da fundação do mundo, quando Deus escolheu quem haveria de salvar por Sua Graça. Mas, a **execução** da Justificação se deu no sacrifício de Cristo l  na cruz.

Ao justificar os escolhidos, Deus:

- J Perdoou os pecados deles. Não imputa mais a eles a culpa dos pecados por eles cometidos. O perdão divino é o cancelamento da culpa dos eleitos.
- J Declarou-os e aceitou-os como justos por causa da justiça de Cristo – d -se a isso o nome de **imputação da justiça de Cristo** aos eleitos.
- J Não o fez com base nas ações dos eleitos, nem mesmo porque eles viriam a crer em Jesus. Aliás, eles só vieram a crer e confiar em Jesus porque Deus os justificou. O **mérito** (a Justiça que foi levada em conta) foi de Cristo e não dos eleitos.

Veja o que dizem os seguintes textos.

Rm 3.24: de que forma fomos justificados?

Rm 4.5-8: Aquele que “**não trabalha**”   alguém que não confia nas obras que faz, mas, somente no que Cristo fez (Seu sacrifício). Tal pessoa tem a sua fé atribuída como justiça. É importante destacar que Deus **não nos justifica porque mostramos ter f  Nele**, mas, sim, que a Vocação Eficaz gera em nosso coração a **fé salvadora** a qual nos leva a receber a Justificação. **Tanto a fé como a justificação são obras de Deus!**

O que diz Ep 3.9?

Em ordem cronológica acontece assim:

- 1º) Vem a Eleição,
- 2º) A determinação e execução do sacrifício de Cristo,
- 3º) A Vocação Eficaz (que para cada um se dá no tempo estipulado por Deus),
- 4º) A ação do Espírito Santo abrindo os olhos espirituais e gerando a fé salvadora no coração da pessoa, capacitando-a a responder à Vocação Eficaz,
- 5º) A Justificação (que já aconteceu), na qual o pecador se vê livre da culpa dos pecados que o condenavam,
- 6º) A Santificação (que está acontecendo), na qual o pecador se vê livre do poder de pecados que o escravizam,
- 7º) A Glorificação (que ainda acontecerá), quando Cristo voltar para buscar Sua Igreja ressuscitando com corpos gloriosos os crentes que já morreram, e transformando num abrir e fechar de olhos os crentes que estiverem vivos. A glorificação será o livramento da presença do pecado. Lá no céu o pecado não entra. Lá estaremos livres eternamente dessa desgraça.

§II. A fé, assim recebendo e assim repousando em Cristo e em Sua justiça, é o único instrumento de justificação (Jo 1.12; Rm 3.28; Rm 5.1); ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as demais graças salvíficas; não é uma fé morta, mas a fé que age através do amor (Tg 2.17,22,26; Gl 5.6).

O contexto em que a CFW foi escrita, foi de intenso debate sobre “como é possível alcançar a salvação?”. Enquanto a Igreja Católica dizia que a salvação deve ser conquistada por méritos humanos (indulgências, compra de títulos assinados pelo papa etc.) os Reformadores deixaram bem claro o que a Bíblia ensina: **é somente por meio da Fé em Cristo.**

Contudo, a salvação não seja pelas boas obras, ela é **para** as boas obras. Aquele que diz crer em Deus (e isso quer dizer, confiar e entregar sua vida a Ele) deve mostrar em seu viver diário sua fé na prática, ou seja, realizando as obras que Deus preparou para os eleitos. O que nos diz Ef 2.10 em relação às boas obras?

Com base nesses ensinamentos bíblicos afirmamos que **as boas obras são realizadas somente pelos eleitos salvos em Cristo.** Boas obras não são obras corretas que todo ser humano deve fazer. Quando um ímpio pratica a caridade ele está fazendo algo correto, mas, **não é boa obra** no sentido bíblico. O sentido bíblico para boas obras é o de obras realizadas pelos eleitos salvos com o propósito de glorificarem a Deus e não de conseguirem a salvação (como fazem os ímpios). Veja o que o Senhor Jesus disse sobre o assunto em Mt 5.16. Qual a finalidade das boas obras?

§III. Cristo, por meio de Sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são assim justificados, e, em favor deles (Rm 5.8-10,19; 1Co 15.3; 2 Co 5.21; 1Pe 2.24; 1Pe 3.18; Hb 10.10,14; Is 53), fez à justiça de Seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles (Rm 8.32; Jo 3.16) e

como a obediência e a satisfação Dele foram aceitas em lugar deles (2Co 5.21; Is 53.6), ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles provém unicamente da livre graça (Rm 3.24; Rm 6.23; Ef 1.7; Ef 2.6-9), a fim de que tanto a perfeita justiça como a graça abundante de Deus possam ser glorificadas na justificação dos pecadores (Rm 3.26; Ef 2.7).

Alguns conceitos errados sobre o sacrifício de Jesus têm sido pregados durante os séculos. Um deles é que ao morrer na cruz, o Senhor Jesus “pagou a Satanás” o preço do resgate dos filhos de Deus. Nada pode estar mais distante da verdade do que tal afirmação herética.

Por causa do pecado tínhamos uma dívida com a Justiça de Deus. Portanto, nossa dívida era com o próprio Deus o qual vendo a nossa total depravação e incapacidade de pagar tal dívida, assumiu todo o ônus dessa dívida na pessoa de Jesus Cristo. Assim sendo, Deus foi lesado por nosso pecado, e Ele foi quem deu o primeiro passo (e todos os demais) para que a nossa salvação (e cancelamento dessa dívida) fosse executada. Dessa forma “...perfeita justiça como a graça abundante de Deus...” são “...glorificadas na justificação dos pecadores...”.

O que é que diz Ef 2.6-9?

§IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos (1Pe 1.2,19,20; Rm 8.30); e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles (Gl 4.4; Rm 4.25); contudo eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio e de fato, comunica-lhes Cristo (Jo 3.5,18,36; Gl 2.16; Tt 3.4-7).

Releia na pág. 57 dessa apostila a ordem cronológica da obra de salvação. Para tudo Deus tem um tempo determinado, especialmente, o dia da salvação de um pecador. É por isso que o pregador que segue a Bíblia e a Teologia Reformada não se rende à pressão dos números, isto é, ele não entra em desespero quando depois de ter pregado fielmente a Palavra de Deus, não ocorre nenhuma conversão. Isso porque ele sabe que a parte que lhe cabe é ser fiel na pregação da Palavra, ao passo que a conversão dos corações é do Espírito Santo que fará quando for o tempo certo.

§V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados (Mt 6.12; 1Jo 1.7-9; 1Jo 2.1-2). Embora eles nunca poderão cair do estado de justificação (Lc 22.32; Jo 10.28; Hb 10.14; Fp 1.6; 1Jo 2.19), poderão, contudo, por seus pecados, incorrer no paternal desagrado de Deus, e ficar privados da luz de Sua graça, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento (Sl 89.31-33; Sl 32.5; Mt 26.75; Sl 51.7-12; 1Co 11.30-32).

Não existe isso que os arminianos chamam de “cair da graça” (perder a salvação). Veja o que o Senhor Jesus disse em Jo 10.28. Qual a promessa que ele nos faz neste verso?

O que acontece quando um crente que foi justificado peca, é que ele vê interrompida por causa do seu pecado, sua comunhão com Deus. Sermos “...privados da luz da Sua graça...” não significa perdermos a Sua graça, mas, sim, não desfrutarmos da maravilhosa comunhão com Deus que só desfrutamos quando andamos em Sua presença fazendo Sua vontade.

Quando pecamos:

A consequência imediata: rompimento de nossa comunhão com Deus;

A única solução: humilharmos na presença de Deus, confessar nosso pecado (admitir que pecamos) e pedir o perdão;

O resultado certo: restabelecimento da nossa comunhão com Deus.

§VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos aspectos, uma e a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento (Hb 11.13; Jo 8.56; Gl 3.6-8; At 15.11; Rm 3.30).

Essa questão já foi respondida em outras lições, especialmente, quando falamos do Pacto de Deus com o Seu povo. Mas, tanto os que viveram no Antigo Testamento, como os crentes do período do Novo Testamento (entre os quais estamos incluídos) a salvação sempre foi e será pela fé em Cristo, o Messias que deveria vir e veio, que foi assunto aos céus e que de lá voltará.

Veja o que a Bíblia diz em At 15.11:

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 54: Como Cristo é exaltado em assentar-se à destra do Pai?

Resposta: Cristo é exaltado em assentar-se à destra do Pai, em ser ele, como Deus-homem, elevado ao mais alto favor de Deus o Pai (Fp 2.9), tendo toda a plenitude de gozo (At 2.28), glória (Jo 17.5) e poder sobre todas as coisas no céu e na terra (Ef 1.22; 1Pe 3.22); em reunir e defender a sua Igreja e subjugar os seus inimigos; em fornecer aos seus ministros e ao povo dons e graças (Ef 4.11,12) e em fazer intercessão por eles (Rm 8.34).

Pergunta 55: Como faz Cristo a sua intercessão?

Resposta: Cristo faz a sua intercessão, apresentando-se em nossa natureza continuamente perante o Pai no céu (Hb 9.24), pelo mérito da sua obediência e sacrifício cumpridos na terra (Hb 1.3), declarando ser a sua vontade que ela seja aplicada a todos os crentes (Jo 17.9,20,24), respondendo a todas as acusações contra eles (Rm 8.33,34); adquirindo-lhes paz de consciência, não obstante as faltas diárias (Rm 5.1,2; 1Jo 2.12), dando-lhes acesso

com confiança ao trono da graça (Hb 4.16) e aceitação das suas pessoas (Ef 1.6) e seus serviços (1Pe 2.5).

Pergunta 56: Como há de ser Cristo exaltado em vir segunda vez para julgar o mundo?

Resposta: Cristo há de ser exaltado na sua segunda vinda para julgar o mundo em que, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus, virá segunda vez no último dia com grande poder e na plena manifestação da sua glória e da de seu Pai, com todos os seus anjos, com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus, para julgar retamente o mundo (At 3.14,15; Ap 1.7; Mt 24.30; Lc 9.26; 1Te 4.16; At 17.31; Mt 25.31; Sl 85.13; Sl 96.10-13).

Pergunta 57: Quais os benefícios que Cristo adquiriu pela sua mediação?

Resposta: Cristo, pela sua mediação, adquiriu a redenção, juntamente com todos os mais benefícios do pacto da graça (Hb 9.12; 1Co 1.30; Rm 8.32; 1Co 1.20).

Pergunta 58: Como nos tornamos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu?

Resposta: Tornamo-nos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu, pela aplicação deles a nós, que é especialmente a obra do Espírito Santo (Jo 1.12; Jo 3.5,6).

Pergunta 59: Quem são feitos participantes da redenção adquirida por Cristo?

Resposta: A redenção é aplicada e eficazmente comunicada a todos aqueles para quem Cristo a adquiriu (Jo 6.37,39; Jo 10.15; Rm 8.29,30); os quais são, nesta vida, habilitados pelo Espírito Santo a crer em Cristo conforme o Evangelho (1Pe 1.2; 2Te 3.13).

Capítulo XII Da Adoção

Lição 13

Introdução

Continuando sobre os assuntos sobre os benefícios e resultados da obra de Salvação realizada por Deus a nosso favor, vejamos agora a Adoção.

§I. A todos os que são justificados, Deus se digna fazer participantes da graça da adoção (Ef 1.5; Gl 4.4-5) em e por Seu único Filho Jesus Cristo. Por essa graça, eles são recebidos no número e gozam a liberdade e privilégios dos filhos de Deus (Jo 1.12; Rm 8.17), têm sobre si o nome Dele (Ap 3.12), recebem o Espírito de adoção (Rm 8.15), têm acesso com ousadia, ao trono da graça (Ef 3.12; Hb 4.16; Rm 5.2), e são habilitados, a clamar “Abba, Pai” (Gl 4.6); são tratados com piedade (Sl 103.13), protegidos (Pv 14.26; Sl 27.1-3), providos (Mt 6.30-32; 1Pe 5.7) e corrigidos por Ele, como por um pai (Hb 12.6); nunca, porém, abandonados (Lm 3.31; Hb 13.5), mas selados para o dia de redenção (Ef 4.30), e recebem as promessas (Hb 6.12) como herdeiros da eterna salvação (1Pe 1.4; Hb 1.14).

Cristo é o Filho Unigênito de Deus, isto é, só Ele é eternamente gerado do Pai (cf Cap.II, §III da CFW). E nessa relação com o Pai somente Jesus é assim. Os eleitos, todavia, são recebidos na família de Deus por meio do sacrifício de Cristo.

É um equívoco dizer que todos os seres humanos são filhos de Deus. Filho de Deus é uma condição restrita somente àqueles que por Ele foram salvos. Enquanto não acontece o novo nascimento de uma pessoa esta não passa de uma criatura de Deus.

Como filhos adotados por Deus gozamos da liberdade em Cristo, liberdade esta que me faz servi-Lo em vez de escravizar-me nas garras do pecado.

Recebemos também o Espírito de adoração, ou seja, o Espírito Santo que habitando em nosso coração comprova que somos filhos de Deus.

Temos ousadia para nos aproximarmos do Seu trono de graça, isto é, temos confiança no Seu amor de que não haveremos de ser destruídos e fulminados pelo Seu poder porque somos pecadores. No Antigo Testamento havia um temor das pessoas de se aproximarem do Santo dos Santos onde estava a Arca da Aliança. Havia um véu espesso que separava as pessoas desse recinto. Em Cristo e por meio de Seu sangue podemos ter confiança em Deus de que Ele não nos fulminará porque ao olhar para nós Ele vê o sangue de Jesus.

Podemos chamar Deus de Pai, coisa que era inconcebível no Antigo Testamento. E justamente por isso Ele nos trata com comiseração e misericórdia.

A doutrina da adoção no Novo Testamento vem do conceito de “geração espiritual” em Cristo Jesus. O homem velho morre e renasce (renascer é paralelo de ressuscitar) no Filho de Deus. Somos, pois, filhos no Filho. O Pai, ao receber no trono Seu Filho ressurreto humanizado, recebe nele e com ele todos os que Nele se incorporam. E assim como a velha humanidade identifica-se com Adão de quem descende, a nova identifica-se com o Segundo Adão, de quem procede espiritualmente. A nossa filiação ao Pai estabelece-se no Filho em que somos regenerados. Assim, os que estão em Cristo podem clamar, e efetivamente o fazem: “Abba. Pai” (Gl 4. 6).

Dessa maneira, a Igreja não tem mãe, a Virgem Maria, como entende o romanismo, pois Deus somente a identifica, aceita-a e lhe concede a herança da filiação eterna em Jesus Cristo, o Filho, Segunda Pessoa da Trindade. A primeira humanidade começou com a paternidade divina, não maternidade. A nova origina-se, realiza-se e se consuma no Filho do Homem, o Messias.

Deus em Cristo não nos adota simplesmente: mata o nosso velho homem e faz renascer o novo homem em Cristo.

Deus não nos adota para criar e reeducar: recebe em cada convertido um recém-nascido, nova criatura, um filho totalmente Seu para, pelo Santo Espírito, promover o seu crescimento em graça, santificá-lo. A filiação por divina adoção começa na regeneração.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 60: Poderão ser salvos, por viver segundo a luz da natureza, aqueles que nunca ouviram o Evangelho e, por conseguinte, não conhecem a Jesus Cristo nem nele creem?

Resposta: Aqueles que nunca ouviram o Evangelho e não conhecem a Jesus Cristo, nem nele creem, não poderão salvar-se (Rm 10.14; 2Te 1.6-10; At 4.12; Rm 1.18-22), por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas à luz da natureza (1Co 1.21), ou às leis da religião que professam (Jo 4.22; Fp 3.4-10); nem há salvação em nenhum outro, senão em Cristo (At 4.12), que é o único Salvador do seu corpo, a Igreja (Jo 8.39,40; Jo 17.9).

Pergunta 61: Serão salvos todos os que ouvem o evangelho e pertencem à Igreja?

Resposta: Nem todos os que ouvem o Evangelho e pertencem à Igreja visível serão salvos, mas unicamente aqueles que são membros verdadeiros da Igreja invisível (Rm 9.6; Mt 7.21; Mt 13.41,42).

Pergunta 62: Que é Igreja visível?

Resposta: A Igreja visível é uma sociedade composta de todos quantos, em todos os tempos e lugares do mundo, professam a verdadeira religião (1Co 1.2; 1Co 12.12,13; Rm 15.1-12), juntamente com seus filhos (Gn 17.7; At 2.39; 1Co 7.14; Mc 10.13-16).

Pergunta 63: Quais são os privilégios Igreja visível?

Resposta: A Igreja visível tem o privilégio de estar sob o cuidado e governo especial de Deus (1Co 12.28; Ef 4.11,12; At 13.1,2); ser protegida e preservada em todos os tempos, não obstante a oposição de todos os inimigos (Mt 16.18); gozar da comunhão dos santos, dos meios ordinários de salvação (At 2.42; Rm 3.1,2) e das ofertas da graça por Cristo a todos os membros dela, no ministério do Evangelho, testificando que todo o que crer nele será salvo (Sl 147.19,20; Rm 9.4; At 16.31; Ap 22.17), não excluindo ninguém que queira vir a ele (Jo 6.37).

Capítulo XIII

Da Santificação

Lição 14

Introdução

Vejamos agora outro benefício e resultado da obra de Salvação realizada por Deus a nosso favor, a saber, a Santificação.

§I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado neles um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, por Sua Palavra e por Seu Espírito, que neles habita (At 20.32; Rm 6.5-6; Jo 17.17; Ef 5.26; 2Te 2.13); o domínio de todo o corpo do pecado é destruído (Rm 6.6,14), as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas (Rm 8.13; Gl 5.24; Cl 3.5), e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras (Cl 1.11; 2Pe3.13-14), para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor (2Co 7.1; Hb 12.14).

A Santificação é um processo e obra que Deus realiza no coração dos eleitos somente. Alguém que não tenha passado pela experiência transformadora da salvação em Cristo, jamais experimentará os efeitos da Santificação em sua vida.

A nossa Santificação tem como base nada mais nada menos do que a morte e a ressurreição de Cristo que em conjunto com Sua Palavra e Seu Santo Espírito age em nós não somente nos purificando, mas, mortificando o poder do pecado em nós, concedendo-nos o poder para continuarmos mortificando nossos impulsos e desejos pecaminosos e nos entregando completamente à vontade de Deus.

Visto dessa forma, a Santidade de vida é resultado da santificação que Deus opera em nosso coração. Há uma música *gospel* que diz: “me ensina a ter santidade, quero amar somente a Ti...”. Tal música é heresia. Deus não nos ensina a ser santos. Ele produz em nosso coração a santidade como resultado da Santificação que Ele realizou em nós. Definitivamente, ou dependemos de Deus para vivermos em santidade, ou jamais veremos a Ele!

§II. Esta santificação é no homem todo (1Te 5.23), porém imperfeita nesta vida; ainda subsiste em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável – a carne lutando contra o Espírito e o Espírito contra a carne (1Jo 1.10; Fp 3.12; Gl 5.17; 1Pe 2.11; Rm 7.19,23).

A imperfeição dessa santificação não é porque Deus não seja poderoso para realizá-la, mas, sim, por nossa causa. Mesmo salvos, justificados e santificados por Cristo, enquanto estivermos neste mundo estaremos sujeitos à imperfeição. Duas atitudes devem ser evitadas aqui: perfeccionismo e conformismo.

O perfeccionismo, ensinamento propagado por várias igrejas evangélicas em nossos dias (a Igreja do Nazareno, Holliness, etc.) afirmam que quando alguém é salvo por Cristo, não peca mais, porque agora é um filho de Deus. Uma coisa é admitirmos que não carregamos mais a culpa do pecado, e outra bem diferente é dizermos que não temos mais pecado. O que é que a Bíblia nos diz em 1Jo 1.10?

Contudo, o oposto do perfeccionismo é o conformismo, que é a atitude daquele que diz: “Já que não consigo vencer mesmo o pecado, e mesmo pecando não peço a salvação, então deixe estar para ver como é que fica”. Devemos entender que fomos salvos e libertos da culpa do pecado, mas, nesta obra de salvação Deus inclui a santificação que é o processo através do qual eu venço o pecado e enfraqueço cada dia mais a sua força em mim, e isto, é claro, por meio do Espírito Santo em minha vida. Jamais trata-se de uma luta na qual eu uso as minhas próprias forças.

A luta que é travada em nosso coração é por causa do nosso velho homem (hábitos pecaminosos) tentando se manter vivo ao passo que o Espírito Santo age em nós levando-nos a cada dia mais viver na dependência Dele e obediência à Sua Palavra. Nesse sentido, quando nos submetemos a Deus cooperamos com Ele para a nossa santificação, sem com isso ela ser uma obra nossa, mas, somente de Deus.

§III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que restam (Rm 7.23), contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada vence (Rm 6.14; 1Jo 5.4; Ef 4.15-16), e assim os santos crescem em graça (2Pe 3.18; 2Co 3.18), aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus (2Co 7.1).

Muito se tem dito por aí sobre batalha espiritual. Os mais diversos conceitos são difundidos como sendo bíblicos. Porém, a verdadeira batalha espiritual trata-se pela posse da nossa mente, onde Satanás tenta por todas as formas nos levar a pecar utilizando-se de tentações, dúvidas e outros artifícios para nos afastar de Deus e de Sua Palavra.

Todo crente deve ser honesto e prudente em admitir que está sendo trabalhado por Deus, e nesse processo em que Deus está lapidando o seu caráter ele pode vir a pecar quando não se submeter totalmente a Deus. É por esse motivo que temos de fazer uso do poder do Espírito Santo que nos socorre em meio às tentações e nos santifica. **Crescimento espiritual tem tudo a ver com submissão completa à vontade de Deus tal qual é revelada em Sua Palavra!**

Em 2Co 7.1 quando Paulo fala sobre aperfeiçoarmos nossa santidade, em hipótese alguma está dizendo que Deus nos deu algo defeituoso e que cabe a nós melhorá-lo por meio de nossos esforços. Não! O que ele está dizendo com essas palavras é que é assim que crescemos espiritualmente, prosseguindo na direção e propósito de Deus para nossas vidas quando Ele nos salvou.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 64. Que é a Igreja invisível?

Resposta: A Igreja invisível é o número completo dos eleitos, que têm sido e que hão de ser reunidos em um corpo sob Cristo, a Cabeça (Ef 1.10; Ef 1.22,23; Jo 11.52; Jo 10.16).

Pergunta 65. Quais são os benefícios especiais que gozam por Cristo os membros da Igreja invisível?

Resposta: Os membros da Igreja invisível gozam por Cristo da união e comunhão com ele em graça e glória (Jo 17.21; Ef 1.2,5,6; 1Jo 1.3; Jo 17.24).

Pergunta 66: Qual a união que os eleitos têm com Cristo?

Resposta: A união que os eleitos têm com Cristo é a obra da graça de Deus (Ef 2. 8), pela qual são eles espiritual e misticamente, ainda que real e inseparavelmente, unidos a Cristo, seu Cabeça e Esposo (1Co 6.17; Jo 10.28; Ef 5.23,30); o que se efetua na sua vocação eficaz (Jo 15.1- 5; 1Co 1.9; 1Pe 5.10).

Pergunta 67: Que é vocação eficaz?

Resposta: Vocação eficaz é a obra do poder e graça onipotente de Deus (Ef 1.18- 20; 2Tm 1.8,9), pela qual (do seu livre e especial amor para com os eleitos e sem que nada neles os leve a isto) (Tt 3.4,5; Rm 9.11) ele, no tempo aceitável, os convida a atrai a Jesus Cristo pela sua Palavra e pelo seu Espírito (2Co 5.20; 2Co 6.2; Jo 6.44; 2Te 2.13,14), iluminando os seus entendimentos de uma maneira salvadora (At 26.18), renovando e poderosamente determinando as suas vontades (Ez 11.19), de modo que eles, embora em si mortos no pecado, tornam-se por isso prontos e capazes de livremente responder à sua chamada e de aceitar e abraçar a graça nela oferecida e comunicada (Jo 6. 45; Fp 2. 13).

Pergunta 68: Os eleitos são os únicos eficazmente chamados?

Resposta: Todos os eleitos, e somente eles, são eficazmente chamados (At 13.48; Jo 6.39,44; Jo 17.9); ainda que outros o possam ser, e muitos vezes são, exteriormente chamados pelo ministério da Palavra (Mt 12.14) e tenham operações comuns do Espírito Santo (Mt 13.20,21; Hb 6.4- 6); contudo, pela sua negligência e desprezo voluntário da graça, que é oferecida, são justamente deixados na sua incredulidade e nunca vêm sinceramente a Jesus Cristo (Sl 81.11,12; Jo 12.38- 40).

Capítulo XIV Da Fé Salvadora

Lição 15

Introdução

“Vivemos numa época em que as pessoas têm mais fé na fé do que fé em Deus” ouvi alguém dizer. Mas, será que essa afirmação expressa com exatidão a realidade que temos vivido em relação à fé e o Evangelho de Cristo? Creio que o problema mais grave em nossos dias não se trata de falta de fé, embora temos visto um esfriamento e distanciamento das pessoas para com a Palavra de Deus. Um sério problema que tem afetado até mesmo igrejas sérias é a pouca ênfase dada ao Novo Nascimento, verdade crucial para a vida cristã. Aliás, sem ele não há vida cristã.

Quando falamos de Novo Nascimento conforme nos ensinou o Senhor Jesus, obrigatoriamente temos de fazer uma distinção entre a fé comum e a Fé Salvadora. A primeira, diz respeito ao tipo de fé que todos os seres humanos têm. Mas, esta fé não é suficiente para salvar o pecador da condenação eterna e nem mesmo é resultado do Novo Nascimento.

Há a Fé Salvadora a qual é resultado do Novo Nascimento promovido pelo Espírito Santo no coração da pessoa. Essa Fé Salvadora não é um mero acreditar em Deus, mas, sim, confiança absoluta e entrega total do coração a Deus para que Ele o transforme, o faça “nascer de novo”. Essa Fé Salvadora resulta em plena convicção da Salvação e leva o “recém-nascido espiritual” a crescer na Graça e no conhecimento de Cristo Jesus.

§1. A graça da fé, por meio da qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles (1Co 12.3; Ef 2.8; Hb 12.2), e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra (Rm 10.14,17); por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida (1Pe 2.2; At 2.32; Mt 28.19; 1Co 11.23-29; 2Co 12.8-10).

A Fé Salvadora não é resultado do esforço humano, mas, sim, da operação do Espírito Santo capacitando o homem (que está morto em seus pecados) a crer. Mas, para isso, Ele primeiramente, comunica-lhe a Vida de Cristo (Ef 2.1). Somente depois disso é que a pessoa é habilitada a crer para a salvação.

Os meios da Graça

A Palavra

O meio que Deus usa para chamar os eleitos e vivificá-los espiritualmente é através da Sua Palavra. Nem todos os homens ouvirão a Palavra de Deus; nem todos os que a ouvirem serão salvos; mas, todos os eleitos a ouvirão e serão salvos!

Os sacramentos (ordenanças)

Veremos esse assunto com mais detalhes no Cap. XVII. Por enquanto ressaltamos que aquele que nasceu de novo deve zelar por participar dos sacramentos (Batismo e Santa Ceia) como “meios da Graça”, ou seja, instrumentos que Deus usa para o crescimento espiritual do crente.

Oração

Este é outro “meio da Graça” muito precioso para que o crente veja aumentar em seu coração a sua confiança em Deus e comunhão com Ele. A oração não move o braço de Deus, mas, sim, o nosso coração em direção a Deus.

Leia Tt 1.1. Como Paulo descreve essa Fé?

§II. Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em Sua Palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado (1Te 2.13; 1Jo5.10; At 24.14), e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são: aceitar e receber a Cristo e descansar só Nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.

Tratamos aqui neste parágrafo sobre a autoridade de Deus através da Sua Palavra sobre a vida do salvo.

Primeiramente, o salvo crê que tudo o que está revelado na Palavra é a Verdade. Como Paulo descreve a Palavra em 1Te 2.13?

Hereges dizem por aí que a Bíblia não é a Palavra de Deus, mas “contém a Palavra de Deus”. Isso é mentira! **Tudo nela é a Palavra de Deus.** É claro que existem muitos diálogos que foram Nela escritos os quais não saíram dos lábios de Deus. Porém, quando dizemos que a Bíblia é toda ela a Palavra de Deus estamos dizendo que tudo o que nela está escrito o foi por um propósito muito bem definido por Deus, e por isso, ela é a Palavra Dele para nós. Em Rm 15.4 sabemos qual é esse propósito Divino.

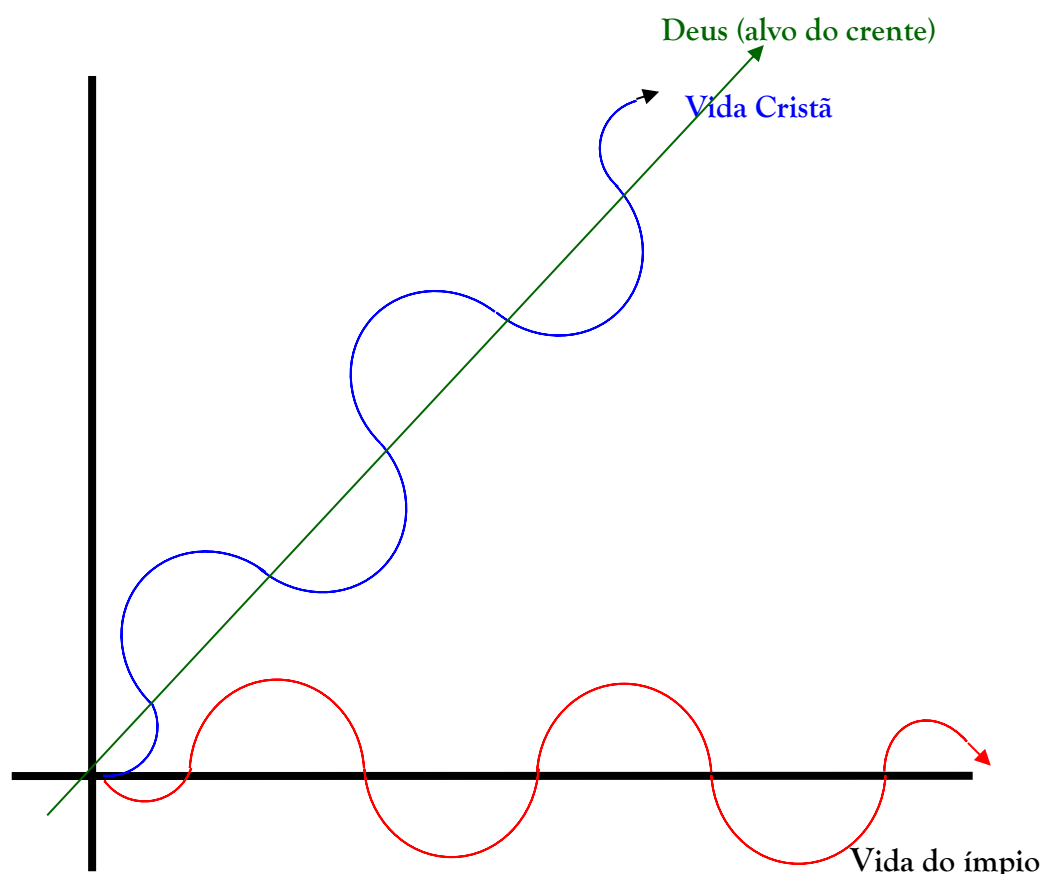
O salvo não somente crê que a Palavra de Deus é a Verdade. Ele também vive e age de acordo com ela. Ele não escolhe partes da Palavra para obedecer, mas, sim, tem seu coração disposto a obedecer toda a Palavra de Deus.

Ele não busca só as promessas que lhe agradam na Palavra de Deus; ele também treme e teme as ameaças que na Palavra estão contidas aos rebeldes. Seu coração não vê somente o que está destinado para essa vida, mas, principalmente, para a vida futura.

Os principais atos da Fé Salvadora são: aceitar e receber a Cristo e descansar Nele para a Justificação, Santificação e Vida Eterna. O ato de “aceitar a Cristo como Salvador” tem sido banalizado por muitos que partem pelas ideias do arminianismo. Por não fazerem uma distinção clara entre fé comum e Fé Salvadora, muitos pregadores passam a ilusão de que qualquer pessoa pode receber a salvação eterna, desde que, é claro,

creia que em Jesus. Isso é verdade se aplicado aos eleitos. Porém, a fé comum não gera vida no coração da pessoa; nem mesmo a Fé Salvadora gera vida, pois, ela vem depois da Regeneração, depois do Novo Nascimento. Somente depois de tudo isso é que a pessoa “aceita” a Cristo, ou seja, abandona todas as suas tentativas de fazer com as suas próprias mãos alguma coisa para merecer a Salvação, e descansa somente no sacrifício de Jesus e Nele se refugia confiante de que está livre da condenação eterna.

§III. Esta fé é de diferentes graus: é fraca ou forte (Mt 6.30; Mt 8.10; Rm 4.19,20); pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória (Lc 22.31,32; 1Co 10.13), desenvolvendo-se em muitos até à plena segurança em Cristo (Hb 6.11,12; Hb 10.22; 2Tm 1.12), que é tanto o Autor, como o Consumador da fé (Hb 12.2).



A vida do crente assim como a do ímpio tem seus altos e baixos. Porém, a diferença está na direção para qual cada um se dirige. Na vida do crente até mesmo quando ele cai, ao arrepender-se e voltar-se para Deus (cf. Ap 2.5) ele continua “subindo”, crescendo.

Nunca devemos nos esquecer que somos imperfeitos. Porém, o propósito de Deus para nós é que nosso alvo seja a Perfeição (Jesus Cristo). E Confiados Nele ainda que nesta vida nos seja impossível sermos perfeitos, contudo nosso alvo é a Perfeição.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 69: Que é comunhão em graça que os membros da Igreja invisível têm com Cristo?

Resposta: A comunhão em graça que os membros da Igreja invisível têm com Cristo é a participação da virtude da sua mediação, na justificação (Rm 8.30), na adoção (Ef 1.15), na santificação e tudo o que nesta vida manifesta a união com ele (1Co 1.30).

Pergunta 70: Que é justificação?

Resposta: Justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores, no qual ele os perdoa, aceita e considera justas as suas pessoas diante dele (2Co 5.19,20; Rm 3.22,24,25; Rm 4.5), não por qualquer coisa neles operada ou por eles feita (Ef 1.6,7; Rm 3.28), mas unicamente pela perfeita obediência e plena satisfação de Cristo a eles imputadas por Deus (Rm 3.24,25; Rm 5.17,18,19; Rm 11.6-8) e recebidas só pela fé (Rm 5.1; At 10.43; Gl 2.16; Fp 3.9).

Pergunta 71: Como a justificação é um ato da livre graça de Deus?

Resposta: Ainda que Cristo, pela sua obediência e morte, prestasse uma verdadeira satisfação real e plena à justiça de Deus a favor dos que são justificados, é de livre graça para eles, desde que Deus aceite a satisfação de um fiador, a qual podia ser exigida deles; e proveu este fiador, seu único Filho, imputando-lhes a justiça deste e não exigindo deles nada para a sua justificação senão a fé, a qual também é dom de Deus (Mt 20.28; Rm 5.8-10,19; 1Tm 2.5,6; Is 53.5,6; Hb 7.22; Rm 8.32; 2Co 5.21; Rm 3.25; Ef 2.8; Ef 1.7).

Pergunta 72: Que é fé justificadora?

Resposta: A fé justificadora é a que salva (Hb 10.39), operada pelo Espírito Santo e pela Palavra de Deus no coração do pecador (Rm 10.14,17; 2Ts 2.13) que, sendo por ambos convencido do seu pecado e miséria e da sua incapacidade, e das demais criaturas, para restaurá-lo do estado de perdição (Jo 16.8,9; At 16.30; At 2.37; Ef 2.1; At 4.12; Rm 7.9), não somente aceita a verdade da promessa do Evangelho (Rm 10.8-10), mas também recebe Cristo e confia nele e na sua justiça, que lhe são oferecidos no Evangelho para o perdão de pecados (At 10.43; Gl 2.15,16) e para que sua pessoa seja aceita e reputada justa diante de Deus para salvação (Fp 3.9; At 15.11).

Capítulo XV

Do Arrependimento Para a Vida

Lição 16

Introdução

Na presente lição abordaremos um dos assuntos mais importantes da vida cristã: o arrependimento. Há muita confusão entre arrependimento e remorso. Ambos são parecidos a princípio, pois, expressam tristeza por algum erro (pecado) cometido. Mas, as semelhanças param por aí. Dois exemplos bíblicos que mostram bem a diferença entre arrependimento e remorso é Caim e o filho pródigo.

Caim quando foi confrontado por Deus depois de matar seu irmão Abel, demonstrou preocupação consigo mesmo quando disse: **“É tamanho o meu castigo, que já não posso suportá-lo. Eis que hoje me lanças da face da terra, e da tua presença hei de esconder-me; serei fugitivo e errante pela terra; quem comigo se encontrar me matará”** (Gn 4.13,14). Isso é remorso, ou seja, a pessoa em vez de admitir o seu pecado e se ver como pecador vê-se como vítima e pesa os malefícios que colherá, mas, é incapaz de admitir o mal que fez a outra pessoa. Enquanto isso, o filho pródigo quando caiu em si e viu o pecado que cometera contra seu pai, disse consigo mesmo: **“Levantar-me-ei e irei ter com meu pai, e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores”** (Lc 15.18,19). O arrependimento é isso. Ele faz a pessoa ver o mal que ele fez contra o outro e admite seu pecado, e, em vez de ficar se desculpando, coloca-se à disposição do outro para arcar com as consequências.

O arrependimento é um sentimento seguido de uma atitude na qual eu admito que fiz algo errado e que por isso sou culpado. E somente mediante confissão e pedido de perdão é que eu posso resolver a questão.

Mas aqui trataremos daquele arrependimento que leva o pecador até Deus para ser salvo.

§1. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica (At 11.18), doutrina esta que **deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho, tanto quanto a da fé em Cristo** (Lc 24.47; Mc 1.15; At 20.21).

Todos estes textos bíblicos que embasam este parágrafo nos mostram que o arrependimento é consequência da Vida, ou seja, o Novo Nascimento que é crucial para a salvação só acontece quando o pecador recebe o dom da Fé Salvadora e se arrepende de seu viver cheio de pecado e autoconfiante para entregar-se a Cristo.

Todo pregador do Evangelho deve ser tão veemente ao falar do arrependimento quanto ao falar sobre a Fé Salvadora. Infelizmente, em nossos dias as pessoas ouvem tantas coisas nas igrejas, mas, quase nada sobre a Fé Salvadora, e muito menos ainda sobre o arrependimento.

Sendo o arrependimento “uma graça evangélica” só pregamos o Evangelho de verdade quando vidas experimentam sinceramente esse arrependimento e são transformadas por Cristo. Se tal coisa não está acontecendo em nossa Igreja devemos avaliar com honestidade a nossa pregação.

§II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade de seus pecados, como contrários à santa natureza e justa lei de Deus e se conscientizando da misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador, pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados que, deixando-os, se volta para Deus (Ez 18.30,31; Ex 36.31; Sl 51.4; Jr 31.18-19; 2Co 7.11), tencionando e procurando andar com Ele em todos os caminhos de Seus mandamentos (Sl 119.6,59,106; Mt 21.28-29; Jo 14.23).

O arrependimento para a Vida é uma análise que o pecador faz de si na qual ele constata não somente que algumas coisas não estão bem em sua vida, mas, sim, que tudo nele está fora dos padrões de Deus, e, portanto, está totalmente arruinado.

No momento em que Deus concede ao pecador a capacidade de se arrepender, este se volta para Deus e vê em seu coração crescer o amor por aquilo que Deus ama (Sua glória), e o ódio por aquilo que Deus odeia (o pecado).

Em Ez 18.30,31, quais ordens Deus deu ao povo de Israel em relação ao arrependimento?

O arrependimento para a Vida faz com que tenhamos quais sentimentos em relação ao nosso pecado? O que diz Ez 36.31?

O arrependimento para a Vida gera no coração do convertido uma mudança radical em suas vontades. Não mais suas vontades são o alvo de sua vida, mas, sim, a vontade de Deus passa a ser sua vontade. Para o arrependido que foi vivificado, a Lei de Deus e os Seus mandamentos são o prazer de sua alma.

§III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele (Tt 3.5; At 5.31), o que é ato da livre graça de Deus em Cristo (Rm 3.24; Ef 1.7), contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão (Lc 13.3; At 17.30).

O que este parágrafo está nos ensinando é que somente o sacrifício de Cristo satisfaz a justiça de Deus, e que não devemos jamais pensar que o nosso arrependimento aplaca a ira de Deus e nem mesmo satisfaz sua justiça. O arrependimento tem como objetivo nos levar a cair de joelhos diante da cruz de Cristo e clamarmos por Seu perdão e, assim, recebermos a Vida Eterna.

Cristo satisfaz de uma vez a justiça de Deus, e só recebemos essa justiça de Cristo sobre nós quando nos arrependemos dos nossos pecados.

§IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação (Rm 6.23; Mt 12.36; Tg 2.10), assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente (Is 55.7; Rm 8.1; Is 1.18).

Sempre ouvimos as pessoas dizerem: “ *N ã o h á p e c a d i n h o e n e m p e c a d o .* Mas, ~~que este~~ *parágrafo* está nos mostrando é que todo o pecado é pecado, e é passível de condenação eterna. Por isso mesmo, todo pecado, ainda que nos pareça insignificante (coisa que nunca é) deve ser confessado e o coração ser tomado de arrependimento por tal pecado cometido.

§V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um de seus pecados (Sl 19.13; Lc 19.8; 1Tm 1.13,15; Dn 9 e Ne 9).

Este parágrafo pode ser traduzido na seguinte frase: “ *P e c a m o s a v a r e j o , c o n f e s s a m o* ~~Devo evitar tal procedimento.~~ Ao nomearmos cada pecado cometido temos uma oportunidade singular de percebermos por meio do perscrutar revelador do Espírito Santo a feiura do nosso pecado. Com muita facilidade nos tornamos hipócritas e julgamos os pecados dos outros mais horrendos que os nossos. Mas, quando permitimos o Espírito Santo apontar quais pecados temos cometido, somos tomados de vergonha e de tristeza.

§VI. Como cada homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular de seus pecados, pedindo-lhe o perdão deles (Sl 32.5-6; Sl 51.4,5,7,9,10), abandonando-os, achará misericórdia (Pv 28.13; 1Jo 1.9); assim também aquele que scandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo deve estar pronto, por meio de uma confissão particular ou pública de seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos (Tg 5.16; Lc 17.3,4; Js 7.19); isto feito, estes devem reconciliar-se com o penitente e recebê-lo em amor (2Co 2.7,8; Gl 6.1,2).

Enquanto estivermos estudando a CFW devemos sempre ter em mente o contexto da época em que ela foi escrita: a Reforma Protestante do séc.XVI. Assuntos que envolviam práticas e crenças do catolicismo que estivessem em desacordo (parcial ou completo) com as Escrituras Sagradas eram rechaçados de imediato. Aqui neste parágrafo temos uma antítese da prática da confissão auricular aos sacerdotes católicos. Tal prática se fosse restrita ao aconselhamento bíblico nada haveria de errado com ela. O problema é que a Igreja Católica vê nessa prática algo que a Bíblia em lugar algum ensina, a saber, que o sacerdote tem autoridade e poder para aplicar o perdão de Deus aos pecadores que lhe confessam seus pecados.

A Bíblia nos ensina que podemos nos aproximar de Deus por meio de Jesus Cristo, o nosso único mediador, e que podemos nos dirigir a Deus, confiantes na obra redentora realizada por Jesus. Não temos e nem devemos reconhecer outros mediadores ou corredutores ao lado de Cristo, como faz a Igreja Católica.

Contudo, neste parágrafo também vemos outro fator muito importante com relação ao pecado e a confissão do mesmo: quando nossos pecados afetam e scandalizam a outros. Qual deve ser a nossa atitude?

A disciplina de crentes faltosos é assunto sério e deve ser praticada na Igreja de Cristo com amor visando a glória de Deus, a honra do Evangelho, a restauração do faltoso e a manutenção da comunhão dos irmãos.

O passo a passo que o Senhor Jesus nos dá em Mt 18.15-20 é o seguinte:

1º passo: o irmão que foi ofendido deve procurar o irmão que o ofendeu em particular e expor-lhe a sua falta em amor visando a reconciliação; se o ofensor se recusar a reconhecer seu pecado, então,

2º passo: o ofendido deve levar consigo uma ou duas testemunhas e novamente conversar com o ofensor. As testemunhas não deverão apenas observar o que está sendo dito pelas partes, e tentarem estabelecer uma palavra só, isto é, se possível for haver reconciliação. Se tal não acontecer, então com o depoimento dessas testemunhas

3º passo: o assunto deve ser trazido à liderança da Igreja, no nosso caso, o Conselho (Pastor e Presbíteros). Estes, mediante denúncia formal, procederão à disciplina do membro faltoso. Se neste momento o faltoso se arrepender, deve ser acolhido com amor, se não se arrepender, deve ser **“considerado como gentio e publicano”** (Mt 18.17).

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 73: Como a fé justifica o pecador diante de Deus?

Resposta: A fé justifica o pecador diante de Deus, não por causa das outras graças que sempre a acompanham, nem por causa das boas obras, que são frutos dela (Gn 3.11), nem como se fosse a graça da fé, ou qualquer ato dela, que lhe é imputado para justificação (Tt 3.4-7; Rm 4.5-8); mas unicamente porque a fé é o instrumento pelo qual o pecador recebe e aplica a si Cristo e a sua justiça (Fp 3.9).

Pergunta 74: Que é adoção?

Resposta: Adoção é um ato da livre graça de Deus (1Jo 3.1) em seu único Filho Jesus Cristo e por amor dele (Ef 1.5; Gl 5.4,5), pelo qual todos os que são justificados são recebidos no número dos filhos de Deus (Jo 1.12), trazem o seu nome (Ap 3.12), recebem o Espírito do Filho (Gl 4.6), estão sob o seu cuidado e proteção paternas (Sl 103. 13; Pv 14.26; Mt 6.32), são admitidos a todas as liberdades e privilégios dos filhos de Deus, feitos herdeiros de todas as promessas e co-herdeiros com Cristo na glória (Rm 8.17).

Pergunta 75: Que é santificação?

Resposta: Santificação é a obra da graça de Deus, pela qual os que Deus escolheu antes da fundação do mundo para serem santos, são, nesta vida, pela poderosa operação do Espírito Santo, aplicando-lhes a morte e a ressurreição de Cristo, renovados no homem interior, segundo a imagem de Deus (Ef 1.4; 1Co 6.11; 2Te 2.13; Rm 6.4-6; Fp 3.10; Ef 4.23,24), tendo os germes do arrependimento que conduz à vida e de todas as outras graças salvadoras implantadas em seus corações (At 11.21; 1Jo 3), e tendo essas graças de tal forma excitadas, aumentadas e fortalecidas (Jd 20; Ef 3.16-19; Cl 1.10,11), que eles morrem cada vez mais para o pecado e ressuscitam para novidade de vida (Rm 6.4,6,14).

Capítulo XVI Das Boas Obras

Lição 17

Introdução

A nossa salvação não se dá **pelas** boas obras, mas, **para as** boas obras. Quando estudamos sobre o pecado vimos que este corrompeu totalmente a raça humana. Somos todos totalmente depravados, e Rm 3.12 põe a questão nos seguintes termos: **“todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer”**.

Falando sobre as boas obras na concepção bíblica do assunto, afirmamos que **somente quem é salvo em Cristo e por Ele regenerado pode fazer boas obras**. Sabemos que este assunto levanta polêmica, pois, todos nós conhecemos pessoas que não professam a fé em Cristo (especialmente a Fé Salvadora, vide Cap.XIV, lição 15) praticando obras caridosas. Então, como podem ser as boas obras algo que somente os crentes podem fazer? É importante entendermos que fazer “coisas certas” (como obras de caridade) é um dever de todo ser humano, inclusive de quem não é crente.

Mas, então, o que são as “boas obras” segundo as Escrituras?

§I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em Sua santa Palavra (Dt 12.32; Sl 119.9; Mt 28.20; Lc 10.25,26; 2Pe 1.19), **não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego, ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção** (Mt 15.9; Is 29.13; Jo 16.2; 1Sm 15.22,23; Cl 2.20-23).

O primeiro elemento para sabermos se um ato é uma “boa obra” do ponto de vista de Deus é **a sua origem**, isto é, a Palavra de Deus. Tudo o que a Palavra de Deus nos ordena a realizar, antes de nos ordenar, o Espírito Santo nos capacita por meio da nova vida que em Cristo Ele nos deu (veja 2Pe 1.3-10).

Aquelas obras, ainda que cheias de boa intenção, tais como aqueles que fazem caridade com a finalidade de se aperfeiçoarem e evoluírem espiritualmente, não estão de acordo com a Palavra de Deus. O mesmo caso é o daqueles que alegam cumprir a Lei de Deus (tais como os fariseus), mas, como pretexto de serem notados pelas pessoas ou até mesmo “comprarem” o favor de Deus. Tais obras são expressão da carnalidade⁹ humana.

§II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira (Tg 2.18-22); por elas os crentes manifestam a sua gratidão (Sl 116.12,13; Cl 3.17; 1Cr 29.6-9), robustecem a sua confiança (1Jo 2.3,5; 2Pe 1.5-10), edificam os seus irmãos (2Co 9.2; Mt 5.16), adornam a profissão do Evangelho (Tt 2.5; 1Tm 6.1; Tt 2.9-12), tapam a boca aos adversários (1Pe 2.15) e glorificam a Deus (1Pe 2.12; Fp 1.11; Jo 15.8), de quem são feitura, criados em Jesus Cristo para isso mesmo (Ef 2.10), a fim de que, tendo o seu fruto em santidade, tenham no fim a vida eterna (Rm 6.22).

O segundo elemento para identificarmos uma “boa obra” de acordo com a Palavra de Deus é **a sua essência**. As boas obras são essencialmente um ato de obediência

⁹ Carnalidade é a confiança depositada em si mesmo.

a Deus. Elas cumprem o que determinam os mandamentos do Senhor em Sua Palavra. Por isso mesmo, somente um crente verdadeiro pode realizar boas obras porque elas têm como objetivo:

- evidenciar a Fé Salvadora no coração do crente;
- demonstrar gratidão a Deus por salvá-lo. O que nos diz Cl 3.17?

- fortalecer a confiança do crente na Pessoa de Jesus Cristo. Leia 1Jo 2.3,5 e responda: como podemos saber que estamos em Cristo?

- edificar os irmãos. Não há espaço para o egoísmo num coração que foi transformado por Deus.
- dar um bom testemunho diante do mundo mostrando o que Cristo pode fazer num coração corrompido pelo pecado, bem como calar aqueles que se levantam contra o Evangelho.
- glorificar a Deus diante do mundo – este é o principal objetivo da nossa vida.
- e, por fim, receber a Vida Eterna não como resultado das boas obras, mas, como o desfecho óbvio de uma vida que foi salva por Cristo e viveu para Ele.

§III. A capacidade de fazer boas obras de modo algum provém dos crentes, mas inteiramente do Espírito de Cristo (Jo 15.5,6; Ez 36.26-27). A fim de que sejam para isso habilitados, além da graça que receberam é necessário, que recebam a influência efetiva do mesmo Espírito Santo para operar neles tanto o querer como o realizar segundo o seu beneplácito (Fp 2.13; 4.13; 2Co 3.5); contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, pelo contrário, devem esforçar-se por dinamizar a graça de Deus que está neles (Fp 2.12; Hb 6.11,12; Is 64.7; 2Pe 1.3,5,10,11).

O terceiro elemento para identificarmos uma “boa obra” é o seu **agente que capacita**, e este é o Espírito Santo. O que nos diz Jo 15.5,6?

Em Ez 36.26,27 vemos que as boas obras são resultado da nova vida que o Espírito Santo nos dá. E como essas boas obras são descritas aqui? O que é que o Espírito Santo nos capacita a fazer?

Sem o Espírito Santo não podemos realizar as obras que Deus quer que realizemos. É aqui que surge uma questão muito séria: fazer o que devemos mesmo quando não temos vontade de fazê-lo não é hipocrisia, mas, sim, responsabilidade.

Quando não estivermos com vontade de fazer algo que devemos fazer, devemos mesmo assim fazer, pois, tudo quanto Deus quer que façamos Ele já nos capacitou para isso.

Nenhum crente deve esquivar-se de suas responsabilidades alegando não ter sido capacitado para tal obra. Cristo não nos pede nada para o qual Ele não nos tenha capacitado antes.

§IV. Os que alcançam, pela sua obediência, a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, e são deficientes em muitos dos deveres que são obrigados a fazer (Lc 17.10; Gl 5.17).

Outro elemento importante para identificarmos as “boas obras” na vida de um crente é a **humildade**. O crente, por mais que tenha crescido na fé jamais pode orgulhar-se e nem vangloriar-se do que consegue fazer. Antes, deve saber que está longe da perfeição. Em Fp 3.12 a qual conclusão o apóstolo chegou?

§V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, em razão da grande e desproporção que há entre elas e a glória por vir, e da infinita distância que existe entre nós e Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem saldar a dívida dos nossos pecados anteriores (Rm 3.20; 4.2,4,6; Ef 2.8,9; Tt 3.5-7; Rm 8.18); e porque, como boas, procedem de Seu Espírito (Gl 5.22,23); e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podemos suportar a severidade do juízo de Deus (Is 64.6; Sl 143.2; 130.3; Gl 5.17; Rm 7.15,21-23); assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis (Lc 17.10; Gl 5.17).

Um quinto elemento presente nas “boas obras” é o forte **senso de limitação**. As boas obras em tudo são as que o Espírito Santo realiza em nós. Em todo tempo devemos ter isso em mente e sermos gratos a Deus pelo que Ele tem realizado em nós a despeito do que somos. Devemos trazer em nosso coração esse sentimento de limitação nossa em relação não somente à nossa dificuldade inata de fazermos o que é bom, como também em relação à santidade e majestade de Deus. Tínhamos uma dívida com Ele que somente Ele poderia saldar por meio de Jesus Cristo.

Não deve haver em nosso coração nenhum sentimento de orgulho quando praticamos boas obras, pois, no tocante a serem “boas” isso é em decorrência do caráter de Deus e do Seu Santo Espírito que gera em nós frutos bons (cf. Gl 5.22,23). De nossa parte só existe imperfeição e limitação.

SVI. Não obstante, as pessoas dos crentes, sendo aceitas por meio de Cristo, suas obras são também aceitas por Ele (Ef 1.6; 1Pe 2.5; Gn4.4; Hb 11.4), não como se fossem, nesta vida, inteiramente perfeitas e irreproáveis à vista de Deus (1Co 4.3,4; Sl 143.2), mas porque Deus, considerando-as em Seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições (2Co 8.12; Hb 6.10).

O sexto elemento que identifica uma “boa obra” é a **representação**. Todas as nossas boas obras devem ser feitas com a certeza de que foi a obra de Cristo na cruz que nos salvou, e, assim, Ele nos representou diante de Deus. Logo, tanto nós como as nossas obras são aceitas por Deus porque quando Ele olha para nós Ele vê a obra e a Pessoa de Seu Filho que nos representa e nos substituiu na cruz. É isso que queremos dizer por “méritos de Cristo”. Somos aceitos por Deus não por que merecemos, mas, por que Cristo mereceu isso por nós, por meio do Seu sacrifício de amor.

Nesta vida, nossas obras ainda que feitas com as melhores intenções estarão sempre marcadas com a nossa imperfeição. Mas, se confiarmos em Cristo, seremos aceitos por Deus porque Cristo é perfeito.

SVII. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos quanto aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente – segundo a Palavra; nem para um fim justo – a glória de Deus; são portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

O sétimo elemento que destacamos aqui com relação às “boas obras” é a **exclusividade**. Como já dissemos o tempo todo nesta lição, as boas obras são realizações do Espírito Santo **somente** no coração dos salvos. Os não regenerados, ainda que venham a fazer obras corretas, não estão fazendo nada mais do que é o dever deles. É dever de todo ser humano fazer o que é certo. Ajudar os necessitados, socorrer os carentes, construir instituições sociais que promovam o bem estar das pessoas é um dever de qualquer ser humano. Contudo, tais obras são feitas não da forma devida (reconhecimento da dependência do Espírito Santo) e nem com o objetivo justo e supremo (a glória de Deus). Muitas dessas obras são realizadas até mesmo com o objetivo de afrontar a Deus. Existem instituições que se arvoram em dizer que não têm qualquer ligação com a religião ou com qualquer coisa relacionada a Deus, porque creem que o homem por si só é bom e pode resolver seus problemas. É claro que esses são casos extremos.

Porém, aqueles que fazem coisas certas sem reconhecer que dependem de Deus, ainda que o façam tendo Deus como objetivo, não estão fazendo boas obras, mas, sim, obras que expressam a tentativa carnal de agradar a Deus não da forma que Ele estipulou, mas, da forma que elas querem fazer. Um exemplo bíblico disso é Caim e Abel. Porque Deus aceitou Abel e sua oferta? Porque esta estava de acordo com as prescrições divinas. Quanto a Caim, Deus não se agradou porque este quis adorar a Deus do seu próprio jeito.

A parte final desse parágrafo vem nos mostrar que se o não crente deixar de fazer o que é certo porque não é capacitado pelo Espírito Santo, a situação dele não melhora com isso, aliás, só piora.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 76: Que é arrependimento que conduz à vida?

Resposta: O arrependimento que conduz à vida é uma graça salvadora (2Tm 2.25, 26; Lc 24.47), operada no coração do pecador pelo Espírito Santo e pela Palavra de Deus (At 11.18,20,21; Zc 12.10; At 2.37), pela qual, reconhecendo e sentindo, não somente o perigo (Ez 18.30,32; Lc 15.17,18; Os 2.6,7), mas também a torpeza e odiosidade dos seus pecados (Ez 36.31; Ez 16.61,63; Is 30.22), e apreendendo a misericórdia de Deus em Cristo para com os arrependidos (Lc 22.61,63), o pecador tanto se entristece pelos seus pecados e os aborrece (2Co 7.11), que se volta de todos eles para Deus (At 26.18); Ez 14.6; 1Re 8.47-50; 1Sm 7.3), tencionando e esforçando-se a andar constantemente com Deus em todos os caminhos da nova obediência (Sl 119.59,128).

Pergunta 77: Em que difere a justificação da santificação?

Resposta: Ainda que a santificação seja inseparavelmente unida com a justificação (1Co 6.11; 1Co 1.30; Rm 8.30), contudo, elas diferem nisto: Na justificação, Deus imputa a justiça de Cristo (Rm 4.6,8; Fp 3.8,9; 2Co 5.21), e na santificação o seu Espírito infunde a graça e dá forças para exercê-la (Ez 36.27). Na justificação, o pecado é perdoado (Rm 3.24,25); na santificação ele é subjugado (Rm 6.6,14); a justificação liberta a todos os crentes igualmente da ira vindoura de Deus, e isso de modo perfeito nesta vida, de maneira que eles nunca mais caem na condenação (Rm 8.1, 33,34); a santificação não é igual em todos os crentes (1Co 3.1,2; Mc 4.28) e nesta vida não é perfeita em crente algum (1Jo 1.8,10), mas vai crescendo para a perfeição (2Co 7.1; Fp 3.12-14; Ef 4.11-15).

Pergunta 78: Como a santificação dos crentes é imperfeita?

Resposta: A santificação dos crentes é imperfeita por causa dos restos do pecado que permanecem neles, e das perpétuas concupiscências da carne contra o espírito; por isso são eles muitas vezes arrastados pelas tentações e caem em muitos pecados (Rm 7.18,23), são impedidos em todos os seus serviços espirituais (Gl 5.17; Hb 12.1), e as suas melhores obras são imperfeitas e manchadas diante de Deus (Ex 28.38).

Pergunta 79: Não poderão os crentes verdadeiros cair do estado de graça, em razão das suas imperfeições e das muitas tentações e pecados que os surpreendem?

Resposta: Os crentes verdadeiros, em razão do amor imutável de Deus (Jr 31.3; Jo 13.1) e do seu decreto e pacto de lhes dar a perseverança (1Co 1.8; Hb 13.20,21; Is 54.10), da união inseparável entre eles e Cristo (1Co 12.27; Rm 8.35-39), da contínua intercessão de Cristo por eles (Hb 7.25; Lc 22.32), do Espírito e da semente de Deus que habitam neles (1Jo 2.27), nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados pelo poder de Deus, mediante a fé para a salvação (Jr 32.40; Jo 10.28).

Pergunta 80: Poderão os crentes verdadeiros ter certeza infalível de que estão no estado da graça e de que neste estado perseverarão até a salvação?

Resposta: Aqueles que verdadeiramente creem em Cristo e se esforçam por andar perante ele com toda a boa consciência, podem, sem uma revelação extraordinária, ter certeza

infalível de que estão no estado de graça, e de que neste estado perseverarão até a salvação, pela fé baseada na verdade das promessas de Deus e pelo Espírito Santo que os habilita a discernir em si aquelas graças às quais são feitas as promessas da vida, testificando aos seus espíritos que eles são filhos de Deus (1Jo 2.3; 1Co 2.12; 1Jo 4.13,16; 1Jo 3.14,18-21,24; Hb 6.11,12; Rm 8.16; 1Jo 5.13; 2Tm 1.12).

Pergunta 81: Têm todos os crentes sempre a certeza de que estão no estado da graça e de que serão salvos?

Resposta: A certeza da graça e salvação, não sendo da essência da fé, crentes verdadeiros podem esperar muito tempo antes de consegui-la (Is 50.10; Sl 68); e depois de gozar dela podem sentir enfraquecida e interrompida essa certeza por muitos perturbações, pecados, tentações e deserções (Sl 31.22; Sl 73.1-12; Sl 30.6,7; Sl 51.8,12); contudo, nunca são deixadas sem uma tal presença e apoio do Espírito de Deus, que os guarda de caírem em desespero absoluto (Jó 13.15; Sl 73.13-15).

Capítulo XVII

Da Perseverança dos Santos

Lição 18

Introdução

Neste capítulo veremos uma das verdades mais confortadoras do Evangelho: o verdadeiro redimido e crente em Cristo, uma vez que foi regenerado e justificado por Cristo, jamais se apostatará totalmente, nem finalmente da graça de Deus, antes, infalivelmente perseverará nela até o fim¹⁰.

§I. Os que Deus aceitou em Seu Bem-amado, eficazmente chamados e santificados pelo Seu Espírito, não podem cair do estado de graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até ao fim, e estarão eternamente salvos (Fp 1.6; Jo 10.28,29; 1Pe 1.5,9; Jr 32.40; 1Jo 3.9).

A doutrina da Perseverança dos Santos diz respeito à **permanência destes em Cristo**, e essa permanência só é possível:

- pelo amor de Deus aceitando pecadores
- por meio do sacrificio de Jesus Cristo que os tornou aceitáveis diante de Deus e,
- pelo chamado e santificação efetuados pelo Espírito Santo no coração destes.

Devemos fugir do erro de pensar que é por meio do nosso esforço *somente* que perseveramos em Cristo. A perseverança é resultado da obra salvífica de Deus em nós gerando em nosso coração a certeza de que Ele nos tem em Suas poderosas mãos, das quais nada e ninguém poderá nos arrancar (Jo 10.28,29).

Conforme Fp 1.6, qual certeza podemos ter em relação à obra de Deus em nós?

E em 1Pe 1.5,9, o que a Palavra de Deus nos diz?

E em Jr 32.40, como é a aliança de Deus conosco?

E Ele põe o temor Dele em nosso coração para que?

§II. Esta perseverança dos santos, não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai (2Tm 2.19; Jr 31.3; Ef 1.4,5; Jo 13.1; Rm 8.35-39), da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo (Hb 10.10,14; Jo 17.11,24; Hb 7.25; Hb 9.12-15; Lc 22.32), da permanência do Espírito e da semente de Deus neles (Jr 32.40; Hb 8.10-12), da natureza do pacto da

¹⁰ Cf. HODGE, 2010, p. 316.

graça e de tudo o que gera também a sua exatidão e infalibilidade (2Ts 3.3; 1Jo 2.19; Jo 10.28; 1Ts 5.23,24; Hb 6.17-20).

A Teologia Reformada e Calvinista aqui vêm afirmar que Deus tem revelado seu gracioso amor e propósito de levar cada redimido e crente a perseverar em sua fé e obediência até à morte. Ainda que estes possam *temporariamente* se afastarem dos caminhos do Senhor, tal apostasia não será total e nem definitiva.

Novamente vemos a Trindade Santa atuando para a concretização dessa promessa e esperança:

- o decreto imutável de Deus: é inconcebível dizermos que Deus salva alguém hoje, para amanhã deixá-lo perecer no inferno. Uma vez que Deus nos transforma em Seus filhos, nada neste mundo pode mudar essa situação e verdade.
- a eficácia do sacrifício de Jesus Cristo: não foi por nossas obras que fomos salvos por Deus, mas, pelos méritos de Cristo. Se Deus salvasse uma pessoa hoje para condená-la amanhã ao inferno, Ele não estaria apenas condenando uma pessoa, mas, sim, desprezando o sacrifício, o sangue de Seu Filho. Deus jamais faria tal coisa!
- a permanência do Espírito Santo em nosso coração: uma vez selados com o Espírito Santo, nada pode retirar esse selo.

Tais verdades não levam à libertinagem e ao relaxo espiritual como afirmam os arminianos¹¹. Se alguém toma essas verdades e as usa para dar vazão à carnalidade, esse tal dá provas concretas de nunca ter sido salvo mesmo!

Essas verdades trazem ao coração do crente a certeza do amor de Deus, que o escolheu e o mantém no propósito de Deus. O pacto de Deus conosco, o Pacto da Graça, nos dá a garantia de que o propósito de Deus para nossa vida será executado a despeito das nossas fraquezas e limitações.

Em vez de relaxar em sua vida cristã, o crente deve sempre se lembrar de que se encontra numa guerra espiritual ferrenha. O que o diz o próximo parágrafo.

§III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pelo predomínio da corrupção restante neles e pela negligência dos meios de sua preservação, podem cair em graves pecados e, por algum tempo, continuar neles (Mt 26.70,72,74; 2Sm 12.9,13); incorrem, assim no, desagrado de Deus (Is 64.7,9; 2Sm 11.27), entristecem o Seu Santo Espírito (Ef 4.30) e, em alguma medida, vêm a ser privados de suas graças e confortos (Sl 51.8,10,12; Ap 2.4); têm os seus corações endurecidos (Mc 6.52; Sl 95.8) e as suas consciências feridas (Sl 32.4; Sl 51.8); prejudicam e escandalizam os outros (2Sm 12.14; Ez16.54) e atraem sobre si juízos temporais (2Sm 12.10; Sl 89.31,32).

É comum ouvirmos questionamentos sobre aqueles que professaram a Fé em Cristo e vieram a cair em pecados se afastando dos caminhos do Senhor. Como já vimos, um crente verdadeiro nunca perderá a sua salvação, mas, isso não quer dizer que ele está imune às tentações e não cai em pecado. Lamentavelmente, as tentações e as quedas nessas tentações ainda são uma realidade triste na vida do verdadeiro crente. Contudo ele seja tentado constantemente por diabo e pelos encantos mentirosos desse mundo, sofra com os resíduos da corrupção dentro de seu coração e, por isso mesmo venha a cair em pecados que trazem desagrado a Deus, esse crente pode ter a certeza em seu coração de

¹¹ Que creem que não existem Eleição, mas, sim, Deus salva as pessoas que Ele sabe que O aceitarão, colocando a si a base da nossa salvação não no decreto e vontade de Deus, mas, na escolha do homem.

que o perdão de Deus e Sua fidelidade em cumprir Suas promessas estão ao seu alcance e, por isso mesmo, são restabelecidos na presença de Deus tendo sua convicção e certeza fortalecidas pela Graça de Deus.

Porém, tal situação traz profunda tristeza ao coração de Deus e do crente. Este tem sua consciência ferida, e não há ferimento que doa mais que esse; tem sua comunhão com Deus interrompida, e, por isso mesmo deixa de desfrutar das bênçãos preciosas de Deus. Além disso, pecam contra os outros que podem se escandalizar com esse comportamento no pecado.

Archibald Alexander Hodge comentando esse parágrafo diz (HODGE, 2010, p.321.): “A perseverança dos crentes na graça e operada pelo Espírito Santo, não aleatoriamente, mas através da responsabilidade do próprio homem. Portanto ela é tanto um dever quanto uma graça. A *graça* dela deve ser proclamada para o encorajamento à diligência. O *dever* e a absoluta necessidade dela para a salvação devem ser proclamados para vivificar os indolentes e aumentar em todos o senso do dever”.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 82: Em que tempo se realiza a comunhão em glória que os membros da Igreja Invisível têm com Cristo?

Resposta: A comunhão em glória que os membros da Igreja Invisível têm com Cristo realiza-se nesta vida (2Co 3.18), e imediatamente depois da morte (Lc 23.43), e finalmente aperfeiçoada na ressurreição e no juízo final (1Jo 3.2; 1Ts 4. 17; Ap 22.3- 5).

Pergunta 83: Qual é a comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam nesta vida?

Resposta: Aos membros da Igreja invisível são comunicadas, nesta vida, as primícias da glória com Cristo, visto serem membros dele, o Cabeça, e, estando nele, têm parte naquela glória que na sua plenitude lhe pertence (Ef 2.5,6); e como penhor dela experimentam o amor de Deus (Rm 5.5; 2Co 1.22), a paz de consciência, o gozo do Espírito Santo e a esperança da glória (Rm 5.1,2; Rm 14. 17). Do mesmo modo, o sentimento da ira vindoura de Deus, o terror da consciência e uma terrível expectativa do juízo são para os ímpios o princípio dos tormentos, que eles hão de sofrer depois da morte (Gn 4.13; Mt 27.3-5; Hb 10.27; Mc 9.43; Rm 2.9).

Pergunta 84: Morrerão todos os homens?

Resposta: A morte, sendo imposta como salário do pecado (Rm 6.33), está decretada a todos que uma vez morram (Hb 9.27), pois todos são pecadores (Rm 5.12).

Pergunta 85: A morte, sendo salário do pecado, por que não são os justos poupados dela, visto que todos os seus pecados são perdoados em Cristo?

Resposta: Os justos no último dia serão libertados da própria morte, e no ato de morrer estarão isentos do aguilhão e maldição dela (1Co 15.26,55-57; Hb 2.15), de modo que, embora morram, contudo, isto lhes vem do amor de Deus (Is 57.1,2; 2Rs 22.20), para os livrar perfeitamente do pecado e miséria(Lc 16.25; 2Co 5.1-8) e os tornar capazes de maior comunhão com Cristo na glória, na qual eles imediatamente entram (Lc 23.43; Fp 1.23).

Capítulo XVIII

Da Certeza da Graça e da Salvação

Lição 19

Introdução

Uma das verdades mais preciosas que encontramos no Evangelho de Cristo é a que diz respeito sobre a certeza da nossa salvação eterna. Por séculos a igreja romana deturpou essa preciosa verdade chegando ao absurdo de transformá-la numa “ferramenta” para extorsão e manipulação das pessoas. Mas, graças a Deus sempre houveram vozes que não se calaram diante de tamanho abuso e desmando, e o eco dessas vozes resultou na Reforma Protestante, que traz como uma de suas principais doutrinas a salvação pela graça mediante a fé e não por meio de obras (cf. Ef 2.8-10).

Pode um pecador ter certeza de que ao morrer estará com Cristo eternamente na Glória? Sim! Com toda certeza, não em si mesmo, mas, na pessoa e obra de Cristo.

Vejamos o que a CFW nos diz sobre essa maravilhosa verdade.

§I. Ainda que os hipócritas e os demais não regenerados possam iludir-se vamente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação (Dt 29.19; Jo 8.41), **esperança essa que perecerá** (Mt 7.22,23), contudo, os que verdadeiramente creem no Senhor Jesus e O amam com sinceridade, procurando andar diante Dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, **certificar-se de se acharem em estado de graça** (2Tm 1.12; 1Jo 2.3; 1Jo 5.13; 1Jo 3.14,18,19,21,24) e podem regozijar-se na **esperança da glória de Deus, essa esperança que jamais os envergonhará** (Rm 5.2,5).

A certeza da salvação é resultado do novo nascimento, porque somente uma pessoa que é nascida de novo (regenerada) consegue viver com fé verdadeira em Cristo, amando-O sinceramente, andando diante Dele **“em toda boa consciência”**. Quem não passou pela experiência do novo nascimento poderá até tentar viver uma vida de aparente piedade, mas, em algum momento acabará mostrando quem realmente é (um não convertido, e, portanto, condenado).

Um não convertido ilude-se com uma esperança que está baseada na sua presunção carnal, ou seja, ele pensa que pelo cumprimento de regras religiosas ele será salvo. Sua fé assim, não está em Cristo, mas, em si mesmo.

Já o crente verdadeiro tem boa consciência, ou seja, seu coração está firme na obra de Cristo, e mesmo quando peca corre para Cristo buscando Seu perdão, e, em tudo isso sabe que Cristo lhe salvou e jamais o abandonará.

§II. Esta certeza não é uma simples persuasão conjectural e provável, fundada na esperança falha, mas uma **segurança infalível da fé** (Hb 6.11,12), fundada na divina verdade das promessas de salvação (Hb 6.17-20; 2Pe 1.4,5), na **evidência interna** daquelas graças nas quais essas promessas são feitas (2Pe 1.10,11; 1Jo 3.14), no **testemunho do Espírito de adoção** que **testifica com os nossos espíritos que somos filhos de Deus** (Rm 8.15,16), sendo esse Espírito o **penhor de nossa herança, e por meio de quem somos selados para o dia da redenção** (Ef 1.13,14; 2Co 1.21,22).

A igreja romana diz que essa fé é um “mero ‘assentimento intelectual’ à verdade, não envolvendo a confiança; e por isso a fé nada tem a ver com o juízo que porventura alguém faça

de sua salvação pessoal; e daí ninguém pode alcançar qualquer certeza sobre esse ponto nesta vida
s e m u m a r e v e l (HODGE, 2010, p.325) a o r d i n á r i a ”

Contudo, o alvo da Fé Salvadora, a qual justifica o pecador, é o favor de Deus por meio de Cristo, e, por isso mesmo crer é assegurar-se de nossa salvação pessoal.

O Espírito Santo executa um papel primordial e essencial nessa certeza, pois, é Ele quem testifica com o coração do crente que este é de fato um salvo. A certeza da salvação deve estar bem firme em nosso coração, porém, ela não é resultado do nosso assentimento intelectual, mas, sim, da presença do Espírito Santo em nós e assim Ele é a nossa garantia, o nosso penhor de que no dia da volta do Senhor Jesus seremos recolhidos na Glória Eterna.

O que diz Rm 8.16?

Isso implica em¹²:

- O Espírito é o autor das promessas da Escritura e dos traços do caráter indicando as pessoas a quem pertencem as promessas.
- O Espírito é o autor das graças dos santos, correspondendo aos traços do caráter que são associados a essas promessas na Escritura.
- O Espírito Santo capacita o crente a investigar seu coração e a confrontar-se diante de Deus, bem como o capacita a compreender corretamente as promessas e a confiar plenamente em Cristo.

SIII. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades (Is 1.10; 1Jo 5.13; Sl 73); contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode obtê-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários (1Co 2.12; 1Jo 4.13; Sl 77.10-20). É, pois, dever de cada um ser diligente em tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que, por esse modo, seja o seu coração, no Espírito Santo, dilatado em paz e deleite, em amor e gratidão para com Deus, no vigor e alegria, nos deveres da obediência, que são os frutos próprios desta segurança. Longe esteja isto de predispor os homens à negligência (2Pe 1.10; Rm 6.1,2; Tt 2.11,12,14).

Este parágrafo toca num ponto muito sério: o dever de cada crente em confirmar sua vocação e eleição. É comum ouvirmos por parte daqueles que não entendem (e conseqüentemente, não creem) na doutrina bíblica da eleição divina com base somente na vontade de Deus e não na fé que a pessoa um dia viria a ter (como afirmam os arminianos) que ensinar essa doutrina (a eleição) faz com que as pessoas desenvolvam uma fé hipócrita e descansem perigosamente na ilusão de que são salvos quando de fato não são, e, por isso vivem libertinamente.

Qual a exortação que o apóstolo Paulo fez aos filipenses em Fp 2.12?

¹² HODGE, 2010, p.327.

Esta segurança infalível não provém da essência da fé, pois, como a Bíblia mostra, é possível alguém ser realmente crente em Cristo, e, contudo, ainda não ter esta segurança infalível em seu coração. Veja o que diz 1Jo5.13. Para quê João escreveu àqueles de quem ele diz que eram crentes no Filho de Deus?

É dever de todo crente envidar todos os esforços através dos meios ordinários (obediência à Palavra, mortificar o seu eu todos os dias, etc.) para confirmar sua eleição e vocação.

Alcançar essa segurança é tanto um dever quanto uma graça, e, por isso mesmo, tudo quanto conduz a essa segurança infalível deve ser diligentemente buscado, bem como tudo quanto a obstrui deve ser combatido e evitado. Alexander Hodge faz o seguinte comentário: “ *A segurança genuína não pode ser cultivada pela graça e no desempenho dos deveres religiosos, visto que sua própria existência depende – da evidência oferecida pela diligência nesses deveres, e pelo vigor dessas graças, para que sejamos crentes genuínos e do todo* (HODGE, 2010, p.332). *confirmati*

§IV. Os verdadeiros crentes podem ter, de diversas maneiras a segurança de sua salvação abalada, diminuída e interrompida – negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem (Sl 51.8,12,14; Ef 4.30; Sl 77.1-10); contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; daí, a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito (Jo 3.9; Lc 22.32; Sl 51.8,12), e por meio dessas bênçãos eles são suportados para não caírem em total desespero (Mq 7.7-9).

Como já estudamos nos caps. XIII e XVII, aos verdadeiros crentes é possível que eles temporária e parcialmente se afastem da presença de Deus e não desfrutem da preciosa comunhão com Ele. Contudo, é impossível que um verdadeiro salvo se aparte total e definitivamente da graça de Deus.

O exercitar na graça de Deus é um dever de todo crente salvo em Cristo. Porém, pelo fato de ainda estar neste mundo, é possível que esses exercícios vezes ou outras, por não serem perfeitos (da parte do homem) serem misturados com elementos carnis e pecaminosos, e por isso mesmo é possível que um salvo em Cristo experimente momentos em que sua segurança se abale e enfraqueça diante de determinadas circunstâncias.

Ao cair em tentações o crente tem sua comunhão com Deus interrompida e Ele retira o brilho da luz de Seu rosto e assim esse crente passa a andar em trevas sofrendo terrivelmente. Mas, Deus é misericordioso e por amor ao sangue de Seu Filho que foi vertido por esse crente que se afastou, Ele o busca novamente, pois, jamais Ele lançará no inferno alguém por quem Cristo derramou Seu precioso sangue na cruz. E assim, Deus restaura esse crente, através da operação do Espírito Santo em seu coração. Aleluia!

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 86: Que é comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam imediatamente depois da morte?

Resposta: A comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam imediatamente depois da morte, consiste em serem aperfeiçoados em santidade as suas almas e recebidas nos altos céus, onde veem a face de Deus em luz e glória (Lc 16.23; Lc 23.43; Fp 1.23; 2Co 5.6-8), esperando a plena redenção de seus corpos (Rm 8.23; Sl 16.9), os quais até na morte continuam unidos a Cristo (1Te 4.14) e descansam nas suas sepulturas como em seus leitos, até que no último dia sejam unidos novamente às suas almas (Rm 8.23). Quanto às almas dos ímpios, são imediatamente depois da morte lançadas no inferno onde permanecem em tormentos e trevas exteriores; e os seus corpos ficam guardados nas sepulturas, como cárceres, até a ressurreição e juízo do grande dia (Lc 16.23, 24; At 1.25; Jd 6,7).

Pergunta 87: Que devemos crer acerca da ressurreição?

Resposta: Devemos crer que nos últimos dias haverá uma ressurreição geral dos mortos, justos e injustos (At 24.15); então os que se acharem vivos serão mudados em um momento, e os mesmos corpos dos mortos, que têm jazido na sepultura, estando então novamente unidos às suas almas para sempre, serão ressuscitados pelo poder de Cristo (1Co 15.51-53; 1Te 4.15-17). Os corpos dos justos, pelo Espírito e em virtude da ressurreição de Cristo, como cabeça deles, serão ressuscitados em poder, espirituais e incorruptíveis, e feitos semelhantes ao corpo glorioso de Jesus (1Co 15.21-23; Fp 3.21); e os corpos dos ímpios serão por ele ressuscitados para vergonha, como por um juiz ofendido (Jo 5.28,29; Dn 12.2; Mt 25.33).

Pergunta 88: Que se seguirá imediatamente depois da ressurreição?

Resposta: Imediatamente depois da ressurreição seguir-se-á o juízo final dos anjos e dos homens (2Pe 2.4; Ap 20.11-13), num dia e hora ocultos ao conhecimento humana, para que todos vigiem, orem e estejam sempre juntos para a vinda do Senhor (Mt 24.36,42,44; Lc 21.35,36).

Pergunta 89: Que sucederá aos ímpios no dia do juízo?

Resposta: No dia do juízo os ímpios serão postos à mão esquerda de Cristo (Mt 25.33), e sob clara evidência e plena convicção das suas próprias consciências (Rm 2.15,16), terão pronunciada contra si a terrível, porém justa sentença de condenação (Mt 25.41,42); então serão excluídos da presença favorável de Deus e da gloriosa comunhão com Cristo, com seus santos e com todos os santos anjos, e lançados no inferno, para serem punidos com tormentos indizíveis, do corpo e da alma, com o Diabo e seus anjos para sempre (Mt 25.46; 2Te 1.8,9; Lc 16.26; Mc 9.43,44; Mc 14.21).

Capítulo XIX Da Lei de Deus

Lição 20

Introdução

É muito comum um equívoco ser cometido por muitos crentes no que tange à Lei de Deus. Muitos dizem pensam que a Era da Lei estava totalmente destituída da Graça de Deus, pois, a Lei não pode salvar o pecador. É verdade que a Lei não pode salvar o pecador, até mesmo porque a Lei só pode aplicar a cada um aquilo que cada um merece – se a pessoa obedecer completamente a Lei é salva; se quebrar um único mandamento, é condenada por isso. Mas, estaria a Lei destituída da Graça de Deus? De forma alguma! A Lei é expressão da Graça de Deus, pois, Ele não precisava dar nenhuma norma de vida e conduta para os homens que Dele se afastaram por causa do pecado. Mesmo assim, Ele revelou Sua Lei ao Seu povo para que por ela este se conduzisse e pudesse assim viver. **Portanto, Lei é Graça!**

No estudo de hoje veremos o que a CFW tem a dizer sobre esse importante assunto.

§1. Deus outorgou a Adão uma lei, como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição de ele cumprir com a lei, e o ameaçou com a morte caso ele a violasse, e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la (Gl 3.12; Os 6.7; Gn 2.16,17; Rm 5.12-14; Lc 10.25-28; Gn 1.26; Dt 30.19; Jo 7.17; Ap 22.17; Tg 1.14; Tg 1.25; Tg 2.8,10; Rm 3.19; Dt 5.32; Dt 10.4; Êx 34.1).

Archibald Alexander Hodge observa que neste parágrafo, tanto Deus é apresentado como o **Governante Moral**, como o homem é apresentado como o **Agente Moral**. O que ele quis dizer com isso? Deus como o Supremo Rei e Governante do universo estabeleceu leis para reger toda a Criação. No que se refere ao homem, Ele também promulgou uma Lei Moral, excelente e em todos os aspectos, perfeita. Ao homem cabe agir (daí ele ser um “agente moral”) de conformidade com essa Lei.

Pelo fato de Adão ser o representante de todos os homens, o pacto que Deus estabeleceu com ele no Éden também se estende a toda a sua posteridade. Isso é chamado de Teologia Federal (união, tratado, aliança, pacto, convenção). O que é que nos diz Rm 5.12?

Diante disso, fica claro que não somos pecadores quando cometemos o nosso primeiro pecado nesta vida, mas, sim, que nascemos pecadores, pois, herdamos de Adão não só a culpa, mas, o próprio pecado em si.

Deus fez um pacto com Adão: se ele se mantivesse obediente a Deus, viveria; se desobedecesse como de fato fez, sofreria duras consequências, tais como a morte física e espiritual. Não devemos pensar que as exigências que Deus fez a Adão foram algo impossível dele cumprir. Adão foi plenamente dotado por Deus com total capacidade de

obedecê-Lo. É por isso que o pecado é descrito como uma “queda”, mas, não um simples tropeçar, mas, sim um cair num precipício do qual ele só poderia sair de lá se Deus lhe manifestasse a Sua graça a seu favor.

§II. Essa lei, depois da queda do homem, continua sendo uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus; e os outros seis, os nossos deveres para com o homem (Mt 22.37-40; Êx 20.1-17).

Com a queda do homem no pecado, a Lei não sofreu nenhuma alteração ou mudança. O que mudou drástica e completamente foi a capacidade do homem de cumprir a Lei e satisfazer todos os detalhes da mesma. Mais uma vez reafirmamos o que já dissemos em outros capítulos: desde a queda do homem no pecado, este não tem mais o livre arbítrio; sua vontade foi submetida ao pecado, e, portanto, se tornou escrava do pecado. Somente depois de regenerado por Deus é que este encontra forças para vencer o pecado e não mais se submeter a ele.

Este parágrafo nos fala da **origem da Lei**: o próprio Deus quem a deu no monte Sinai. A santidade dessa lei está totalmente ligada ao caráter de Deus. Por isso mesmo, a Lei nada sofreu em si quando o homem caiu no pecado. Também vemos aqui o **objetivo da Lei**: que é duplo, a saber, Deus e o próximo. Quando o Senhor Jesus resumiu a Lei, Ele não a diminuiu, mas, apenas sintetizou-a para que nós nos lembrássemos de cumpri-la integralmente.

§III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, quis Deus dar ao Seu povo Israel, considerado uma igreja sob sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis – que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, Suas graças, Seus atos, Seus sofrimentos e os Seus benefícios (Hb 10.1; Gl 4.1-3; Cl.2.17; Hb 9), e em parte representam várias instruções de deveres morais (Lv 5.1-6; Lv 6.1-7) – estão todas abolidas sob o Novo Testamento (Mc 7.18,19; Gl 2.4; Cl 2.17; Ef 2.15).

§IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus concedeu diversas leis judiciais que deixaram de vigorar quando o país daquele povo também deixou de existir, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Existem três tipos de leis: a Lei Moral (os Dez Mandamentos), as leis cerimoniais (referentes ao culto israelita) e as leis civis (para o governo da nação de Israel). Vejamos cada uma.

A **Lei Moral**, ou os Dez Mandamentos como conhecemos, foi dada ao povo de Deus e deve ser observada em qualquer época e tempo que este viva. Em outras palavras, essa Lei permanece em nossos dias, não como meio para nos salvar, mas, sim, como norma, procedimento e conduta para aqueles que foram salvos por Cristo. O crente deve cumprir os Dez Mandamentos por estes são o “estilo de vida” que Deus planejou para os cidadãos do Seu Reino. Os princípios prescritos na Lei Moral não foram abolidos por Cristo; ele os cumpriu literal e completamente em nosso lugar, e por isso mesmo nossa confiança deve estar em Cristo. Se falharmos no cumprimento de um dos

Mandamentos (e falharemos!) devemos lembrar da nossa posição em Cristo, ou seja, *estamos Nele* e por isso, estamos garantidos diante de Deus.

A **Lei Cerimonial**, aquele que se refere às normas do culto judaico no Antigo Testamento teve como principal finalidade apontar para todos os aspectos da Obra Redentora de Cristo. Em cada detalhe da Lei Cerimonial (rituais de purificação, consagração, etc.) vemos um aspecto da Obra de Cristo. Porém, toda essa Lei Cerimonial foi cumprida em Cristo, e, por esse mesmo motivo não mais as praticamos hoje, até mesmo por que seria um retrocesso.

A **Lei Civil** tinha como objetivo educar e disciplinar o povo de Israel o qual não passava de um povo escravo, que vivia sem lei no Egito, cumprindo sua própria vontade. Quando Deus, pelas mãos de Moisés tirou o povo do Egito, deu-lhe essas leis para que fosse uma “teocracia” (Deus governando) e não uma “anarquia” (nenhuma lei governando). Muitos dos princípios dos códigos civis e penais de muitos povos (inclusive o Brasil) encontram sua base nesses princípios civis deixados por Deus. Porém, assim como ocorreu na Lei Cerimonial essa Lei Civil também teve seu total cumprimento na pessoa e Obra de Cristo.

Comentando estes parágrafos, Hodge faz a seguinte observação¹³:

Quando a obrigação continuada de algum mandamento é asseverada ou praticamente reconhecida no Novo Testamento, é evidente que a mudança de dispensação não causou nenhuma mudança na lei. Por isso as provisões da Lei Moral são constantemente reconhecidas no Novo Testamento. Em contrapartida, quando a ratificação é explicitamente rescindida, ou sua revogação implícita por aquilo que é ensinado no Novo Testamento, o caso se faz também evidente.

É importante ressaltar que o Sermão do Monte (Mt 5 - 7) expande a Lei saindo da “letra” e focando no “espírito” da mesma, ou seja, não se trata de um cumprimento literal da Lei, mas, sim, da observância dos seus princípios que são eternos (não se limitam a um era somente), são internos (o cumprimento desses princípios deve ser um ato devocional e sincero) e externo (a Fé Cristã não é algo camuflado e oculto, mas, é explícita, do contrário não seria a Fé Cristã).

As leis judiciais dos judeus cessaram de obrigar-nos, e isto está explícito nas Escrituras (ver At 15, especialmente os v.28,29). No Antigo Testamento, nos dias de Moisés, vemos que Israel foi o que se pode dizer, uma “Igreja-Estado”, pois, Deus era o Seu regente, e desse povo Ele estava formando o Seu povo, a Sua Igreja.

§V. A Lei Moral obriga a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas como as demais, e isto não somente por causa da matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu (Rm 13.8,9; 1Jo 2.3,4,7; Rm 3.31; Rm 6.15). Cristo, no Evangelho, de modo algum desfaz esta obrigação, antes a reveste de maior vigor (Mt 5.18,19; Tg 2.8).

Como acabamos de ver acima, Cristo não aboliu a Lei Moral, antes, Ele ressaltou ainda mais a sua importância não só para o crente, mas, também para o ímpio.

¹³ Cf. HODGE, 2010, p.345.

O constante quebrar dessa bendita Lei é o que condena o ímpio; a observância constante dessa Lei pelos méritos de Cristo é que garante ao crente a salvação eterna.

§VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a Lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados (Rm 6.14; Rm 8.1; Gl 4.4,5; At 13.39), contudo, ela serve de grande proveito, tanto a eles como aos demais. Como regra de vida, ela lhes informa da vontade de Deus, e do dever que eles têm; os dirige e os obriga a andar conforme essa vontade (Rm 7.12; Sl 119.5; Gl 5.14, 18, 22, 23; 1Co 7.19); descobre-lhes também as pecaminosas poluições de sua natureza, de seus corações e de suas vidas (Rm 7.7; Rm 3.20), de maneira que, examinando-se por meio dela, alcançam mais profunda convicção de pecado, maior humilhação por causa dele e maior aversão a ele (Rm 7.9, 14, 24), e ao mesmo tempo lhes dá mais clara visão da necessidade que têm de Cristo e da perfeita obediência a Ele devida (Gl 3.24; Rm 8.3,4; Rm 7.24,25). Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois, proíbe o pecado (Tg 2.11. Sl 119.128); as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados; e quais as aflições que por causa dele devem esperar nesta vida, ainda que estejam livres da maldição ameaçada na lei (Ed 9.13,14; Sl 89.30-34). Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles, e que bênçãos podem esperar dessa obediência (Sl 36.11; Sl 19.11; Ef 6.2; Mt 5.5), ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela Lei considerada como pacto de obras – assim como fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, só porque a Lei estimula aquilo e proíbe isto, não prova estar ele sob a Lei e não sob a graça (Rm 6.12,14; Hb 12.28,29; 1Pe 3.8-12).

§VII. Os supracitados usos da Lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente se harmonizam com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na Lei, requer que se faça (Gl 3.13).

O que vemos nestes parágrafos é o que já foi dito até aqui em nossos estudos:

- ninguém é capaz de cumprir a Lei perfeita e completamente;
- que as bênçãos decorrentes da obediência à Lei são por nós alcançadas através do sacrifício de Cristo;
- que aqueles que abraçaram o Evangelho não estão mais debaixo da Lei como um pacto de vida, mas debaixo da Graça de Cristo;
- que a Lei, apesar de ter sido cumprida em sua totalidade por Cristo, não perdeu sua utilidade como norma e conduta para o crente.

Para todos os homens, quer crentes, quer ímpios, a Lei é a revelação do caráter de Deus e de Sua vontade, e, portanto, um instrumento utilizado pelo Espírito Santo para convencer os pecadores de sua pecaminosidade e depravação. Assim sendo, a Lei é “evangelística”, ou seja, ao pregar o Evangelho a um descrente, pregue com a Lei mostrando-lhe sua culpabilidade, depravação e condenação diante de Deus. Em seguida lhe mostre a Graça de Deus revelada em Cristo para salvá-lo. Lamentavelmente, em nossos dias, criou-se uma mentalidade no mínimo antibíblica de se pregar o Evangelho mostrando ao pecador **somente** o amor de Deus sem falar da Sua Justiça que teve de ser satisfeita na pessoa de Cristo. Se você não falar da Justiça de Deus quando evangelizar uma pessoa, você não pregou o Evangelho ainda que tenha falado do amor de Deus.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 90: Que sucederá aos justos no dia do juízo?

Resposta: No dia do juízo os justos, sendo arrebatados para encontrar a Cristo nas nuvens (1Ts 4.17), serão postos à sua destra e ali, abertamente reconhecidos e justificados (Mt 25.33; Mt 10.32), reunir-se-ão com ele para julgar os réprobos, anjos e homens (1Co 6. 2,3); e serão recebidos no céu (Mt 25.34,46), onde serão plenamente e para sempre libertados de todo o pecado e miséria (Ef 5.27; Ap 7.17), cheios de gozos inefáveis (Sl 16.11), feitos perfeitamente santos e felizes, no corpo e na alma, na companhia de inumeráveis santos e anjos (1Co 2.9; Hb 12.22,23), mas especialmente na imediata visão e fruição de Deus o Pai, de nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo por toda a eternidade (1Jo 3.2; 1Co 13.12; 1Ts 4.17,18; Ap 22.3- 5). É esta a perfeita e plena comunhão de que os membros da Igreja visível gozarão com Cristo em glória, na ressurreição e no Dia do Juízo.

Pergunta 91: Qual o dever que Deus requer do homem?

Resposta: O dever que Deus requer do homem é a obediência à sua vontade revelada (Dt 29.29; Mq 6.8; 1Sm 15.22).

LEI MORAL – REVELAÇÃO DA VONTADE DIVINA.

Pergunta 92: Que revelou Deus primeiramente ao homem como regra da sua obediência?

Resposta: A regra de obediência revelada a Adão no estado de inocência, e a todo gênero humano nele, além do mandato especial de não comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, foi a lei moral (Gn 1.27; Rm 10.5; Rm 2.14,15; Gn 2.17).

Pergunta 93: Que é lei moral?

Resposta: Lei moral é a declaração da vontade de Deus, feita ao gênero humano, dirigindo e obrigando todas as pessoas à conformidade e obediência pessoal, perfeita e perpétua a ela- nos apetites e disposições do homem inteiro, alma e corpo, e no cumprimento de todos aqueles deveres de santidade e retidão que se devem a Deus e ao homem (Tg 2.10; Dt 5.1,31,33; Lc 10.26,27; 1Ts 5.23), prometendo vida pela obediência e ameaçando com a morte a sua violação(Rm 10.5; Gl 3.10).

Pergunta 94: É a lei moral de alguma utilidade ao homem depois da queda?

Resposta: Embora nenhum homem, depois da queda, possa alcançar a retidão pela lei moral (Rm 8.3; Gl 2.16), todavia ela é de grande utilidade a todos os homens, tendo uma utilidade especial aos não regenerados e outra aos regenerados (1Tm 1.8; Gl 3.19,24).

Pergunta 95: De que utilidade é a lei moral a todos os homens?

Resposta: A lei moral é de utilidade a todos os homens, para os instruir sobre a natureza e vontade de Deus (Rm 7.12) e sobre os seus deveres para com ele, obrigando-os a andar conforme essa vontade (Mq 6.8; Lc 10.26,28,37); para os convencer de que são incapazes de a guardar e do estado poluto e pecaminoso da sua natureza, corações e vidas (Sl 19.11,12; Rm 3.20; Rm 7.7); para os humilhar, fazendo-os sentir o seu pecado e miséria

(Rm 3.9,23; Rm 7.9,13), e assim ajudando-os a ver melhor como precisam de Cristo (Gl 3. 21, 22) e da perfeição da sua obediência.

Pergunta 96: De que utilidade especial é a lei moral aos homens não regenerados?

Resposta: A lei moral é de utilidade aos homens não regenerados para despertar as suas consciências a fim de fugirem da ira vindoura (Rm 7.9; 1Tm 1.9,10) e forçá-los a recorrer a Cristo (Gl 3.24); ou para deixá-los inescusáveis e sob a maldição do pecado (Rm 1.20; Rm 2.15), se continuarem nesse estado e caminho (Gl 3.10); Rm 6.23).

Pergunta 97: De que utilidade especial é a lei moral aos regenerados?

Resposta: Embora os que são regenerados e crentes em Cristo sejam libertados da lei moral, como pacto de obras, de modo que nem são justificados nem condenados por ela; contudo, além da utilidade geral desta lei comum a eles e a todos os homens, é ela de utilidade especial para lhes mostrar quanto devem a Cristo por cumpri-la e sofrer a maldição dela, em lugar e para bem deles (Rm 7.4,6; Rm 6.14; Rm 3.20; Rm 8.1,34; Gl 3.13, 14; Rm 8.3,4; 2Co 5.21), e assim provocá-los a uma gratidão maior e a manifestar esta gratidão por maior cuidado da sua parte em conformarem-se a esta lei, como regra de sua obediência (Cl 1.12,13,14; Rm 7.22; Tt 2.11-14).

Capítulo XX

Da Liberdade Cristã e

Da Liberdade de Consciência

Lição 21

Introdução

Um dos maiores desejos que o ser humano tem é ser livre. A liberdade no conceito mundano é muito diferente, aliás, é o oposto do que as Escrituras Sagradas ensinam sobre o assunto. Para o mundo, liberdade é a condição de você fazer o que bem quiser sem ter qualquer empecilho. Mas, isso não é liberdade, e muito menos o que a Bíblia ensina sobre o assunto. A liberdade que a Bíblia ensina é uma vida submissa a Cristo, pois, quem se submete a Cristo, estará livre do pecado, do mundo e de si mesmo. Vejamos o que a CFW fala sobre o assunto.

§1. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral (Tt 2.14; 1Ts 1.10); em serem libertos deste presente mundo ímpio, do cativeiro de Satanás, do domínio do pecado (Gl 1.4; At 26.18; Cl 1.13; Rm 6.14), da nocividade das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna (Sl 119.17; 1Co 15.56,57); como também em terem livre acesso a Deus (Rm 5.2), em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário (Rm 8.14-15; Ef 2.18; Gl 4.6; Hb 10.19; 1Jo 4.18). Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes sob a lei (Gl 3.9,14); mas sob o Novo Testamento, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles livres do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica (Gl 5.1; At 15.10; Gl 4.1-3,6), e tendo mais ousadia no acesso ao trono da graça (Hb 4.14,16; Hb 10.19,20) e mais plenas comunicações do gracioso Espírito de Deus, do que ordinariamente alcançavam os crentes sob a lei (Jo 7.38,39; 2Co 3.13,17,18).

Quando estudamos o Cap. IX (Do Livre-Arbítrio), vimos que a liberdade da vontade é uma faculdade constitucional e inalienável da alma humana, ou seja, todo ser humano tem vontades. O problema com as vontades do ser humano é que elas estão escravizadas ao pecado, levando-o a fazer somente aquilo que o seu coração pecaminoso quer que seja feito. No presente capítulo veremos que a liberdade cristã, em contrapartida implica em duas coisas¹⁴:

- a) É através da nova vida em Cristo que a pessoa tem pleno poder por meio da graça de Deus de desejar e executar tudo quanto está em conformidade com a Lei de Deus.
- b) É uma vez tendo essa nova vida em Cristo, o crente se vê movido por Deus a adorá-Lo impulsionado pelo amor, gratidão e esperança e não pelo medo como fazem os pagãos em relação aos seus ídolos. O medo é resultado da relação com Satanás e com o mal. Porém, o crente foi liberto desse medo. A liberdade cristã é resultado de uma nova natureza concedida na Regeneração, aperfeiçoada na Santificação e da mudança de relação por meio da Justificação, isto é, antes a culpa lhe causava tormentos e entorpecimentos na alma, agora, estando em

¹⁴ Cf. HODGE, 2010, p.354.

Cristo, o crente se vê perdoado. Toda essa maravilhosa obra deve ser creditada ao Senhor Jesus Cristo que em Graça nos salvou.

Mas, este parágrafo ainda trata das seguintes verdades concernentes à Liberdade Cristã:

- a) Fomos libertos da culpa do pecado e da condenação da Lei Moral, o nome disso é Justificação. Este processo foi totalmente concluído lá na cruz.
- b) Fomos libertos da escravidão e poder do pecado, o nome disso é Santificação. Este processo está em andamento em nossa vida. Começou com a Regeneração e o aperfeiçoamento de nossa alma se dará somente quando formos chamados à eternidade. Há uma guerra sendo travada dentro de nós, o que Paulo chamou de **“lei dos membros que guerreia contra a lei da mente”** (Rm 7.23). Nessa guerra temos ninguém menos do que o próprio Espírito Santo para nos ajudar. O que a Bíblia diz em Rm 8.11?

- c) A plenitude da Nova Aliança aumenta a nossa responsabilidade diante de Deus. Os crentes da Antiga Aliança viveram pela fé em promessas que haveriam de concretizar-se; nós, porém, vivemos pela fé nessas promessas que já se concretizaram. Nós da Nova Aliança, estamos livres das Leis Cerimoniais do Antigo Testamento, porque estas já se concretizaram em Cristo. Archibald Alexander Hodge faz o seguinte comentário¹⁵:

Em conexão com isso, os crentes sob a presente dispensação têm maior ousadia de aproximar-se de Deus, e mais plenas comunicações de Seu Espírito. A maior ousadia ora desfrutada evidentemente resulta em mais clara e mais completa revelação ora desfrutada do método e completude da redenção e maior plenitude nas comunicações do Espírito Santo. Esta divina pessoa, como sabemos, inspirou os profetas do Velho Testamento e santificou os santos do Novo Testamento; não obstante, a nova dispensação é preeminentemente caracterizada pela clareza com que a verdade acerca do ofício do Espírito Santo é revelada e a plenitude com que sua influência é dispensada. Cristo prometeu o dom do Espírito Santo nessa preeminente medida dele depois de Sua ascensão (Jo 15.26). Foi dito previamente: “O Espírito Santo não havia ainda sido dado, porque Jesus não havia ainda sido glorificado” (Jo 7.39). Depois de sua ascensão, no grande dia de Pentecoste, Pedro disse que em cumprimento à profecia do Velho Testamento (Is 44.3; Ex 36.27; Jl 2.28,29), e à promessa de Cristo, “ele foi exaltado à destra de Deus, e havendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto, que ora vedes e ouvis” (At 2.16,17,33).

§II. Só Deus é Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à Sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela (Rm 14.4; At 4.19; At 5.29; 1Co 7.23; Mt 23.8-10; 2Co 1.24; Mt 15.9). Assim, crer em tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por

¹⁵ HODGE, 2010, p.357.

motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência (Gl 2.3,4; Cl 2.20-23; Gl 5.1); e requerer para eles fé implícita e obediência cega e absoluta, é destruir a liberdade de consciência e a própria razão (Os 5.11; Ap 13.12,16,17).

§III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo, o fim da liberdade cristã; pelo contrário, sendo livres das mãos de nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante Dele todos os dias de nossa vida (Lc 7.74,75; Rm 6.15; Gl 5.13; 1Pe 2.16; 2Pe 3.15; Jo 8.34).

§IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele (1Pe 2.13,14,16; Hb 13.17). Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, legalmente ser processados e visitados com as censuras da igreja (1Co 5.1-5, 11,13; Tt 1.13; 2Ts 3.14; Tt 3.10; Mt 28.17,18).

O que estes três parágrafos estão nos ensinando é que:

- a) Deus é o único Senhor da consciência humana, e perante Ele somente é que ela deve responder.
- b) Deus fala à nossa consciência através da Sua Palavra que pelo Espírito Santo foi inspirada; e ela é a lei a qual nossa consciência deve obedecer; qualquer lei humana, ainda que legítima, se vier a nos impor algo que esteja contrário à Palavra de Deus, nossa consciência está livre para não cumprir tais leis.
- c) Crer em tais doutrinas humanas, ou obedecer a tais mandamentos como matéria de consciência, é fazer-se culpado do pecado de trair a liberdade de consciência e da lealdade que ela deve ter somente para com o Senhor Deus; e requerer tal obediência de outras pessoas é fazer-se culpado do pecado de usurpar a prerrogativa de Deus e tentar destruir as mais preciosas liberdades humanas.
- d) A liberdade humana tem seu **fim** (finalidade) em cada pessoa, sem obstáculo da parte de seus semelhantes, deve ter a oportunidade de servir a Deus de acordo com Sua vontade. Os **limites** desta liberdade são de duas espécies: a autoridade de Deus, e as mesmas liberdades e direitos dos nossos semelhantes (“a minha liberdade vai até onde começa a sua”).
- e) Deus deixou instituições (p.ex. Igreja, Estado, Autarquias, etc.) as quais exercem autoridade sobre as nossas vidas para a manutenção da boa ordem. Tais instituições atuam na esfera legal e são partes essenciais da obediência a Deus – aquele que se diz cristão deve ser um cidadão exemplar. É claro que nossa obediência a tais instituições só deve existir enquanto estas cumprirem seu papel e não contrariarem em nada a Palavra de Deus (veja letra “b” acima).
- f) Com relação à Igreja e os membros desta, ela recebeu da parte de Deus o direito de exercer sua disciplina (tanto preventiva quanto corretiva) sobre qualquer um de

seus membros que estiverem praticando algo que fere à Sã Doutrina e a consciência alheia, perturbando a paz interna da comunidade cristã.

Devemos nos lembrar do contexto em que essas palavras da CFW foram escritas. Era o contexto recente da Reforma Protestante do séc. XVI. A Igreja Romana se arvorava dizendo ter o direito de controlar as pessoas; ela abusava de sua autoridade negando aos homens o que sempre foi o direito deles: a consciência humana. A Igreja Romana afirmava (e ainda afirma) que ela é o verdadeiro padrão e órgão da vontade de Deus no mundo, e que por isso ela é infalível e inspirada, além do seu corpo de bispos seguir a uma linhagem direta desde de Pedro. Por isso afirmam que essa igreja tem o poder de definir doutrinas e de decretar leis em nome de Deus, obrigando as consciências humanas, e que possui as “chaves”, o direito e o poder de executar tais leis, absolvendo ou condenando quem ela julgar que deve assim fazer. Como afirma Archibald Alexander Hodge: “A maior parte do que a Igreja de Roma r de t r a d i ç ã o e c l e s i á s t i c a e e v t¹⁶.d e n t e m e n t e d e

Mas, a Palavra de Deus atravessa as gerações e eras, e sempre se depara com hereges que tentam forçar as pessoas a cumprirem normas e preceitos que não têm nenhum valor ou que já se tornaram ultrapassados em Cristo que os cumpriu plenamente na cruz como é o caso da seita Adventista do Sétimo Dia, que obriga as pessoas ao cumprimento cego de normas cerimoniais que em Cristo foram todas cumpridas.

Em Cristo nossa consciência encontra plena liberdade para se submeter somente à Sua Palavra e à autoridade Dele próprio e não se deixar escravizar por aqueles que usurpam a autoridade de Deus portando-se como juizes da consciência alheia impondo normas e preceitos que afastam as pessoas da genuína e exclusiva confiança no sacrifício de Cristo. Aqueles que assim agem, longe estão de serem leais a Deus. Estão na verdade, sendo desleais a Ele e pedra de tropeço para as pessoas.

Mas, que nenhum crente tome essa liberdade de consciência que nos foi dada por Cristo para romper com toda forma de autoridade instituída por Deus. Como afirmou Alexander Hodge: “A liberdade deixa de ser liberdade quando se transforma em l i c e n c i o s i d a d e q u a n d o t r a n s c e n d e¹⁷. a l e i d e D

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 98: Onde se acha a lei moral resumidamente compreendida?

Resposta: A lei moral acha-se resumidamente compreendida nos Dez Mandamentos (Mt 19.17-19), que foram dados pelo voz de Deus no Monte Sinai e por ele escritos em duas tábuas de pedra (Dt 10.4; Ex 34.1-4), e estão registrados no capítulo vigésimo do Êxodo (Ex 20.1-17 cf Dt 5.7-21). Os quatro primeiros mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus e os outros seis, nossos deveres para com o homem (Mt 22.37-40).

Pergunta 99: Que regras devem ser observadas para a boa compreensão dos Dez Mandamentos?

Resposta: Para a boa compreensão dos dez mandamentos as seguintes regras devem ser observadas:

¹⁶ HODGE, 2010, p.360.

¹⁷ Ibid. p.363.

1ª Que a lei é perfeita e obriga a todos à plena conformidade do homem inteiro à retidão dela e à inteira obediência para sempre; de modo que requer a sua perfeição de todos os deveres e proíbe o mínimo grau de todo o pecado (Sl 19.7; Tg 2.10; Mt 5.22).

2ª Que a lei é espiritual, e assim se estende tanto ao entendimento, à vontade, aos efeitos e a todas as outras potências da alma: como às palavras, às obras e ao procedimento (Rm 7.14; Dt 6.5; Mt 22.37-39; Mt 12.36,37).

3ª Que uma e a mesma coisa, em respeitos diversos, é exigida ou proibida em diversos mandamentos (Cl 3.5; 1Tm 6.10; Pv 1.19; Rm 8. 5).

4ª Que onde um dever é prescrito, o pecado contrário é proibido (Is 58.13); onde um pecado é proibido, o dever contrário é prescrito (Ef 4.28); assim como onde uma promessa está anexa, a ameaça contrária está inclusa (Ex 4.28); e onde uma ameaça está anexa, a promessa contrária está inclusa (Jr 18.7,8; Ex 20.7; Sl 15.1,4; Sl 24.4,5).

5ª Que o que Deus proíbe, não se há de fazer em tempo algum (Rm 3.8); e o que ele manda, é sempre um dever (Dt 4.9), mas nem todo dever especial é para se cumprir em todos os tempos (Mt 12.7; Mc 14.7).

6ª Que sob um pecado ou um dever, todos os da mesma classe são proibidos ou ordenados, juntamente com todas as coisas, meios, ocasiões e aparências deles e provocações a eles (Hb 10.24-25; 1Ts 5.22; Gl 5.26; Cl 3.21; Jd 23).

7ª Que aquilo que nos é proibido ou ordenado temos a obrigação, segundo o lugar que ocupamos de procurar que seja evitado ou cumprido por todos segundo o dever das suas posições (Ex 20; Lv 19.17; Gn 18.19; Dt 6.6,7; Js 24.15).

8ª Que, quanto ao que é mandado a outros, somos obrigados, segundo a nossa posição e vocação, a ajudá-los (Hb 10.24), e a cuidar em não participar com outros do que lhes é proibido (1Tm 5.22; Ef 5.2,11).

Pergunta 100: Que pontos devemos considerar nos dez mandamentos?

Resposta: Devemos considerar nos dez mandamentos: o prefácio, o conteúdo e as divinas razões anexas a alguns deles.

Pergunta 101: Qual é o prefácio dos dez mandamentos?

Resposta: O prefácio dos dez mandamentos é: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão”.

Pergunta 102: “Qual é o resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus?

Resposta: O resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus é: “Amar o Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento (Lc 10.27).

Pergunta 103: Qual é o primeiro mandamento?

Resposta: O primeiro mandamento é: “Não terás outros deuses diante de mim”.

Pergunta 104: “Quais são os deveres exigidos no primeiro mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no primeiro mandamento são: Conhecer e reconhecer Javé como o único verdadeiro Deus e nosso Deus (1Cr 28.9; Dt 26.17; Is 43.10; Jr 14.22); adorá-lo e glorificá-lo como tal (Sl 95.6,7; Sl 29.2; Mt 4.10); pensar (Mt 3.16) e meditar nele (Sl 63.6); lembrar-nos dele (Ec 12.1); altamente apreciá-lo (Sl 18.1,2), honrá-lo (Mt 1.6), adorá-lo (Is 45.23), escolhe-lo (Js 24. 22), amá-lo (Dt 6.5), desejá-lo (Sl 73.25) e temê-

lo (Is 8.13); crer nele (Ex 14.31), confiando (Is 26.4), esperando (Sl 130.7), deleitando-nos (Sl 37.4) e regozijando-nos nele (Sl 32.11); ter zelo por ele (Rm 12.11); invocá-lo, dando-lhe todo o louvor e agradecimento (Fp 4.6), prestando-lhe toda a obediência e a submissão do homem todo (Jr 7.23; Tg 4.7); ter cuidado de agradá-lo em tudo (1Jo 3.22), e tristeza quando ele é ofendido em qualquer coisa (Ne 13.8; Sl 119.135; Jr 31.18); andar humildemente com ele (Mq 6.8).

Capítulo XXI

Do Culto Religioso e Do Domingo

Lição 22

Introdução

Adoração a Deus. Este o motivo para o qual fomos criados; é por este motivo que a Igreja existe e prega o Evangelho. Esta será a nossa eterna atividade na glória eterna. Falar do culto religioso e do Dia do Senhor, o Domingo, é falar da adoração a Deus.

§I. A luz da natureza mostra que há um Deus, que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força (Rm 1.18,20; Jr 10.7; Sl 19.1-6); mas, o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por Ele mesmo, e é tão limitado pela sua própria vontade revelada, que Ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens, ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível, ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras (Dt 12.32; At 17.24,25; Ex 20.4-6; Cl 2.20-23).

§II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo – e só a Ele (Jo 5.23; 2Co 13.13; Mt 4.10; Ap 5.11-13); não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura (Cl 2.18; Ap 19.10; Rm 1.25); nem deve, depois da queda, ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro, senão unicamente a de Cristo (1Tm 2.5; Ef 2.18).

O que esses dois parágrafos estão nos ensinando?

- 1) **Há somente um Deus Verdadeiro que deve ser adorado:** e Este é Deus revelado na Bíblia Sagrada, o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o Deus Triuno e Eterno.
- 2) **O conteúdo dessa adoração:** temor (respeito), amor, louvor, invocação, fé e serviço.
- 3) **A forma dessa adoração:** de todo o nosso ser (alma, força, entendimento e coração).
- 4) **O modo dessa adoração:** segundo a vontade de Deus e não segundo a nossa criatividade e estética. O culto não é para agradar as pessoas, mas, sim, a Deus.
- 5) **O “manual” da adoração:** “... prescrito nas Santas Escrituras”. É na Palavra de Deus que encontramos as prescrições do culto conforme a vontade de Deus. **Tudo o que estiver fora da Palavra de Deus ou não centrar-se nela deve ser descartado.**

Em nossos dias fala-se muito em “culto contemporâneo”. No final da década de 1990 e início do século XXI vimos o surgimento de movimentos dentro da Igreja, como por exemplo, o movimento conhecido como “Igreja com propósito” encabeçado pelo pastor norte-americano Rick Warren, cujas ideias é transformar a igreja em algo que seja mais “atraente” para o mundo. Inovações nos cultos, multiutilidade para o templo, etc., servem como “isca” para atrair as pessoas que não se simpatizam com a Igreja nos moldes como ela se apresenta nos últimos séculos.

Onde está o perigo disso? Onde sempre estive em outras épocas em que líderes quiseram fazer algo diferente para chamar a atenção das pessoas. Contudo, devemos fugir dessas tentações e expressões de carnalidade, pois, tais métodos

demonstram muito mais confiança em si mesmos do que no poder de Deus. São verdadeiras ciladas de Satanás para desviar-nos da Verdade e daquilo que agrada a Deus.

O culto a Deus tem de seguir o padrão que Ele mesmo estabeleceu. E quando falamos desse “padrão” divino para o culto temos de nos deter no ponto central do culto a Deus como nos mostra o §II:

- 1) **A exclusividade do culto cristão:** “O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo – e só a Ele...”. Somente o Deus triuno e eterno deve ser adorado. Nenhuma outra criatura deve receber qualquer expressão de louvor e adoração.
- 2) **A mediação no culto cristão:** “nem deve, depois da queda, ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro, senão unicamente a de Cristo”. Ser humano algum pode se colocar entre Deus e os homens além de Cristo. Ele é o nosso **único mediador**. Desde os tempos de Adão o adorador deveria sempre se apresentar diante de Deus com um substituto inocente, que então eram cordeiros sem defeito. Esses animais eram inocentes, isto é, não tinham culpa de pecado, e por isso mesmo morriam no lugar do adorador que tinha pecado. Tudo isso apontava para o sacrifício do Senhor Jesus que sendo inocente, puro e santo morreu no lugar dos eleitos de Deus, os quais mereciam a condenação e a danação eterna. **O culto que agrada a Deus é aquele em que o adorador se apresenta confiante somente no sacrifício de Cristo, e nunca, nunca em si mesmo.**

§III. A oração, com ações de graça, sendo uma parte especial do culto religioso (Fp 4.6), é por Deus exigida de todos os homens (Lc 18.1; 1Tm 2.8); e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho (Jo 14.13,14), pelo auxílio do Seu Espírito (Rm 8.26), segundo a Sua vontade (1Jo 5.14), e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança (Sl 47.7; Hb 12.28; Gn 18.27; Tg 5.16; Ef 6.18). Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos presentes (1Co 14.14-17).

§IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas (1Jo 5.14) e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro (1Tm 2.1,2; Jo 17.20; 2Sm7.29); mas não deve ser feita em favor dos mortos (1Jo 5.14; Dt 18.9-14¹⁸; Is 8.19¹⁹), nem em favor daqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte (1Jo 5.16).

Estes parágrafos apresentam um elemento muito importante em nossa adoração a Deus: a oração.

Archibald Hodge faz o seguinte comentário²⁰:

A palavra “oração” é usada constantemente num sentido mais geral e num sentido mais específico. Em seu sentido mais específico, ela é equivalente a súplica, o ato da alma de apresentar seus anseios a Deus e pedir a ele que satisfaça e supra todas as necessidades do suplicante. Em seu sentido geral, a oração é usada para expressar cada ato da alma de entrar numa relação espiritual com Deus.

¹⁸ Essa referência não consta na CFW, mas, foi aqui colocada pelo autor desse material.

¹⁹ Essa referência não consta na CFW, mas, foi aqui colocada pelo autor desse material.

²⁰ HODGE, 2010, p.374.

Leia 1Tm 2.1,2 e escreva as quatro características da oração conforme a vontade de Deus:

As ações de graças abrangem não só a oração em si, mas, tudo quanto fazemos no culto a Deus: cânticos e hinos de louvor a Deus.

A confissão é outro elemento importante na oração. Confessar é concordar com Deus sobre a nossa pecaminosidade, é admitirmos que somos pecadores e que Deus é santo e o único que pode nos purificar.

A oração é uma exigência e ordem de Deus para nós. Deixar de orarmos é pecado, pois, é um ato desobediente. Além disso a oração é também um ato de nossa dependência total de Deus e por esse motivo devemos orar sempre em nome de Jesus, pois é Ele quem nos garante diante de Deus, e pela orientação do Espírito Santo que nos conduz na oração para que esta seja de acordo com a vontade de Deus.

Em 1Jo 5.14 qual verdade importante sobre a oração aprendemos?

Archibald Hodge comenta o seguinte²¹:

Para que a oração seja aceitável, é essencial que o coração do adorador permaneça num estado próprio, e que sua oração seja oferecida em reverência à majestade e perfeições morais de Deus; humildade, por causa de nossa culpa e corrupção; submissão à Sua vontade; confiança em sua capacidade e disposição em socorrer-nos e em sua graça pactual; inteligente apreensão das relações que sustentamos, da natureza do ministério no qual estamos engajados e do tema de nossas orações e objetos de petição; e real solicitude e fervor de coração, correspondendo plenamente a todas as palavras pelas quais nossa oração é expressa; e com insistência e perseverança.

Ainda é importante ressaltar a questão do idioma utilizado nas orações. Quando a CFW afirma que deve ser em “**língua conhecida dos presentes**” tinha-se em mente as missas católicas rezadas em latim, língua essa que o povo não conhecia. Dessa forma ficavam totalmente inócuas as orações porque poucos as compreendiam. E como a Palavra de Deus prescreve a oração quando feita audivelmente deve ser feita de forma inteligível a fim de que todos possam concordar com ela de forma consciente. O mesmo princípio deve ser aplicado às igrejas que adotam o “orar em línguas” o que traz só confusão por se tratar de algo que procede do coração do homem e não de Deus.

Concernente à oração pelos mortos é importante destacarmos que tal prática não encontra qualquer respaldo e autorização nas Escrituras. Tal atitude constitui-se em pecado. Por admitir tal prática a igreja romana viu-se na iminência de criar um ensinamento totalmente herético, a saber, o purgatório, onde as almas que não foram tão ímpias, mas, também não foram tão santas nesta vida permanecem até que atinja-se um

²¹ HODGE, 2010, p.375.

número determinado de orações em favor delas aqui na terra (nem precisamos comentar que para que essas orações sejam feitas, a referida igreja cobra dinheiro por isso!).

§V. A leitura das Escrituras, com santo temor (At 15.21; At 17.11; Ap 1.3), a sã pregação (1Tm 4.2) da Palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com entendimento, fé e reverência (Tg 1.22; At 10.33; Hb 4.2; Mt 13.19; Is 66.2); o cântico salmos, com gratidão (Cl 3.16; Ef 5.19; Tg 5.13) no coração; bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo – são partes do culto comum oferecido a Deus (Mt 28.19; At 2.42; 1Co 11.23-29), além dos juramentos religiosos (Dt 6.13), votos (Sl 116.14; Is 19.21; Ne 10.29), jejuns solenes (Jl 2.12; Mt 9.15; 1Co 7.5; Ef 4.16) e ações de graça em ocasiões especiais (Sl 107), os quais, em seus vários tempos e ocasiões próprias, devem ser usados de um modo santo e religioso (Jo 4.24; Hb 10.22).

§VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija (Jo 4.21); mas Deus deve ser adorado em todo o lugar (Mt 1.1; 1Tm 2.8), em espírito e em verdade (Jo 4.23,24), tanto em família (Dt 6.7; Jó 1.5; At 10.2), diariamente (Mt 6.11; Js 24.15), e em secreto, estando cada um sozinho (Mt 6.6; Ef 6.16), como também, mais solenemente, em assembleias públicas, que não devem ser descuidadas, nem voluntariamente negligenciadas ou desprezadas, sempre que Deus, pela Sua providência, proporcione ocasião (Is 56.7; Hb 10.25; At 2.42; Lc 4.16; At 13.42).

O §V trata dos vários elementos do culto a Deus. São eles:

- Leitura das Escrituras
- Pregação e recepção da Palavra (exposição fiel da sã doutrina)
- Cânticos e hinos de louvor a Deus embasados na Palavra
- Sacramentos (Batismo e Santa Ceia)
- Juramentos, votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões específicas

Tudo isso deve ser acompanhado por temor, reverência e zelo para com Deus. A nossa atitude durante o culto a Deus demonstra muito da nossa intenção em adorá-Lo.

Este ato de adoração a Deus tanto pode ser público (culto comunitário) como secreto (individual). Isso nos mostra que o servo de Deus está em constante adoração a Deus, e o seu serviço de culto nunca é interrompido na sua essência, exceto na sua forma. É disso que trata o §VI quando nos mostra que não mais tempos necessidade de um lugar específico para adorarmos a Deus como acontecia no Antigo Testamento com o templo em Jerusalém. O adorador na Nova Aliança não se vê limitado a um templo. Porém, não devemos nos descuidar das **ocasiões específicas de culto**, tal como o Dia do Senhor, o Domingo, como veremos nos dois últimos parágrafos desse estudo.

§VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção de tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também, em sua Palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens, em todas as épocas, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (= descanso) santificado por Ele (Ex 20.8-11; Is 56.2,4,6); desde o princípio do mundo, até à ressurreição de

Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado dia do Senhor (=Domingo), e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão (1Co 16.1,2; At 20.7).

§VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações (Ex 16.23, 25,26,29,30; Ex 31.15,16; Ne 13.15-22; Lc 23.56), mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia (Is 58.13; Mt 12.1-13).

Deus instituiu o sábado (que significa “descanso” e não “sétimo”) como se pensa para o repouso e dedicação pessoal a Ele. Neste dia o crente cessa todas as suas atividades corriqueiras e costumeiras e dedica-se exclusivamente a Deus. Até Jesus Cristo, este dia era o sétimo dia da semana, pois, assim como Deus criou o universo em seis dias e parou no sétimo, da mesma forma os homens devem fazê-lo. Porém, com a ressurreição de Cristo (o que aponta para a “nova criação” cf. 2Co 5.17) o dia do descanso foi mudado para o primeiro dia da semana, pois, se o sétimo dia na Antiga Aliança era o fim da criação, em Cristo, o primeiro dia da semana (o domingo) é o dia que celebra a “nova criação” em Cristo.

Porém, o que queremos destacar aqui é o fato de que o crente **deve guardar o Dia do Senhor**. Domingo não é dia de trabalhar e fazer o trabalho costumeiro da semana (“... empregos seculares...”) assim como também não é dia de lazer (“...e das suas recreações...”). Lamentavelmente, por causa dessa sociedade hedonista de nossos dias, onde a busca pelo prazer determina a ação das pessoas e até seu compromisso com Deus, é comum vermos crentes usando o Dia do Senhor para lazer, quando na verdade, deveriam usá-lo para “... exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia”.

O dia do Senhor na semana mudou (de sábado para domingo), mas, ainda continua sendo estatuto perpétuo, isto é, é dever do crente guardar com amor e santidade este dia para a glória do Senhor. “Guardar” significa desfrutá-lo tal como a Palavra de Deus prescreve.

É comum ouvirmos as pessoas dizerem que “todos os dias são do Senhor” e de fato são mesmo. Porém, tal argumento é utilizado para que o dia do Senhor seja negligenciado e utilizado conforme o prazer e interesse de cada um. Não nos enganemos. Se não guardamos um dia de forma especial para Deus cuidando de vivermos esse dia conforme a Palavra de Deus ordena, com toda probabilidade não dedicaremos os outros dias da semana a Deus.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 105: Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no primeiro mandamento são: **Ateísmo**, negar ou não ter um Deus (Sl 14.1); **idolatria**, ter ou adorar mais do que um Deus, ou qualquer outra entidade como o Deus verdadeiro em lugar dele (Jr 2.27,28; 1Ts 1.9); não o ter e não o confessar como Deus, e nosso Deus (Sl 81.11); a omissão ou a negligência de qualquer

coisa devida a ele, exigida neste mandamento (Is 43.22,33); a ignorância (Jr 4.22; Os 4.1,6), o esquecimento (Jr 2.32; Sl 50.22), as más concepções, as falsas opiniões (At 17.23,29), os pensamentos indignos e ímpios quanto a ele (Sl 50.21); o pesquisar audaz e curioso dos seus segredos (Dt 29.29); toda impiedade (Tt 1.16; Hb 12.16), todo ódio contra Deus (Rm 1.30), egoísmo (2Tm 3.2), espírito interesseiro (Fp 2.21) e toda a aplicação desordenada e imoderada de nosso entendimento, vontade ou afetos a outras coisas e o desviá-los de Deus, em tudo ou em parte (1Jo 2.15; 1Sm 2.29; Cl 3.2,5); a vã credulidade (1Jo 4.1), a incredulidade (Hb 3.12), a heresia (Gl 5.20), as crenças errôneas (At 28.9), a desconfiança (Sl 78.22), o desespero (Ez 37.11); a resistência obstinada e a insensibilidade sob os juízos de Deus (Jr 5.3); a dureza de coração (Rm 2.5); a soberba (Jr 13.15); a presunção (Sl 19.13), a segurança carnal (Sl 1.12); tentar a Deus (Mt 4.7); uso de meios ilícitos (Rm 3.8), a confiança nos ilícitos (Jr 17.5); os deleites e gozos carnavais (2Tm 3.4); um zelo corrupto, cego e indiscreto (Gl 4.17; Rm 10.2; Jo 16.2; Lc 9.54,55) a tibieza (Ap 3.16) e o esfriamento nas coisas de Deus (Ap 3.1); o alienar-nos e apostatar-nos de Deus (Ez 14.5; Is 1.4,5); orar ou prestar qualquer culto religioso aos santos, anjos ou qualquer outra criatura (Os 4.12; Ap 19.10; Cl 2.18; Rm 1.25); todos os pactos com o diabo (Lv 20.6; 1Sm 28.7,11; 1Co 10.13,14); consultar com ele e dar ouvidos às suas sugestões (At 5.3); fazer dos homens senhores da nossa fé e consciência (Mt 23.9); menosprezar ou desprezar a Deus e aos seus mandamentos (Dt 32.15; Pv 13.13; 2Sm 12.9); resistir e entristecer o seu Espírito (At 7.21; Ef 4.30); descontentamento e impaciência com as suas dispensações (Sl 73.2,3); acusá-lo estultamente dos males com que ele nos aflige, e atribuir o louvor de qualquer bem que somos, temos ou podemos fazer à fortuna, aos ídolos (Dn 5.23), a nós mesmos (Dt 8.17; Dn 4.30), ou a qualquer outra criatura (Hc 1.16).

Pergunta 106: O que nos é especialmente ensinado pelas palavras “além de mim”! no primeiro mandamento?

Resposta: As palavras “além de mim”, “diante de mim” ou “perante a minha face” no primeiro mandamento ensinam-nos que Deus, que tudo vê, nota especialmente e se ofende muito com o pecado de ter-se qualquer outro Deus, de maneira que elas sirvam de argumento para nos dissuadir desse pecado e de agravá-lo com ousadíssima provocação (Sl 44.20,21); assim como para nos persuadir a fazer como diante dos olhos de Deus tudo o que fizermos no seu serviço (1Cr 28.9).

Pergunta 107: Qual é o segundo mandamento?

Resposta: O segundo mandamento é: “Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo o que há em cima no céu, e do que há em baixo na terra, nem de coisa alguma que haja nas águas debaixo da terra. Não as adorarás nem lhes darás culto, porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus forte e zeloso, que vingará a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus preceitos (Ex 20.4-6).

Pergunta 108: Quais os deveres exigidos no segundo mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no segundo mandamento são: o receber, o observar e o guardar puros e inalterados todo o culto e todas as ordenanças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra (Dt 32.46; Mt 28.20; 1Tm 6.13,14; Ap 2.42), especialmente a

oração e ação de graças em nome de Cristo (Ep 4.6); a leitura, a pregação e o ouvir da Palavra (Dt 17.18,19; At 15.21; 2Tm 4.2; Tg 1.21,22; At 10. 33); a administração e a recepção dos sacramentos (Mt 28.19; 1Co 11.23-30); o governo e a disciplina da Igreja (Mt 16.19; Mt 18.17; 1Co 12.18; Jo 20.23); o ministério e a sua manutenção (Ef 4.11,12; 1Tm 5.17,18; 1Co 9.1-15); o jejum religioso (Jl 2.1 2; 1Co 7.5); o jurar em nome de Deus (Dt 6.13) e o fazer os votos a ele (Sl 76.11; Is 19.21; Sl 116.14); bem como o desaprovar, detestar e opor-se a todo o culto falso (At 17.16,17; Sl 16.4) e, segundo a posição e vocação de cada um, o remover tal culto e todos os símbolos da idolatria (Dt 7.6; Is 30.22).

Capítulo XXII

Dos Juramentos Legais e Dos Votos

Lição 23

Introdução

No presente capítulo estudaremos a importância, solenidade e a forma como devem ser feitos os juramentos e votos. Estes estão diretamente relacionados ao caráter de Deus e do crente, e, assim devem ser levados com máxima seriedade e prudência.

§I. O Juramento legal é uma parte do culto religioso (Dt 10.20) em que o crente, em ocasiões próprias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus a fim de ser julgado por ele, segundo a verdade ou falsidade do que jura (2Co 1.23; 6.22,23; Êx 20.7).

Aqui é importante definirmos o que é um “Juramento legal”. Archibald Hodge afirma²²:

Um juramento legal consiste em invocar a Deus, sendo a ocasião de suficiente seriedade e importância, visando a dar testemunho da veracidade do que afirmamos como verdadeiro, ou nossa pretensão voluntária de obrigar-nos a fazer algo no futuro – com uma imprecisão implícita do desfavor divino caso mintamos ou provemos ser infiéis em nossos compromissos (...). De modo que um juramento é um ato de supremo culto religioso, visto reconhecer a onipresença, a onisciência, a justiça absoluta e a soberania da Pessoa cujo augusto testemunho é invocado, e cujo juízo é invocado como final.

Assim sendo, afirmamos que um juramento é um ato religioso de devoção a Deus que deve:

- ser feito em ocasiões próprias e com solenidade, e não de forma inconsequente e impensada em qualquer situação;
- na presença de Deus como a principal testemunha, que executará o julgamento a respeito de quem faz o juramento, confirmando ou desmentindo o juramento feito.

§II. O único nome pelo qual se deve jurar é o Nome de Deus, Nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência (Dt 6.13); jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo Nome, ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável (Jr 5.7; Tg 5.12; Mt 5.37). Contudo, como em assuntos de gravidade e importância, o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos (1Rs 8.31,32;Ed 10.5; Mt 26.63,64).

Deus é a fonte da Verdade. É Nele que a Verdade encontra a sua origem e finalidade. Portanto, quando um juramento é exigido por uma autoridade legítima, tal como um tribunal ou uma cerimônia solene (como a Pública Profissão de Fé e Batismo), tal juramento deve ser feito em Nome de Deus. Fazê-lo em nome de uma pessoa ou coisa

²² HODGE, 2010, p.390.

é incorrer no pecado de idolatria, pois, é conferir a uma pessoa ou coisa a honra que deve ser dedicada somente ao Deus Verdadeiro.

Um juramento falso ou temerário (precipitado, sem intenção de cumprir) é mentira. Não podemos invocar o Nome do Deus Verdadeiro para dar credibilidade a uma mentira. Tal ato é abominável aos olhos de Deus.

Devemos insistir que juramentos em ocasiões solenes e exigidos por autoridades legítimas, não são pecado. Constituir-se-ão pecados palavras que numa conversa informal ou numa situação corriqueira a pessoa jurar pelo Nome de Deus simplesmente para que sua palavra tenha mais credibilidade. Veja o que diz Tg 5.12

Em Mt 5.37

Curiosamente, quem vive jurando a torto e a direito nas suas palavras em vez de transmitir credibilidade transmite falsidade e mentira. Ninguém confia em quem o tempo todo diz: “Eu juro que...”.

§III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene, e nada afirmar senão do que esteja plenamente persuadido ser a verdade. Ninguém deve obrigar-se, por juramento, a qualquer coisa que seja ou que acredite ser boa e justa e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo exigido pela autoridade legal (Jr 4.2; Gn 24.2,3,9; Ne 5.12).

Duas questões são ressaltadas aqui: (1) Enquanto não houver nenhuma exigência por parte de alguma autoridade legal, ninguém deve se sentir obrigado a fazer qualquer juramento mesmo que seja por algo bom e justo, e (2) quando, porém, uma autoridade legal exigir que um juramento seja feito com relação a algo justo e bom, ninguém tem o direito de recusar-se a fazer tal juramento.

Além disso, ressalta-se aqui o fato de que aquele que for jurar deve ter plena certeza de o estar fazendo por algo que seja bom e justo. Não ter certeza dos fatos é um empecilho para que um juramento seja feito.

§IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido comum e claro das palavras, sem equívoco ou reserva mental (Sl 24.4; Jr 4.2). Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura (Sl 15.4). Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis (Ez 17.16,18).

Por “sentido comum e claro das palavras” e “sem equívoco ou reserva mental” quer se dizer que todo juramento não pode omitir em momento algum a verdade dos fatos e nem mesmo distorcê-los a fim de se conseguir alguma coisa. Um exemplo disso é quando alguém diz apenas parte dos fatos que são conhecidos de todos, mas, omite intencionalmente outros fatos, isso não deixa de ser uma forma de mentira. Ainda que em nenhum momento alguma mentira tenha sido proferida, a omissão da verdade é uma forma de mentira.

Neste parágrafo ainda vemos que todo juramento só deve ser feito quando não incorrer em pecado. Se um juramento tem como objetivo um pecado, tal juramento não deve ser feito. Porém, todo juramento que tem a verdade como base deve ser cumprido fielmente, ainda que este tenha sido feito a incrédulos e ímpios.

Archibald Hodge lembra que²³

Essa obrigação evidentemente não depende da bondade ou da maldade das pessoas que impõem o juramento. O juramento feito a um infiel ou herege obriga tanto quando o que é feito a um santo. Os romanistas eximem sua igreja da obrigatoriedade dos juramentos feitos a infiéis ou hereges, e permitem quebrar a fidelidade comprometida com todos aqueles com quem ele tem alguma controvérsia, sob o pretexto de que um juramento não pode obrigar àquilo que é ilegal nem pode desobrigar de uma obrigação superior, e que a mais importante de todas as obrigações não deve de forma alguma ser observada às custas dos interesses da Igreja. No entanto, deliberadamente fazem o juramento com o fim de quebrá-lo, e, portanto, mentem e profanam o santo nome de Deus tanto em fazer o juramento quanto em quebrá-lo. Além disso, o interesse da Igreja não é lei superior que tenha precedência sobre todos os juramentos, e, sim, somente a vontade divina *claramente revelada*.

Como é de se esperar a igreja romana se coloca até mesmo acima da própria Palavra de Deus, contrariando-a em detrimento de seus próprios interesses. Não se deve quebrar nenhum juramento nem mesmo quando este for feito a um ímpio. Não é o caráter do ímpio que determina a minha fidelidade, mas, sim o caráter de Deus.

§V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade (Ec 5.4-6; Sl 66.13,14; Sl 61.8; Dt 23.21,23).

Tudo o que foi dito em relação ao juramento vale também para os votos. Reverência no momento em que um voto for feito e fidelidade na execução do mesmo é algo que agrada a Deus. O que é que diz Dt 23.21,23?

²³ HODGE, 2010, p.394

SVI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas só a Deus (Sl 76.11); para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres (Sl 50.14; Gn 28.20-22).

Deus, em primeira e em última instância é a razão de um voto ser feito. Nenhum voto deve ser feito a uma criatura. Quando idólatras fazem votos aos santos ou à Maria estão descumprindo diretamente o que a Palavra de Deus prescreve em relação aos votos, pois, o fazem a criaturas.

Os seguintes elementos devem constar num voto:

- voluntariedade: Deus não nos obriga a nenhum voto; do contrário não seria um voto;
- fé: qualquer voto sem fé, não tem sentido algum;
- consciência de dever: é uma resposta da nossa parte à fidelidade e misericórdia de Deus.

Em tudo isso vez o voto como um ato de adoração a Deus.

SVII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na Palavra de Deus, ou que impeça o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou competência da parte de Deus (At 23.12; Mc 6.26; 1Co 2.9; Ef 4.28; 1Ts 4.11,12; 1Co 7.23); por isso, os votos monásticos, que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embarçar-se.

Um voto não pode nos obrigar a fazer algo que vá de encontro a Palavra de Deus. É a Palavra de Deus a única autoridade em nosso coração. Por isso mesmo, todo voto deve ser muito bem pensado e sua legitimidade avaliada à luz da Palavra de Deus para não incorrerem em erros e pecados.

Neste parágrafo é citado o abuso que a igreja romana faz dos votos, mais especificamente os relativos à vida monástica, pobreza e celibato que longe de serem instrumentos para aperfeiçoar o devoto estão mais para instrumentos que conduzem ao orgulho pessoal por ser uma obra humana. Em lugar algum Deus exige dos seus tais coisas. Quando alguém quiser abrir mão de seus bens, ou de um possível casamento para viver dedicando-se à obra do Senhor deverá fazê-lo como um ato voluntário, mas, nunca por imposição da igreja.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 109: Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no segundo mandamento são: estabelecer (Nm 15.39), aconselhar (Dt 13.6-8), mandar (Os 5.11), usar e aprovar de qualquer maneira culto religioso não instituído pelo próprio Deus (Dt 12. 30-32; 1Rs 11.33; 1Rs 12.33); fazer qualquer imagem de Deus, de todas ou qualquer das três pessoas, quer interiormente no espírito quer exteriormente em qualquer forma de imagem ou semelhança de criatura alguma (Dt 4.15,16; At 17.29; Rm 1.21-25); toda a adoração dela (Gl 4.8), ou de Deus nela ou por meio dela (Ex 32.5); fazer qualquer imagem de deuses imaginários (Ex 32.8) e todo o culto ou serviço a eles pertencente (1Rs 18.26,28); todas as inovações

supersticiosas (At 19.19), corrompendo o culto de Deus (Ml 1.7,8,14), acrescentando ou tirando dele (Dt 4.2), quer sejam inventados e adotados por nós (Sl 106.39) quer recebidas por tradição de outros (Mt 15.9), embora sob o título de antiguidade (1Pe 1.18), de costume (Jr 44.17), de devoção (Is 65.3-5; Gl 1.13,14), de boa intenção ou por qualquer outro pretexto (1Sm 13.12); a simonia (At 8.18,19, 22), o sacrilégio (Rm 2.22); toda a negligência (Ex 4.24-26), o desprezo (Mt 22.5; Mt 1.7, 8,12, 13), o impedimento (Mt 23.13) e oposição ao culto e ordenanças que Deus instituiu (At 13.45; 1Ts 2.14-5).

Pergunta 110: Quais são as razões anexas ao segundo mandamento para lhe dar maior força?

Resposta: As razões anexas ao segundo mandamento, para lhe dar maior força, contidas nestas palavras: “Porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus forte e zeloso, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus preceitos (Ex 20.5,6)”. São, além da soberania de Deus e o seu direito de propriedade sobre nós, o seu zelo fervoroso pelo seu culto e indignação vingadora contra todo o culto falso (Ex 34.13,14), considerando-o um adultério religioso (1Co 10.20-22; Tg 4. 4; Dt 32.16-19; Jr 7.18-20), tendo por inimigos os violadores desse mandamento e ameaçando puni-los por diversas gerações (Os 2.2-4); e tendo por amigos os que guardam os seus mandamentos, prometendo-lhes a misericórdia até muitas gerações (Dt 5.29). Síntese das razões anexas: Soberania de Deus; o seu zelo em impedir a infidelidade dos eleitos pactuados; a sua justiça; a sua ilimitada bênção aos fiéis.

Pergunta 111: Qual é o terceiro mandamento?

Resposta: O terceiro mandamento é: “Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus (Ex 20.7, cf. Dt 5.11)”. Deus subscreveu o pacto, empenhando nele a credibilidade de seu nome. O povo escolhido aceitou-o. Portanto, tomar irresponsavelmente o nome do Senhor da aliança, de conformidade com o teor dos termos pactuais, era inimaginável, mesmo porque o nome do Supremo Rei tinha de ser absolutamente respeitado pelos seus vassallos e súditos.

Pergunta 112: O que exige o terceiro mandamento?

Resposta: O terceiro mandamento exige que o nome de Deus, os seus títulos, atributos (Mt 6.9; Dt 28.58; Sl 29.2; Ap 15.3,4), ordenanças (Mt 1.14), a Palavra (Sl 138.2), os sacramentos (1Co 11.28,29), a oração (1Tm 2.8), os juramentos, os votos (Sl 76.11), as sortes (At 1.24,26), suas obras (Sl 107.21,22) e tudo quanto pelo que Deus se fez conhecer, sejam santa e reverentemente usadas em nossos pensamentos (Ml 3.16), meditações (Sl 8), palavras (Sl 105. 2,5; Cl 3.17) e escritos (Sl 102.18), por uma santa profissão de fé (1Pe 3.15; Mq 4.5) e um comportamento conveniente (Fp 1.27) para a glória de Deus (1Co 10.31) e para o nosso bem (Jr 32.39) e o do nosso próximo (1Pe 2.12).

Pergunta 113: Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: o não usar o nome de Deus como nos é exigido (Ml 2.2), e o abuso dele por uma ignorante (At 17.23), vã, irreverente (Pv 30.9), profana (Ml 1.6,7,12), supersticiosa (Jr 7.4; Cl 2.20,22) ou

ímpia menção ou outro modo de usar os títulos, atributos (Ex 5.2, Sl 139.20), ordenanças (Sl 50.16), ou obras de Deus (Is 5.12); a blasfêmia (2Rs 19.22; Lv 24.11); o perjúrio (Zc 5.4), votos e sortes ímpias (Rm 12.14; 1Sm 17.43; 2Sm 16.5); a violação dos nossos juramentos (Jr 5.7; Jr 23.10) e votos (Dt 23.18; At 23.12), quando lícitos (Et 3.7; Et 9.24; Sl 24.4; Ez 17.19), e o cumprimento deles, se por coisa ilícita (Mc 6.26; 1Sm 25.22,32-34); a murmuração e as queixas (Rm 9.14,19,20) contra os decretos e providências de Deus, a pesquisa curiosa (Dt 29.29) e má aplicação das ordenanças (Rm 3.5,7) e providência de Deus (Sl 73. 5,7); a má interpretação (Mt 5. 21-48), a má aplicação (Ez 13.22) ou qualquer perversão da Palavra, ou de qualquer parte dela (2Pe 3.16; Mt 22.29); as zombarias profanas (Ef 5.4), questões curiosas e sem proveito, as vãs contendas de palavras, ou a defesa de doutrinas falsas (1Tm 6.4,5,20; 2Tm 2.14; Tt 3.9); o abuso da Palavra, das criaturas, ou de qualquer coisa compreendida sob o nome de Deus, para encantamentos (Dt 18.10,11) ou concupiscências, e práticas pecaminosas (2Tm 4.3,4; Jd 4; Rm 13.13,14; 1Rs 21.9,10); a maledicência (At 13. 45); desprezo (2Pe 3.3; Sl 1.1), vituperação (1Pe 4.4), ou qualquer oposição à verdade, graça e caminhos de Deus (At 13.50; At 4.16, At 19.9; 1Ts 2.16; Hb 10.29), a profissão religiosa por hipocrisia ou para fins sinistros (2Tm 3.5; Mt 23.14; Mt 6.1-3,5,16); o ter vergonha da religião (Mc 8.38) ou o ser uma vergonha para ela, por uma conduta inconveniente (Sl 73.14,15), imprudente (Ef 5.15,17; 1Co 6.5,6), infrutífera (Is 5.4; 2Pe 1.8,9) e ofensiva (Rm 2.23,34), ou por hipocrisia (Gl 3.1,3; Hb 6.6).

Capítulo XXIII Do Magistrado Civil

Lição 24

Introdução

Nos dias da Reforma Protestante a igreja romana por meio do papa interferia radicalmente em todas as esferas da sociedade, especialmente na política e nos governos das nações. O papa depunha e nomeava rei a quem bem entendia. Com a Reforma Protestante a igreja romana perdeu seu domínio e o poder civil passou a ser uma questão que trouxe bastante dificuldade. Qual seria agora a forma de governo? Uma monarquia? Uma democracia onde o povo escolheria seus representantes que atuariam em assembleias e parlamentos? A Reforma Protestante não determinou qual seria a forma de governo que deveria ser implantada. Essa não era a questão mais importante a ser tratada, mas, sim, como a liderança política seria escolhida e qual a extensão da autoridade da mesma. Nesse sentido, os teólogos de Westminster deixaram contribuição valiosa que de forma bíblica lançaria os alicerces da democracia, bem como a esfera de ação do poder civil e do poder religioso.

§I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, a Ele sujeitos, e para este fim os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores (Rm 13.1-4; 1Pe2.13,14).

O que este parágrafo está nos ensinado é que:

- 1) **Deus é a autoridade suprema deste universo.** Ele é o Senhor e Rei a quem todos os seres devem respeito, honra e temor.
- 2) **Toda a autoridade civil, isto é, nas mais variadas esferas sociais legalmente instituídas, são em primeira e em última instância instituídas por Deus.** Ninguém pode alegar soberania e autoridade própria, sem ter sido por Deus instituído a este cargo.
- 3) **A finalidade dos magistrados civis é dupla: encorajar e defender os justos e bons, e castigar os malfeitores.** A lei só tem rigores para os transgressores. Aqueles que a cumprem gozam somente os benefícios dela.

§II. Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamados (Pv 8.15,16); e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutares de cada Estado (Sl 82.3,4), eles, sob a dispensação do Novo Testamento, e para esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias (Rm 13.1-4; Lc 3.14; Mt 8.9; At 10.1,2).

Todo cidadão do céu, que ama a glória eterna e almeja o céu é também um cidadão desse mundo engajado nas boas obras de justiça. Durante muitos anos a mentalidade dos evangélicos de nosso país os impedia de se envolverem em questões políticas e assumirem cargos de liderança na esfera social e civil. O resultado dessa alienação foi drástico. Mais recentemente, temos visto o inverso acontecer. O ingresso de muitos evangélicos na política tem sido igualmente desastroso, por que muitos usam como plataforma eleitoral a Igreja de Cristo para fins reprováveis (escândalos envolvendo

parlamentares “evangélicos” têm sido cada vez mais frequente), e o que é pior, eles alegam ser “representantes das igrejas” no meio político. Um candidato eleito deve zelar não pelos interesses desse ou daquele grupo, mas, sim, pelo bem-estar de toda a população.

Os teólogos de Westminster entenderam que os servos de Deus devem se envolver nas questões políticas desde que tenham absoluta certeza de que para isso foram chamados e comissionados por Deus. Do contrário estarão almejando apenas o *status* que um cargo no magistrado civil oferece. Todos aqueles (especialmente os servos de Deus) que ocuparem um cargo de autoridade devem se lembrar que lá estão para promoverem piedade, justiça e paz.

Outra questão que aqui é mencionada é a de um líder político que é servo de Deus ter de tomar a decisão de entrar em guerra com outro povo (ou podemos pensar aqui em questões mais simples como empregar o uso da força policial para coibir manifestações ilegítimas). Havendo legitimidade nessa decisão e necessidade de declarar guerra para defender o povo e o bem-estar deste, então não há nada na Palavra de Deus que condenará tal decisão.

§III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da Palavra e dos Sacramentos, ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum interferir em matéria de fé (Mt 16.19; 1Co 4.1; Jo 18.36; Ef 4.11,12; 2Cr 26.18); contudo, como pais solícitos, têm o dever de proteger a Igreja de nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã acima das outras, de tal maneira que todos os eclesiásticos, sem distinção, gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve interferir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de todos os que lhe são relacionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar a quem quer que seja; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.

Novamente precisamos recorrer ao contexto em que a CFW foi escrita para entendermos o que este parágrafo está dizendo. Naquela época a autoridade do papa estava sendo questionada e minada pela Reforma Protestante. E o ponto em questão aqui diz respeito ao fato de que o papa não tem autoridade sobre os magistrados, e nem estes sobre a Igreja. Se por um lado estava o papa exigindo fidelidade a ele e à igreja romana, do outro lado estavam reis exigindo que a igreja se submetesse a eles.

Aqui neste parágrafo vemos que a Igreja e o Estado são ambos instituídos por Deus, tendo diferentes objetivos e esfera de ação, diferentes governos e oficiais, e, por isso, enquanto possuírem mutuamente bons oficiais são independentes um do outro.

Também destaca-se aqui o fato de que se um crente viesse a ocupar um cargo de autoridade na esfera civil, mas, na Igreja fosse um membro sem nenhum cargo, entende-se que na vida civil ele é uma autoridade, mas, na Igreja, um “servo”, e que em hipótese alguma deve utilizar de sua autoridade civil para impor sua vontade na Igreja. Se porventura este crente que na esfera civil tem um cargo de autoridade, e, dentro da Igreja também seja um líder legitimamente instalado por Deus e pela Igreja, deve manter suas

respectivas formas de autoridade (civil e religiosa) restritas em suas esferas distintas, ou seja, não deve cuidar da Igreja como sendo uma autoridade civil, e nem de seu cargo civil com a autoridade de liderança eclesiástica.

§IV. É dever do povo orar pelos magistrados (1Tm 2.1,2), honrar as suas pessoas (1Pe 2.17), pagar-lhes tributos e outros impostos (Rm 13.6,7), obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por dever da consciência (Rm 13.5).

Incredulidade ou indiferença em questão de religião não invalida a justa e legal autoridade do magistrado, nem isenta o povo da obediência que lhe deve, obediência essa da qual não estão excluídos os eclesiásticos (Rm 13.1; At 25.10-11). O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um de seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los de seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

Neste parágrafo aprendemos que:

- 1) **Todo crente deve ser um intercessor fervoroso junto a Deus pelas autoridades de um povo.** Se parece-nos difícil fazer isso ao olharmos para o cenário político de nosso país, devemos lembrar que o contexto do Novo Testamento era incomparavelmente pior e hostil aos crentes do que os nossos tempos. Mesmo assim a ordem da Palavra de Deus é qual em 1Tm 2.1,2?

- 2) **Todo crente deve prestar honras às autoridades por dever de consciência.** Isto é, toda a nossa atitude de respeito às autoridades, reflete o nosso respeito a Deus que foi quem instituiu essas autoridades. Archibald Hodge afirma: “ . . . e s s a o b e d i ê n c i a sincera e por motivo de consciência, e não fruto de constrangimento. Por essa razão devemos orar pelos nossos governantes e assisti-los, ao mesmo tempo que lhes prestamos mera obediência t é c ²⁴ n. i c a ”

- 3) **O papa não tem a autoridade que ele arvora ter diante dos magistrados.** Sem dúvida alguma esse ponto trouxe muito transtorno para a igreja romana, mas, sem atitudes como essa, ainda estaríamos escravizados nas garras papais.

Mas, até que ponto deve ir nossa obediência às autoridades? Archibald Hodge novamente aponta uma sábia resposta²⁵:

A rebelião é um pecado grave, visto ser desobediência a Deus, e visto que necessariamente opera ruína física permanente e desmoralização social entre nossos semelhantes. O limite desta obrigação de obediência só será encontrado quando formos intimados a fazer algo contrário à autoridade superior de Deus (At 4.19;5.29); ou quando o governo civil tornar-se tão radical e incuravelmente corrupto que deixar de cumprir os fins para os quais ele foi estabelecido. Quando

²⁴ HODGE, 2010, p.406.

²⁵ HODGE, 2010, p.406,407.

este ponto tiver inquestionavelmente alcançado, quando todos os meios de reparação tiverem sido exaustivamente sem validade, quando ali parecer não haver mais nenhum prospecto de assegurar reforma no próprio governo, e houver alguma boa perspectiva de garanti-la através de revolução, então é privilégio e dever de um povo cristão mudar seu governo – pacificamente, se possível; forçosamente, se preciso.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 114: Quais são as razões anexas ao terceiro mandamento?

Resposta: As razões anexas ao terceiro mandamento, contidas nestas palavras:

“O Senhor teu Deus” e “porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão seu nome (Ex 20.7) são:

Porque ele é o Senhor e nosso Deus, portanto o seu nome não deve ser profanado nem por forma alguma abusado por nós (Lv 19.12).

Especialmente porque ele estará tão longe de absorver e poupar os transgressores deste mandamento, que não os deixará escapar do seu justo juízo (Dt 28.58,59), embora possam escapar das censuras e punições dos homens (1Sm 3.13; 1Sm 2.12,17,22).

Pergunta 115: Qual é o quarto mandamento?

Resposta: O quarto mandamento é: “Lembra-te de santificar o dia de Sábado (descanso). Trabalharás seis dias e farás tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o Sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia obras alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem tua serva, nem teu animal, nem o peregrino que viver das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra, o mar, e tudo o que neles há, e descansou ao sétimo dia; por isso o Senhor abençoou o dia sétimo e o santificou (Ex 20.8-11, cf. Dt 5.12-15).

Pergunta 116: Que se exige no quarto mandamento?

Resposta: O quarto mandamento exige de todos os homens o santificar ou o guardar santos para Deus todos os tempos especificados que Deus designou em sua Palavra, expressamente um dia inteiro em cada sete (Is 56.2,4,6,7,); que era o sétimo, desde o princípio do mundo até à ressurreição de Cristo (Gn 2.3), e o primeiro dia da semana desde então até ao dia de hoje, e há de assim continuar até ao fim do mundo; o qual é o Sábado cristão (1Co 16.2; At 20.7; Jo 19-27; Ap 1.10) e no Novo Testamento é chamado o dia do Senhor (Domingo).

Pergunta 117: Como há de ser santificado o Sábado ou Dia do Senhor?

Resposta: O Sábado ou Dia do Senhor, há de ser santificado por um santo descanso por todo aquele dia (Ex 20.8,10; Ex 16.25,26) , não somente de tudo quanto é sempre pecaminoso, mas até de todas as ocupações recreios que são permitidos em outros dias (Jr 17. 21,22); e em fazê-lo o nosso deleite, passando todo o tempo (exceto aquela parte que se deve empregar em obras de necessidade e misericórdia) (Mt 12.1-14) nos exercícios públicos e particulares do culto de Deus (Lv 23.3; Is 58.13,14; Lc 4.16; At 20.7). Para este fim havemos de preparar os nossos corações, e com toda a previsão, diligência e moderação dispor e convenientemente arranjar os nossos negócios seculares, para que sejamos mais livres e mais prontos para os deveres desse dia (Lc 23.54-56; Ne 13.19).

Pergunta 118: Por que é o quarto mandamento de guardar o Dia do Senhor (Domingo) mais especialmente dirigido aos chefes de famílias e outros superiores?

Resposta: O mandamento de guardar o Dia do Senhor (Domingo) é mais especialmente dirigido aos chefes da família e outros superiores, porque estes são obrigados, não somente a guardá-lo por si mesmos, mas fazer seja observado por todos os que estão sob o seu cuidado; e porque são às vezes propensos a impedi-los por trabalhos seus (Ex 23.12).

Pergunta 119: Quais são os pecados proibidos no quarto mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no quarto mandamento são: Toda omissão dos deveres exigidos (Ex 22.26); todo o cumprimento descuidoso, negligente e sem proveito, e o ficar cansado deles (Ex 33.31,32; Ml 1.13; Am 8.5), toda a profanação do dia por ociosidade e por fazer aquilo que é em si pecaminoso (Ez 23.38), e por todas as obras, palavras e pensamentos desnecessários no tocante às nossas ocupações e recreios seculares (Jr 17.27; Is 58.13,14).

Pergunta 120: Quais são as razões anexas ao quarto mandamento para lhe dar maior força.

Resposta: As razões anexas ao quarto mandamento para lhe dar maior força são tiradas da equidade dele, concedendo-nos Deus seis dias de cada sete para os nossos trabalhos e reservando um só para si, nestas palavras: “Seis dias trabalharás e farás tudo o que tens para fazer (Ex 20.9); de Deus reclamar uma propriedade especial nesse dia: “O sétimo dia é o Sábado do Senhor teu Deus (Ex 20.10)”; do exemplo de Deus, que “em seis dias fez o céu e a terra, o mar e tudo o que neles há, e descansou no dia sétimo; e da bênção que Deus conferiu a esse dia, não somente santificando-o para ser um dia para o seu serviço, mas também determinando-o para ser um meio de bênção para nós em santificá-lo, “portanto o Senhor abençoou o dia de Sábado e o santificou (Ex 20.11)”.

Pergunta 121: Por que se acha a palavra “lembra-te”, colocada no princípio do quarto mandamento?

Resposta: A palavra “lembra-te” acha-se colocada no princípio do quarto mandamento (Ex 20.8), em parte pelo grande benefício que há em nos lembrarmos dele, sendo nós assim ajudados na nossa preparação para guardá-lo (Ex 16.23; Lc 23.54,56; Ne 13.19); e porque em o guardar somos ajudados a guardar todos os mais mandamentos (Ez 20.12,20), e a continuar uma grata recordação dos dois grandes benefícios da criação e da redenção, que contêm em si um breve compêndio da religião (Gn 2.2,3; Sl 118.22,24; Hb 4.9); e em parte porque somos propensos a esquecer-nos deste mandamento (Ex 34.21), visto haver menos luz da natureza para ele e restringir a nossa liberdade natural quanto a cousas permitidas em outros dias (Ex 34.21); porque este dia vem somente uma vez em cada sete, e muitos negócios seculares intervêm e muitas vezes nos impedem de pensar nesse dia, seja para nos prepararmos, seja para santificá-lo (Nm 15.38,40), e porque Satanás, com os seus instrumentos, se esforça para apagar a glória e até a memória desse dia, para introduzir a irreligião e a impiedade (Lm 1.7; Ne 13.15-23; Jr 17.21-23).

Capítulo XXIV Do Matrimônio e Do Divórcio

Lição 25

Data ____/____/____

Introdução

Neste capítulo trataremos de um dos assuntos mais belos das Escrituras Sagradas, o casamento, e do seu oposto exato, o divórcio, um dos males que sempre assolou a sociedade e que em nossos dias tem se tornado algo cada vez mais corriqueiro dentro da própria Igreja de Cristo, como se isto fosse a alternativa apropriada para resolver os problemas no casamento.

§I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma esposa, nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo (1Co 7.2; Mc 10.6-9; Rm 7.3; Gn 2.24).

O matrimônio foi ordenado por Deus, e, por isso mesmo é uma instituição Divina. O contrato que é feito no matrimônio tanto deve contemplar o aspecto civil quanto o religioso. Nenhum Estado tem o direito de alterar as leis bíblicas que regem o matrimônio. Esse “contrato” é regido pelas leis da Palavra de Deus. Ao Estado cabe zelar para a preservação da instituição do casamento.

O matrimônio só pode existir entre um homem e uma mulher e isto monogamicamente. Qualquer união homossexual é abominação aos olhos de Deus, é depravação e distorção da natureza, é imundícia (Rm 1.24-27) e atrai o inexorável juízo de Deus.

A constituição de “homem e mulher” não é só física, mas, também moral. Um homem não pode completar outro homem física e moralmente. Isso só é possível na relação macho e fêmea, homem e mulher. A mulher foi criada para ser a auxiliadora do homem, e este, ser auxiliado por ela e para governá-la com amor e sabedoria.

Não é permitido por Deus a prática da poligamia (mais de um cônjuge ao mesmo tempo). Ainda que a Bíblia relate casos de servos de Deus que praticaram a poligamia (Abraão, Davi, Salomão, etc.) ela não o faz justificando tal prática nem muito menos a endossando, mas, sim, mostrando que até servos de Deus cometerem esse pecado e conseqüentemente, colheram os frutos amargos dessa desobediência.

A poligamia concomitante encontra resistência até mesmo numa sociedade libertina como a nossa; porém, tolera-se a poligamia consecutiva. O divórcio dá ensejo para a poligamia consecutiva. Veremos isso com mais detalhes nos §V e §VI.

§II. O matrimônio foi ordenado para o auxílio mútuo de marido e esposa (Gn 2.18), para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima, e da Igreja por uma semente santa (Mt 2.15), e para evitar-se a impureza (1Co 7.2,9).

Neste parágrafo vemos os motivos pelos quais o matrimônio foi instituído por Deus.

- J **Auxílio mútuo de marido e esposa:** não é só a mulher que auxilia o marido; este também deve auxiliá-la especialmente no que diz respeito às condições que ela precisa para crescer na graça e no conhecimento de Cristo Jesus.
- J **Propagação da raça humana por uma sucessão legítima:** isto é, a procriação e a perpetuação da raça humana dependem do casamento. Esse é um dos principais motivos pelos quais relações homossexuais são contrárias à vontade de Deus. Ainda que em nossos dias tenhamos técnicas de fertilização em laboratório, tais técnicas não constituem o modo natural que Deus concede para a procriação humana. O caso de casais que não conseguem gerar filhos por complicações de ordem física, antes de recorrerem a tais técnicas de fertilização devem ter bem definido em seus corações a vontade de Deus nesse assunto. Ter filhos para realização pessoal, ainda que isso não seja errado, não deve ser o motivo principal. Nossa realização está somente em Deus! Tais casais devem pensar seriamente na adoção.
- J **A propagação da Igreja de Cristo por uma semente santa:** “filho de peixe é peixinho”, e filho de crente, embora nem sempre seja crente também, mas, é nascido dentro da Família da Aliança. Crentes não geram filhos crentes, mas, geram filhos da Aliança, a qual um dia eles assumirão ou não. Porém, o ponto central aqui é a seriedade com que pais crentes devem levar a criação de seus filhos nos caminhos do Senhor.
- J **Prevenção contra a impureza:** uma frase no para barras de um caminhão dizia: “Deus criou o sexo seguro e o chamou de casamento”. Essa frase precisa de um complemento: “Deus criou o sexo seguro e o chamou de casamento com fidelidade”. O casamento quando levado a sério e com compromisso elimina toda forma de promiscuidade e impureza (adultério, fornicação, prostituição, homossexualismo, etc.). Contudo, os casais crentes precisam atentar para o fato de que é possível que seu casamento e relacionamento conjugal abrigue a impureza de alguma forma. Por esse motivo a Escritura Sagrada nos exorta a termos um “leito sem mácula” (Hb 13.4).

§III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar (Hb 13.4; 1Tm 4.3); mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo desigual por meio do casamento com os que são notoriamente ímpios em suas vidas, ou que mantém heresias perniciosas (1Co 7.39; 2Co 6.14; Gn 24.14; Ex 34.16; 1Rs 11.4; Ne 13.25-27).

Este parágrafo trata daquilo que chamamos de “casamento misto”, ou seja, a união entre um crente e um ímpio.

O casamento é a união de corações, corpos, mentes e propósitos. Não há união mais profunda do que o casamento, tanto é que para exemplificar a nossa união com Deus a Bíblia usa a figura do casamento. Como pode então alguém que tem a “mente de Cristo” unir-se a alguém cuja mente está contaminada e embotada pelas paixões do mundo?

Há quem diga que o casamento misto é uma questão racial apenas, e que quando a Bíblia o proibiu o fez porque Deus queria preservar a pureza étnica do povo judeu, pois, deste povo viria o Messias. Ainda que tal afirmação tenha sentido, em lugar algum na Bíblia vemos que o casamento misto é *somente* uma questão racial. É acima de

tudo uma questão espiritual. Sim, é espiritual porque como um lar poderá ser regido por dois deuses? Como pode um crente cujo coração e mente pertencem a Deus compartilhar a liderança do seu lar com alguém que tem ídolos e outra fé?

Um crente que pretende se casar e que seja “capaz de dar um consentimento ajuizado” deve buscar alguém realmente convertido e não apenas um “frequentador” de igreja.

§IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consanguinidade ou afinidade proibidos na Palavra de Deus (1Co 5.1); tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem viver juntas como marido e esposa (Mc 6.18; Lv 18.24-28; Lv 20.19-21).

Uma relação incestuosa é aquela em que as partes de um matrimônio são consanguíneas (filhas dos mesmos pais, ou entre pais e filhos). A relação sexual entre essas partes é ilícita tanto em relação à Palavra de Deus quanto às leis dos homens. Em nosso país, por exemplo, tais relações são até mesmo criminosas!

Todo o argumento bíblico repousa em Lv 18.6-23; 20.10-31. Essa lei permanece inalterada no Novo Testamento, o que implica que deve ser cumprida tal qual está revelada e registrada em Levítico.

Mas, como fica o caso, por exemplo, de Adão e Eva cujos filhos tiveram relações com suas próprias irmãs? Embora isso não esteja claro nas Escrituras, mas, é o desdobramento lógico. Deus não criou outros povos sem estarem relacionados por descendência a Adão e Eva. Temos ainda o caso explícito de Abraão que casou-se com sua meia-irmã Sara.

No caso dos descendentes de Adão não havia alternativa; no caso de Abraão, por ter saído de sua parentela, ele não poderia casar-se com estrangeiras, e por isso, casou-se com Sara. Isso não resolve a questão, mas, pelo menos explica.

O que deve ser levado em consideração aqui é que a lei divina contra o incesto veio a ser estabelecida somente nos dias de Moisés, e é isso que importa, pois, desde então, tais práticas são pecaminosas.

A consanguinidade diz respeito a cônjuges que tenham pais comuns, e por isso sejam irmãos ou meio-irmãos, ou pais que tenham relações sexuais com seus próprios filhos.

§V. O adultério ou fornicação, cometido depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato (Dt 22.23,24); no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio (Mt 5.31,32), e depois de obter o divórcio, casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta (Mt 19.9).

Este parágrafo trata de um ponto muito delicado e controverso entre os reformadores. A Bíblia de Estudo de Genebra em nota (pág. 1090 “Casamento e Divórcio”) sobre o assunto afirma que entre os reformadores sempre houve dois grupos com relação ao segundo casamento em caso de divórcio. Um grupo admite que a parte traída pode casar-se de novo porque a parte infiel ao adularar quebrou o pacto e deve ser vista como “morta” (uma espécie de viuvez com o “defunto” ainda vivo). Outro grupo dos

reformadores não admitia em hipótese alguma um segundo casamento até mesmo para a parte “inocente” (a que foi traída), porque o casamento é uma união para toda a vida, e enquanto o cônjuge (ainda que infiel) estiver vivo, a parte inocente não deve se casar de novo para não incorrer em adultério.

A permissão que a Bíblia dá para o divórcio conforme Mt 5.27-32 e 19.3-12 deve ser avaliada aqui.

Mt 5.27-32

Neste texto o Senhor Jesus aponta para “o que é o adultério de fato”. Os fariseus diziam que se não houvesse a relação sexual extraconjugal então não havia acontecido o adultério. O Senhor Jesus mostra que a intenção do coração se for impura, constitui-se em adultério de fato (v.28). Daí Ele apresentou o “princípio da amputação radical”, ou seja, tudo quanto fortalece e insufla o pecado da imundícia e lascívia em meu coração deve ser arrancado de diante dos meus olhos.

Nos v.31 e 32 Ele fecha a questão do divórcio dizendo que se era costume do judaísmo dar carta de divórcio quando o homem repudiasse sua esposa por questões banais, tal atitude expunha a mulher a ser considerada (vista como sem de fato ser) adúltera, pois, o divórcio segundo a Lei Mosaica deveria ser dado em caso de adultério. Logo, quem visse uma mulher que recebesse carta de divórcio do seu esposo pensaria que ela havia cometido adultério quando na verdade ela recebeu carta de divórcio por causa de um mero capricho pecaminoso do marido. Quem se casasse com essa mulher repudiada (ainda que de forma injusta por seu marido) estaria cometendo adultério porque o casamento não fora desfeito como deveria ser. O Senhor Jesus então mostra que a única concessão para o divórcio é quando há infidelidade de uma das partes, pois, o adúltero quebrou a aliança, e, assim, a parte traída está livre para divorciar-se.

Mt 19.3-12

Novamente, alguns fariseus vieram testar o Senhor Jesus: **“É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo?”** (v.3). O Senhor Jesus responde recorrendo a Gn 1.27 e 5.2.

O v.6 é muito importante para entendermos o assunto aqui: **“De modo que já não são mais dois, porém uma só carne”**. E então Ele completa dizendo:

Muitos crentes que estão infelizes em seu casamento e querendo se divorciar se justificam dizendo: “Acontece que eu não casei de acordo com a vontade de Deus. Não foi Deus quem nos uniu” e usam este versículo para se justificarem. Mas, este versículo não está falando de casamentos específicos, mas, sim, da instituição chamada casamento. O que o Senhor Jesus está dizendo aqui é que o homem não deve destruir esta instituição divina porque foi o próprio Deus quem a ordenou. Ainda que um casamento tenha sido feito em desacordo com a vontade de Deus, não se deve adotar um erro para corrigir outro. Albert Einstein disse: *“Não se podem resolver os problemas utilizando o mesmo tipo de pensamento que usamos quando os criamos”*

Os fariseus insistiram com o fato de que Moisés havia permitido dar carta de divórcio, ao que o Senhor Jesus respondeu: **“Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossa mulher; entretanto, não foi assim desde o**

princípio” (v.8). O divórcio nunca foi planejado por Deus. Ele é resultado da dureza do coração humano em recusar-se a perdoar. Ainda que o adultério seja motivo para o divórcio, Cristo colocou como causa para o mesmo a dureza do coração humano em esquivar-se do perdão.

O v.9 ratifica o que o Senhor Jesus ensinou anteriormente em Mt 5.27-32. Casar-se novamente quando não houve adultério, tanto a parte que pede o divórcio quanto a parte repudiada, se casarem novamente cometerão adultério.

Os v.10-12, o Senhor Jesus trata da questão do celibato deixando a critério de cada um a decisão. Mas, celibato bíblico vem acompanhado de castidade também. É sabido de muitos clérigos papistas, e outros que optam pelo celibato, fazem o voto de celibato, não, porém, o de castidade. Tal comportamento fere frontalmente a pureza de vida que o Senhor exige dos Seus.

O segundo casamento é permitido a quem foi traído, e mesmo dispondo-se a perdoar a parte que traidora (mesmo esta não demonstrando nenhum arrependimento e nem expressando o pedido de perdão), mas não foi possível a reconciliação. Com base no Aliancismo, entendemos que, assim como no Antigo Testamento, o adultério era punido em Israel com a morte, no Novo Testamento, sendo a Igreja o Israel de Deus na Nova Aliança, esta deve considerar a parte traidora “como morta” quando esta não demonstra arrependimento e nem busca a restauração. Na Nova Aliança a Igreja não pode matar, mas deve considerar “como morta” a parte traidora e rebelde. Em assim fazendo, a Igreja declara que a parte que foi traída está livre para casar-se, “no Senhor”, casa queira casar-se novamente. É disso que trata o próximo ponto.

SVI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo nada, senão o adultério, é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio, a não ser que haja deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil (Mt 19.8; 1Co 7.15; Mt 19.6). Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discrição das partes o decidir em seu próprio caso (Ed 10.3).

Este parágrafo dá continuidade ao anterior com relação ao divórcio e acrescenta a questão do abandono e deserção por uma das partes.

Falando sobre o caso de um dos cônjuges ter se convertido a Cristo e o outro não, o apóstolo Paulo deu instruções para aqueles irmãos (ou irmãs) cujos cônjuges não crentes decidissem abandonar o casamento.

1Co 7.10-24

Quais ordens encontramos nos v.10,11?

No v.12 ele diz: “**Aos mais digo eu, não o Senhor...**”. Essas palavras têm sido deturpadas por muitos que dizem que Paulo deu uma ordem que Cristo não deu, e, que, portanto, Paulo usurpou a autoridade de Cristo. Isso além de engano é uma blasfêmia. Ao dizer essas palavras, Paulo estava tratando de uma situação que até então não havia

acontecido na Igreja de Cristo justamente pelo fato da Igreja estar bem no começo de sua existência. Aquela era a primeira geração de crentes. Muitos casais vieram do paganismo, e em muitos casos, apenas um dos cônjuges havia se convertido. Conflitos começaram a surgir. O Senhor Jesus não Se pronunciara sobre o assunto porque ainda não havia acontecido. Os apóstolos começaram a enfrentar situações até então inusitadas e se viram forçados a dar ensinamentos sobre determinados problemas. Esse é o caso aqui.

Porém, havendo consentimento entre os cônjuges, o casamento deveria ser preservado. Somente quando o incrédulo quisesse ir embora é que então o crente deveria dar carta de divórcio, mas, não antes de envidar todos os esforços para a preservação do casamento, v.15.

Os v.16 e 17 merecem toda atenção aqui. No v.16 Paulo pergunta: **“Pois, como sabes, ó mulher, se salvarás teu marido? Ou, como sabes, ó marido, se salvarás tua mulher?”**. A pergunta que ele faz aqui é pertinente porque mostra que quando num casamento um foi convertido a Cristo e o outro não, o convertido deve se empenhar para que por meio do seu testemunho de vida, o ímpio seja de alguma forma tocado por Deus para ser salvo também (cf. 1Pe 3.1-7). Em havendo divórcio tal possibilidade se tornará cada vez mais remota.

O v.17 responde a pergunta do v.16. Para saber se seu cônjuge será convertido também: **“Ande cada um segundo o Senhor lhe tem distribuído, cada um conforme Deus o tem chamado”**. Quando o crente se dispõe a viver de acordo com o que recebeu de Deus, estará honrando a Deus. Ainda que o cônjuge não venha a se converter, o crente estará cumprindo o propósito para o qual foi salvo: glorificar a Deus.

“Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discrição das partes o decidir em seu próprio caso (Ed 10.3)”. A CFW está dizendo aqui que há a necessidade de um processo formal e público para o divórcio (tal como no casamento) que deve ser administrado pela Igreja (no que lhe compete) e pelo magistrado civil (naquilo que lhe compete também). O Conselho da Igreja por meio de um processo formal e público, declarará a culpa da parte traidora, e a inocência da parte traída, bem como os desdobramentos de tudo isso.

De tudo o que aprendemos aqui destacamos:

- Deus odeia o divórcio;
- A preservação do casamento é o propósito de Deus;
- Deus pode restaurar casamentos destruídos pelo pecado do adultério e da dureza do coração.

Por fim, ressaltamos que o motivo pelo qual Deus leva tão a sério o casamento é porque este é uma figura do relacionamento de Deus conosco. A nossa união com Deus é descrita na linguagem do casamento. Desonrar o símbolo (o casamento) é tão sério quanto desonrar o que ele simboliza (a nossa união com Deus).

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 122: Qual é o resumo dos seis mandamentos que encerram o nosso dever para com o homem?

Resposta: O resumo dos seis mandamentos que encerram o nosso dever para com o homem são: amar o nosso próximo como a nós mesmos (Mt 22.39); fazer aos outros aquilo que desejamos que eles nos façam (Mt 7.12).

Pergunta 123: Qual é o quinto mandamento?

Resposta: O quinto mandamento é: “Honrarás o teu pai e a tua mãe, para teres uma dilatada vida sobre a terra, que o Senhor teu Deus te dará (Ex 20.12 cf. Dt 5.16)”.

Pergunta 124: Que significam as palavras “pai” e “mãe” no quinto mandamento?

Resposta: As palavras “pai” e “mãe” no quinto mandamento abrangem não somente os próprios pais, mas também todos os superiores em idade (Pv 23.22,25; 1Tm 5.1,2) e dons (Gn 4.20,21; Gn 45.8); e especialmente todos aqueles que, por ordenação de Deus estão colocados sobre nós em autoridade quer na família (2Rs 5.13), quer na Igreja (Gl 4.19), quer no Estado (Is 49.23).

Pergunta 125: Por que são os superiores chamados “pai” e “mãe”?

Resposta: Os superiores são chamados “pai” e “mãe”, para lhes ensinar que, em todos os deveres para com os seus inferiores devem eles, como verdadeiros pais, mostrar amor e ternura para com eles, conforme as suas diversas relações (Ef 6.4; 1Ts 2.7,8,11,12); e para levar os inferiores a cumprirem os seus deveres para com os seus superiores pronta e alegremente, como se estes fossem seus pais (1Co 4.14-16).

Pergunta 126: Qual é o alcance geral do quinto mandamento?

Resposta: O alcance geral do quinto mandamento é o cumprimento dos deveres que mutuamente temos uns para com os outros em nossas diversas relações de inferiores, superiores e iguais (Ef 5.21; 1Pe 2.17; Rm 12.10).

Pergunta 127: Qual é a honra que os inferiores devem aos superiores?

Resposta: A honra que os inferiores devem aos seus superiores é toda a devida reverência honesta (Mt 1.6; Lv 19.3), em palavras (Pv 31.38, 29; 1Pe 3.6) e em procedimento (Lv 19.32; 1Rs 2.19); a oração e ação de graças por eles (1Tm 1.1,2); a imitação das suas virtudes e graças (Hb 13.7; Fl 3.17); a pronta obediência aos seus mandamentos e conselhos legítimos (Ef 6.1,2; 1Pe 2.13,14); a devida submissão às suas correções (Hb 12.9; 1Pe 2.18-20; a fidelidade (Tt 2.9,10; 1Sm 26.15,16), a defesa, a manutenção, e o apoio devidos às pessoas e autoridades, conforme os seus diversos graus e a natureza de suas posições (Mt 22.21; Rm 13.6,7; 1Tm 5.17,18; suportando as suas fraquezas e encobrindo-as com amor (Gn 9.23), para que sejam uma honra para eles e para o governo (Sl 127. 3-5; Pv 31. 23).

Pergunta 128: Quais são os pecados dos inferiores contra os seus superiores?

Resposta: Os pecados dos inferiores contra os seus superiores são a negligência dos deveres exigidos para com eles (Mt 15.5,6); a inveja (Sl 106.18), o desprezo (1Sm 8.7; Is 3.5), e a rebeldia (2Sm 15.1-12) contra as suas pessoas (Ex 21.15) e posições (1Sm 10. 27) em seus conselhos (1Sm 2.25), mandamentos e correções (Dt 21. 18,20,21) legítimas; a maldição, a zombaria (Pv 30.11,17), e todo o comportamento rebelde e escandaloso, que vem a ser uma vergonha e desonra para eles e para o seu governo (Pv 19.26).

Pergunta 129: Que se exige dos superiores para com os seus inferiores?

Resposta: Exige-se dos superiores, conforme o poder que recebem de Deus e a relação em que se acham colocados, que amem aos seus inferiores (Cl 3.19; Tt 2.4), que orem (1Sm 12.23; Jó 1.5) por eles e os abençoem (1Rs 8.55,56), que os instruam (Dt 6.6,7)

aconselhem e admoestem (Ef 6.4), aprovando (1Pe 3.7), animando e recompensando os que fazem o bem (Rm 13.3; 1Pe 2.14; Ef 6.3), e reprovando, repreendendo (Rm 13.4) e castigando os que fazem o mal (Pv 29.15; Is 1.17); protegendo-os e provendo-lhes tudo o que é necessário para a alma e o corpo (1Tm 5.8); e que, por um procedimento grave, prudente, santo e exemplar, glorifiquem a Deus (1Tm 4.12), honrem-se a si mesmos (1Rs 3.28), e assim preservem a autoridade com que Deus os revestiu (Tt 2.15).

Pergunta 130: Quais são os pecados dos inferiores?

Resposta: Os pecados dos inferiores são, além da negligência dos deveres que lhes são exigidos (Ex 34.2,4), a ambição desordenada (Fp 2.21), o buscar desordenadamente a própria glória (Jo 5.14; Jo 7.18), repouso, proveito ou prazer (Is 56.10,11; Dt 17.17); o mandar fazer coisas ilícitas (At 4.18; Dt 3.4-6) ou fora do poder dos inferiores (Mt 23.2,4); aconselhando (Mt 14.18; Mc 6.24) encorajando (Jr 5.30,31), afirmando ou favorecendo-os naquilo que é mau (Jr 6.13,14); dissuadindo, desanimando ou reprovando-os naquilo que é bom (Jo 7.46-48); corrigindo-os indevidamente (1Pe 2.19,20; Hb 12.10); expondo-os descuidosamente ao dano, à tentação e ao perigo (Lv 19.29; Is 58.7); provocando-os à ira (Ef 6.4); ou de qualquer forma desonrando-se a si mesmos, ou diminuindo a sua autoridade por um comportamento injusto, indiscreto, rigoroso ou negligente (Gn 9.21; 1Rs 12.13,14).

Pergunta 131: Quais são os deveres dos iguais?

Resposta: Os deveres dos iguais são o considerar a dignidade e o merecimento uns dos outros (1Pe 2.17), tendo cada um aos outros por superiores (Rm 12.10; Fp 2.3); e o regozijar-se nos dotes e na exaltação uns dos outros como de si mesmos (Rm 12.15,16; Fp 2.4).

Pergunta 132: Quais são os pecados dos iguais?

Resposta: Os pecados dos iguais são, além da negligência dos deveres exigidos (Rm 13.8), a depreciação do merecimento (Pv 13.21; Is 65.5; 2Tm 3.3), a inveja dos dotes (At 7.9; Gl 5.26), a tristeza pelo sucesso dos outros (Nm 12.2; 1Jo 3.12; Mt 20.15; Lc 15.28,29), e a usurpação de preeminência uns dos outros (Mt 20.25-27; 3Jo 9; Lc 22.24-26).

Pergunta 133: Qual é a razão anexa ao quinto mandamento para lhe dar maior força?

Resposta: A razão anexa ao quinto mandamento contida nestas palavras: **para teres uma dilatada vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te dá (Ex 20.12)**, é uma promessa de longa vida e prosperidade, tanto quanto sirvam para a glória de Deus e para o bem de todos quantos guardem este mandamento (Ef 6.2,3; Dt 5.16; 1Rs 8.25).

Capítulo XXV

Da Igreja

Lição 26

Introdução

É muito comum ouvirmos as pessoas dizerem que a igreja é uma instituição humana, e, que, por isso é falha e está se tornando cada vez mais sem significado e importância para os nossos dias. Existem aspectos da Igreja que de fato a caracterizam como uma instituição humana, mas, os aspectos que a tornam uma instituição criada por Deus demonstram que a Igreja não somente é importante como também é a porta-voz de Deus neste mundo.

Neste capítulo da CFW veremos o que é a Igreja de Cristo e qual deve ser a nossa postura em relação a ela.

§I. A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consiste do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu Cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude Daquele que enche tudo em todas as coisas (Ef 1.10,22,23; Cl 1.18; Ef 5.23,27,32).

O termo “católica” que foi indevidamente apropriado pela igreja de Roma, quer dizer “universal”, isto é, a Igreja de Cristo que está presente em todos os tempos e em todos os lugares, congregando os eleitos de Deus. Esta Igreja é visível e invisível, ou seja, ela pode ser vista nos vários grupos verdadeiramente cristãos que a representam dentre dos quais podem haver pessoas que não são salvas, mas, apenas simpatizantes da fé cristã (a parábola do joio no meio do trigo contada por Jesus em Mt 13.24-30, retrata essa verdade), e também é invisível no sentido de que somente os eleitos de Deus a compõe, os quais são do passado, presente e do futuro.

Deus conhece a Sua Igreja em sua totalidade (todos os membros) e em sua individualidade (cada membro) desde os tempos eternos quando os elegeu em Cristo.

A Igreja é o Corpo que tem por Cabeça o Senhor Jesus Cristo; a Esposa da qual Cristo é o Esposo. Ela é: **“...a plenitude Daquele que a tudo enche em todas as coisas”**. A conclusão que a maioria dos comentaristas chegam sobre essas palavras é que Paulo está afirmando que a Igreja completa Cristo. É claro que não no tocante à Sua Divindade e Essência, mas, no que diz respeito à relação da Igreja com Cristo, ou seja, como Esposo Ele é incompleto sem a Esposa; como Videira, não se pode pensar Nele sem os ramos; como Pastor, não se pode vê-Lo sem Suas ovelhas; e assim também como Cabeça, Ele encontra sua plena expressão em Seu Corpo, a Igreja.

Em Cristo, tudo no universo é completado; **Nele**, todas as coisas encontram seu princípio e fim. Através de Sua obra redentora e reconciliatória, Cristo é o que **“...a tudo enche em todas as coisas”**. A Igreja é o corpo de Cristo e Ele, que enche o Universo inteiro, está nela em toda a Sua plenitude.

Como cabeça da Sua Igreja, Cristo a glorifica. Tudo no universo corrobora para o bem-estar da Igreja (**Rm 8.28,29**), mas, isto só acontece porque Cristo é quem efetua este propósito. A glória da Igreja está em Cristo, e fora Dele ela perde totalmente o seu sentido e propósito. Na figura da cabeça-corpo, Cristo e a Igreja se completam. Ele como cabeça orienta e governa a Igreja; ela por sua vez, como corpo é quem O leva ao mundo, cumprindo assim o seu papel de “porta-voz” do Reino de Deus.

§II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal, sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consiste de todos aqueles que, pelo mundo inteiro, professam a verdadeira religião (1Co 1.2; 1Co 12.12,13; Rm 15.9-12), juntamente com seus filhos (Gn 17.7; Gl 3.7,9,14; Rm 4; At 2.39; 1Co 7.14; Mc 10.13-16); é o Reino do Senhor Jesus Cristo (Mt 13.47; Cl 1.13; Is 9.7), a casa e família de Deus (Ef 2.19), fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação (Mt 28.19; At 2.38; 1Co 12.13; Mt 26.26-28).

Nós aliancistas cremos que a Igreja de Cristo não nasceu no Novo Testamento como afirmam os dispensacionalistas. A Igreja de Cristo já estava no Antigo Testamento ainda que restrita somente ao povo de Israel.

Aqui vemos que a Verdadeira Igreja tem as seguintes características:

- a) Verdadeira religião. Conforme Tg1.27 como é esta verdadeira religião?

- b) É o ajuntamento das famílias crentes. A Aliança de Deus com Seu povo sempre envolveu a família toda. Os filhos mesmo pequenos já fazem parte da Aliança, a qual eles assumirão ou não quando tornarem-se responsáveis por si mesmos. Enquanto pequenos é dever dos pais trazê-los à Casa de Deus.
- c) É o Reino de Deus. As várias comunidades cristãs espalhadas na face da Terra são “agências” propagando o Reino de Deus neste mundo.
- d) É a Casa e a Família de Deus. Obviamente não devemos entender que o templo onde se reúne a Igreja é a Casa de Deus. O termo “casa” está ligado ao anterior “família”, e assim, onde estão os filhos de Deus, está a família de Deus e, portanto, ali é a Casa de Deus. Somos membros de uma família que tem por pai, o próprio Senhor Deus.
- e) É a única possibilidade ordinária de salvação. É claro que ela não substitui o Sacrifício de Cristo. Nem mesmo cremos como a igreja de Roma crê que somente quem estiver sob a égide do papa está salvo. O que estamos afirmando aqui é que quem é crente no Senhor Jesus, professou e professa a sua fé Nele somente, que tem as Escrituras Sagradas como única regra de fé e prática, obviamente fará parte de uma denominação verdadeiramente cristã até mesmo porque faz parte da Igreja Invisível. Somente dentro da Igreja de Cristo é que tais verdades são ensinadas, cridas e obedecidas.

§III. À Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até ao fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficientes para esse fim, segundo a sua promessa (Ef 4.11-13; Is 59.21; Mt 28.19,20).

Este parágrafo descreve a eficácia daquilo que chamamos de “meios de Graça” (ou “meios da Graça”), através dos quais Deus fortalece a sua Igreja. São eles:

- a) O ministério evangélico: o qual é operado não pela interferência dos homens, mas, pela ação do Espírito Santo através de Seus dons e graças;
- b) Os oráculos: isto é, a Escritura inspirada pelo Espírito Santo, a qual é nossa única regra de fé e prática, e por isso mesmo ela é totalmente suficiente para tratar do nosso coração;
- c) As ordenanças: isto é, o Batismo e a Santa Ceia do Senhor os quais crente algum deve negligenciar deixando de participar destes e praticar;
- d) A comunhão dos eleitos: os quais têm prazer em se congregar em torno da Pessoa de Cristo Jesus para adorá-Lo;

Todos esses “Meios da Graça” são dinamizados e potencializados pela ação terna, interna, externa e eterna do Espírito Santo nos corações crentes. Todas essas bênçãos foram dadas por Deus à Sua Igreja.

§IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível (Rm 11.3,4; At 9.31). As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público (1Co 5.6,7).

O que o Senhor Jesus declara em Jo 17.17 e Ef 5.26 em relação à Palavra de Deus?

Sim, o que purifica a Igreja de Cristo é a Palavra de Deus. Por isso, quanto mais uma denominação eclesiástica se distancia ou se aproxima da Palavra de Deus, seu grau de pureza diminuirá ou aumentará.

Além disso, novamente é reforçado aqui o fato de que o cumprimento das ordenanças é crucial para o crescimento e pureza da Igreja também, assim como a disciplina (tanto a formativa quanto a corretiva) é um instrumento para corrigir os faltosos, alertar os relapsos e incentivar ainda mais os que já estão firmes na Palavra de Deus e na comunhão com os irmãos.

§V. As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro (Mt 13.24-30,47,48); algumas têm degenerado ao ponto de não mais serem igrejas de Cristo, e, sim, sinagogas de Satanás (Rm 11.18-22; Ap 18.2); não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade Dele mesmo (Mt 16.18; Sl 102.28; Mt 28.19,20).

O que se entende deste parágrafo é:

- a) Mesmo denominações cristãs sérias estão sujeitas à mistura e ao erro. Onde existir um pecador, mesmo que seja convertido a Cristo e transformado por Ele, haverá possibilidade de erro doutrinário. Que se dirá de uma comunidade onde existam falsos crentes no meio de verdadeiros crentes!

- b) Igrejas que fizeram pouco caso de erros doutrinários que surgiram em seu seio tornaram-se irremediavelmente apóstatas. A apostasia é um câncer dentro da Igreja que começa com um ou outro membro, mas, se a liderança fizer vistas grossas em pouco tempo toda a denominação estará corrompida. Igrejas cristãs europeias que no passado foram responsáveis por movimentos como a Reforma Protestante, quando toleraram o Liberalismo Teológico e o Humanismo dentro de si viram o seu fim. Hoje, muitas delas não passam de casas noturnas, propriedades particulares, ou construções em ruínas.
- c) Deus sempre reservará para Si uma “semente fiel”. A Igreja é de Cristo; é Ele quem a salvou, comprou, redimiu e instituiu. As portas do inferno não prevalecerão jamais contra ela. Além disso, esta “semente fiel” sempre adorará a Deus conforme a vontade Dele, e nunca conforme a vontade e modismos do homem.

§VI. Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo (Cl 1.18; Ef 1.22,23; Mt 23.8-10; 1Pe 5.2-4; 2Ts 2.3,4). Em sentido algum pode ser o papa de Roma o cabeça dela, senão que ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.

Ninguém que confesse ser cristão negará que Cristo é a única Cabeça da Sua Igreja em todos os tempos. Porém, com a alegação de que a Igreja conquanto uma instituição também terrena, ela possui uma liderança “*a t u a n d o a t r a v é s d a a u d e l e g a d a p o r C r i s*”(cf. HODGE, 2010, pp.430) *s e u r e p r e s e n t a n t*

Embora neste parágrafo seja citada explicitamente a heresia da igreja de Roma em declarar que o seu pontífice seja a “Cabeça da Igreja de Cristo”, pois, ele é o “vigário” (substituto) de Cristo por sucessão apostólica, isto é, começando com o primeiro papa, o apóstolo Pedro (embora não haja nenhuma base bíblica e nem mesmo histórica para tal afirmação), não só esta seita tem praticado este erro como na história encontramos rei (Henrique VIII da Inglaterra, por exemplo) que decretou “*Q u e o r e i , s e u h e r d c o n s i d e r a d o , a c e i t o e r e p u t a d o a ú n i c a s u p r e m a c a b e ç a , s o b r e a t e r r a , d a I g r e j a d a I n g l a t e r r a , c h a m a d a A n g l i c a n a*” (cf. HODGE, 2010, p.430). Em dias mais recentes, outro herege, René Terra Nova, líder do Ministério Internacional da Restauração, mais conhecido como G-12 que agora é M-12, depois de declarar-se apóstolo, declarou-se “pai póstulo” (palavra esta que sequer existe em qualquer vocabulário humano), por fim, declarou-se “patriarca” da Igreja de Cristo. O termo “patriarca” é o mesmo que a igreja de Roma usa para o papa.

O que a CFW declara neste parágrafo sobre esses tais já diz tudo. Eles são anticristos desviando os homens da verdade e usurpando a glória que é de Cristo Jesus, o único Cabeça da Igreja.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 134: Qual é o sexto mandamento?

Resposta: O sexto mandamento é: “Não matarás (Ex 20.13 cf. Dt 5.17).”

Pergunta 135: Quais são os deveres exigidos no sexto mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no sexto mandamento são todo o cuidado e todos os esforços legítimos para preservar a nossa vida (Ef 5.29; Mt 10.23) e a dos outros (Sl 82.4; Dt 22.8), resistindo a todos os pensamentos e propósitos (Mt 5.22; Jr 26.15,16), subjugando todas as paixões (Ef 4.26), e evitando todas as ocasiões (Pv 22. 24,25; 1Sm 25.32,33, tentações (Pv 1.10,11,15; Mt 4.6,7) e práticas que tendem a tirar injustamente a vida de alguém (1Rs 21.9,10,19; G 37.21,22; 1Sm 24.12; 1Sm 26.9-11); por meio de justa defesa dela contra a violência (Pv 24.11,12; 1Sm 14.45); por paciência em suportar a mão de Deus (Lc 21.19; Hb 12.5); tranquilidade mental (Sl 37.8,11; 1Pe 3.3,4), alegria espiritual (Pv 17.22; 1Ts 5.16) e uso sóbrio da comida (Pv 23.20; Pv 25.16), bebida (Pv 23.29,30; 1Tm 5.23), remédios (Mt 9.12; Is 38.21), sono (Sl 127.2), trabalho (2Ts 3.10,12) e recreios (Mc 6.31; 1Tm 4.8); por pensamentos caridosos (1Co 13.4,5; 1Sm 19.4,5), amor (Rm 13.10; Pv 10.12), compaixão (Zc 7.9; Lc 10.33,34), mansidão, benignidade, bondade (Cl 3.12), comportamento e palavras pacíficas (Rm 12.18), brandas e corteses (1Pe 3.8,9; 1Co 4.12,13); longanimidade, prontidão, para ser reconciliados, suportando pacientemente e perdoadando as injúrias, dando bem por mal (Cl 3.13; Tg 3.17; 1Pe 2.20; Rm 12.20,21; Mt 5.24); confortando e socorrendo os aflitos, e protegendo e defendendo os inocentes (1Ts 5.14; Mt 25.35,36; Pv 31.8,9; Is 58.7).

Pergunta 136: Quais são os pecados proibidos no sexto mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no sexto mandamento são: O tirar a nossa vida (At 16.18) ou a de outrem (Gn 9.6), exceto no caso da justiça pública (Nm 35.31,33), da guerra legítima (Dt 20.1-20), ou da defesa necessária (Ex 22.2; a negligência ou retirada dos meios lícitos ou necessários para a preservação da vida (Mt 25.42,43; Tg 2.15,16); a ira pecaminosa (Mt 5.22), o ódio (1Jo 3.15; Pv 10.12), a inveja (Pv 14.30), o desejo de vingança (Rm 12.19); todas as paixões excessivas (Tg 4.1; Ef 4.31) e cuidados demasiados (Mt 6.31,34); o uso imoderado de comida, bebida (Lc 21.34), trabalho (Ex 20.9,10) e recreios (1Pe 4.3,4); palavras provocadoras (Pv 15.1; Pv 12.18); a opressão (Is 3.15; Ex 1.14), contenda (Gl 5.15), espancamentos, ferimentos (Nm 35.16) e tudo o que tende à destruição da vida de alguém (Pv 28.17 cf. Ex 21.18-36).

Pergunta 137: Qual é o sétimo mandamento?

Resposta: O sétimo mandamento é: “Não adulterarás” (Ex 20.14).

Pergunta 138: Quais são os deveres exigidos no sétimo mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no sétimo mandamento são a castidade no corpo, entendimento, afetos (1Ts 4.4,5), palavras (Ef 4.29; Cl 4.6) e comportamento (1Pe 3.2, e a preservação dela em nós mesmos e nos outros (1Co 7.2; Tt 2.4,5); a vigilância sobre os olhos e todos os sentidos (Mt 5.28); a temperança (Pv 23.31,33; Jr 5.7), a conservação da sociedade de pessoas castas (Pv 2.16,20; 1Co 7.9), a modéstia no vestuário (1Tm 2.9), o casamento daqueles que não têm o dom da continência (1Co 7.9), o amor conjugal (Pv 5.18,19), e a coabitação (1Pe 3.7; 1Co 7.5); o trabalho diligente em nossas vocações (1Tm 5.13,14; Pv 31.27); o evitar todas as ocasiões de impurezas e resistir às suas tentações (Pv 5.8).

Pergunta 139: Quais são os pecados proibidos no sétimo mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no sétimo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos (Pv 5.7; Pv 4.23,27), são o adultério, a fornicção (Hb 13.4; Ef 5.5; Gl 5.19), o

rapto, o incesto (2Sm 13.14; Mc 6.18; 1Co 5.1,13), a sodomia, e todas as concupiscências desnaturais (Rm 1.26,27; Lv 20.15,16); todas as imaginações, pensamentos, propósitos e afetos impuros (Mt 15.19; Cl 3.5; Mt 5.28); todas as comunicações corruptas ou torpes (Ef 5.3,4; Pv 7.5,21; Pv 19.27), ou o ouvir as mesmas; os olhares lascivos (Is 3.16; 2Pe 2.14), o comportamento imprudente ou leviano; o vestuário imoderado (Pv 7.10,13,14), a proibição de casamentos lícitos (1Tm 4.3) e a permissão de casamentos ilícitos (Lv 18.1-21); o permitir, tolerar ou ter bordéis e a frequentação deles (2Rs 23.7; Lv 19.29; Jr 5.7), os votos embaraçadores de celibato (Mt 19.10-12); a demora indevida de casamento (1Tm 5. 14,15; Gn 38.26); o ter mais que uma mulher ou mais que um marido ao mesmo tempo (Mt 19. 5; 1Co 7.2); o divórcio (Mt 5.32; Mt 2.16), ou o abandono injusto (1Co 7. 12,13); a ociosidade, a glotonaria, a bebedice (Ez 16.49; Jr 5.7), a sociedade impura (Ef 5.11; Pv 5.8); cânticos, livros, gravuras, danças, espetáculos lascivos (Rm 13.13; 1Pe 4.3; Mc 6.22) e todas as mais provocações à impureza, ou atos de impureza, quer em nós mesmos, quer nos outros (Rm 13.14; 2Pe 2.17,18).

Capítulo XXVI

Da Comunhão dos Santos

Lição 27

Introdução

Algo comum em nossas Igrejas são os eventos para promover a comunhão dos irmãos. Esse é um sério equívoco. A comunhão dos crentes, tanto numa Igreja local quanto em toda a Igreja de Cristo espalhada pela face da terra e em todos os tempos é resultado não do esforço ou criatividade dos crentes, mas, da obra redentora de Cristo. É claro que temos a responsabilidade por manter essa comunhão. O presente capítulo da CFW tem como objetivo ensinar-nos o que é a Comunhão dos Santos.

§I. Todos os santos que, pelo seu Espírito de Deus e pela fé, estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm comunhão com Ele nas Suas graças, nos Seus sofrimentos, na Sua morte, na Sua ressurreição e na Sua glória (1Jo 1.3; Ef 3.16-19; Jo 1.16; Fp 3.10; Rm 6.5,6 e 8.17), e, estando unidos uns aos outros em amor, participam dos mesmos dons e graças (Ef 4.15,16; 1Jo 1.7) e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior (1Ts 5.11,14; Gl 6.10; 1Jo 3.16-18).

Archibald Hodge faz o seguinte comentário sobre a Comunhão²⁶:

Comunhão é um intercâmbio mútuo de ofícios entre as partes, a qual emana de um princípio comum em que se acham unidas. A natureza e o grau da comunhão dependerão da natureza e intimidade da união da qual ela procede.

Que ofícios sustentam a nossa Comunhão? Os ofícios de Cristo, a saber, tudo o que diz respeito à Obra de Salvação que Ele realizou todos os Seus atos redentores desde Sua encarnação até Sua ascensão e glorificação. Para estarmos unidos uns aos outros precisamos antes estarmos individualmente unidos a Cristo. Somos quais ramos ligados ao tronco da Videira. Um ramo pode estar fisicamente distante do outro, mas, por estarem ligados à mesma Videira, a seiva que nutre um nutre o outro.

Nossa união com Cristo se dá nas Suas graças, nos Seus sofrimentos, na Sua morte, na Sua ressurreição e na Sua glória. Aqui temos o que os teólogos chamam **união federal e representativa**. Cristo é a Cabeça “federal” e por isso opera no Seu Corpo (a Igreja). Tudo o que Cristo tem e é Ele comunica à Sua Igreja assim como a cabeça se comunica com o corpo. É claro que não estamos falando aqui de nos tornarmos divinos como Cristo é (isso seria contrário às Escrituras, vide **§III** a seguir), mas, que, participamos de Sua glória tais quais convidados participam das honras de um anfitrião.

Por isso mesmo, nossa união com Cristo é **vital** e **espiritual**, e essa graça nos é comunicada através do Espírito Santo que habita e opera nos membros do Corpo de Cristo.

Tudo isso se refletirá nos membros do Corpo, os quais irão viver unidos nesse precioso amor de Cristo, participando das mesmas bênçãos e graças – o que nos mostra que não devemos jamais permitir que sentimentos separatistas e discriminatórios sejam

²⁶ HODGE, 2010, p.436.

vistos dentro da nossa Igreja. Além disso, qual responsabilidade particular pesa sobre cada crente conforme Ef 4.3?

É impossível que nossas reuniões promovam a nossa Comunhão, pois, como vimos a nossa Comunhão é resultado da Obra de Cristo e do Espírito Santo em nós. Porém, preservá-la é nosso dever. Compete a cada membro do Corpo de Cristo empenhar-se para erradicar quaisquer elementos danosos no seio da Igreja de Cristo. Devemos nos esforçar com diligência (dedicação imediata) para banirmos do nosso meio elementos e situações que possam atrapalhar nossa comunhão com Cristo e com os irmãos.

§II. Os santos são, pela profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na realização de outros serviços espirituais que contribuem para a sua mútua edificação (Hb 10.24,25; At 2.42,46; 1Co 11.20), bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas várias habilidades e necessidades; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião deve estender-se a todos aqueles que, em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus (1Jo 3.17; At 11.29,30; 2Co 8 e 9).

É lamentável como muitos que um dia professaram sua fé diante da Igreja e de Deus não se mostram nem um pouco preocupados em cumprir os votos que fizeram. Como vimos quando estudamos sobre os votos (ver Cap. XXII, lição 23) a seriedade com que devemos cumpri-los mostra nossa real intenção quando os fizemos.

Neste parágrafo aqui, a CFW toca num ponto muito importante para todos os crentes: a comunhão no culto público, e a vivência dessa comunhão no dia a dia.

No culto público

Todas as reuniões da Igreja devem ter como propósito maior promover aos crentes e membros da Igreja condições de se aprofundarem mais no conhecimento do Ser de Deus, e isto só é possível mediante a pregação e ensino da Palavra de Deus. Para nós reformados, o ponto central e momento máximo de nossas vidas é o culto público quando nos reunimos para louvar a Deus. Os crentes não devem se descuidar dos cultos e outros serviços espirituais, pois, todos **“contribuem para a sua mútua edificação”**.

Na vivência diária dessa comunhão

Demonstramos ter verdadeira comunhão uns com os outros quando carregamos os fardos uns dos outros, quando a dor de um é a dor do outro, a necessidade de um é suprida pela habilidade e recurso que Deus deu ao outro. Há aqui também uma chamada missionária: **“esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião deve estender-se a todos aqueles que, em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus”**. Quantos crentes existem cujos corações são fechados para Missões, e o resultado disso é que eles não contribuem financeiramente e nem mesmo se dedicam à orar pelos missionários e outros irmãos que sofrem necessidade em algum outro lugar.

§III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância de Sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer sentido; afirmar uma ou outra coisa é ímpio e blasfemo (Cl 1.18; 1Co 8.6; Sl 45.7; 1tm 6.15,16). A comunhão que os santos mantêm entre si não destrói nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões (At 5.4).

Dois assuntos são tratados aqui:

Nossa união com Cristo não nos torna divinos, mas, participantes de Sua Glória

Desde os dias dos apóstolos sempre houve pessoas que pregaram uma união com a Divindade como se fosse possível nos amalgamarmos com Deus. Um exemplo disso é o gnosticismo que pregava que quando uma pessoa morre seu espírito que é puro (para eles o corpo não prestava, mas, o espírito era puro) se une a Deus de sorte que Deus acaba sendo no final das contas uma “massa gigantesca composta pelos espíritos dos homens”. Outro exemplo em nossos dias é a seita dos Mórmons que prega justamente isso: hoje você é o que Deus foi um dia; um dia você será o que Deus é hoje. Tudo isso é heresia, blasfêmia e impiedade.

Nossa união com Cristo nos garante todas as bênçãos e glórias que poderemos desfrutar por meio Dele. Veja Ef 1.3 e responda: todas as bênçãos espirituais com as quais Deus tem nos abençoado estão em quem?

Fora de Cristo não existe vida, bênção, vitória e glória. Em Cristo temos tudo isso, participamos de tudo isso.

A individualidade de cada crente não anula a comunidade de todos

Individualidade é algo correto. O problema é quando ela se transforma em individualismo. A individualidade me faz ser quem eu sou: as minhas características e personalidade. O individualismo é expressão carnal de egoísmo. Ele me impede de compartilhar o que tenho com os meus irmãos, especialmente os necessitados. Porém, a vida em comunidade não pode ser pretexto para que alguém viva desregradamente na esperança de que outros irmãos, em nome do amor cristão, empreguem seus bens e pertences para socorrê-lo. Em se tratando de um irmão necessitado devemos socorrer; em se tratando de um aproveitador o mesmo deve ser exortado, repreendido e disciplinado. Veja o que a Palavra de Deus nos diz em 2Ts 3.10:

O presente texto nos conta sobre um comportamento “folgado” dos crentes da cidade de Tessalônica. Eles entenderam errado o que Paulo lhes ensinara sobre a volta de Cristo (na primeira carta). Pensando que Cristo voltaria naqueles dias eles simplesmente deixaram seu trabalho e começaram a viver somente com o que tinham. Aos poucos vários irmãos começaram a padecer necessidade e tornaram-se peso para outros irmãos. Mas, a situação ficou ainda pior quando eles começaram a importunar até mesmo os não crentes. Eles simplesmente diziam: “ *N ã o v a m o s m a i s t r a b a l h*

J e s u s v o l t a r á. Esse péssimo testemunho foi severamente repreendido por Paulo.

Cada crente deve ser um fiel administrador daquilo que Deus lhe deu. Em caso de um infortúnio então todos os crentes devem agir para socorrê-lo em nome do amor. Nenhum crente por ser abastado deve sentir-se constrangido a ter que repartir o que tem com os demais e ficar na mesma situação daqueles a quem ele foi constrangido a ajudar. Também não deve ser avarento e reter aquilo que ele deve compartilhar.

O que a Bíblia nos ensina sobre as posses em 1Tm 6.17-19?

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 140: Qual é o oitavo mandamento?

Resposta: O oitavo mandamento é: “Não furtarás” (Ex 20. 15; Dt 5.19).

Pergunta 141: Quais são os deveres exigidos no oitavo mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no oitavo mandamento são: a verdade, a fidelidade e a justiça nos contratos e no comércio entre os homens (Sl 15. 2,4; Mq 6.8; Zc 8.16), dando a cada um o que lhe é devido (Rm 13.7); a restituição de bens ilicitamente tirados de seus legítimos donos (Lv 6.4,5); a doação e a concessão de empréstimo, livremente conforme as nossas forças e as necessidades de outrem (Dt 7.8,9; Gl 6.10; Lc 6.8,9); a moderação de nossos juízos, vontades e afetos em relação às riquezas deste mundo (1Tm 6.8,9); o cuidado e empenho providentes em adquirir, guardar, usar e distribuir aqueles coisas que são necessárias e convenientes para o sustento de nossa natureza e que condizem com a nossa condição (Pv 27.23,24; 1Tm 6.17,18); o meio lícito de vida (Ef 4.28; Rm 12.5-8) e a diligência no mesmo (Pv 10.4; Rm 12.11); a frugalidade (Pv 12.27; Pv 21.20; Jo 6.12); ; o impedimento de demandas forenses desnecessárias (1Co 6.7) e fianças, ou outros compromissos semelhantes (Pv 11.15; Pv 6.1-5); e o esforço por todos os modos justos e lícitos para adquirir, preservar e adiantar a riqueza e o estado exterior, tanto de outros como o nosso próprio (Lv 15.25; Fp 2.4; Dt 22.1-4; Ex 23.4,5).

Pergunta 142: Quais são os pecados proibidos no oitavo mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no oitavo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos (Pv 23.21; Tg 2.15,16), são: o furto (Ef 4.28), o roubo (Sl 62.10), o tráfico de seres humanos (1Tm 1.10; Ex 21.16) e a recepção de qualquer coisa furtada (Pv 29.24; Sl 50.18); as transações fraudulentas (1Ts 4.6) e os pesos e mediadas falsos (Pv 11.1; Pv 20.10); a remoção de marcos de propriedade (Dt 19.14), a injustiça e a infidelidade nos contratos entre as pessoas (Am 8.5; Sl 37.21) ou questões de confiabilidade (Lc 16.11,12); a opressão (Ex 22.29; Lv 25.17), a extorsão, a usura (Mt 23.25; Ex 22.12), o suborno (Is 33.15), as inconvenientes demandas forenses (Pv 3.30; 1Co 6.7), o acerto injusto de propriedades e a desapropriação (Is 5.8; Mq 2.2); a acumulação de gêneros para encarecer o preço (Pv 11.26); os meios ilícitos de vida (At 19.19), e todos os outros meios injustos e pecaminosos de tirar ou de reter de nosso próximo aquilo que lhe pertence ou de nos enriquecer a nós mesmos (Tg 5.4; Pv 21.6); a cobiça (Lc 12.15; Pv 1.19), a estima e o

amor desordenado aos bens mundanos (1Jo 2.15,16; Pv 23.5; Sl 62.10), a desconfiança, a preocupação excessiva e o empenho em obtê-los, guardá-los e usar deles (Mt 6.25,34); a inveja diante da prosperidade de outrem (Sl 73.3; Tg 5.9); assim como a ociosidade (2Ts 3.11; Pv 18.9), a prodigalidade, o jogo dissipador e todos os outros modos pelos quais indevidamente prejudicamos o nosso próprio estado exterior (Pv 23.20,21; Pv 28.19); e o ato de defraudar a nós mesmos do devido uso e conforto da posição em que Deus nos colocou (Dt 12.7; Dt 16.14;).

Pergunta 143: Qual é o nono mandamento?

Resposta: O nono mandamento é: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo (Ex 20.16; Dt 5.20).

Pergunta 144: Quais são os deveres exigidos no nono mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no nono mandamento são: conservar e promover a verdade entre os homens (Ef 4.25) e a boa reputação do próximo, assim como a nossa (2Jo 12); manter e defender publicamente a verdade (Pv 31.9) e dizê-la sincera (Sl 15.2; 2Cr 19.9), livre (Jr 9.3), clara (Jr 42.4; At 20.20) e plenamente (At 20.27) do coração, e em questões de julgamento e justiça (Lv 19.15; Pv 14.5) e em todas as mais coisas (Cl 3.9; 2Co 1.17,18), quaisquer que sejam, dizer a verdade e só a verdade; julgar caridosamente os nossos semelhantes (Hb 6.9; 1Co 13.4,5); amar, desejar e ter regozijo pela sua boa reputação (3Jo 4; Rm 1.8); entristecer-nos (2Co 12.21; Sl 119.158) pelas suas fraquezas e encobri-las (Pv 17.9; 1Pe 4.8); mostrar franco reconhecimento dos seus dons e graças (1Co 1.4,5; 2Tm 1.4,5); defender a sua inocência (Sl 82.3; receber prontamente boas informações a seu respeito (1Co 13. 4-7) e rejeitar (Sl 15.3) as que são maldizentes (Pv 25.23), lisonjeadoras (Pv 26.24,25) e caluniadoras (Sl 105.5); prezar e cuidar da nossa boa reputação e defendê-la, quando for necessário (2Co 11.18,23; Pv 22.1; Jo 8.49); cumprir as promessas lícitas (Sl 15.4); estudar e praticar tudo o que é verdadeiro, honesto, amável e de boa fama (Fp 4.8).

Pergunta 145: Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no nono mandamento são: Tudo quanto prejudica a verdade e a boa reputação do nosso próximo, assim como a nossa (Lc 3.14), especialmente em julgamento público (Lv 19.15); o testemunho falso (Pv 19.5; Pv 16.16-19), o subornar testemunhas e constituir testemunhas falsas (At 6.13), aparecer e pleitear cientemente a favor de uma causa má; resistir e calcar à força a verdade (Jr 9.3; Sl 52.1-4; dar sentença injusta (Pv 17.15); qualificar o mau de bom, e o bom de mau; recompensar os maus segundo a obra dos justos, e os justos segundo a obra dos maus (Is 5.23); a falsificação de firmas (1Rs 21.8), a supressão da verdade, o silêncio indevido em uma causa justa (Lv 5.1; At 5.3); conservar-nos calados quando a iniquidade reclama a repreensão da nossa parte (Lv 19.17; Is 58.1) ou uma denúncia (Is 59.4); o falar a verdade inoportunamente (Pv 29.11), ou com malícia para fim mau (Sl 22.9,10; Sl 51.1), pervertê-la em sentido falso (Sl 56.5; Mt 26.60,61; Jo 2.19), ou proferi-la duvidosa e equivocadamente, para prejuízo da verdade ou da justiça (Gn 3.5; Gn 26.7,9; o falar inverdades (Is 59.13), mentir (Cl 3.9; Lv 19.11), caluniar (Sl 50.20), maldizer (Sl 15.3; Rm 1. 30), detrair (Tg 4.11; Tt 3.2), tagarelar (Lv 19.16), cochichar (Rm 1.29; Pv 16.28), escarnecer (Is 28.22; Gn 21.9; Gl 4.29), vilipendiar (1Co 6.10), censurar (Mt 7.1) temerária e asperamente (Tg 2.13) ou com parcialidade (Jo 7.24; Rm 2.1); a má

interpretação das intenções, palavras e atos de outros (Rm 3.8; Sl 69.10); a adulação (Sl 22.2,3) e vanglória (2Tm 3.2); o elogiar ou depreciar demasiadamente a nós mesmos ou a outros, em pensamento ou palavra; a negação dos dons e das graças de Deus (Lc 18.11; Gn 5.26); o agravo de faltas menores; o encobrimento; desculpa, atenuação de pecados quando chamados a uma confissão franca (Gn 3.12,13; Pv 28.13; Gn 4.9); a descoberta desnecessária das fraquezas de outrem (Pv 25.9; Gn 9.22); o levantar boatos falsos (Ex 23.1); o receber e acreditar rumores maus (Jr 20.10; Pv 29.12); o tapar os ouvidos a uma defesa justa (At 7.57); as suspeitas más (1Co 13.4,5; 1Tm 6.4); a inveja ou tristeza pelo crédito merecido de outros (Mt 21.15); o esforço ou desejo de os prejudicar; o regozijo na desgraça ou na infâmia de alguém; a inveja ou tristeza pelo sucesso de alguém (Dn 6.3,4; Ed 4. 12,13); prejudicar os outros (Jr 48.27) o desprezo escarnecedor (Mt 27.28,29; Sl 35.16); a admiração excessiva de outrem (1Co 3.21; Jd 16; At 12.22); a quebra de promessas legítimas (Rm 1.31; 2Tm 3.3; a negligência daquelas coisas que são de boa fama (2Sm 12.14; 1Sm 2.24); o praticar ou não evitar aquelas coisas que trazem má reputação, ou não impedir em outras tais coisas, até onde pudermos (Fp 3.18,19; 2Pe 2.2; 2Sm 12.13,14).

Capítulo XXVII Dos Sacramentos

Lição 28

Introdução

Os “sacramentos” (ou “ordenanças”) é uma palavra que não é encontrada na Bíblia (o mesmo ocorre com o termo “Trindade”), porém, é uma verdade, e, portanto, uma doutrina bíblica. O uso clássico da palavra “sacramento” está relacionado a uma soma em dinheiro dada como garantia; ou ainda um juramento militar.

No seu uso eclesiástico, o termo tem a conotação de algo “sagrado” que deve ser observado pelos crentes. Antigamente, seu sentido era o de um mistério que só tornou-se conhecido porque nos foi revelado. Archibald Hodge comenta o seguinte: “...qualquer tipo ou rito que possui um sentido espiritual latente”²⁷.

Os únicos sacramentos da Fé Cristã são o Batismo e a Ceia do Senhor. Veremos nas próximas lições detalhadamente cada um desses sacramentos. Por hora, vejamos outros aspectos gerais dos sacramentos (ordenanças) da Palavra de Deus.

§I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus (Gn 17.9-11; Ex 13.9,10; Rm 4.11; Ex 12.3-20) para representar Cristo e os Seus benefícios, e confirmar o nosso interesse Nele (1Co 10.16; 1Co 11.25,26; Gl 3.27), bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o restante do mundo (Ex 12.48; Hb 13.10; 1Co 11.27-29), e solenemente obrigá-los no serviço de Deus em Cristo, segundo a sua Palavra (Rm 6.3,4; 1Co 10.14-16).

Quando estudamos a Aliança de Deus com Seu povo vemos que o termo “Nova Aliança” (como a ela se referiu o Senhor Jesus), não se trata de uma aliança diferente e inédita, mas, sim, da mesma Antiga Aliança que em Cristo foi completada e adornada perfeitamente. Assim, não há contradição alguma entre a CFW que diz: “Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente *instituídos por Deus*” e os Catecismos Maior (pergunta 162) e Breve (pergunta 92) que afirmam: “ *U m s a c r a m e n t o é uma santa ordenança instituída por Cristo e m S u a O b r a O Pai e o Filho são*” (Jo 10.30), e as Alianças são uma só também. Nos tempos do Antigo Testamento as ordenanças para o povo de Deus eram a Páscoa e a Circuncisão; no Novo Testamento são o Batismo e a Ceia do Senhor (vide **§V** a seguir).

Dessa forma, os sacramentos:

- Representam Cristo e Seus benefícios:** são sinais externos da Graça interna e eterna;
- Fazem diferença entre os que pertencem à Igreja e os que não pertencem:** por serem sinais externos da Graça interna e eterna, eles devem ser ministrados somente àqueles que confessam sua fé em Cristo Jesus exclusivamente.
- Obrigam os crentes ao serviço de Deus em Cristo:** embora o termo “obrigação” soe rude aos nossos ouvidos, infelizmente, por vermos as pessoas perdendo cada vez mais esse conceito, a irresponsabilidade para com a obra do Senhor vem aumentando a níveis absurdos. Toda vez que o crente participa dos sacramentos, deve ter em seu coração acesa a chama do amor por Cristo. Não há motivação melhor que essa para servir a Deus!

²⁷ HODGE, 2010, p.444.

§II. Há em cada sacramento uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada; e por isso, os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro (Gn 17.10; Mt 26.27,28; Tt 3.5).

§III. A graça revelada nos sacramentos, ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existente; nem a eficácia de um sacramento depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito (Rm 2.28-29; 1Co 3.7; 1Co 6.11; Jo 3.5; At 8.13-23; Jo 6.63) e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem (Jo 6.63).

É deplorável a interpretação que o catolicismo e o neopentecostalismo dão para os dois sacramentos. A igreja romana aos dois (que ela deturpa) acrescenta outros cinco que nem de longe são considerados sacramentos do Senhor Jesus (são quando muito sacramentos dela mesma). Já o neopentecostalismo com seu misticismo pagão confere ao pão e vinho da Ceia e à água do Batismo poderes miraculosos (e o mais curioso é que eles criticam os católicos por fazerem a mesma coisa).

Os elementos dos sacramentos (pão, vinho e água) não têm poder nenhum em si mesmo, nem o ministro que os serve e nem mesmo quem os recebe. A eficácia dos sacramentos está totalmente ligada à pessoa do Espírito Santo que administra ao coração do crente a Graça a qual esses elementos significam.

Dessa forma:

- a) **A água do Batismo:** simboliza a purificação espiritual realizada imediatamente, isto é, sem intermediários, no coração do crente pelo Espírito Santo aplicando-lhe os benefícios do sacrifício de Cristo, bem como simboliza também a habitação e regeneração que o Espírito Santo realizou na vida do crente. Assim como a água desce pela cabeça do batizando (no caso do batismo por aspersão) um dia o Espírito Santo “desceu” sobre o coração do crente! A presença do Espírito Santo no coração do crente é a garantia de sua justificação, santificação, perseverança na fé e glorificação.
- b) **O pão e o vinho da Ceia:** o pão quebrado (partido) e o vinho derramado, comido e bebido pelos crentes representam o corpo e o sangue de Cristo torturado na cruz onde Ele derramou Seu sangue pelos eleitos.

Primeiramente, Cristo crucificado (sua carne rasgada e seu sangue derramado) por nós, e dando-nos a nós para ser espiritualmente recebido e assimilado como o princípio de uma nova vida; e então, conseqüentemente, a união com Cristo, a habitação do espírito, a regeneração, a justificação etc. – isto é, todos os benefícios assegurados pela morte sacrificial de Cristo²⁸.

Mas, o que significa então, essa “união sacramental”? Para as igrejas Romana e Luterana ela é literal, isto é, os elementos da Ceia são realmente “corpo e sangue de Cristo”.

Para nós reformados o significado é outro. Essa “união sacramental” é:

²⁸ HODGE, 2010, p.446.

- a) **Simbólica e representativa:** os elementos da Ceia simbolizam o corpo e o sangue de Cristo, Seu sacrifício por nós, e a água do batismo, o Espírito Santo que purifica e regenera o coração do pecador.
- b) **Instrumental:** ou seja, porque Deus nos ordena em Sua Palavra a tomarmos esses elementos dessa forma, eles nos são “meios de Graça”, ou seja, instrumentos que Deus usa (muito mais a ocasião em si do que os elementos propriamente ditos) para comunicar ao nosso coração a Sua Graça.

Dessa forma, devemos ter respeito pelos elementos, sem, contudo, adorá-los ou prestar-lhes alguma reverência além do que eles simbolizam. Os elementos da Ceia e a água do Batismo ao término da celebração não devem ser tratados supersticiosamente (é sabido de pastores que enterram os elementos da Ceia que sobram), mas, também devemos tomar o cuidado especialmente na presença de nossas crianças ou de neófitos descartar esses elementos na lata do lixo. Tal atitude pode escandalizar um novo na fé. O correto a se fazer é recolhê-los com discrição tratando-os como pão, vinho e água que nos serviram num momento solene, mas, que não tiveram suas substâncias modificadas, e fora dessa celebração são coisas comuns.

O participar dignamente e com discernimento da Ceia do Senhor e se batizar com convicção (no caso dos adultos) é sem dúvida alguma um meio maravilhoso de crescimento espiritual.

§IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho: o Batismo e a Ceia do Senhor (Mt 28.19; 1Co 11.20,23-34). Nenhum dos quais pode ser administrado senão por um ministro da Palavra, legalmente ordenado (Hb 5.4).

Nos registros da História da Igreja Cristã, desde os primórdios nos dias dos apóstolos, passando pelos Pais da Igreja (séc. II – V) não se tem notícia de nenhum outro sacramento adotado pela Igreja Cristã. Somente com o advento do catolicismo romano por meio dos seus concílios de Florença (1439 d.C.) e de Trento (1562 d.C.) que foram acrescentados outros cinco (e deturpados os outros dois únicos deixados por Cristo). Para a igreja romana existem sete sacramentos e são: Batismo, Confirmação, Eucaristia (Ceia do Senhor), Penitência, Extrema Unção, Ordens e Matrimônio.

Testando esses “sacramentos” à luz da definição do termo vemos que:

- a) **Penitência, Confirmação e Extrema Unção:** sequer encontramos respaldo bíblico para elas, tal como são ensinadas pela igreja romana;
- b) **Matrimônio:** ainda que o casamento seja uma instituição divina, em momento algum ele é um dever que todos os crentes devem praticar. Não fosse assim, aqueles que adotam o celibato e castidade para se dedicarem somente a Cristo estariam em pecado. Curiosamente, o clero da igreja romana não pode casar e assim ele é o primeiro a descumprir esse “sacramento”, mas, exige dos fiéis que o observem.
- c) **Ordens:** nem todos são chamados por Deus para serem líderes da Sua Igreja. Então as Ordens não podem ser um sacramento **porque não são para todos os fiéis.**

Por fim, é importante ressaltar que nenhuma delas sela ou representa algum aspecto da obra de Cristo.

Quanto à administração correta dos sacramentos ressaltamos:

- a) **A ocasião:** há uma ocasião específica para isso: o culto solene. É sabido que grupos tais como o de “igrejas emergentes” que em qualquer reunião, churrasco,

confraternização a Ceia do Senhor é celebrada, desde que para isso haja pelo menos dois crentes que sentindo o desejo de cearem, não precisando para isso um ministro do Evangelho ali presente. Isso é um absurdo! A Ceia do Senhor é momento de comunhão e celebração, mas, não deve ser feita de qualquer forma. A reverência, a solenidade e a seriedade do momento não o tornam fúnebre e sepulcral, antes, ressaltando sua simplicidade mostra a sua magnitude. No caso de irmãos enfermos, impossibilitados de participarem da Ceia do Senhor no dia estipulado pela Igreja, o ministro deve levá-los a Ceia, mas, num contexto de culto a Deus e não de uma visita informal.

- b) **O ministro:** É reservado pela Palavra de Deus **somente** ao ministro devida e legalmente ordenado para o Ministério da Palavra administrar os sacramentos. O que é que nos diz Hb 5.4:

Muitos argumentam que Filipe era diácono da Igreja de Jerusalém e mesmo assim batizou o eunuco (At 8.38,39), assim sendo, quando dizemos que está vedada somente ao pastor o administrar os sacramentos estamos sendo arbitrários e trazendo conosco uma “herança maldita do catolicismo”. Primeiramente, quanto ao caso de Filipe e o eunuco vale lembrar que ele recebeu uma ordem direta do Espírito Santo para evangelizar o eunuco, e até então, na Igreja Primitiva os papéis de cada um estavam sendo definidos (embora o dos diáconos já tivesse sido estipulado em At 6). Mas, depois, em todo o Novo Testamento não temos nenhuma autorização para que outros exceto os ministros (pastores) administrem os sacramentos. E em segundo lugar, a questão de ser uma “herança católica” vale lembrar que na igreja romana os diáconos fazem as vezes dos párocos sempre.

§V. Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.

Como já vimos no **§I** existe uma só Aliança de Deus com Seu povo a qual chegou em sua plenitude em Cristo. É por esse motivo que para nós aliancistas não existem dois Testamentos, mas, sim, apenas um, pois, o Antigo e o Novo são a mesma revelação de Deus para nós. Dessa forma, os símbolos e selos são também os mesmos em sua essência ainda que diferentes em sua forma.

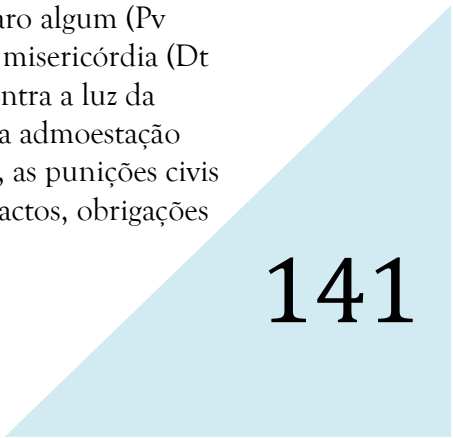
Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 146: Qual é o décimo mandamento?

Resposta: O décimo mandamento é: “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo”(Ex 20.17; Dt 5.21).”

Pergunta 147: Quais são os deveres exigidos no décimo mandamento?

Resposta: Os deveres exigidos no décimo mandamento são: um pleno contentamento com a nossa condição (Hb 13.5; 1Tm 6.6) e uma disposição caridosa da alma para com o

nosso próximo, de modo que todos os nossos desejos e afetos relativos a ele tendam para todo o seu bem e promovam o mesmo (Rm 12.15; Fp 2.4; 1Tm 1.5)”.


Pergunta 148: Quais são os pecados proibidos no décimo mandamento?

Resposta: Os pecados proibidos no décimo mandamento são: o descontentamento com o nosso estado (1Co 10.10); a inveja (Gl 5.26; Tg 3.14,15) e a tristeza pelo bem do nosso próximo (Sl 112.9,10; Ne 2.10), juntamente com todos os desejos e afetos desordenados para com qualquer coisa que lhe pertença (Rm 7.7; Dt 5.21; Cl 3.5; Rm 13.9).

Pergunta 149: Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos?

Resposta: Nenhum homem, por si mesmo (Tg 3.2; Jo 15.5), ou por qualquer graça que receba nesta vida, é capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus (1Rs 8.46; Sl 17.35; 1Jo 1.8; 1Jo 2.6); mas diariamente os viola por pensamentos (Gn 8.21; Tg 1.14; Gn 6.5), palavras e obras (Sl 19.12; Tg 3.2, 8).

Pergunta 150: São todas as transgressões da lei de Deus igualmente odiosas em si mesmas e à vista de Deus?

Resposta: Todas as transgressões da lei de Deus não são igualmente odiosas; mas alguns pecados em si mesmos, e em razão de diversas circunstâncias agravantes, são mais odiosos à vista de Deus do que outros (Jo 19.11; 1Jo 5.16).

Pergunta 151: Quais são as circunstâncias agravantes que tornam alguns pecados mais odiosos do que outros?

Resposta: Alguns pecados tornam-se mais agravantes:

1º. Em razão dos ofensores (Jr 2.8), se forem pessoas de idade mais madura, de maior experiência ou graça (1Rs 11.9); se eminentes na vida cristã (2Sm 12.14; 1Co 5.1), em dons (Tg 4.17; Lc 12.47), posição, ofícios (2Sm 12.7-9; Ez 8.11,12); se forem guias para outros (Rm 2.21,22,24) e pessoas cujo exemplo será provavelmente seguido por outros (Gl 2.14; 2Pe 2.2).

2º. Em razão das pessoas ofendidas (1Jo 5.10; Mt 21.38,39), se as ofensas foram diretamente contra Deus (1Sm 2.25; At 5.4), seus atributos (Rm 2.4) e culto (Mt 1.14; 1Co 10.21,22); contra Cristo e sua graça (Jo 3.18,36; Hb 12.25); contra o Espírito Santo, seu testemunho e operações (Hb 6.4-6; Hb 10.29; Mt 12.31,32; Ef 4.30); contra superiores, pessoas eminentes (Nm 12.8; Jd 8) e aqueles com quem estamos especialmente relacionados e a quem devemos favores (Pv 30.17; Sl 41.9; Sl 55.12-14); contra os crentes (Zc 2.8), especialmente contra os irmãos fracos; contra as suas almas ou as de quaisquer outros (1Co 8.11,12; Rm 14.13,15,21), e contra o bem geral de todos ou de muitos (1Ts 2.15,16; Mt 23.34-38).

3º. Pela natureza e qualidade da ofensa (Is 3.9), se for contra a palavra expressa da lei (Ez 20.12,13); se violar muitos mandamentos; se contiver em si muitos pecados (Cl 3.5; 1Tm 6.10); se for concebida, não só no coração, mas manifestar-se em palavras e ações (Mq 2.1,2); se escandalizar a outros (Rm 2.23,24; Mt 18.7) e não admitir reparo algum (Pv 6.32-45; Mt 16.26); se contra os meios da graça (Mt 11.21-24; Jo 15.22), misericórdia (Dt 32.6; Is 1.2,3; Ed 9.13,14) e castigos de Deus (Jr 5.13; Am 4.8-11); se contra a luz da natureza (Rm 1.20,21), a convicção da consciência (Rm 1.32; Dn 5.22), a admoestação pública ou particular (Pv 29.1), as censuras da Igreja (Mt 18.17; Tt 3.10), as punições civis (Rm 13.1-5); se contra as nossas orações, propósitos, promessas, votos, pactos, obrigações

a Deus ou aos homens (Sl 78.34,36,37; Jr 42.5,6; Jr 42.20-22; Pv 20.25 Lv 26.25; Jr 31.32; Pv 2.17; Ez 17.18); se forem deliberadas, voluntárias (Sl 36.4; Jr 6.16) e perversamente com presunção impudente, jactanciosa (Nm 15.30; Jr 6.15; Sl 52.1) , maliciosamente (Ez 35.5, 6; 2Jo 10), frequente (Nm 14.22,23), obstinadamente (Zc 7.11,12), displicentemente (Pv 2.14) repetidamente (Jr 9.3,5; Is 57.17) persistência ou recaídas depois do arrependimento (2Pe 2.20,21; Hb 6.4,6).

4º. Pelas circunstâncias de tempo (Is 22.12-14; 2Rs 5.26) e de lugar (Jr 7.10,11), se for no dia do Senhor (Ez 23.38) ou em outros tempos de culto divino (Is 58.3,4), imediatamente antes (1Co 11.20,21; Jr 7.9,10), depois destes (Pv 7.14,15) ou de outros auxílios para prevenção ou remédio contra tais quedas (Ne 9.13-16; 2Cr 36.15,16), se em público ou em presença de outros que são capazes de ser provocados ou contaminados por essas transgressões (Is 3.9; 1Sm 2.22- 24).

Capítulo XXVIII

Do Batismo

Lição 29

Introdução

Na lição anterior introduzimos o assunto sobre os sacramentos que para nós são apenas dois: o Batismo e a Santa Ceia. Vejamos primeiramente, o Batismo.

§I. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo (Mt 28.19), não só para solenemente admitir na Igreja visível a pessoa batizada (At 2.41; 10.47), mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça (Rm 4.11; Gl 3.29; Cl 2.11,12), de sua união com Cristo (Gl 3.27; Rm 6.3,4), da regeneração (Tt 3.5), da remissão dos pecados (At 2.38; Mc 1.4; At 22.16) e também da sua consagração a Deus por meio de Jesus Cristo, a fim de andar em novidade de vida (Rm 6.3,4). Este sacramento, segundo a ordenação do próprio Cristo, há de continuar em Sua Igreja até ao fim do mundo (Mt 28.19).

§II. O elemento exterior, usado neste sacramento, é água, com a qual a pessoa é batizada em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, por um ministro do Evangelho, legalmente ordenado (At 10.47, e 8.36-38; Mt 28.19).

§III. Não é necessário imergir o candidato na água, mas o batismo é corretamente administrado derramando ou aspergindo água sobre a pessoa (Mc 7.4; At 1.5; 11.15,16; Hb 9.10,19-21).

As principais proposições que aprendemos nestes três parágrafos são:

- 1) O Batismo é um sacramento do Novo Testamento que foi instituído pelo Senhor Jesus Cristo, e este sacramento acompanhará a Igreja de Cristo até a consumação dos séculos, porque Cristo assim o instituiu.

Comentando esse ponto, Archibald Hodge diz (HODGE, 2010, p.458):

O Batismo cristão é uma ordenança imediata e pessoalmente instituída por Cristo, e designado para ser observado na Igreja até ao final do mundo. Lavar o corpo com água, a fim de representar a purificação e consagração espirituais, era um símbolo natural que prevaleceu entre todas as nações orientais antigas – tais como os persas, hindus, egípcios, gregos e romanos, e preeminentemente entre os judeus. O apóstolo descreve sucintamente o antigo cerimonial como que consistindo “de comidas e bebidas e diversos batismos” (Hb 9.10). João, o precursor de Jesus, veio também batizando. Mas o dele não era o Batismo cristão, porque –

- 1.1. João foi o último profeta do Velho Testamento, e não um apóstolo do Novo Testamento (Lc 1.17);
- 1.2. Ele não batizava no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo;
- 1.3. Seu batismo era para arrependimento, não para fé em Cristo;
- 1.4. Pelo batismo, ele não introduzia os homens à comunhão da Igreja Cristã, como os apóstolos fizeram no Pentecoste (At 2.41,47);
- 1.5. Os que eram batizados por João, batizados novamente pelos apóstolos quando eram admitidos na Igreja Cristã (At 18.24-28; 19.1-5). Por razões análogas, cremos que o batismo efetuado por seus discípulos antes da crucificação do Senhor (Jo 3.22; 4.1,2)

não era o sacramento cristão permanente do Batismo, obrigando os batizados à fé e à obediência à Trindade, bem como iniciando-os na Igreja Cristã; senão que, ao contrário, como o batismo de João, era um rito de purificação, obrigando ao arrependimento e preparando o caminho para a vinda de Cristo.

- 2) Tal ato deve ser administrado por um ministro ordenado.

Quanto ao batismo ser administrado por um ministro ordenado já foi analisado no Cap. XXVII, §IV. Isso se dá não porque haja alguma “sucessão de autoridade” como a igreja romana afirma em relação ao seu pontífice (ela diz que o papa é o sucessor dos apóstolos); também essa restrição não é porque haja no pastor um poder especial, mas, tão somente que, pelo fato da Igreja se tratar também de uma organização sujeita às leis desse mundo, toda a direção da mesma é de responsabilidade de seus oficiais. A IPB chama de “Atos Pastorais” entre outras coisas a administração do batismo e da Santa Ceia, somente por uma questão de ordem.

- 3) O Batismo simboliza o “lavar regenerador do Espírito Santo”, e para este símbolo usa-se água pura; a quantidade de água que se administra no batismo não é essencial, e, por isso, nós presbiterianos preferimos a aspersão porque melhor simboliza a “descida do Espírito Santo” prometida no Antigo Testamento e concretizada no Novo Testamento. Ainda sobre o simbolismo, destaca-se aqui o fato de que o batismo é muito mais do que um rito de entrada no rol de membros de uma igreja local, mas, principalmente e acima de tudo, é o sinal da nossa união com Cristo.

É fato que os imersionistas afirmam que deve-se mergulhar a pessoa para simbolizar que a velha natureza foi “sepultada” em Cristo, e quando levantada da água, isto simboliza sua ressurreição espiritual. Contudo, a Bíblia mostra que o batismo é um símbolo do lavar regenerador e purificador do Espírito Santo na pessoa. Daí o modo de “lavar” a pessoa na ocasião do batismo nada tem a ver com o propósito do batismo. Nós presbiterianos não temos dificuldades em receber algum em transferência algum irmão que tenha sido batizado por imersão, pois, tanto a imersão como a aspersão simbolizam a nossa nova vida em Cristo (a regeneração). Segundo o nosso ponto de vista o que é indispensável é a água (a quantidade não importa) e que seja feito em nome da Santíssima Trindade, como ordenado pelo Senhor Jesus.

Fechando essa questão, é importante ainda fazermos um estudo do vocábulo grego **bapti,zw**

- 1) Em seu uso clássico, significa *imersir, umedecer, molhar, purificar, lavar*.
- 2) Na Septuaginta, **ba,ptw** **bapti,zw** correm cinco vezes. E, assim, em Dn 4.33, diz-se que Nabucodonosor foi molhado (batizado) com o orvalho do céu. No livro apócrifo de Eclesiástico (não confundir com Eclesiastes) 34.30 lê-se: “Aquele que se batiza depois de haver tocado o corpo de um morto”; sabe-se que esse ritual de purificação era aspergindo água sobre a pessoa. Nm 19.9,13,20. Vejam-se também 2Rs 5.14 e Judite 12.7 (este é também um livro apócrifo).
- 3) No NT, **bapti,zw** é usado intercambiavelmente com **ni,ptw** que significa lavar. Compare com Mc 7.3,4; Lc 11.38; Mt 15.2,20.

É muito comum as pessoas confundirem o sacramento do batismo como uma espécie de “rito de iniciação” como fazem seitas heréticas com seus noviços. Porém,

afirmamos que o batismo é muito mais que isso: é a identificação de uma pessoa com a Igreja de Cristo por meio da aceitação e concordância com **todas** as doutrinas ensinadas pela Igreja de Cristo. É por este motivo que os que advêm das seitas heréticas como catolicismo, espiritismo, IURD, IMPD, IIGD, filosofias orientais, Adventista do Sétimo Dia, entre outras, são batizadas em nossa Igreja, pois, não há concordância com essas seitas.

O batismo do Espírito Santo, simbolizado na água do batismo por aspersão, nunca é exibido na Bíblia como uma imersão, mas sempre como um derramar de um “aspergir”.

§IV. Não só os que de fato professam a sua em Cristo e obediência a Ele (Gn 17.7,9,10, Gl 3.9,14; At 2.38; 16.14,15,33; Cl 2.11,12; Mc 10.13-16; Lc 18.15-16), mas também os filhos de pais crentes (ainda que só um deles o seja) devem ser batizados (At 2.38,39; Rm 4.11,12; 1Co 7.14; Mt 28.19).

Quanto aos adultos:

O batismo não deve ser ministrado no caso daqueles que não fazem parte da Igreja visível, e, portanto, estranhos ao pacto da promessa. Somente quando demonstrarem verdadeira conversão a Cristo é que deverão ser batizados. Porém, os oficiais da Igreja não têm qualquer autoridade de proferir juízo sobre a genuinidade e sinceridade das pessoas.

Quanto às crianças:

Crianças filhas de pais crentes (ainda que apenas um dos pais o seja) devem ser batizadas. Por que (cf. HODGE, 2010, p.466):

- J Ao constituir a natureza humana e ordenar a propagação de filhos através de pais, Deus, em todos os aspectos, fez a condição do filho, enquanto criancinha, depender da condição do pai. O pecado do pai afasta a criança de Deus; portanto a fé do pai aproxima a criança de Deus;
- J Em cada pacto que Deus fez com a raça humana, a criança está sempre incluída com os pais – por exemplo, os pactos feitos com Adão, com Noé (Gn 9.9-17), com Abraão (Gn 12.1-3; 17.7), com Israel através de Moisés (Êx 20.5; Dt 29.10-13); e no sermão de abertura da dispensação do NT, os homens são exortados a arrepender-se e crer: **“porque a promessa (o pacto) é para vós e para vossos filhos”** (At 2.38,39).
- J Por serem a Antiga e a Nova Alianças uma só, assim não só a Igreja do NT é a mesma do AT como também o sinal do pacto de ambas é um só ainda que de formas diferentes (circuncisão e batismo).
- J A fé é a condição básica para a salvação. Tanto no AT como no NT sempre foi exigido a fé daqueles que entravam num pacto com Deus. Abraão creu em Deus e assim, todos os que creem são considerados “filhos de Abraão”. É claro que nesse ponto os que são contrários ao batismo infantil alegam que crianças não creem e por isso não devem ser batizadas. É claro que a Bíblia não coloca essa responsabilidade sobre as crianças, mas, sim, sobre os pais, pois são eles os responsáveis pelas crianças. As crianças eram membros da Igreja sob o Antigo Testamento desde o princípio, sendo circuncidadas na fé de seus pais. Agora, visto que a Igreja é a mesma; visto que as condições de membresia eram as mesmas outrora, como o são agora; visto que a circuncisão significava e obrigava precisamente a mesma coisa que o batismo; e visto

que o batismo assumiu precisamente o lugar da circuncisão – segue-se que a membresia eclesiástica dos filhos de pais professos deve ser agora reconhecida como o era outrora, e que os mesmos devem ser batizados. A única base sobre a qual esta conclusão poderia ser removida, seria que Cristo, no evangelho, explicitamente os excluísse de seu antigo direito hereditário na Igreja.

§V. Posto que seja grande pecado menosprezar ou negligenciar esta ordenança (Lc 7.30; Gn 17.14), contudo a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela uma pessoa não possa ser regenerada (Rm 4.11,12; Lc 23.40-43; At 10.45-47) e salva, ou que todos sejam indubitavelmente regenerados (At 8.13,23).

§VI. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é ele administrado (Jo 3.5,8); contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ela pertence (adultos ou crianças), segundo o conselho da própria vontade de Deus, em seu tempo determinado (Gl 3.27; Ef 1.4,5; Ef 5. 25,26).

§VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa (Tt 3.5).

Estes três parágrafos nos ensinam que:

- 1) Não devemos nos descuidar em administrar o batismo tanto às nossas crianças quanto aos novos convertidos;
- 2) Que mesmo sendo algo tão importante e não devemos os crentes negligenciar, o batismo não salva o pecador; antes, ele é para quem já é salvo em Cristo;
- 3) A eficácia do batismo não se deve a qualquer poder da água, do momento ou do ministro, pois, isso se configura em esoterismo e está completamente fora do que a Palavra de Deus ensina.
- 4) Não existe “rebatismo”, nem mesmo um segundo batismo é necessário tanto à pessoa que foi batizada na sua infância numa verdadeira Igreja Evangélica²⁹, e nem mesmo alguém que tenha vindo de uma Igreja Evangélica em que se pratica o batismo por imersão. Lamentavelmente, não se vê a mesma postura por parte das igrejas imersionistas, pois, quando um presbiteriano se transfere para uma dessas igrejas, ele é batizado novamente, pois, essas igrejas não consideram o batismo por aspersão como bíblico.

O batismo não salva, a água do batismo não tem poderes miraculosos, contudo, toda vez que este sacramento é observado pelos membros da Igreja, a fé é fortalecida, Cristo é honrado por que é obedecido e a Igreja testemunha da poderosa Graça de Deus que foi derramado no coração de cada membro.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 152: Que merece da parte de Deus cada Pecado?

²⁹ Poucas igrejas evangélicas batizam suas crianças. Por exemplo: a Presbiteriana (no seu ramos reformado) e a Metodista.

Resposta: Todo pecado, até o menor (Tg 2.10,11), sendo contra a soberania (Ml 1.14), bondade (Dt 32.6) e santidade de Deus (Hc 1.13; 1Pe 1.15,16; Lv 11.45) e contra sua justa lei (1Jo 3.4; Rm 7.12), merece a sua ira e maldição (Gl 3.10; Ef 5.6), nesta vida (Dt 28.15-68) e na vindoura (Mt 25.41; Rm 6.21,23), e não pode ser expiado, senão pelo sangue de Cristo (Hb 9.22; 1Jo 1.7; 1Pe 1.18,19).

Pergunta 153: Que exige Deus de nós para que possamos escapar à sua ira e maldição em que incorremos pela transgressão da lei?

Resposta: Para escaparmos à ira e maldição de Deus, em que incorremos pela transgressão da lei, ele exige de nós o arrependimento para com Deus, a fé em nosso Senhor Jesus Cristo (At 20.21; Mc 1.15; Jo 3.18), e o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da sua mediação (Pv 8.33-35; Lc 13.24).

Pergunta 154: Quais são os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da sua mediação?

Resposta: Os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo comunica à sua Igreja os benefícios da sua mediação são todas as suas ordenanças, especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração; os quais se tornam eficazes aos eleitos para a salvação (Mt 28.19,20; At 2.42, 46; 1Tm 4.16; 1Co 1.21; Ef 5.19,20; Ef 6.17,18).

Capítulo XXIX

Da Ceia do Senhor

Lição 30

Introdução

Vejamos hoje o outro (e último) sacramento deixado pelo Senhor Jesus: a Ceia do Senhor.

§1. Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento de seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao Fim do mundo, para ser uma lembrança perpétua do sacrifício que em sua morte Ele fez de Si mesmo; para selar, aos verdadeiros crentes, todos os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento Nele, e seu compromisso de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico (1Co 11.23-26; Mt 26.26,27; Lc 22.19,20; 1Co 10.16,17,21; 1Co 12.13).

Quatro pontos devem ser ressaltados aqui: a instituição da Ceia, sua perpétua obrigação, seu propósito e seu efeito.

- 1) A instituição da Ceia: não resta dúvida de que foi o próprio Senhor Jesus quem a instituiu, pois, três dos quatro Evangelhos narram o fato. E sendo Ele o Filho de Deus, portanto, o próprio Deus encarnado, a autoridade Dele para tal deve nos remeter ao próximo ponto;
- 2) A sua perpétua obrigação: a Ceia é destinada a ser observada pelos crentes até o fim dos tempos, os quais deverão observá-la sempre como **“em memória de mim”**, disse Jesus. A Igreja Primitiva não se descuidava dessa ordem, At 2.42; os escritos apostólicos sempre nos mostram que a Ceia do Senhor não se tratava de uma opção, mas, sim, de uma ordem que eles levaram a sério, e, portanto, nós também devemos fazer o mesmo. Todos os ramos da Igreja Cristã observam este sacramento, é claro que uns o fazem com sentido diferente de outros, por isso mesmo devemos saber qual
- 3) O seu propósito: estes podem ser apresentados nos seguintes tópicos: (a) é uma lembrança da morte do Senhor Jesus Cristo, pelo fato do pão e vinho simbolizarem Seu corpo e sangue; (b) **“em memória de mim”** significa manifestar sua morte até que Ele venha (Lc 22.19; 1Co 11.26), ou seja, a Ceia do Senhor é um testemunho vivo da nossa fé e obediência a Ele; (c) ela é um selo do pacto evangélico no qual todos os benefícios do novo pacto estão significados, selados e aplicados aos crentes; o Seu sangue simbolizado no vinho é o selo do pacto da graça; Ele nos promete todos os recursos para a nossa fé, e, por isso, ao tomarmos o cálice estamos solenemente nos comprometendo a uma total consagração e a tudo quanto se acha envolvido nos requerimentos do Evangelho de Cristo, não como os entendemos, mas, como Cristo os planejou e requer de nós;
- 4) O seu efeito: o que Paulo diz em 1Co 10.16?

Essas palavras mostram a profunda comunhão que foi efetuada por meio do sacrifício

de Cristo com o crente; é claro que os elementos não nos unem a Cristo somente por eles próprios, mas, o sacrifício de Cristo por eles representado é que nos une a Ele. Assim sendo, essa mesma comunhão de Cristo com o crente se faz ver também em toda a Igreja, cada crente é membro um do outro; é isso que significa o “corpo místico” de Cristo, isto é, algo tão maravilhoso e misterioso tal como essa união.

§II. Neste sacramento, Cristo não é oferecido a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício real para remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquela única oferta que Ele fez de si mesmo na cruz, uma vez por todas, e, por meio dela, uma oblação espiritual de todo louvor possível a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa, como é chamado, é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos (Hb 9.22,25,26,28; Mt 26.26,27; Lc 22.19,20; Hb 7.23,24,27; Hb 10.11,12,14,18).

§III. Nesta ordenança, o Senhor Jesus constituiu os seus ministros para declarar ao povo a Sua Palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado; para tomar e partilhar o pão, tomar o cálice, dele participando também, e dar ambos os elementos aos comungantes e tão-somente aos que se acharem presentes na congregação (Mc 14.22-24; At 20.7; 1Co 11.20).

§IV. A missa particular ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados, e a sua conservação para qualquer pretensão religiosa, são coisas contrárias à natureza deste sacramento, e à instituição de Cristo (1Tm 1.3,4; 1Co 11.25-29; Mt 15.9).

§V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados ao uso ordenado por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que, verdadeiramente, embora só num sentido sacramental, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo (Mt 26.26-28); se bem que, em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes (1Co 11.26-28).

§VI. A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é algo repugnante, não só à vista das Escrituras, mas também ao senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de grosseira idolatria (At 3.21; 1Co 11.24-26; Lc 24.6,39).

Estes parágrafos apontam diretamente para distorções e heresias do catolicismo romano, tais como:

- J Transubstanciação, ou transformação da substância do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo; sabe-se que para o catolicismo quando o clérigo levanta os elementos, ocorre essa transubstanciação. E porque eles creem assim? Por causa do que entendem ser a missa.
- J A missa: para o catolicismo a missa não é um culto (ainda que o elemento da adoração esteja presente), mas, sim, um novo sacrifício de Cristo, uma repetição do mesmo. A cada vez que eles realizam a eucaristia (como é chamada a Ceia do Senhor),

Cristo está sendo novamente sacrificado. Por este motivo, somente o clérigo toma o vinho por ser ele o vigário (vicário, substituto de Cristo) na terra. Assim sendo, só ele pode tomar o cálice (um descumprimento direto da ordem de Cristo, pois, Ele ordenou que todos os crentes participassem de ambos elementos). Mas, o que a Bíblia diz em Hb 7.27 sobre o sacrifício de Cristo? Quantas vezes ele foi e será realizado?

O concílio de Trento ensina (sessão XXII, cans. 1-3) que a eucaristia é tanto um sacramento quanto um sacrifício. Por esse motivo um crente não deve participar de qualquer cerimônia católica, ainda que sejam atos ecumênicos. Não pode haver união da luz com as trevas.

- J Idolatria dos elementos: a doutrina católica da transubstanciação é heresia porque afirma que o pão e vinho transformação em sangue, alma e divindade de Cristo, por isso preservam a hóstia cuidadosamente guardada no lugar chamado “santíssimo” para ser adorada.
- J Superstição em torno dos elementos: que o catolicismo é muito mais uma superstição do que uma religião, isso é indiscutível. Após o estabelecimento da doutrina da transubstanciação, surgiu aí o medo natural de que algo da augusta pessoa do Senhor se maculasse ou se perdesse com o esmigalhar-se do pão ou com o derramar-se do vinho. Por isso o pão é preparado em pequenas hóstias que não podem desagregar-se e o cálice é negado aos leigos e confinado aos sacerdotes. Para consolar os leigos, ensinam que, já que o sangue está presente na carne e a alma no corpo, e como a divindade está na alma de Cristo, a pessoa de Cristo em sua totalidade – corpo, sangue, alma e divindade – então ele igualmente está presente em cada partícula do pão; desse modo, aquele que recebe o pão recebe tudo (cf. HODGE, 2010, p.485).

O que afirmamos aqui então é que em oposição a todos esses abusos do catolicismo, afirmamos que a Ceia do Senhor é essencialmente uma comunhão, na qual a associação do crente com Cristo e com seus irmãos se manifesta através de comer e beber eles o mesmo pão e do mesmo cálice. Por isso não devemos ministrar a Ceia a pessoas ausentes da comunhão por motivos pecaminosos. Também não devemos ministrar a Ceia do Senhor fora do momento de culto, ou somente ao ministro (como fazem os sacerdotes católicos com a eucaristia). No caso de irmãos que não podem estar no culto quando a Ceia é ministrada, por razões coerentes (como enfermidade que os impeça de estarem presente ao culto) é dever do ministro evangélico levar-lhes a Ceia, estando presentes outros irmãos para que a comunhão ali seja celebrada.

§VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e a todos os benefícios de Sua morte, e Dele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente; não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos, pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente, presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos em relação a seus sentidos corporais (1Co 11.28; 1Co 10.16; Jo 6.53-58).

§VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, todavia não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna

participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para a sua própria condenação. Portanto, todos estes, como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da Sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado (1Co 11.27-29; 1Co 10.21; 2Co 6.14-16; 1Co 5.6,7; 2Ts 3.6,14,15; Mt 7.6).

Estes parágrafos nos ensinam a doutrina Reformada sobre a Ceia do Senhor quanto ao sinal e a graça significada pelo sinal; isto é, quanto à natureza da presença de Cristo no sacramento, e o sentido em que, consequentemente, se diz que o recipiente indigno se alimenta do corpo e do sangue do Senhor. Podemos expressar essa doutrina assim:

- 1) O pão e o vinho continuam pão e vinho, apenas representam, simbolizam o corpo e o sangue do Salvador;
- 2) O corpo e o sangue de Cristo estão presentes virtualmente, isto é, as virtudes e os efeitos do sacrifício do corpo do Redentor na cruz se fazem presentes e são realmente comunicadas, no sacramento, ao comungante que o recebe com dignidade, pelo poder do Espírito Santo, o qual usa o sacramento como seu instrumento de acordo com sua vontade soberana.
- 3) Os crentes se alimentam não pela boca, do corpo e sangue de Cristo, mas, sim, pela fé, suas almas são alimentadas com os benefícios assegurados pela morte sacrificial de Cristo na cruz. E o Espírito Santo aplica ao coração dos crentes esses benefícios, quando os crentes pela fé se alimentam dessas verdades. É por esse motivo que a um descrente a Ceia não deve ser administrada, pois, o descrente não aceita e nem mesmo crê como se deve, no sacrifício de Cristo. Portanto, todos quantos são reconhecidamente incrédulos, e cuja descrença se manifesta, quer por sua ignorância, quer por sua impiedade, devem ser impedidos, tanto por sua própria causa como por causa de Cristo, de aproximar-se da mesa do Senhor até que sejam capazes de fazer uma pública e confiável profissão de sua fé.
- 4) Desse fato, também, segue-se que os crentes, no mesmo sentido, recebem e se alimentam do corpo e do sangue de Cristo em outras ocasiões sem o uso do sacramento, fazendo uso de outros meios de graça (a oração, a meditação na Palavra, etc).

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 155: Como se torna a Palavra eficaz para a Salvação?

Resposta: O Espírito de Deus torna a leitura, e especialmente a pregação da Palavra, um meio eficaz para iluminar, convencer e humilhar os pecadores (Jr 23.28,29; Hb 4.12; At 17.11,12; At 26.18); para lhes tirar toda confiança em si mesmos e os atrair a Cristo (At 2.37,41; At 8.27-38); para conformá-los à sua imagem (2Co 3.18; Cl 1.27) e sujeitá-los à sua vontade (2Co 10.4, 5; Rm 6.17); para fortalecê-los contra as tentações e corrupções (Sl 19.11; Cl 1.28; Ef 6.16,17; Mt 4.7,10); para edificá-los na graça (Ef 4.11,12; At 20.32; 2Tm 3.15-17; 1Co 3.4-11) e estabelecer os seus corações em santidade e conforto mediante a fé para salvação (Rm 16.25; 1Ts 3.2,13; Rm 10.14-17).

Pergunta 156: Deve a Palavra de Deus ser lida por todos?

Resposta: Embora não seja permitido a todos ler a Palavra de Deus publicamente à congregação, contudo, os homens de todas as condições têm obrigação de lê-la em particular para si mesmos (Dt 17.18,19; Is 34.16; Jo 5.39) e com as suas famílias (Dt 6.6,7; Sl 78.5,6); e para este fim as Santas Escrituras devem ser traduzidas das línguas originais para as línguas vulgares (1Co 14.18,19).

Pergunta 157: Como deve ser lida a Palavra de Deus?

Resposta: As Santas Escrituras devem ser lidas com uma alta e reverente estima (Sl 119.97; Is 62.2); com a firme persuasão de serem elas a própria Palavra de Deus (1Ts 2.13; 2Pe 1.16-21) e de que somente ele pode habilitar-nos a entendê-las (Sl 119.18; Lc 24.44-48); com desejo de conhecer, crer, e obedecer à vontade de Deus nelas revelada (Tg 1.21,22; 1Pe 2.2; Mc 4.20); com a diligência (At 17.11; Dt 11.13,14) e atenção ao seu conteúdo e propósito (At 8.30,34; Mt 13.23); com meditação (Sl 1.2; Sl 119.39), aplicação (At 2.38,39; 2Cr 34.21), abnegação (Gl 1.15, 16; Pv 3.5) própria e oração (Sl 119.18; Lc 24.45).

Capítulo XXX

Das Censuras Eclesiásticas

Lição 31

Introdução

Um dos assuntos mais difíceis da Igreja, e com certeza, um dos mais negligenciados em nossos dias é a disciplina corretiva dos membros faltosos e rebeldes. É muito comum ouvirmos as pessoas dizendo que a disciplina é humilhante, e, que, por isso mesmo, não deve ser praticada, pois, mostra falta de amor. Contudo, a falta de amor se faz ver justamente quando não há disciplina para os faltosos, quando estes são entregues a si mesmos. E pior ainda, é a desonra ao Nome de Cristo e à Igreja quando não há disciplina.

O presente capítulo aborda além desse assunto, a questão do governo civil e eclesiástico. Vejamos o que ele diz.

§I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça de Sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil (Is 9.6,7; 1Tm 5.17; 1Ts 5.12; At 20.17,28; 1Co 12.28; Jo 18.36).

Quando se fala das formas de governo que as mais diversas denominações cristãs adotam é importante lembrar o que disse Mark Dever. A Igreja de Cristo é uma “aristocracia” quando aqueles que são escolhidos pela assembleia formam o Conselho da Igreja; ela é uma democracia, pois, a assembleia é quem escolhe seus representantes, mas, nunca deixará de ser uma monarquia, pois, sempre terá o Rei dos reis como sua cabeça e líder maior. Justamente por isso, a Igreja é um “reino teocrático”.

O governo da Igreja é uma instituição do próprio Senhor Jesus, logo, toda a autoridade conferida àqueles que foram incumbidos de liderarem a Igreja está totalmente subordinada à autoridade de Cristo. O ministro deve ter sempre em mente que não é a autoridade da Igreja pela qual ele deve agir, mas, pela autoridade de Cristo. A Igreja simplesmente testifica da genuinidade dessa comissão e cuida para que ela seja fielmente desempenhada por aquele que recebeu a incumbência.

Outra verdade que é declarada neste parágrafo é que o governo eclesiástico é distinto, em todos os aspectos do governo civil. Durante muito tempo, especialmente antes da Reforma Protestante do século XVI, muitos pensavam não ser possível haver mais de um governo exercendo poder sobre os mesmos súditos. Por isso mesmo, a igreja romana mandava no poder público, destituindo e constituindo o rei que ela queria no país que ela queria. A Reforma tirou o poder exclusivo das mãos do papa e trouxe o poder público, o governo civil. Dois governos, aos quais as pessoas devem se reportar como autoridades sobre suas vidas. Mas, um governo não interfere no outro. Esse é o princípio da laicidade tão deturpado em nossos dias. À Igreja é vetado o poder de interferir em assuntos políticos tais como: escolher um representante não dando ao povo o direito de escolher, bem como ao governo Civil é vetado interferir em questões doutrinárias da Igreja e na forma como esta é governada. É claro que a Igreja assim como qualquer outra instituição está sujeita às leis civis e deve cumpri-las, desde que essas leis não firam a sua liberdade de culto e seu compromisso para com Deus.

Vale ainda dizer que o ensinamento católico de que com a ascensão de Cristo, Pedro assumiu o Seu lugar como vigário (substituto) de Cristo, e que todos os

papas estão em sucessão a Pedro, sendo cada papa o vigário de Cristo neste mundo, não encontra qualquer amparo nas Escrituras.

§II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou cancelar pecados; de fechar esse reino a impenitentes, tanto pela Palavra como pelas censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem (Mt 16.19; Mt 18.17,18; Jo 20.21-23; 2Co 2.6-8).

§III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar (para Cristo) os irmãos transgressores, a fim de impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para lançar fora o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho, e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e seus elos fossem profanados por ofensores notórios e obstinados (1Co 5; 1Tm 5.20; 1Tm 1.20; Jd 22 e 23; 1Co 11.27-34).

§IV. Para melhor obtenção destes fins, os oficiais da Igreja devem proceder dentro da seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor por algum tempo e exclusão da Igreja (Mt 18.17; 1Ts 5.12; 2Ts 3.6,14,15; 1Co 5.3,4,5,13; Tt 3.10).

Estes três parágrafos ensinam:

- 1) **A natureza e extensão do poder conferido à Igreja para admitir e excluir do seu rol de membros, bem como disciplinar aqueles que se acham dentro dela e que estão em flagrante e contumaz desobediência.**

Todo o poder da Igreja deve ser exercido pelos oficiais por ela escolhidos (os presbíteros) de uma maneira ordeira através desses oficiais a fim de: **(a) questões doutrinárias:** a Igreja tem a liberdade de formular e apresentar declarações de fé que devem ser subscritas por todos aqueles que decidiram livremente ser membros dela; **(b) questões litúrgicas:** a Igreja tem a liberdade de formular, dentro da Palavra de Deus, normas litúrgicas para os seus cultos não devendo ser impedidas e nem mesmo constrangidas por outras denominações que adotam práticas diferentes; **(c) questões de governo:** a forma de governo que uma Igreja julga ser bíblica, é de livre escolha dela, devendo ela mesma formular normas que regerão suas atividades; **(d) questões de membresia:** ela tem o dever de admitir e excluir de sua comunhão aqueles que assim se fizerem merecedores, a isso a Bíblia chama de **“o poder das chaves”** conforme Mt 16.19 (transcreva-o aqui): _____

Isto quer dizer que a Igreja não tem o poder de perdoar algum pecado, porque tal atributo só pertence a Deus. Ele não nos deu o direito de discriminar os bons dos maus. À Igreja nunca foi dado o poder de mandar alguém para o inferno ou para o céu. Mas, quando Cristo disse que as chaves do reino estariam com a Igreja é no sentido ministerial e declarativo, ou seja, a Igreja deve ensinar o que é certo e errado, e disciplinar aqueles que agirem de forma vexatória ao nome de Cristo, mas, mesmo tendo o dever de excluir do rol de membros um faltoso rebelde e contumaz, ela jamais pode determinar o destino eterno de alguém.

2) A finalidade da disciplina.

Alguns fins são destacados aqui: (a) **pureza da Igreja**, e consequentemente, a glória e a aprovação de Deus; (b) **a recuperação do irmão faltoso**. Ainda que se diga que a disciplina não é um ato amoroso, a Bíblia mostra justamente o contrário. Toda a disciplina tem um fim proveitoso, Hb 12.11: _____

(c) **exemplo para os demais**. A função de impedir que outros também pequem da mesma forma, portanto, é didática tanto para o faltoso quanto para os demais.

3) Quais os métodos que devem ser adotados na disciplina.

Os oficiais devem **proceder uma ordem regular para administrar a disciplina**, e isto usando, segundo seu caráter, antes de tudo, os meios de persuasão moral abtes de um processo de exclusão sumária. O método próprio de processo, em todas as circunstâncias, é claramente expreso no caso da Igreja Presbiteriana do Brasil, no Seu Código de Disciplina, constante na sua Constituição da Igreja (Estatutos), os quais obedecem rigidamente ao que ordena a Palavra de Deus. Os meios são: (a) **admoestação privativa** – o faltoso é chamado pelo pastor ou por qualquer dos presbíteros para uma conversa reservada na qual ele é exortado a deixar o pecado e arrepender-se do mesmo; (b) **admoestação pública** – quando a admoestação privativa não surtiu efeito, o mesmo deve ser exortado diante do Conselho da Igreja, e não havendo mudança de comportamento e arrependimento explícito, o mesmo será disciplinado, e a (c) **suspensão da comunhão** – é o próximo passo, a fim de que ele sinta a gravidade do seu pecado; não surtindo o efeito esperado então acontece a (d) **excomunhão (ou exclusão)** – do rol de membros, e o mesmo deve ser considerado como “**um gentio e publicano**” (Mt 18.17), isto é, como alguém que não conhece a Cristo.

É importante ressaltar que a disciplina deve ser sábia e justamente proporcional à natureza do pecado cometido. Quando a pessoa demonstra arrependimento sincero antes do processo de disciplina ter-se instalado, não há razão para o processo de disciplina continuar. A disciplina é para os rebeldes e contumazes.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 158: A quem é permitido pregar a Palavra de Deus?

Resposta: A palavra de Deus deve ser pregada somente por aqueles que têm dons suficientes (1Tm 3.2,6; 2Tm 2.2; Mt 2.7) e são devidamente aprovados e chamados para o ministério (Rm 10.15; 1Co 12.28,29; 1Tm 4.14).

Pergunta 159: Como deve ser pregada a Palavra de Deus por aqueles que para isso são chamados?

Resposta: Aqueles que são chamados a trabalhar no ministério da Palavra devem pregar a sã doutrina (Tt 2.1,7,8), diligentemente, em tempo e fora de tempo (At 18.25; 1Tm 4.2); claramente (1Co 14.9), não em palavras persuasivas de humana sabedoria, mas em demonstração do Espírito e de poder (1Co 2.4); fielmente (Jr 23.28; 1Co 4.1,2), tornando conhecido todo o conselho de Deus (At 20.27), sabiamente (Cl 1.28; 2Tm 2.15)

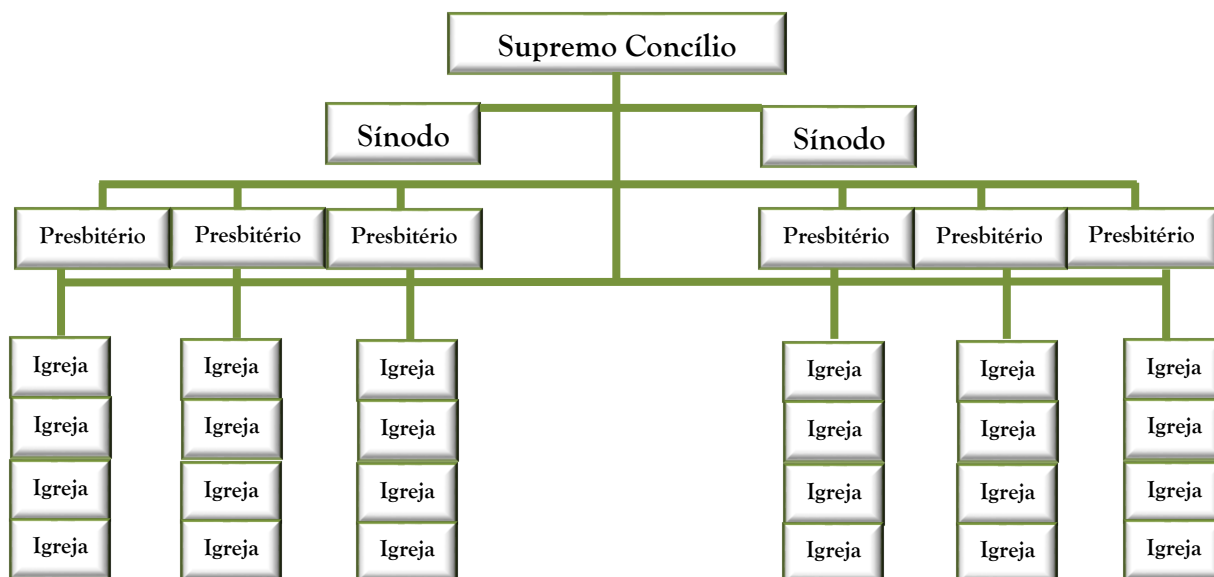
acomodando-se às necessidades e às capacidades dos ouvintes (1Co 3.2; Hb 5.12-14; 1Ts 2.7; Lc 12.42) zelosamente (At 18.15; 2Tm 4.5), com amor fervoroso para com Deus (2Co 5.13,14; Fp 1.15-17) e para com as almas do seu povo (2Co 12.15; 1Ts 3.12); sinceramente (2Co 4.2; 2Co 2.17) , tendo por alvo a gloria de Deus (Jo 7.18; 1Ts 2.4-6) e procurando converter (1Co 9. 19-22) , edificar (2Co 12.19; Ef 4.12) e salvar as almas (1Tm 4.16; 2Tm 2.10; At 16.16-18).

Capítulo XXXI Dos Sínodos e Concílios

Lição 32

Introdução

A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas locais organizadas em: Conselhos, Presbitérios, Sínodos e Supremo Concílio (ou Assembleia Geral). Num gráfico fica assim:



Cada uma dessas instâncias é formada por pastores e presbíteros designados por suas igrejas. Todos esses concílios são regidos primeiramente, pela Palavra de Deus e em segundo lugar pela Constituição Interna da Igreja, a qual prescreve normas de funcionamento (Constituição da Igreja), Código de Disciplina e Princípios de Liturgia da IPB.

No presente estudo veremos a razão de ser dessa organização.

§I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembleias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja (At 15.2,4,6; At 20.17,28; Ap 2.1-6).

Na última lição vimos que todo o poder eclesiástico foi instituído por Cristo e transmitido à Sua Igreja. A Igreja por sua vez delibera em cima do que diz a Palavra de Deus escolhendo aqueles que a representarão, como é o caso do Presbiterianismo. Contudo, ainda que caiba ao Conselho da Igreja Local decidir, cuidar e executar tudo aquilo que diz respeito à Igreja, as assembleias da Igreja são indispensáveis, porque a Igreja toda é o Corpo de Cristo e não só o Conselho.

Anualmente, existem as reuniões ordinárias do Presbitério nas quais cada Igreja envia os seus pastores (quando tiver mais de um na comunidade local) e um presbítero delegado para cuidar dos interesses do Evangelho de Cristo. Existem também

reuniões extraordinárias as quais acontecem conforme à necessidade não tendo um número limite para acontecerem.

A cada dois anos se reúne ordinariamente, e extraordinariamente sempre que for necessário. Para as reuniões do Sínodo cada Presbitério envia dois pastores e dois presbíteros para representá-los.

O Supremo Concílio o faz ordinariamente a cada quatro anos em qualquer lugar do território nacional e extraordinariamente sempre que necessário. Para representação dos Presbitérios os mesmos enviam pastores e presbíteros.

§II. Aos sínodos e concílios compete decidir, ministerialmente, controvérsias quanto à fé e casos de consciência; determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo de Sua Igreja; receber queixas em caso de má administração e com autoridade decidí-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a Palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pela sintonia com a Palavra, mas também pela autoridade através da qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua Palavra (At 16.4; 15.15,19,24,27-31; Mt 18.17,20).

§III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa (At 17.11; 1Co 2.5; 2Co 1.24).

§IV. Os sínodos e concílios não devem discutir nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos, em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo (Lc 12.13,14; Jo 18.36; Mt 22.21).

Estes parágrafos tratam de³⁰:

- 1) Os diferentes assuntos que são trazidos aos concílios (que funcionam como tribunais eclesiásticos) para decisão.
- 2) As bases e as condições sob as quais suas decisões devem ser avaliadas quando exigir submissão, e a extensão a que tal submissão deve chegar.

Os sínodos e os concílios não têm o direito de interferir em qualquer questão atinente ao Estado; e não têm o direito de aconselhar ou tentar influenciar os oficiais do governo civil em sua atividade como tais, exceto: (a) em casos extraordinários, em que os interesses da Igreja estejam em jogo, através de uma petição humilde, ou (b) através de conselhos para a satisfação da consciência, caso solicitado pelo magistrado civil.

Devemos aqui contextualizar essas palavras, tanto na época em que foram escritas, como o que significam hoje. Nos tempos da Assembleia de Westminster, a cisão entre Igreja e Estado era muito forte, porém, ainda a Igreja gozava de respeito por parte do Estado. Com frequência os pastores, respeitosamente chamados de “reverendos” eram vistos como autoridade eclesiástica no mesmo pé de igualdade com as autoridades civis.

³⁰ HODGE, 2010, p.506.

Porém, em nossos dias, onde todo o empenho do Estado para se declarar “laico” tem feito com que a Igreja seja cada vez mais execrada e silenciada no seu canto. Com ações que tentam ridicularizar a Igreja e esta muitas vezes por conta daqueles que a representam ridiculamente com ações escandalosas tem sido cada vez mais silenciada em nossos dias.

Não contrariando a Confissão de Fé, mas, em nossos dias precisamos de vozes fortes que se levantem e denunciem o erro e o pecado em todos os lugares, vozes que não se calam diante das injustiças sociais. Mas, tudo isso deve ser feito no espírito de total submissão a Deus e com o propósito de honrá-Lo diante dos homens.

Os concílios da Igreja nunca devem perder de vista que sua autoridade sempre está ligada à vontade de Cristo. Por isso, compete a eles:

- J Formular credos e confissões de fé, bem como adotar uma constituição para o governo da Igreja;
- J Decidir controvérsias particulares em torno da Fé e casos de consciência;
- J Cuidar das normas que regem o culto público das Igrejas;
- J Zelar pela disciplina dos membros e oficiais da Igreja, intervindo quando um tribunal revelar-se injusto ou contrário ao que a Bíblia determina;
- J Administrar os bens da Igreja e suas autarquias e instituições para-eclesiásticas;

Qualquer um dos concílios da Igreja deve sempre enfatizar a responsabilidade que os membros das Igrejas têm em relação ao Estado. Porém, quando o Estado interferir na Fé tolhendo a Igreja em sua liberdade de culto e devoção a Deus, ao Estado não se deve mais obediência nessa proibição ou interferência do mesmo. Isso não anula os outros compromissos que os cristãos têm em relação a outras esferas da sociedade.

Outro ponto que aqui deve ser ressaltado é que embora a autoridade conferida aos Concílios da Igreja seja a do próprio Senhor Jesus e por Ele mesmo dada, os Concílios são passíveis de erros pelo simples fato de que são constituídos por homens pecadores, que embora crentes, ainda são pecadores. Por isso, humildade e total dependência do Espírito Santo devem ser vistas em cada membro dos Concílios.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 160: Que se exige dos que ouvem a Palavra de Deus pregada?

Resposta: Exige-se dos que ouvem a Palavra de Deus pregada que atendam a ela com diligência (Sl 84. 1,2,4), preparação (Lc 8. 18; I Pe 2. 1,2) e oração (Sl 119. 18; Ef 6.17,18); que comparem com as Escrituras (At 17.11) aquilo que ouvem; que recebam a verdade com fé (Hb 4.12), amor (2Ts 2.10), mansidão (Tg 1.21; Sl 25.9) e prontidão de espírito (At 17.11), como Palavra de Deus (1Ts 2.13); que meditem (Hb 2.1) nela e conversem a seu respeito uns com os outros (Dt 6.6,7); que a escondam nos seus corações (Sl 119.11) e produzam os frutos devidos no seu procedimento (Lc 8.15; Tg 1.25).

Capítulo XXXII

Do Estado do Homem Depois da Morte e da Ressurreição dos Mortos

Lição 33

Introdução

Um dos assuntos mais intrigantes da Fé Cristã é o que diz respeito à situação daqueles que morrerem antes da volta de Cristo e dos que estiverem vivos neste glorioso dia. O presente capítulo se propõe a estudar esses assuntos.

§I. Os corpos dos homens, depois da morte, voltam ao pó e veem a corrupção (Gn 3.19; At 13.36); mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), possuindo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu (Lc 23.43; Fp 1.23; 2Co 5.6-8). As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas em santidade, são recebidas no mais alto dos céus onde contemplam a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos (Lc 16.23; Rm 8.23); e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecerão em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia (Lc 16.23,24; 2Pe 2.9). Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos, as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

A Bíblia afirma que o homem é constituído de duas partes: uma material e mortal (o corpo) e outra imaterial e imortal (a alma). Não entraremos em detalhes aqui quanto à discussão sobre a dicotomia (corpo e alma) e tricotomia (corpo, alma e espírito), mas, apenas afirmamos a posição dicotômica afirmando que alma e espírito são uma e a mesma coisa, e que a Bíblia atribui o mesmo significado, sentimentos, ações e aspectos aos dois, e que, hora usa um e hora outro, mas, sempre com o mesmo sentido.

Quando acontece a morte há uma separação entre a alma e o corpo. As almas tanto dos crentes quanto dos ímpios vão para destinos eternos (o crente para o céu, e o ímpio para o inferno) não podendo saírem desses lugares por toda a eternidade, exceto no Dia do Juízo Final, quando Cristo ressuscitar a todos (os crentes para a glória com corpos glorificados, e os ímpios com os mesmos corpos que tiveram nessa vida para serem destinados ao inferno eterno).

Antes, porém, da volta de Cristo, as almas dos crentes voltam imediatamente para Deus e a dos ímpios, para o inferno. Em todos os casos elas não estão inconscientes do que lhes está acontecendo. A alma dos crentes goza da presença gloriosa de Deus, enquanto que a dos ímpios padece terríveis e indescritíveis sofrimentos no inferno.

Archibald Hodge apresenta os seguintes argumentos em relação à condição e ao local em que estão essas almas nesse “estado intermediário”, isto é, enquanto aguardam o Dia do Juízo Final (HODGE, 2010, p513).

- J As almas de ambos, crentes e réprobos, após a morte, continuam conscientes e ativas, ainda que permaneçam, até à ressurreição, separadas de seus corpos.
- J As almas dos crentes, na morte, são aperfeiçoadas em santidade.
- J As almas dos crentes, assim aperfeiçoadas, são imediatamente introduzidas à presença de Cristo, e continuam a desfrutar das radiantes revelações de Deus e da sociedade dos santos anjos.
- J As almas dos réprobos são imediatamente introduzidas no lugar preparado para o diabo e seus anjos, e continuam em miséria irremediável.

- J Esse estado de ambas as classes não admite qualquer mudança ou transferência; ao contrário, sua presente condição é o começo de uma inevitável progressão em sentido contrário. Não obstante, ele é intermediário no sentido em que: (a) as pessoas dos homens continuam incompletas enquanto suas almas e seus corpos se acham separados; (b) nem a redenção dos salvos nem a perdição dos perdidos terão, contudo, atingido seu estágio final; (c) possivelmente, no caso dos últimos, e mui provavelmente, no caso dos redimidos, as situações em que estão atualmente não sejam as mesmas em que deverão viver permanentemente após receber o galardão final.
- J Quanto à localização do mundo em que as almas dos réprobos sofrem, as Escrituras não apresentam qualquer vestígio. Em Jd 6, nos é dito: **“Os anjos que não guardaram seu primeiro estado, mas abandonaram sua própria habitação, ele os tem reservado em algemas eternas, em trevas, para o juízo do grande dia”**. Em Mt 25.41, o Juiz, no último dia, dirá aos que estiverem à sua esquerda: **“Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos”**. O homem rico **“estando em tormentos, do inferno ergueu seus olhos”** enquanto seus irmãos ainda viviam neste mundo (Lc 16.23). Mas onde tais localidades se situam, e se tal lugar de tormento, agora, é idêntico ao lugar de tormento após o Juízo Final, ninguém pode dizer, porquanto Deus não no-lo revelou. Naturalmente que os termos “subir” ou “descer”, “embaixo” ou “em cima”, aplicados a esta questão, não passam de meras metáforas, e não podem indicar em termos absolutos a direção quanto dirigimos indistintamente aos habitantes de uma esfera revolvante e alternante.
- J Quanto à localidade do mundo onde os redimidos se acham agora reunidos, não há absolutamente nada revelado, exceto que ela se acha onde está a humanidade glorificada de Cristo. Estão *com ele*, e contemplam sua glória (2Co 5.1-8). Vejam-se, também, todas as cenas descerradas no livro do Apocalipse. E Cristo, em Sua ascensão, assentou-Se **“à destra de Deus”**, **“à mão direita da Majestade nas alturas”** (Mc 16.19; Rm 8.34; Hb 1.3; 10.12). Tal deve ser uma localidade, porque, sendo a humanidade de Cristo finita, Sua presença delimita um espaço definido; contudo a expressão, **“à destra de Deus”**, evidentemente pressupõe antes a condição de honra e poder a que Cristo se acha elevado como Rei mediano. Quanto à localização do mundo em que Cristo e sua esposa glorificada manterão seu lar central por toda a eternidade uma probabilidade surge nas entrelinhas de que será nossa Terra atual, primeiramente queimada com fogo, e a seguir gloriosamente restaurada (Rm 8.19-23; 2Pe 3.5-13; Ap 21.1).

Heresias como o purgatório (do catolicismo) e o sono da alma (da seita adventista) não encontram nenhum respaldo bíblico. A Bíblia não reconhece que há um terceiro estado após a morte chamado purgatório, ou *Limbus Infantum* (para onde vão as almas das crianças não batizadas) e o *Limbus Patrum* (para onde foram as almas das pessoas no Antigo Testamento). Tanto o *Limbus Infantum* quanto o *Patrum* são categorias do que é conhecido como Hades (vide Credo Apostólico). Desnecessário é dizer que tal afirmação beira à idiotice, pois, o Hades na concepção do Credo Apostólico e em todo o Novo Testamento nada mais é do que a sepultura onde é depositado o corpo.

Quanto ao purgatório, vale dizer que se tal lugar fosse verdadeiro, a primeira coisa que se tornaria desnecessária e inútil seria o santo sacrifício de Cristo, pois,

bastaria ao homem passar um tempo no purgatório e de lá partir para o céu. Tal heresia é uma afronta ao próprio Senhor Jesus Cristo.

Quanto ao sono da alma (heresia adventista) reforçamos que não existe nenhuma afirmação e revelação bíblica sobre o mesmo. Essa é uma das heresias que torna a igreja adventista uma seita herética e não uma igreja cristã.

§II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados (1Ts 4.17; 1Co 15.51,52); todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos, e não outros, embora com qualidades diferentes, e se unirão novamente às suas almas, para sempre (1Co 15.42-44).

§III. Os corpos dos injustos serão, pelo poder de Cristo, ressuscitados para a desonra; os corpos dos justos serão, pelo Seu Espírito, ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso de Cristo (At 24.15; Jo 5.28,29; Fp 3.21).

Quando Cristo voltar para buscar a Sua Igreja, neste dia todos os mortos, ímpios e crentes serão ressuscitados simultaneamente. A diferença é que os ímpios ressuscitarão com este mesmo corpo corrompido pelo pecado, ao passo que os crentes serão ressuscitados com um corpo glorioso, semelhante ao de Cristo em Sua glória (Fp 3.21).

É um equívoco dizer que a doutrina da ressurreição final é neotestamentária. Encontramos essa doutrina no Antigo Testamento, veja-se Dn 12.2. É claro que é no Novo Testamento que a encontramos mais clara e revelada com mais detalhes. (Jo 5.28,29).

A Bíblia nos mostra que no dia da volta do Senhor Jesus os mortos serão ressuscitados e os crentes que estiverem vivos serão glorificados num abrir e fechar de olhos para logo em seguida proceder ao Juízo Final, quando as “ovelhas” serão separadas dos “cabritos” (Mt 25.31-46; Rm 2.6-16; 2Ts 1.6-10; Ap 20.11-15).

Um texto muito importante sobre esse assunto é 1Co 15. Nele o apóstolo Paulo nos mostra como acontecerão as coisas neste glorioso dia. Não há qualquer base bíblica para um arrebatamento secreto como afirmam os dispensacionalistas, muito menos para duas etapas na volta de Cristo (uma com um arrebatamento secreto procedido por uma grande tribulação de 7 anos findo os quais haverá algumas conversões e somente então o Juízo Final). A Bíblia simplesmente nos revela que a volta de Cristo é um dia que ninguém, exceto o Pai, sabe quando será, que neste dia os mortos serão ressuscitados primeiro (os crentes com um corpo glorificado e os ímpios com os mesmos corpos corrompidos), e em seguida os crentes que estiverem vivos serão transformados num abrir e fechar de olhos. Os ímpios que estiverem vivos permanecerão como estão, isto é, com seus corpos corrompidos. Em seguida acontecerá o Juízo final. Esse assunto será abordado na próxima lição.

Quanto a ressurreição dos crentes é importante ressaltarmos que seus corpos serão ressuscitados unindo-se às suas almas – sua identidade será preservada, ainda que suas propriedades sejam transformadas. Prova disso é que quando Cristo ressuscitou Seu corpo apresentou as chagas dos cravos e da lança.

Isso é explicitamente declarado na Escritura. Veja o que nos diz Fp 3.21:

1Co 15.53,54

O nosso corpo hoje, é “animal” (essa é a tradução correta para “corpo natural” em 1Co 15.44), mas, após a ressurreição será uma corpo “espiritual” semelhante ao de Cristo. Essa carne mortal e pecaminosa não poderá herdar a glória eterna, e por isso, terá de ser transformada (1Co 15.50). Por isso o presente corpo será “transformado” – não um novo corpo a substituir o velho, mas o velho transformado em novo corpo. Coma a semente que dá origem a um novo organismo, assim o que é corruptível dará origem ao que é incorruptível. O corpo espiritual ainda será material e idêntico ao corpo que uma vez foi animal; mas ele se ajustará às novas necessidades de **“os espíritos dos justos aperfeiçoados”**; ao seu novo estágio de desenvolvimento intelectual e espiritual; às suas relações sociais; e às condições físicas dos **“novos céus e nova terra, onde habitará justiça”** (2Pe 3.12,13).

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 161: Como se tornam os sacramentos meios eficazes da salvação?

Resposta: Os sacramentos tornam-se meios eficazes da salvação não porque tenham poder algum em si, nem por virtude alguma derivada da piedade ou da intenção de quem os administra, mas unicamente pela operação do Espírito Santo e pela bênção de Cristo que os instituiu (1Pe 3.21; At 8.13,23; 1Co 3.7; 1Co 6.11).

Pergunta 162: Que é um sacramento? **Resposta:** O sacramento é uma santa ordenança instituída por Cristo na sua Igreja (Mt 28.20; Mt 26.26,27), para significar, selar e conferir (Rm 4.11; 1Co 11.24,25) àqueles que estão no pacto da graça (Rm 9.8; Gl 3.27,29; Gl 5.6; Gl 4.15) os benefícios da mediação de Cristo (At 2.38; 1Co 10.16; At 22.16); para os fortalecer e lhes aumentar a fé e todas as mais graças (1Co 11.24-26), e os obrigar à obediência (Rm 6.4; 1Co 10.21); para testemunhar e nutrir o seu amor e comunhão uns com os outros (1Co 12.13; 1Co 10.17; Ef 4.3-5), e para distinguir entre eles e os que estão de fora (1Co 10.21).

Capítulo XXXIII

Do Juízo Final

Lição 34

Introdução

Com o presente estudo encerramos nossa série de estudos doutrinários baseados na Confissão de Fé de Westminster.

§I. Deus já determinou um dia no qual, com justiça, há de julgar o mundo por meio de Jesus Cristo (At 17.31; Mt 25.31-34), a quem, pelo Pai, foram dados o poder e o juízo (Jo 5.22,27). Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas igualmente todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e feitos, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, o bem ou o mal, estando no corpo (Jd 6; 2Pe 2.4; 2Co 5.10; Ec 12.14; Rm 2.16; Rm 14.10,12; Mt 12.36,37; 1Co 3.13-15).

§II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória de sua misericórdia na eterna salvação dos eleitos (Rm 9.23; Ef 2.4-7) e a glória da Sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes (Rm 2.5,6; 2Ts 1.7,8). Os justos irão então, para a vida eterna, e receberão aquela plenitude de alegria e refrigério procedentes da presença do Senhor (Mt 25.31-34; At 3.19; Sl 16.11); mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna, proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder (Mt 24.41; 2Rs 1.9; Mc 9.47,48).

Deus haverá de convocar a todos os seres humanos e aos anjos caídos a que compareçam diante do Seu Trono, num dia em que Ele estabeleceu para executar Seu santo juízo definitivamente.

Neste dia, Deus ajustará a Sua balança da justiça e executará o juízo definitivamente sobre o pecado e os pecadores, quer sejam homens, quer sejam anjos. Esse julgamento será geral e simultâneo, ou seja, ao mesmo tempo todos serão julgados e receberão a justa paga de seus pensamentos, palavras e ações. Neste dia grandioso, o Juiz supremo será o Senhor Jesus Cristo, que hoje é o nosso Advogado supremo junto ao Pai (1Jo 2.1), a quem o Pai lhe concedeu o juízo. Neste dia Ele destruirá de vez seus inimigos, o que não quer dizer que eles deixarão de existir (como afirma a seita adventista), mas, sim, que eles não mais executarão seus intentos malignos neste mundo porque estarão perpetuamente em sofrimento por seus pecados.

Quanto aos que serão julgados, a Bíblia é clara que os anjos rebeldes e todos os seres humanos serão julgados neste dia e haverão de prestar contas de cada pensamento, palavra e ação nesta vida. Como vimos na lição anterior, todos os que já morreram serão ressuscitados, com a diferença de que os crentes que já morreram serão ressuscitados com corpos gloriosos, e os crentes que estiverem vivos serão transformados num abrir e fechar de olhos, mas, os réprobos continuaram com seus corpos decadentes e corrompidos. Os ímpios que já morreram também serão ressuscitados, mas, seus corpos não serão glorificados.

A base para este julgamento será a justiça de Deus, bem como Seu poder de conhecer as coisas da forma mais íntima possível. Ele julgará não somente as ações, mas, também, as motivações das mesmas.

Quanto aos pagãos que jamais conheceram a Lei de Deus tal como revelada em Sua Palavra, estes serão julgados pela “lei escrita em seus corações”, isto é, qualquer pessoa sabe o que é certo e o que é errado, e o simples fato de alguém saber que algo seja errado é o suficiente para condená-lo por não ter deixado de cometer tal erro. Veja o que diz Lc 12.47,48; Rm 2.12-15.

Os judeus que “pecaram sob a lei serão julgados pela lei” (Rm 2.12). Aqueles que viverem na dispensação do Evangelho, serão julgados pelo Evangelho (Hb 2.2,3; 10.28,29).

Os santos não serão absolvidos neste dia com base em seus feitos bons, mas sim, porque seus nomes se acham “escritos no livro da vida”, ou o livro do amor eletivo de Deus, e com base em sua participação na justiça de Cristo. Seus feitos bons serão citados publicamente como evidência de sua união com Cristo. Sua união com Cristo é a base de sua justificação (HODGE, 2010, p. 526).

A manifestação de nossas obras por Deus, serão um ato em que Ele será glorificado tanto como o Justo Juiz que condena o pecado, quanto como o Gracioso Deus que salvou pecadores para Si.

Imediatamente ao juízo, os crentes serão recolhidos na Glória Eterna e lá, galardoados por Deus, viverão perfeitamente livres de toda forma de mal (Cl 1.12) e serão envolvidos em toda forma de bem-aventurança num grau incomensurável da bondade de Deus, ao passo que os réprobos imediatamente serão lançados no castigo eterno onde sofrerão conscientemente. As figuras que o Novo Testamento usa para descrever o tormento eterno estão muito longe de expressarem a exatidão do que será esse tormento. Tão somente, o Novo Testamento tem como objetivo mostrar-nos a seriedade do assunto.

Toda a Igreja Cristã sempre ensinou que o castigo dos ímpios e o sofrimento destes serão eternos. Certos grupos heréticos têm ensinado que tal sofrimento não será eterno, com os seguintes argumentos aos quais refutamos em seguida:

Argumento herético 1: Que a “segunda morte” expressa em Ap 20.14, à qual os perversos se sujeitarão após sua condenação no juízo, envolve a destruição total e absoluta de seu ser, ou seja, aniquilação.

Refutação: As Escrituras, porém, falam sempre e de forma consistente do futuro dos perdidos como um estado de sofrimento consciente de duração eterna.

Argumento herético 2: As demais hipóteses pressupõem que, mais cedo ou mais tarde, Deus garantirá o arrependimento e consequente reforma e restauração de todos os pecadores, ainda do próprio diabo. Isso será o resultado da eficácia expiatória e purificadora de prolongado sofrimento, ainda que temporário, ou através de outras influências morais que Deus lhes fará sobrevir no outro mundo.

Refutação: É preciso lembrar que o sofrimento, embora seja o pagamento da culpa, não tende a purificar a alma da corrupção ou gerar vida espiritual. A expiação de Cristo e a santificação promovida pelo Espírito Santo são os únicos meios designados para conduzir os homens ao arrependimento, e deveras os meios mais elevados possíveis a tal fim. Depois da condenação eterna no dia do Juízo Final não haverá qualquer possibilidade de restauração para os ímpios, e em parte alguma das Escrituras, especialmente a de Satanás.

§III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades (2Pe 3.11,14; 2Co 5.11; 2Ts 1.5-7; Lc 21.27,28; Mt 24.36,42-44), quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que

eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer - "Vem logo, Senhor Jesus" (Mc 13.35-37; Lc 12.35,36; Ap 22.20). **Amém.**

Este parágrafo trata da certeza e da incerteza de que o Dia do Juízo Final acontecerá. Quanto à certeza, não devemos jamais duvidar de que este dia acontecerá, pois, quem fez a promessa foi o próprio Deus. Ele jamais faltou com um de Suas promessas e com certeza cumprirá esta, pois, é a última de Suas promessas para nós no que diz respeito à nossa redenção. Mas, a incerteza de quando este dia acontecerá se refere ao fato de Deus não ter nos revelado essa data pelos seguintes motivos:

- Conforme At 1.7, não é da nossa competência saber quando será este dia, pois, ele foi estabelecido por Deus **"pela sua exclusiva autoridade"**. É lamentável que de tempos em tempos, até mesmo homens piedosos (como Martinho Lutero) afixam a data da volta de Cristo com base em equações tão estapafúrdias quanto à afirmação de que este dia será em tal data.

- Deus não nos revelou quando será este dia, mas, somente que ele acontecerá para que os Seus filhos mantenham-se em alerta e nunca desenvolvam uma confiança carnal, isto é, nunca confiem em si mesmos, mas, somente na graça de Deus e nela perseverem estando sempre prontos e desejosos de que Cristo volte.

É certo que desde o momento em que Cristo voltou para o céu a Sua Igreja aguarda o Seu retorno. Infelizmente, muitos têm dito que tal promessa não acontecerá porque Jesus não prometeu voltar para buscar a Sua Igreja, mas, sim, estar com ela até que cada crente morra e parta para a glória eterna. Isto dizem porque julgam que Cristo está demorando para voltar, pois, já se passaram quase dois mil anos desde que Ele prometeu. Pior ainda é o caso de outros que vivem numa paranoia alegando coisas absurdas resultantes de uma interpretação equivocada das Escrituras, especialmente o Apocalipse. Os crentes não devem se descuidar em momento algum. Devem viver vida santa e confiante na graça de Deus e no sacrifício de Cristo; devem frutificar para a glória de Deus.

Conhecendo o Catecismo Maior

Pergunta 163: Que partes tem um sacramento?

Resposta: As partes de um sacramento são duas; uma, o sinal exterior sensível, usado segundo a própria instituição de Cristo; a outra, uma graça interior e espiritual, representada pelo sinal (Mt 3.11). A graça interior tem-na somente o eleito redimido. O réprobo pode até receber o sinal externo do sacramento, mas não a graça interna que representa. **SOMENTE DOIS SACRAMENTOS.**

Pergunta 164: Quantos sacramentos instituiu Cristo sob o Novo Testamento?

Resposta: Sob o Novo Testamento, Cristo instituiu em sua Igreja somente dois sacramentos: o Batismo e a Ceia do Senhor (Mt 28.19; 1Co 11.23-26; Mt 26.26,27).

Pergunta 165: Que é Batismo?

Resposta: Batismo é o sacramento do Novo Testamento no qual Cristo ordenou a lavagem com água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28.19), para ser um sinal e selo de nos unir a si mesmo (Gl 3.27; Rm 6.3), da remissão de pecado pelo seu sangue (At 22.16; Mc 1.4; Ap 1.5) e da regeneração pelo Espírito (Jo 3.5; Tt 3.5), da adoção (Gl 3.26,27) e ressurreição para a vida eterna (1Co 15.29); e por ele os batizando

são solenemente admitidos à Igreja visível (At 2.41) e entram em um pacto público, professando pertencer inteira e unicamente ao Senhor (Rm 6.4).